Serviço Público Federal

PROCESSO Nº
02001.001848/06-75

NOME: **UHE ELETROBRÁS BELO MONTE**

ANO: **2006**

PROCEDÊNCIA: **ALTAMIRA/VITÓRIA DO XINGU (PA)**

VOLUME LXXV

REFERÊNCIA:

ASSUNTO: MMA/IBAMA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO: 02001.001848/2006-75
INTERESSADO: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: 414.2
DATA: 21/03/2006
DOCUMENTO PROCEDÊNCIA: MEMO Nº 55/2006 - DILIQ / IBAMA
RESUMO: APROVEITAMENTO HIDROELETRICA BELO MONTE - ALTAMIRA/VITÓRIA DO XINGU - PARA.VOLUMES 1 A 75; 4 ANEXOS.

ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	APENSAÇÃO ANEXAÇÃO

DILIC/IBAMA
Fl. 14491
Ass.:

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 17 dias do mês de março de 2015, procedemos a abertura deste volume nº LXXV do processo de nº 02001.001848/2006-75, que se inicia com a página nº 14491. Para constar subscrevo e assino.

MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14492
MP
RUB.

SAME HASSAN GEBARA EPP, CNPJ nº 01.008.466/0001-04, Decisão nº 150/2014,

Processo de Cobrança nº 968.493/2013, NFLDP nº 251/2013, Valor R$ 5.259,67;

RELAÇÃO Nº 60/2014

Ficam os abaixo relacionados cientes de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

CLÁUDIO OSTETO OLIVEIRA EPP, CNPJ nº 01.526.912/0001-64, Decisão nº 154/2014,

Processo de Cobrança nº 968.319/2013, NFLDP nº 283/2013, Valor R$ 42.737,65.

ANTONIO CARLOS NAVARRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 295/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Aloiso Antonio Souza - 835030/07 - A.I. 333/14

Aluízio Gonzaga Quaresma Dos Santos - 834791/07 - A.I. 325/14

Areia São João - 833411/07 - A.I. 313/14

Areias Morro Branco Ltda me - 834879/07 - A.I. 327/14

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 830199/08 - A.I. 338/14, 833861/07 - A.I. 318/14, 833387/07 - A.I. 312/14

Carlos Antônio de França Ferreira - 830206/08 - A.I. 339/14

Carlos Donizeti Campagnoli - 835006/07 - A.I. 331/14

Carlos Roberto Torres Ferreira - 833543/07 - A.I. 314/14

Crispim Augusto Lourenço Gomes - 834666/07 - A.I. 323/14

Felix Borges de Sousa me - 834181/07 - A.I. 321/14

Global Adonai Mineração Ltda - 833567/07 - A.I. 315/14

Guilherme Sodré Aickmin Junior - 830185/08 - A.I. 336/14, 830186/08 - A.I. 337/14

Humberto Roesberg - 834885/07 - A.I. 328/14

José Murilo Procópio de Carvalho - 835002/07 - A.I. 330/14

Juventino José de Queiroz - 833341/07 - A.I. 310/14

Lindbergh Gonçalves Junior - 833352/07 - A.I. 311/14

Mineração Nossa Senhora do Pilar - 834854/07 - A.I. 326/14

Mineração Peixe Bravo S.A. - 834703/07 - A.I. 324/14

Nilo Coutinho Gonçalves de Andrade - 830121/08 - A.I. 334/14

Raniera de Lima Ceccato - 833882/07 - A.I. 319/14

rg Logística e Portos s a - 833308/07 - A.I. 309/14

Ricardo de Vasconcelos Cleto - 834966/07 - A.I. 329/14

Sintertec Minerais Industriais LTDA. - 835019/07 - A.I. /14

Vanderlan Cezar Leite - 830145/08 - A.I. 335/14

Vetor Sul Mineração Ltda - 833621/07 - A.I. 316/14, 833622/07 - A.I. 317/14

Votorantim Cimentos s a - 833908/07 - A.I. 320/14

Votorantim Metais Zinco s a - 831010/06 - A.I. 308/14

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 93/2014

Processo nº 950.398/2012

Decido: Decretar a Nulidade da Declaração de Dispensa de Títulos Minerários, com base exposto no PARECER Nº 064/2014 - RL.

THIAGO MARQUES DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

826.028/2014-LUCIO IRAJÁ FURTADO-OF. Nº789/2014/DGTM/DNPM/PR

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

826.249/2014-RIO DA VARZEA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina o arquivamento definitivo do processo(279)

826.157/2012-F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

826.157/2012-F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Fase de Requerimento de Lavra

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

826.342/2002-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA-OF. Nº1400/2010-180 dias

826.571/2013-MINERADORA DE AGUAS RIGOLIN LTDA ME-OF. Nº1599/2013-60 dias

Defere pedido de reconsideração(392)

826.342/2002-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

826.305/2014-F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA EPP-Registro de Licença Nº12/2014 de 22/04/2014-Vencimento em 07/04/2019

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 65/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Cassiano Bezerra - 848474/07 - Not.42/2014 - R$ 3.839,94

Mineração Paraibana One Comércio,importação e Exportação Ltda - 848104/03 - Not.37/2014 - R$ 2.665,89, 848107/03 - Not.39/2014 - R$ 4.760,44, 848106/03 - Not.40/2014 - R$ 4.228,50

RELAÇÃO Nº 70/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)

101 Mix Concretos e Premoldados LTDA. - 848371/10 - Not.41/2014 - R$ 309,75

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 73/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Antonio Carlos de Santana - 890534/13 - A.I. 104/14, 890533/13 - A.I. 105/14

Antonio Carlos Paes Leme Medeiros - 890801/13 - A.I. 102/14

Deisimar de Melo Costa - 890511/13 - A.I. 106/14

Estrela 2000 Extração de Areia LTDA. - 890881/13 - A.I. 99/14

Extratora de Areia Campo Verde LTDA. - 890435/13 - A.I. 108/14

Fazenda Santo Estevão Empreendimentos e Turismo Ltda - 890332/13 - A.I. 112/14

Fênix Sul Transporte e Logistica Ltda - 890375/13 - A.I. 110/14

Ibraim Rocha - 890427/13 - A.I. 109/14

Indústria e Comércio de Envasados Sol Nascente Ltda - 890892/13 - A.I. 98/14

j. l. Cunha Campanati - 890846/13 - A.I. 100/14

J.f.t.m da Costa Extração Mineral e Administração - 890545/13 - A.I. 103/14

Mrs Dutra Marques Ltda - 890326/13 - A.I. 113/14, 890325/13 - A.I. 114/14

Nathanael Soares da Rocha Filho - 890804/13 - A.I. 101/14

Pedreira Bangu LTDA. - 890340/13 - A.I. 111/14

Peixoto e Ribeiro Indústria de Ceramica Ltda - 890313/13 - A.I. 115/14

RELAÇÃO Nº 74/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Areal Montevidel Ltda - 890052/10 - Not.45/2014 - R$ 58,68

c g da Costa Artefatos de Cimento me - 890476/10 - Not.41/2014 - R$ 7,99

Conser Construtora Seropédica LTDA. - 890621/10 - Not.44/2014 - R$ 802,33

Esmeraldas, MIN. Reflorestamento Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas Ltda - 890636/10 - Not.43/2014 - R$ 2.614,77

Espólio de Sergio Santos Rutowitsch - 890266/08 - Not.40/2014 - R$ 115,18

Rede Miracema Stone - Cooperativa de Extração, Beneficiamento e Exportação de - 890471/08 - Not.47/2014 - R$ 2.418,22, 890386/08 - Not.42/2014 - R$ 1.708,68

Sociedade Nacional de Engenharia e Construções Ltda - 851762/77 - Not.35/2014 - R$ 2.606,89, 851762/77 - Not.36/2014 - R$ 2.606,89, 851762/77 - Not.37/2014 - R$ 2.606,89

RELAÇÃO Nº 75/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)

Alvorada Empresa Padrão de Terraplanagem Ltda - 890820/13

Andresi Extração de Minerais Ltda - 890445/12

Augusto de Carvalho Alves - 890092/13

Castelgran Granitos Ltda me - 890566/11

Cesar Johnsen Fiat - 890438/13, 890439/13, 890440/13, 890441/13

Claudiano de Oliveira Silva me - 890002/12

Ecomines Mineração Ltda me - 890830/13

Facilita Cred Construtora e Incorporadora Ltda me - 890358/13

Fernando Luiz Cavalcanti Loureiro - 890834/11

Francisco Gilson Neto - 890544/12

Freitas Materias de Construção - 890618/12

Gilmar Sampaio Alonso - 890441/11

Graap Granitos Apiacá Ltda Epp - 890459/12

Granitos Nobres do Norte Fluminense Ltda - 890334/13

Joaquim Alves Neto - 890617/11

Jose Fernandes Zuccon - 890904/13

José Rodrigues Fernandes Filho me - 890888/13

Lastra Mineração Ltda - 890337/12, 890464/12

Monte Belo - Extração de Arcia Limitada - 890798/11

Paulo Roberto de Souza - 890454/12

Pedreiras Blue Rivers LTDA. ME. - 890678/12

Raphael Jorge Dutra Rodrigues - 890264/12

Rodrigo do Rosario Gama - 890351/11

Santos Roberto da Rocha - 890780/12

Silvio da Silva Tavares - 890399/12

Sociedade Agro Industrial Biosfera Ltda Epp - 890448/13

Transportadora e Mineradora Jaspe Ltda - 890237/13

Wladimir de Souza Bridges - 890483/13

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 52/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Britapedra Industria Britadeira Ltda Cpf/cnpj :81.027.328/0001-01 - Processo minerário: 815608/97 - Processo de cobrança: 915558/14 Valor: R$.4.317,64, Processo minerário: 815426/05 - Processo de cobrança: 915557/14 Valor: R$.157,56, Processo minerário: 815426/94 - Processo de cobrança: 915559/14 Valor: R$.920,56, Processo minerário: 815425/94 - Processo de cobrança: 915560/14 Valor: R$.950,20

Titular: Britasul Comércio de Pedras Ltda me Cpf/cnpj :07.156.840/0001-97 - Processo minerário: 815539/07 - Processo de cobrança: 915501/14 Valor: R$.53.544,95

Titular: Cerâmica Ziegler Ltda Cpf/cnpj :82.639.931/0001-07 - Processo minerário: 802601/78 - Processo de cobrança: 915551/14 Valor: R$.303.793,30, Processo minerário: 802789/74 - Processo de cobrança: 915552/14 Valor: R$.188.850,52, Processo minerário: 810009/79 - Processo de cobrança: 915553/14 Valor: R$.61.103,81, Processo minerário: 810009/79 - Processo de cobrança: 915554/14 Valor: R$.12.115,70

Titular: Concremax Industrial LTDA. Cpf/cnpj :00.364.905/0001-40 - Processo minerário: 815305/98 - Processo de cobrança: 915498/14 Valor: R$.2.751,58, Processo minerário: 815305/98 - Processo de cobrança: 915497/14 Valor: R$.3.369,16, Processo minerário: 816046/96 - Processo de cobrança: 915496/14 Valor: R$.908,85, Processo minerário: 815089/96 - Processo de cobrança: 915495/14 Valor: R$.3.076,46, Processo minerário: 815337/92 - Processo de cobrança: 915494/14 Valor: R$.1.476,63, Processo minerário: 815334/92 - Processo de cobrança: 915491/14 Valor: R$.1.535,72, Processo minerário: 815333/92 - Processo de cobrança: 915490/14 Valor: R$.1.893,42, Processo minerário: 815176/91 - Processo de cobrança: 915489/14 Valor: R$.3.698,94, Processo minerário: 815213/91 - Processo de cobrança: 915488/14 Valor: R$.2.748,20, Processo minerário: 815335/92 - Processo de cobrança: 915492/14 Valor: R$.1.527,27, Processo minerário: 815336/92 - Processo de cobrança: 915493/14 Valor: R$.1.217,88

Titular: Consbrita Ltda Cpf/cnpj :03.750.590/0001-68 - Processo minerário: 815635/09 - Processo de cobrança: 915500/14 Valor: R$.40.829,89, Processo minerário: 815291/00 - Processo de cobrança: 915499/14 Valor: R$.15.694,29

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014042800132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14483
MP
RUB.

Nº 835 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/PA0158603	ANDRÉ SOARES DE OLIVEIRA COMERCIO - ME	18.525.674/0001-75	MARABA	PA	48610.006624/2014-92
PR/GO0158642	AUTO POSTO E HOTEL LAGARES LTDA - EPP	17.019.573/0001-60	SAO LUIZ DO NORTE	GO	48610.006350/2014-31
PR/BA0158682	AUTO POSTO ESMERALDA LTDA - EPP.	20.233.674/0001-43	CAPELA DO ALTO ALEGRE	BA	48610.006633/2014-61
PR/SP0155722	AUTO POSTO GUERREIRO DE MAIRIPORÃ EIRELI	20.024.689/0001-00	MAIRIPORA	SP	48610.004847/2014-15
PR/PE0158763	AUTO POSTO QUEZADO DE SANTA MARIA LTDA - EPP	17.272.616/0001-14	SANTA MARIA DA BOA VISTA	PE	48610.006625/2014-37
PR/SP0157122	AUTO POSTO SAINT GERARD LTDA.	18.530.515/0001-69	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.005656/2014-60
PR/SC0158742	AUTO POSTO SÃO LOURENÇO LTDA - ME	10.966.113/0001-74	SAO LOURENCO DO OESTE	SC	48610.006636/2014-14
PR/CE0146842	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS CALIOPE LTDA.	05.194.107/0001-31	TURURU	CE	48610.011341/2013-81
PR/CE0158762	COMERCIAL DE COMBUSTIVEL PINHEIRO LTDA	16.385.107/0001-35	IGUATU	CE	48610.006646/2014-52
PR/PA0158662	L.C. COMBUSTIVEIS LTDA - EPP.	14.087.165/0001-57	BOM JESUS DO TOCANTINS	PA	48610.006643/2014-19
PR/SP0158802	NERIS & OLIVEIRA AUTO POSTO PIRAJUI LTDA	20.082.063/0001-41	PIRAJUI	SP	48610.006628/2014-71
MG0164400	POSTO ALLGAS LTDA	05.351.360/0001-51	BELO HORIZONTE	MG	48610.010592/2003-77
PR/MG0139362	POSTO FELIPAO LTDA - EPP	13.300.002/0001-48	SAO JOAO DEL REI	MG	48610.006688/2013-11
PR/SP0158942	POSTO MONTE CARLO MIRASSOL LTDA	18.002.237/0001-77	MIRASSOL	SP	48610.006234/2014-12
PR/ES0115091	POSTO MONTEIRO LTDA	14.959.876/0001-97	PEDRO CANARIO	ES	48610.006830/2012-31
PR/RS0158782	SALING & CIA LTDA	19.568.846/0001-50	SANTA MARIA	RS	48610.006631/2014-94
PR/RJ0155804	SÃO BENTO DO RIO DO OURO AUTO POSTO LTDA	18.416.410/0001-83	SAO GONCALO	RJ	48610.004497/2014-97
PR/MG0158922	SECOT DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	19.224.912/0001-75	IPATINGA	MG	48610.006641/2014-20

Nº 836 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004 e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0225838	A. C. DE MEDEIROS MACEDO GAS - ME	19.762.310/0001-71	SANTO EXPEDITO	SP	48610.006157/2014-09
GLP/RN0225839	AC COMERCIAL AGUA E GAS LTDA ME	17.597.609/0001-02	PEDRA GRANDE	RN	48610.004632/2014-02
GLP/RS0225840	ADRIANA ANDREOLI CARVALHO - ME	12.865.801/0001-07	FONTOURA XAVIER	RS	48610.006663/2014-37
GLP/MG0225841	DURAGAS LTDA - ME	19.918.570/0001-93	MONTES CLAROS	MG	48610.006158/2014-45
GLP/RS0225842	ELISETE ANA SIGNORI - ME	07.146.530/0001-91	PUTINGA	RS	48610.006659/2014-79
GLP/BA0225843	EMANUEL COMERCIAL DE GAS LTDA - ME	19.124.421/0001-52	SIMÕES FILHO	BA	48610.003316/2014-13
GLP/MG0225844	EUNICE RODRIGUES GONÇALVES 61718459572	14.543.799/0001-77	SENHORA DOS REMEDIOS	MG	48610.009622/2013-74
GLP/SC0225845	FILIPINI & CIA LTDA ME	08.333.026/0001-63	BOM JESUS	SC	48610.006157/2014-78
GLP/BA0225846	HLM DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA - ME	19.686.168/0001-20	SAO FRANCISCO DO CONDE	BA	48610.006159/2014-90
GLP/GO0225847	J.C. BATISTA DE SOUSA - EIRELI - ME	19.843.493/0001-50	JARAGUA	GO	48610.005713/2014-08
GLP/MG0225848	JESSICA INGRID SANTOS SILVA - ME	18.275.011/0001-40	MONTES CLAROS	MG	48610.010493/2014-11
GLP/SP0225849	JOANA ANA DA SILVA 21966970889	15.534.400/0001-54	SUMARE	SP	48610.006173/2014-93
GLP/SP0225850	JORANDIR MANCAN - ME	11.368.258/0001-61	BERNARDINO DE CAMPOS	SP	48610.006290/2014-57
GLP/CE0225851	JOSE ADAILTON DA ROCHA SILVA - ME	19.746.846/0001-01	CAPISTRANO	CE	48610.006149/2014-54
GLP/BA0225852	JOSIEL ALVES SILVA - ME	19.317.927/0001-88	MUCURI	BA	48610.006150/2014-89
GLP/PB0225853	KATIANE OLIVEIRA DE CARVALHO 08503399440	19.874.037/0001-77	JURIPIRANGA	PB	48610.006151/2014-23
GLP/BA0225854	MARCOS SILVA DE ARAUJO - ME	19.913.852/0001-06	SANTANA	BA	48610.006153/2014-12
GLP/GO0225855	MARCOS TEODORO DA SILVA 81635338115	19.569.340/0001-66	NOVO BRASIL	GO	48610.006461/2014-48
GLP/RS0225856	MERCADO FLÓR DA SERRA GX LTDA - EPP	04.012.248/0001-23	GRAMADO XAVIER	RS	48610.006663/2014-02
GLP/MG0225857	MERCADO JK VILA REIS LTDA	07.507.273/0002-07	CATAGUASES	MG	48610.004667/2014-33
GLP/PR0225858	RAFAELA FARIAS - ME	11.664.110/0001-74	MORRETES	PR	48610.006460/2014-01
GLP/RN0225859	SANTANA COMERCIO DE GAS LTDA	18.359.586/0003-02	MOSSORO	RN	48610.006172/2014-49
GLP/RN0225860	SANTANA COMERCIO DE GAS LTDA	18.359.586/0007-36	APONSO HEZERRA	RN	48610.006155/2014-10
GLP/RN0225861	SANTANA COMERCIO DE GAS LTDA	18.359.586/0009-06	PENDENCIAS	RN	48610.006170/2014-50
GLP/RN0225862	SANTANA COMERCIO DE GAS LTDA	18.359.586/0010-31	IPANGUACU	RN	48610.006156/2014-56
GLP/SP0225863	SIRLEI APARECIDA CASILATO 10187523827	18.351.019/0001-95	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SP	48610.006171/2014-02
GLP/SP0225864	ULTRA RAPIDO COMERCIO DE GLP EIRELI - ME	16.962.449/0001-70	SAO PAULO	SP	48610.006394/2014-61

Nº 837 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e nº 116 de 26 de maio de 2010, com base na Resolução ANP nº 41, de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao CAUIPE REVENDEDORA DE PETROLEO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 35.075.597/0002-07, ficando registrado na ANP sob o nº PR/CE0126822, conforme Processo ANP nº 48610.013555/2012-10, mediante Processo Judicial nº 0800683-84.2014.4.05.8100S, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 91/2014

Referência: Processo nº 850.356/2009 850.205/2011 850.206/2011 850.219/2011 850.220/2011 950.398/2012

Interessado: Cooperativa dos Garimpeiros do Xingu - COOXIN
ÔNIX Empreendimentos Minerários Ltda.
Pedro e Viana Ltda. EPP.
Norte Energia S.A.

Assunto: Análise de registros de licença outorgados em face da revisão, de ofício, do ato de indeferimento de plano. Recurso interposto contra ato que anulou Declaração de Dispensa de Título Minerário emitida para áreas localizadas dentro e fora de bloqueio provisório.

Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao Parecer nº 272/2014/SC/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão:

- no *Processo nº 950.398/2012* - DEFIRO PARCIALMENTE EFEITO SUSPENSIVO ao recurso interposto contra decisão que anulou a Declaração de Dispensa de Título Minerário, a fim de que a referida declaração volte a fruir os seus efeitos em relação à área de interesse denominada JAZIDA III.

- nos *Processos nºs 850.220/2011 e 850.219/2011* - SUSPENDO os efeitos dos Registros de Licença nºs 11 e 12, publicados no D.O.U. de 24 de março de 2014. (756)

Encaminhem os autos à DGTM para publicação.

Após, remetam os autos à Superintendência/PA para que:

a) os *Processos nº 850.205/2011 e 850.206/2011*, permaneçam arquivados; (156)

b) sejam cumpridas, no *Processo nº 850.356/2009*, as recomendações apontadas no § 139, alíneas "b.1" a "b.6", do Parecer Jurídico ora aprovado;(1971)

c) seja cumprida, nos *Processos nº 850.219/2011 e 850.220/2011*, a recomendação apontada no § 139, alínea "c.2", do Parecer Jurídico ora aprovado;

d) sejam cumpridas, no *Processo nº 950.398/2012*, as recomendações apontadas no § 139, alíneas "d.2" a "d.5", do Parecer Jurídico ora aprovado; e

e) atentem às recomendações dos §§ 140 a 142 do Parecer jurídico ora aprovado.

SERGIO AUGUSTO DAMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 148/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

860.270/2007-FURNAS CENTRAIS ELETRICAS SA-AI Nº163/14

860.300/2007-WALDIR DONA FERNANDES LTDA-AI Nº164/14

860.914/2007-WELLINGTON SOUSA RIBEIRO-AI Nº165/14

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

860.386/2006-FOX MINERACAO LTDA - AI Nº1.417/09 - (R$ 952,15)

860.387/2006-FOX MINERACAO LTDA - AI Nº1.418/09 - (R$ 967,38)

860.388/2006-FOX MINERACAO LTDA - AI Nº1.408/09 - (R$ 1.831,60)

861.089/2006-EURIPEDES JOSE DO CARMO - AI Nº2.021/10 - (R$ 389,80)

860.004/2007-CERÂMICA CATALÃO LTDA - AI Nº1.711/10 - (R$ 101,00)

860.038/2007-MINERAÇÃO PLANALTO LTDA - AI Nº1.681/10 - (R$ 94,96)

860.041/2007-EXTRATOR DE AREIA E TRANSPORTE LTDA - AI Nº1.729/10 - (R$ 101,00)

860.043/2007-EXTRATOR DE AREIA E TRANSPORTE LTDA - AI Nº1.682/10 - (R$ 63,87)

860.079/2007-PAULO CEZAR GUIMARÃES GOMIDES - AI Nº1.685/10 - (R$ 350,75)

860.094/2007-CALVINO MARTINS CALASANS - AI Nº1.730/10 - (R$ 2.179,76)

860.095/2007-CALVINO MARTINS CALASANS - AI Nº1.731/10 - (R$ 2.281,04)

860.096/2007-ENIO PEREIRA DA ROCHA - AI Nº1.732/10 - (R$ 98,98)

860.098/2007-MIGUEL ARCANJO DE CAMARGO NETO - AI Nº1.686/10 - (R$ 55,45)

860.106/2007-LUDELMAR MARQUES DE ARAUJO - AI Nº1.689/10 - (R$ 416,12)

860.107/2007-ELIZABETH CRISTINA DA COSTA - AI Nº1.733/10 - (R$ 12,65)

860.142/2007-ANTÔNIA MAGNA PEREIRA - AI Nº1.690/10 - (R$ 99,73)

860.158/2007-QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA - AI Nº1.691/10 - (R$ 202,00)

860.163/2007-NILTO CALIXTO DA SILVA - AI Nº1.066/08 - (R$ 84,38)

860.165/2007-EVANGELISTA ALVES TEODORO E IRMÃOS LTDA - AI Nº1.735/10 - (R$ 100,68)

860.166/2007-SÃO PEDRO MINERAÇÃO E INDUSTRIA LTDA - AI Nº1.736/10 - (R$ 1.930,41)

860.183/2007-NASSIM MAMED JÚNIOR - AI Nº1.737/10 - (R$ 202,00)

860.238/2007-EXTRATOR DE AREIA E TRANSPORTE LTDA - AI Nº1.409/10 - (R$ 224,20)

860.246/2007-EPASA - ENGENHARIA PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO LTDA - AI Nº1.412/10 - (R$ 101,00)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014061100068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14484
RUB.

Em 18 de junho de 2014

Nº 869 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 18, de 18 de junho de 2009, e o que consta dos processos ANP de autorização e de recadastramento n.ºs 48610.003250/2000-58 e 48610.011619/2012-30, torna pública a habilitação da sociedade PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.613.421/0001-86, situada à Av. Trajano de Araújo Viana, 2500, Bairro Cinco, Município Contagem-MG, 32010-090, para o exercício da atividade de produtor de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

RETIFICAÇÃO

Na Autorização ANP nº 230, de 16/6/2014, publicada no DOU de 17/6/2014, Seção 1, págs. 93 e 94, no art. 1º.

Onde se lê:

a.1) Armazenamento - 50 Tanques

Capacidade (m³)	Altura (m)	Diâmetro (m)
2087,50	14,60	14,13
2085,43	14,58	14,13
1045,95	14,56	10,00
1045,22	14,58	10,00
1046,96	14,58	10,00
1045,28	14,53	10,00
1043,66	14,59	10,00
1045,81	14,55	10,00
1046,40	14,59	10,00
1047,08	14,57	10,00
1581,28	14,62	12,29
1580,40	14,60	12,29
1577,59	14,63	12,29
2088,27	14,61	14,13
3126,49	14,66	17,31
3127,92	14,61	17,31
3129,91	14,64	17,31
619,12	14,27	7,79
620,36	14,26	7,79
620,48	14,26	7,80
620,91	14,26	7,80
620,02	14,24	7,79
620,75	14,25	7,80
621,10	14,28	7,80
620,94	14,27	7,80
620,26	14,30	7,800
5400,45	19,94	18,990
5405,32	19,92	18,990
5405,91	19,90	18,990
5411,48	19,90	18,990
10951,59	19,86	26,990
10938,76	19,85	18,990
3081,549	19,68	14,103
3077,565	16,68	14,094
10340,123	17,99	26,999
6125,687	19,80	19,953
6220,353	19,80	19,964
6218,840	19,80	19,954
6226,564	19,81	19,955
1066,573	16,61	9,006
1066,904	16,63	9,013
1064,931	16,63	9,012
1065,221	16,62	9,005
5305,200	18,65	18,998
5331,227	18,68	18,994
5301,257	18,68	18,995
2690,522	18,67	13,499
5338,810	18,66	18,992
5323,073	18,66	18,994
2686,863	18,69	13,498

a.4) Movimentações

Leia-se:

a.1) Armazenamento - 50 Tanques

Tanque	Capacidade (m³)	Altura (m)	Diâmetro (m)
TQ-01-2601	2087,50	14,60	14,13
TQ-01-2602	2085,43	14,58	14,13
TQ-01-2603	1045,95	14,56	10,00
TQ-01-2604	1045,22	14,58	10,00
TQ-01-2605	1046,96	14,58	10,00
TQ-01-2606	1045,28	14,53	10,00
TQ-01-2607	1043,66	14,59	10,00
TQ-01-2608	1045,81	14,55	10,00
TQ-01-2609	1046,40	14,59	10,00
TQ-01-2610	1047,08	14,57	10,00
TQ-01-2611	1581,28	14,62	12,29
TQ-01-2612	1580,40	14,60	12,29
TQ-01-2613	1577,59	14,63	12,29
TQ-01-2614	2088,27	14,61	14,13
TQ-01-2615	3126,49	14,66	17,31
TQ-01-2616	3127,92	14,61	17,31
TQ-01-2617	3129,91	14,64	17,31
TQ-01-2618	619,12	14,27	7,79
TQ-01-2619	620,36	14,26	7,79
TQ-01-2620	620,48	14,26	7,80
TQ-01-2621	620,91	14,26	7,80
TQ-01-2623	620,02	14,24	7,79
TQ-01-2624	620,75	14,25	7,80
TQ-01-2625	621,10	14,28	7,80
TQ-01-2626	620,94	14,27	7,80
TQ-01-2627	620,26	14,30	7,800
TQ-01-2628	5400,45	19,94	18,990
TQ-01-2629	5405,32	19,92	18,990
TQ-01-2630	5405,91	19,90	18,990
TQ-01-2631	5411,48	19,90	18,990
TQ-01-2632	10951,59	19,86	26,990
TQ-01-2633	10938,76	19,85	18,990
TQ-01-2642	3081,549	19,68	14,103
TQ-01-2643	3077,565	16,68	14,094
TQ-01-2644	10340,123	17,99	26,999
TQ-01-2645	6125,687	19,80	19,953
TQ-01-2646	6220,353	19,80	19,964
TQ-01-2647	6218,840	19,80	19,954
TQ-01-2648	6226,564	19,81	19,955
TQ-01-2649	1066,573	16,61	9,006
TQ-01-2650	1066,904	16,63	9,013
TQ-01-2651	1064,931	16,63	9,012
TQ-01-2652	1065,221	16,62	9,005
TQ-01-2653	5305,200	18,65	18,998
TQ-01-2654	5331,227	18,68	18,994
TQ-01-2655	5301,257	18,68	18,995
TQ-01-2656	2690,522	18,67	13,499
TQ-01-2657	5338,810	18,66	18,992
TQ-01-2658	5323,073	18,66	18,994
TQ-01-2659	2686,863	18,69	13,498

a.2) Movimentações

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA
Em 18 de junho de 2014

Nº 866 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 581, de 11 junho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 758, de 11 de junho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 644, de 26 de maio de 2014, resolveu aprovar o Plano de Desenvolvimento do Campo Rabo Branco (Contrato de Concessão nº 48610.009198/2005-58), operado pela empresa Petrogal Brasil S.A., condicionada ao cumprimento da seguinte determinação: concluída a perfuração dos poços (LOC-1, LOC-2, LOC-3D e LOC-4D), a Concessionária deverá encaminhar a revisão do Plano de Desenvolvimento do Campo Rabo Branco, até 28/02/2016, contemplando os resultados obtidos nesta primeira fase de desenvolvimento e as atividades comprometidas na Segunda Fase de desenvolvimento do campo.

Nº 687 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 582, de 11 junho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 758, de 11 de junho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 633, de 26 de maio de 2014, resolveu aprovar a revisão do Plano de Desenvolvimento do Campo de Araracanga (Contrato de Concessão nº 48000.003455/97-64), Bacia de Solimões, operado pela empresa Petróleo Brasileiro S.A, condicionada à instalação do sistema de medição definitivo até 31 de dezembro de 2014.

Nº 868 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 588, de 11 junho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 758, de 11 de junho de 2014, com base na Proposta de Ação nº 670, de 4 de junho de 2014, resolveu conhecer do pedido de reconsideração interposto pela empresa Petróleo Brasileiro S.A., referente à Resolução de Diretoria nº 220/2014 e, no mérito, dar provimento parcial, determinando a alteração do item VIII da referida Resolução, que passa a ter a seguinte redação: "VIII) a realização de vistoria especial pela classificadora e a execução dos reparos necessários para a continuidade da operação do FPSO Brasil no campo de Roncador ou uma nova estratégia de produção, a ser apresentada no âmbito da próxima revisão do Plano de Desenvolvimento, que assegure um incremento adicional de produção, dentro do período contratual, de um volume equivalente à produção de uma plataforma da capacidade do FPSO Brasil em 10 anos (volume entre 243MMboe e 290MMboe)."

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO nº 95/2014-DF

Processo nº 850.356/2009 (1971), 850.205/2011 850.206/2011 (156), 850.219/2011 850.220/2011 (756) 950.398/2012
Interessado: Cooperativa dos Garimpeiros do Xingu - COOXIN
ÔNIX Empreendimentos Minerários Ltda.
Viana Ltda. EPP
Norte Energia S.A.
Assunto: Pedido de Reconsideração de despacho decisório que atribuiu efeito suspensivo parcial ao recurso administrativo.

Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe no Despacho nº 1309/2014/PROGE/DNPM/AMGS, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, e, considerando o princípio da ampla defesa e havendo iminente risco de dano irreparável à execução da obra, cujo interesse público está demonstrado, DEFIRO o Pedido de Reconsideração, interposto pela Interessada e, em consequência, ATRIBUO EFEITO SUSPENSIVO ao Recurso interposto pela Norte Energia S/A, a fim de que se RESTABELEÇA a Declaração de Dispensa do Título Minerário também em relação à JAZIDA 1.

SÉRGIO AUGUSTO DAMASO DE SOUSA

DNPM Nº 48402-920365/2013-89.
Estrella de Galicia Importação e Comercialização de Bebidas e Alimentos Ltda.
Marca: Magma de Cabreiroá
Marca: Cabreiroá Industria da Espanha

Autorizo a importação e comercialização de água mineral com gás em garrafas de alumínio de 250 mL e de 500 mL.

Garrafas de Vidro, de 330 ml, 500m. e 1L(sem gás e com gás)

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 66/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Vicenza Mineração e Participações s a. - 871679/11, 871680/11, 871681/11, 871683/11, 871684/11, 871687/11, 871688/11, 871690/11, 871691/11, 871693/11, 871694/11, 871695/11, 871699/11, 871702/11, 871703/11, 871704/11, 871705/11, 871706/11, 871707/11, 871708/11, 871710/11, 871711/11, 871712/11, 871715/11, 871716/11, 871718/11, 871720/11, 871725/11, 871726/11, 871728/11, 871729/11, 871732/11, 871733/11, 871734/11, 871735/11, 871736/11, 871737/11, 871741/11, 871743/11, 871744/11, 871746/11, 871748/11, 871749/11, 871750/11, 871751/11, 871752/11, 871755/11, 871759/11, 871760/11

W.C. Transportesz & Contruções Ltda me - 872608/10

RELAÇÃO Nº 67/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Vicenza Mineração e Participações s a. - 871764/11, 871765/11, 871768/11, 871769/11, 871770/11, 871771/11, 871776/11, 871777/11, 871778/11, 871779/11, 871780/11, 871781/11, 871783/11, 871785/11, 871786/11, 871787/11, 871790/11, 871791/11, 871792/11, 871793/11, 871794/11, 871795/11, 871796/11, 871797/11, 871798/11, 871799/11, 871802/11, 871807/11, 871809/11, 871810/11, 871823/11, 871822/11, 871821/11, 871820/11, 871815/11, 871816/11, 871812/11, 871828/11, 871829/11, 871830/11, 871831/11, 871832/11, 871833/11, 871834/11, 871836/11, 871837/11, 871838/11, 871839/11, 871841/11, 871842/11

RELAÇÃO Nº 68/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Everaldo Bispo Dos Santos - 872054/11

Garrote Mining Pesquisa Mineral Ltda Spe - 871954/11, 871955/11, 871956/11, 871957/11, 872043/11

Hélio Ferraz Pereira - 872032/11, 872033/11

Mineração Pedreira da Bahia Ltda me - 872037/11

Minerporto Mineradora Porto Nacional Ltda - 872204/11, 872204/11

Paili Bahia Mineração Ltda - 872239/11

Vicenza Mineração e Participações s a. - 871843/11, 871845/11, 871846/11, 871847/11, 871849/11, 871850/11, 871852/11, 871853/11, 871854/11, 871855/11, 871856/11, 871857/11, 871858/11, 871859/11, 871861/11, 871865/11, 871867/11, 871868/11, 871874/11, 871875/11

DANILO MARIO BEHRENS CORREIA

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14495
MP
RUB.

821.360/2012-ORLANDO BAZITO FILHO-ALVARÁ Nº 10.794 Publicado DOU de 23/10/2013- Onde se lê:"...numa área 729,49 ha...". Leia-se: numa área de 696,49 ha...".

831.832/2012-TUNAI TUPINAMBAS FARIA-ALVARÁ Nº 8.297 Publicado DOU de 13/12/2012- Onde se lê:"...numa área 640,17 ha...". Leia-se: numa área de 595,81 ha...".

860.001/2012-EDMUNDO DE SOUZA RIBEIRO NETO-ALVARÁ Nº 6.472 Publicado DOU de 21/07/2014- Onde se lê:"...numa área 299,6 ha...". Leia-se: numa área de 203,27 ha...".

861.772/2012-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME-ALVARÁ Nº 5.597 Publicado DOU de 13/06/2014- Onde se lê:"...numa área 566,94 ha...". Leia-se: numa área de 8,61 ha...".

821.080/2013-CERÂMICA POR DO SOL LTDA.-ALVARÁ Nº 2.286 Publicado DOU de 24/03/2014- Onde se lê:"...numa área 783,53 ha...". Leia-se: numa área de 751,55 ha...".

860.201/2014-RAFAELLA MENDES DE FREITAS-ALVARÁ Nº 5.545 Publicado DOU de 13/06/2014- Onde se lê:"...numa área 220,78 ha...". Leia-se: numa área de 188,03 ha...".

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)

805.238/1976-FERROGEO MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 16/12/2010, Relação nº 321/2010, Seção 1, pág. 98- Onde se lê:"...FERROGEO MINERAÇÃO LTDA - CNPJ 47.190.335/0001-83...". Leia-se:"...FLAMARGILA MINERAÇÃO

RELAÇÃO Nº 208/2014-SEDE - DF

Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)

820.298/2002-MORRO VERMELHO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA LTDA.- Arrendatário:MINERADORA BANDEIRANTES LTDA- CNPJ 15.653.0003/0001-00 - Termino do arrendamento: 12(doze) anos, a partir da averbação no DNPM.

820.058/2005-MINERAÇÃO PICARELLI & SCATOLIN LTDA ME- Arrendatário:MCM MINERADORA LTDA EPP- CNPJ 19.198.219/0001-75 - Termino do arrendamento: ATÉ 06/04/2044

Fase de Requerimento de Lavra
Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)

896.532/2007-L. MARINATO MINERAÇÃO ME- REQUERIMENTO DE LAVRA

Fase de Autorização de Pesquisa
Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)

891.432/1994-MINERAÇÃO IRMÃOS CASTELLARI LTDA. ME- ALVARÁ DE PESQUISA Nº 3.338/2004 - Bloqueado em 03/12/2013

896.127/2005-MINERAÇÃO IRMÃOS CASTELLARI LTDA. ME- ALVARÁ DE PESQUISA Nº 2.639/2007 - Bloqueado em 03/12/2012

896.263/2009-MINERAÇÃO IRMÃOS CASTELLARI LTDA. ME- ALVARÁ DE PESQUISA Nº 11.303/2009 - Bloqueado em 03/12/2012

896.269/2011-MINERAÇÃO IRMÃOS CASTELLARI LTDA. ME- ALVARÁ DE PESQUISA Nº 9.210/2014 - Bloqueado em 03/12/2012

Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)

Exequente:VALDEMIR JOSÉ MONTEIRO- CPF ou CNPJ 096.976.187-20- DNPM 896.086/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-ALVARÁ Nº 10.614/2014

Exequente:VALDEMIR JOSÉ MONTEIRO- CPF ou CNPJ 096.976.187-20- DNPM 896.382/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-ALVARÁ Nº 11.646/2013

Exequente:VALDEMIR JOSÉ MONTEIRO- CPF ou CNPJ 096.976.187-20- DNPM 896.072/2014-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-ALVARÁ Nº 6640/2014

Exequente:VALDEMIR JOSÉ MONTEIRO- CPF ou CNPJ 096.976.187-20- DNPM 896.162/2014-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-ALVARÁ Nº 6664/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)

Exequente:VALDEMIR JOSÉ MONTEIRO- CPF ou CNPJ 096.976.187-20- DNPM 896.148/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-REQURIMENTO DE PESQUISA Nº /

Fase de Licenciamento
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)

Exequente:VALDEMIR JOSÉ MONTEIRO- CPF ou CNPJ 096.976.187-20- DNPM 896.557/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-REGISTRO DE LICENÇA Nº 009/2014

Referência: Processo DNPM nº 950.398/2012
Interessado:Norte Energia S.A.
Assunto:Revoga decisão
Considerando os termos do despacho de fl. 207, da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários-DGTM/DNPM, onde aponta que as Jazidas I e III estão fora da área da Licença de Instalação, REVOGO o efeito suspensivo concedido ao recurso interposto pela Norte Energia S.A., nos autos do Processo nº 950.398/2012, por meio de decisão publicada no D.O.U. de 20/06/2014.

SÉRGIO AUGUSTO DÁMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 52/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: g da Silva Correia me Cpf/cnpj :84.419.597/0001-01 - Processo minerário: 858053/11 - Processo de cobrança: 958135/14 Valor: R$.2.428,91, Processo minerário: 858053/11 - Processo de cobrança: 958136/14 Valor: R$.2.462,63

RELAÇÃO Nº 53/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Celio José Dos Santos - 858029/11 - A.I. 33/14

RELAÇÃO Nº 55/2-14

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Amapá Metals Corporation Ltda - 858022/11, 858156/11
Greiphil Minas Ltda - 858094/05
Joabe Costa de Farias - 858155/11

GEORGE MORAIS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 108/14

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou inicio de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Bbm Desenvolvimento Mineral Ltda - 880263/08
Carlos Hallen Felix Barros - 880408/11
Djeine Vancan Martins - 880369/11
Espólio de José Valderi de Oliveira - 880071/07, 880074/07, 880075/07, 880076/07, 880078/07
Ppw Pesquisa e Mineração Ltda - 880527/08, 880528/08, 880530/08, 880531/08, 880532/08, 880534/08, 880535/08, 880536/08, 880537/08, 880538/08, 880539/08, 880540/08, 880541/08

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 230/2014

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

003.409/1957-AGUA MINERAL DIAS D'AVILA S/A-Fonte: Nossa Senhora de Fátima, Marca: Dias D'Avila, Embalagens: de 200ml (sem gás), 300ml (sem gás), 330ml (com gás e sem gás),500ml (com gás e sem gás),1500ml (sem gás), 2000ml (sem gás), 5000ml (sem gás) e 20l(sem gás). Marca: Dias D'Avila Premium, Embalagens: 350ml (com gás e sem gás).Marca: Dias D'Avila Sport, Embalagem: 500ml (sem gás).- DIAS D'AVILA/BA

OSMAR ALMEIDA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 342/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

860.151/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-OF. Nº1407/2014

860.152/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-OF. Nº1407/2014

860.153/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-OF. Nº1407/2014

860.154/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-OF. Nº1407/2014

860.155/2014-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-OF. Nº1407/2014

860.200/2014-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. Nº14082014

860.207/2014-ADEMIR MARTINS COSTA-OF. Nº1411/2014

860.208/2014-ADEMIR MARTINS COSTA-OF. Nº1411/2014

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

860.625/2014-GOTABRI MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA. EPP-OF. Nº1442/2014

860.834/2014-IZAIR ALVES PEREIRA-OF. Nº1435/2014

860.975/2014-VALDEMAR RIBEIRO DA SILVA-OF. Nº1439/2014

861.044/2014-EDSON WANDER SANTOS OLIVEIRA-OF. Nº1436/2014

861.047/2014-CERÂMICA S.VICENTE LTDA-OF. Nº1437/2014

861.076/2014-SIMAURO VALDIVINO GONÇALVES DOS SANTOS-OF. Nº1438/2014

RELAÇÃO Nº 346/2014

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que houve a apresentação do(s) recurso(s) administrativo(s) fora do prazo legal (intempestivamente) ou perante órgão incompetente ou por quem não seja legitimado; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3.º, IX, da Lei n.º 8.876/94, c/c as Leis n.º 7.990/89, n.º 8.001/90, art.º 61 da Lei n.º 9.430/96, Lei n.º 9.993/00, n.º 10.195/01 e n.º 10.522/02), sob pena de inscrição em Divida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança n.º 961.037/2008
Notificado (a): Rebica Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ/CPF n.º 00.969.944/0001-71 NFLDP n.º 024/2004
Valor: R$ 841.668,21 Decisão n.º 069/2014
Processo de Cobrança n.º 960.734/2007
Notificado (a): Pedreira Izaira Indústria e Comércio Ltda
CNPJ/CPF n.º 01.551.829/0001-45 NFLDP n.º 020/2007
Valor: R$ 82.687,02 Decisão n.º 070/2014
Processo de Cobrança n.º 960.714/2007
Notificado (a): Pedreira Izaira Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ/CPF n.º 01.551.829/0001-45 NFLDP n.º 019/2007
Valor: R$ 1.042.360,13 Decisão n.º 071/2014

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 143/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cerâmica Bloco Forte Ltda - 806420/11 - Not.235/2014 - R$ 3.004,96

RELAÇÃO Nº 145/2014

Fica o abaixo relacionado ciente de que não houve a apresentação da defesa administrativa; restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 906. 295 /201 4
Notificado: SEBASTIÃO SAMPAIO MOURA - FI
CNPJ: 01.249.519/0001-70
NFLDP nº: 197 /201 4
Valor: R$ 55. 573,98 (cinquenta e cinco mil quinhentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos)

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 155/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa desistência da prorrogação do prazo do alvará de Pesquisa(114)

866.230/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A

Determina o arquivamento definitivo do processo(279)

866.656/2013-LUIS CARLOS DIDONE

866.657/2013-LUIS CARLOS DIDONE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

866.643/2012-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA

866.132/2013-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA

866.133/2013-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA

866.594/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.

866.596/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.

866.597/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.

866.598/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014122200082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS 14486
MP
RUB.

48600.002886/2014 - 05	GT OIL TEC SYNT	SAE 5W-40	API SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A GASOLINA, ETANOL E GNV.	16544
48600.002896/2014 - 32	PENTAX RR - I RACING	SAE 20W50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A GASOLINA, ETANOL E GNV.	9118
48600.002894/2014 - 43	GT OIL MAX TURBO	SAE 15W-40	API CG-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A DIESEL	16543

CRISTIANE ZULIVIA DE ANDRADE MONTEIRO

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
NIRE 53300000859 / CNPJ nº 00001180/0001-26

ATA DA 648ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2012

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, reuniu-se no Ministério de Minas e Energia, Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 9º andar, sala Plenária, Brasília - DF, no dia 16.04.2012, às 14h. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN, estando presentes os Conselheiros JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO, WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA, LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA, ARLINDO MAGNO DE OLIVEIRA, JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA, MAURÍCIO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO e BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS. Ausente a Conselheira VIRGINIA PARENTE DE BARROS, por motivo justificado. DECISÕES: (i) aprovar o Relatório da Administração do exercício findo em 31.12.2011 e as Demonstrações Financeiras da Eletrobras e Consolidadas do Sistema Eletrobras; e o Sr. Presidente do Conselho anunciou aos presentes que a pauta da reunião era especial por se tratar da recleição do Presidente e da recondução dos Diretores da Eletrobras, nos termos do artigo 143 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 25, Inciso XIV, do Estatuto Social da Empresa. O Conselho de Administração, tendo em vista o encerramento do mandato da Diretoria Executiva da Eletrobras, cuja composição original foi eleita na 600ª Reunião do Conselho de Administração, com mandato até 25.04.2012 e considerando: que a Lei 6404/76, a chamada Lei das S.A., estabelece em seu artigo 143, inciso III, que o prazo de gestão da Diretoria não poderá ser superior a 3 anos, permitida a reeleição e que pelo artigo 142, inciso II, da mesma Lei, é de competência do Conselho de Administração eleger e destituir os Diretores da Companhia. (ii) Recondução da Diretoria Executiva da Eletrobras: recondução dos atuais membros da Diretoria Executiva da Eletrobras para um novo mandato, a contar do dia 26.04.2012 e a encerrar-se no dia 25.04.2015, pelas pessoas a seguir nomeadas e qualificadas que, além dos deveres e responsabilidades próprios, serão os gestores das áreas de atividades que lhe forem atribuídas: eleito para o cargo de Presidente o Conselheiro JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO, brasileiro, casado, Mestre em Engenharia Elétrica e Graduação em Engenharia Elétrica pela UFMG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, Rua José Ferreira Cascão, 28, apartamento 2300, portador do CPF nº 044.602.786-34 e RG nº 107.024 SSP/MG, expedida em 28.04.1972; eleito para o cargo de Diretor o Senhor MIGUEL COLASUONNO, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Avenida Antônio Batuira, 133, Alto do Pinheiros, São Paulo - SP, portador da Carteira de Identidade nº 2.272.714, expedida em 28.04.2006, pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 004.197.618-53, com as atribuições da Diretoria de Administração; eleito para o cargo de Diretor o Senhor MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, residente e domiciliado na Rua Deputado Bernardino de Sena Figueiredo 227, apartamento 901, Bairro Cidade Nova, Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº 1111582, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF sob o nº 154695816-91, para o cargo de Diretor de Distribuição; eleito para o cargo de Diretor o Senhor ARMANDO CASADO DE ARAUJO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na SQSW 305 - bloco "J", apartamento nº 209, Sudoeste, Brasília - DF, portador da Carteira de Identidade nº 2.841.485 - SSP/DF, expedida em 03.02.2009 e inscrito no CPF sob o nº 671.085.208-34, com as atribuições da Diretoria Financeira e de Relações com os Investidores; eleito para o cargo de Diretor o Senhor VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Avenida Ferdinand Kisslinger, nº 80 - Bloco A - apto. 1202, Bairro Jardim Europa, Porto Alegre - RS, carteira de identidade nº 1030267569, expedida pelo SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 140.678.380-34, com as atribuições da Diretoria de Geração; eleito para o cargo de Diretor o Senhor JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES, brasileiro, divorciado, engenheiro eletricista, residente e domiciliado na Rua Aníbal de Mendonça, 32, apº n 402 - Ipanema - RJ, carteira de identidade nº 616.300, expedida em 27.05.1975, pela SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 005.135.394-68, com as atribuições da Diretoria de Transmissão. Os respectivos Termos de Posse deverão ser assinados a partir de 26.04.2012 pelo Exmo. Ministro de Estado de Minas e Energia, no caso do Presidente da Eletrobras e pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração no caso dos Diretores e pelos próprios, tudo em conformidade com o que prescrevem os artigos 143 e 149, da Lei nº 6.404, de 15.12.76 e o artigo 20 do Estatuto da Empresa. ASSUNTOS GERAIS: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho deu por encerrados os trabalhos. Certifico, na qualidade de Secretário-Geral da SEXAGENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA Reunião que o texto acima é transcrição integral e fiel da Ata que consta no 27º Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, às folhas 056 e seguintes, vai assinada pelos presentes e por mim AFRÂNIO ALENCAR MATOS Fº, Secretário do Conselho, que a lavrei. (aa) MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN - Presidente; JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO; WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA; JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA; MAURÍCIO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO; LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA; ARLINDO MAGNO DE OLIVEIRA; e BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS - Conselheiros.

MARIA SILVIA SAMPAIO SANT'ANNA
Secretária-Geral
Em Exercício

ATA DA 2510ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013

Certifico, para os devidos fins, que Diretoria Executiva da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, reuniu-se no Escritório Central da Empresa, no Rio de Janeiro, RJ, no dia 10.10.2013, às 9h. Presentes o Sr. MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA, representando o Presidente JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO, o Diretor Interino Sr. MANOEL AGUINALDO GUIMARÃES, o Diretor MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA, o Diretor VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, o Diretor ARMANDO CASADO DE ARAUJO e o Sr. RENATO PEREIRA MAHLER, Coordenador Geral Interino da Diretoria de Transmissão - DT, substituindo o Diretor JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES. Também presentes o Sr. LUIZ AUGUSTO P. A. FIGUEIRA, Chefe da Superintendência de Planejamento, Gestão Estratégica e Sustentabilidade, o Sr. BRUNO CAMPOS BARRETTO, Chefe do Gabinete da Presidência Interino e o Sr. ANTONIO FREDERICO PEREIRA DA SILVA, Consultor Jurídico. DECISÃO: RES-697/2013. Indicação de MANOEL AGUINALDO GUIMARÃES como Diretor de Administração Interino. 1. aprovar a nomeação de MANOEL AGUINALDO GUIMARÃES, para responder interinamente pela Diretoria de Administração a partir 07.10.2013, em substituição a MIGUEL COLASUONNO, por motivo de falecimento, até decisão superior do Conselho de Administração desta Empresa, em conformidade com o disposto no artigo 32, § 3º do Estatuto Social da Eletrobras, podendo praticar, durante a interinidade, todos os atos que caibam ao Diretor substituído, independentemente de sua natureza; 2. determinar que a Diretoria Financeira - DF e que a Diretoria de Administração - DA, através do Departamento de Tecnologia da Informação - DAI, do Departamento de Gestão de Pessoas - DAG e o Departamento de Desenvolvimento Organizacional - DAO adotem as providências necessárias ao cumprimento desta Resolução. O Diretor nomeado é brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado na Rua Palma, 31 Quintino - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 03926339-7, expedida pelo DETRAN/RJ, em 28.08.2013, e inscrito no CPF sob o nº 409.210.777-34. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente em exercício deu por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura desta certidão da deliberação que, após lida e aprovada, vai assinada por mim MARIA SILVIA SAMPAIO SANT'ANNA, Secretária-Geral Interina, que a lavrei. As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas nesta certidão, por dizerem respeito a interesses meramente internos à Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante o "caput" do Artigo 155 da Lei nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no parágrafo 1º do artigo 142 da citada Lei.

MARIA SILVIA SAMPAIO SANT'ANNA
Secretária-Geral
Interina

ATA DA 691ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2014

Certifico, para os devidos fins, que aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às 10h, no Escritório Central da Eletrobras na Av. Presidente Vargas nº 409 - 15º andar, no auditório da UNISE, Rio de Janeiro - RJ, reuniu-se o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho, MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN, estando presentes os Conselheiros JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO, JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA, LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA, MAURÍCIO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO, WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA, JAILSON JOSÉ MEDEIROS ALVES e JOÃO ANTONIO LIAN. DECISÃO: Eleito, por unanimidade, e empossado no cargo de Diretor de Assuntos Regulatórios, o Senhor JOSIAS MATOS DE ARAUJO, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, residente e domiciliado à SQSW 300, Bloco B, Ap. 401, Sudoeste, Brasília - DF, portador da Carteira de Identidade nº 762.523, expedida pela SSP/PA, e inscrito no CPF sob o nº 039.310.132-00, para cumprir mandato a contar desta data e encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho deu por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura desta certidão que, após lida e aprovada, vai assinada por mim MARIA SILVIA SAMPAIO SANT'ANNA, Secretária do Conselho, que a lavrei. As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas nesta certidão, por dizerem respeito a interesses meramente internos à Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante o "caput" do Artigo 155 da Lei nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no parágrafo 1º do artigo 142 da citada Lei.

MARIA SILVIA SAMPAIO SANT'ANNA
Secretária-Geral
Interina

ATA DA 694ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 2014

NIRE 53300000859 / CNPJ nº 00001180/0001-26

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, reuniu-se no Escritório da Empresa, na Av. Presidente Vargas nº 409 - 13º andar, Rio de Janeiro - RJ, em videoconferência com o Ministério de Minas e Energia, no Distrito Federal e teleconferência com o Estado de São Paulo-SP, no dia 07.08.2014, às 14h. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho, MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN, estando presentes os Conselheiros JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO, JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA, LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA, JAILSON JOSÉ MEDEIROS e JOÃO ANTONIO LIAN. Ausentes por motivos justificados os Conselheiros WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA e MAURÍCIO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO. DECISÃO: Eleito, por unanimidade, o Senhor ALEXANDRE VAGHI DE ARRUDA ANIZ, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Al. Tietê, 89 - Apto 41, Cerqueira César, São Paulo - SP, portador da Carteira de Identidade nº 19.824.038-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 253.377.108-26 para o cargo de Diretor de Administração, para cumprir mandato a contar desta data e a encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho deu por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura desta certidão que, após lida e aprovada, vai assinada por mim MARIA SILVIA SAMPAIO SANT'ANNA, Secretária do Conselho, que a lavrei. As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas nesta certidão, por dizerem respeito a interesses meramente internos à Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante o "caput" do Artigo 155 da Lei nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no parágrafo 1º do artigo 142 da citada Lei.

MARIA SILVIA SAMPAIO SANT'ANNA
Secretária-Geral
Interina

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL

Referência: Processo nº 850.356/2009 850.205/2011 850.206/2011 850.219/2011 850.220/2011 950.398/2012
Interessado:Cooperativa dos Garimpeiros do Xingu - COOXIN
ÔNIX Empreendimentos Minerários Ltda.
Viana Ltda. EPP
Norte Energia S.A.
Assunto:Despacho decisório do restabelecimento do efeito suspensivo ao recurso da Norte Energia S/A, nos autos do processo nº 950.398/2012, somente no que se referente à Declaração de Dispensa de Título Minerário.

A Diretoria de Gestão de Títulos Minerários,

Considerando o exposto no Despacho nº 011/2015/AMGS/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, o risco de dano irreparável à execução da obra da UHE de Belo Monte, e os termos do despacho da fl. 377, da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários - DGTM/DNPM, decido pelo restabelecimento do efeito suspensivo ao recurso da Norte Energia S/A, nos autos do processo nº 950.398/2012, somente no que se referente à Declaração de Dispensa de Título Minerário.

SÉRGIO AUGUSTO DÁ MASO DE SOUSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015011200032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM BRANCO

DNPM

Departamento Nacional de Produção Mineral

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14437 MP RUB.

PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA N° 06/2010, de 28 DE ABRIL DE 2010.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, no uso da competência de que trata o art. 4°, da Lei n° 7.805, de 18 de julho de 1989, publicada no Diário Oficial da União de 20 de Julho de 1989, resolve:

I - Outorgar pelo prazo de 5(CINCO) ano(s), COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO XINGU, a permissão para extrair DIAMANTE no(s) Município(s) de ANAPU/PA, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/PA, VITÓRIA DO XINGU/PA, numa área de 996,83ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):
03°06'57,710''S/51°42'41,698''W;
03°06'57,710''S/51°44'51,242''W;
03°05'36,571''S/51°44'51,242''W;
03°05'36,581''S/51°42'41,698''W;
03°06'57,710''S/51°42'41,698''W; em SAD 69.

II - Além das hipóteses previstas nos §§ 1° e 3° do art. 9° da Lei n° 7.805, de 18 de julho de 1989, a presente permissão poderá ainda ser cancelada caso o permissionário não apresente, quando for o caso, a necessária renovação da licença ambiental pertinente ao período de vigência desta permissão.

III - Esta permissão entra em vigor na data de sua publicação.(DNPM n° 850.356/2009) - (Cód. 5.13).

MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY

(Empenho 2008NE900019)

05 05 2010

Transcrito no Livro I-73 . Fls. 80

Em 13/05/2010

CADASTRO/DICAM/DNPM

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14498
RUB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/PA

Licença de Operação

LO Nº.: 4516/2010 | **VALIDADE ATÉ: 11/04/2014**

PROCESSO Nº.: 2010/0000002678 | DATA DO PROTOCOLO: 05/02/2010

*A **Secretaria de Estado de Meio Ambiente**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº. 5.457, de 11 de maio de 1.988, alterada pelas Leis nº. 5.752, de 26 de julho de 1.993 e nº. 7.026, de 30 de julho de 2.007, e em conformidade com a Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1.995, concede a presente licença ao empreendimento abaixo discriminado.*

NOME / RAZÃO SOCIAL/ DENOMINAÇÃO:	PORTE:
COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO XINGU LTDA	C-III

ENDEREÇO: Rua João Pinho, Nº 1940, Bairro Brasília.

MUNICÍPIO:	CEP:
Altamira - PA	68.375-490
INSC. ESTADUAL/RG:	**CNPJ/CPF:**
15-233780-6	14.124.986/0001-16

ATIVIDADE / TIPOLOGIA:
05 - PESQUISA, LAVRA E BENEFICIAMENTO MINERAL
0506 - Lavra Garimpeira

TIPOLOGIA LICENCIADA:
0506-1 - Lavra Garimpeira

VALOR AUTORIZADO:
AR: 999,97

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE LICENCIADA:
ROD. TRANSAMAZÔNICA,KM 45, NO SENTIDO ALTAMIRA/BELO MONTE, SÍTIO SANTO ANTÔNIO, ZONA RURAL - Vitória do Xingu - PA
Coordenadas Geográficas:

OBSERVAÇÕES:
Esta Licença de operação - LO é válida exclusivamente para a Lavra Garimpeira de Diamante dentro de corpo hídrico, gerando como subproduto Areia e Cascalho. DNPM 850.356/2009.

OBRIGAÇÕES

- Publicar a sua concessão, no prazo máximo de 30(trinta) dias, observando os termos da resolução CONAMA nº. 0006, de 24 de janeiro de 1986, do Decreto nº. 99.274, de 06 de junho de 1990 e da Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1995;
- Solicitar sua renovação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do prazo do término de sua vigência;
- Comunicar de imediato a esta secretaria qualquer alteração nas informações que subsidiaram a sua concessão;
- Dar cumprimento às condicionantes constantes no verso deste documento (Anexo I).

LOCAL E DATA: Belém - PA, 12 de abril de 2010

ANÍBAL PESSOA PICANÇO
Secretário de Estado de Meio Ambiente - SEMA/PA

José Cláudio Moreira Cunha
Secretário Adjunto de Meio Ambiente
SEMA

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14488
MP
RUB.

ANAPU - PA

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 028/2011

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Anapu – SEMMAT, através de seu Secretário, no uso de suas atribuições que lhe confere a Constituição Federal, nos art. 23, 30 e 225; resolução CONAMA nº 237/97, Lei Municipal nº 063/2001 e o Código Ambiental Municipal, Lei nº 152/2009, art. 108, 109 e 110, concede AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL à Empresa **PEDRO & VIANA LTDA EP.**, CNPJ 09.325.513/0001-47, com sede na Av. Perimetral, 2083, Bairro Sudam I, na cidade de Altamira-PA, CEP 68.370.000, Autorizando a extração e comercialização de areia e cascalho na área das seguintes coordenadas geográficas:

Ponto de Amarração: 50,00 hectares Latitude: -03° 05'56,5000" Longitude: -51° 44'25,2000"		
Vértices	Latitude	Longitude
01	-03° 05'56,5000"	-51° 44'25,2000"
02	-03° 05'56,5000"	-51° 43'52,8000"
03	-03° 06'12,8000"	-51° 43'52,8000"
04	-03° 06'12,8000"	-51° 44'25,2000"

Valida até 10 de março de 2021.

Anapu, 10 de março de 2011.

Francisco de Assis dos Santos Sousa
Prefeito Municipal

Brúno Lourenço Kempner
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo
Port. 017/2009

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14500
RUB.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
SEMMAT
ANAPU - PA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ. Nº. 01.613.194 / 0001 – 63
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMMAT

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 026/2011

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Anapu – SEMMAT, através de seu Secretário, no uso de suas atribuições que lhe confere a Constituição Federal, nos art. 23, 30 e 225; resolução CONAMA nº 237/97, Lei Municipal nº 063/2001 e o Código Ambiental Municipal, Lei nº 152/2009, art. 108, 109 e 110, concede AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL à Empresa **PEDRO & VIANA LTDA EP.**, CNPJ 09.325.513/0001-47, com sede na Av. Perimetral, 2083, Bairro Sudam I, na cidade de Altamira-PA, CEP 68.370.000, Autorizando a extração e comercialização de areia e cascalho na área das seguintes coordenadas geográficas:

Ponto de Amarração: 50,00 hectares Latitude: -03° 05'48,3000" Longitude: -51° 44'25,2000"		
Vértices	Latitude	Longitude
01	-03° 05'48,3000"	-51° 44'25,2000"
02	-03° 05'48,3000"	-51° 43'20,4000"
03	-03° 05'56,5000"	-51° 43'20,4000"
04	-03° 05'56,5000"	-51° 44'25,2000"

Valida até 10 de março de 2021.

Anapu, 10 de março de 2011.

*Francisco de Assis dos Santos Sousa
Prefeito Municipal

Bruno Lourenço Kempner
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo
Port. 017/2009.

EM BRANCO

COHID/DILICI/IBAMA
FLS. 1501
RUB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/PA

Licença de Operação

LO Nº.: 6473/2012	VALIDADE ATÉ: 16/03/2014
PROCESSO Nº.: 2011/0000028197	DATA DO PROTOCOLO: 22/09/2011

*A **Secretaria de Estado de Meio Ambiente**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº. 5.457 de 11 de maio de 1.988, alterada pelas Leis nº. 5.752, de 26 de julho de 1.993 e nº. 7.026, de 30 de julho de 2.007, e em conformidade com a Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1.995, concede a presente licença ao empreendimento abaixo discriminado.*

NOME / RAZÃO SOCIAL/ DENOMINAÇÃO:	PORTE:
PEDRO E VIANA LTDA	B-III

ENDEREÇO: AV. PERIMETRAL Nº2083, BAIRRO: SUDAM I.

MUNICÍPIO:	CEP:
Altamira - PA	68371-286
INSC. ESTADUAL/RG: 15-269186-3	CNPJ/CPF: 09.325.513/0001-47

ATIVIDADE / TIPOLOGIA:
05 - PESQUISA, LAVRA E BENEFICIAMENTO MINERAL
0504 - Extração de Areia e/ou Cascalho em corpos hídricos

TIPOLOGIA LICENCIADA:
0504-1 - Extração de Areia e/ou Cascalho em corpos hídricos

VALOR AUTORIZADO:
AR: 50

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE LICENCIADA:
Leito do rio Xingú - Altamira - PA
Coordenadas Geográficas:

OBSERVAÇÕES:
Esta Licença é válida exclusivamente para extração de areia e cascalho no leito do Rio Xingu, no município de Anapú, com as coordenadas geográficas: S -03°05'56,50" W -51°44'25,20"; S -03°05'56,50" W -51°43' 52,80"; S -03°06' 12,80" W -51°43'52,80"; S -03°06' 12,80" W -51° 44' 25,20", referente ao processo do DNPM nº 850.220/2011.

OBRIGAÇÕES

-Publicar a sua concessão, no prazo máximo de 30(trinta) dias, observando os termos da resolução CONAMA nº. 0006, de 24 de janeiro de 1986, do Decreto nº. 99.274, de junho de 1990 e da Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1995;
-Solicitar sua renovação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do prazo do término de sua vigência;
-Comunicar de imediato a esta secretaria qualquer alteração nas informações que subsidiaram a sua concessão;
-Dar cumprimento às condicionantes constantes no verso deste documento (Anexo I);

LOCAL E DATA: Belém - PA, 16 de março de 2

Francisca Lúcia Porpino Telles
Diretoria de Licenciamento Ambiental de Atividades Poluidoras - DILAP

Luiz Flavio Fonseca Bezerra
Coordenadoria de Licenciamento Ambiental

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém-PA
Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o Original que me foi exibido nesta data pelo que autentico esta via.
23 MAR. 2012
Em: ... da verdade
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Renata Lucia de Cruz

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1502
MP
RUB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/PA

Licença de Operação

LO Nº.: 6477/2012	VALIDADE ATÉ: 16/03/2014
PROCESSO Nº.: 2011/0000028201	DATA DO PROTOCOLO: 22/09/2011

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº. 5.45[illegible] de 11 de maio de 1.988, alterada pelas Leis nº. 5.752, de 26 de julho de 1.993 e nº. 7.026, de 30 de julho de 2.007, e em conformidade com a Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1.995,concede a presente licença ao empreendimento abaixo discriminado.

NOME / RAZÃO SOCIAL/ DENOMINAÇÃO:	PORTE:
PEDRO E VIANA LTDA	B-III

ENDEREÇO: AV. PERIMETRAL Nº2083, BAIRRO: SUDAM I.

MUNICÍPIO:	CEP:
Altamira - PA	68371-286
INSC. ESTADUAL/RG:	CNPJ/CPF:
15-269186-3	09.325.513/0001-47

ATIVIDADE / TIPOLOGIA:
05 - PESQUISA, LAVRA E BENEFICIAMENTO MINERAL
0504 - Extração de Areia e/ou Cascalho em corpos hídricos

TIPOLOGIA LICENCIADA:
0504-1 - Extração de Areia e/ou Cascalho em corpos hídricos

VALOR AUTORIZADO:
AR: 49,43

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE LICENCIADA:
Leito do rio Xingú - Altamira - PA
Coordenadas Geográficas:

OBSERVAÇÕES:
Esta Licença é válida exclusivamente para extração de areia e cascalho no leito do Rio Xingu, no município de Anapú, com as coordenadas geográficas S -03°05'56,41" W -51°43'52,77"; S -03°05'56,50" W -51°43' 20,40"; S -03°06' 12,80" W -51°43'20,40"; S -03°06' 12,81" W -51° 43' 52,79", produção anual de 80.000m³, referente ao processo do DNPM nº 850.219/2011.

OBRIGAÇÕES

-Publicar a sua concessão, no prazo máximo de 30(trinta) dias, observando os termos da resolução CONAMA nº. 0006, de 24 de janeiro de 1986, do Decreto nº. 99.[illegible] junho de 1990 e da Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1995;
-Solicitar sua renovação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do prazo do término de sua vigência;
-Comunicar de imediato a esta secretaria qualquer alteração nas informações que subsidiaram a sua concessão;
-Dar cumprimento às condicionantes constantes no verso deste documento (Anexo I);

LOCAL E DATA: Belém - PA, 16 de março de

Francisca Lúcia Porpino Telles
Diretoria de Licenciamento Ambiental de Atividades Poluidoras / DILAP

Luiz Flavio Fonseca Bezerra
Coordenadoria de Licenciamento Ambiental

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
3º Ofício de Notas - Belém-PA
Certifico e dou fé que a presente cópia fotográfica confere com o Original que me foi exibido nesta data pelo que autentico esta via.
23 MAR 2012
Em: [illegible] de verdade
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

EM BRANCO

DNPM
Departamento Nacional de Produção Mineral

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14503
MP
RUB.

Dados básicos do processo

Número do processo: 850.035/2014

Tipo de requerimento: Requerimento de Autorização de Pesquisa

Fase atual: Requerimento de Pesquisa

Ativo: Não

Superintendência: Superintendência / PA

UF: PA

Unidade protocolizadora: PARÁ

Data Protocolo: 26/06/2014 08:44:00

Data Prioridade: 26/06/2014 08:43:31

Pessoas relacionadas:

Tipo de Relação	CPF/CNPJ	Nome	Responsabilidade/Representação	Prazo de Arrendamento	Data de Início	Data Final
Titular\Requerente	12.300.288/0001-07	Norte Energia S.a.			26/06/2014	
Representante Legal	092.380.261-49	Renato de Barros			26/06/2014	
Responsável Técnico	092.380.261-49	Renato de Barros			26/06/2014	

Número do processo de Cadastro da Empresa: 000.045/2012

Títulos:

Nenhum título associado.

Substâncias:

Nome	Tipo de uso	Data de início	Data final	Motivo de encerramento
ARGILA	Cerâmica vermelha	26/06/2014		

Municípios:

Nome
ALTAMIRA /PA
VITÓRIA DO XINGU /PA

Condição de propriedade do solo:

Tipo
Propriedade de terceiros

Processos associados:

Nenhum processo associado.

Documentos que compõem o processo:

Documento	Data de protocolo
Memorial descritivo	26/06/2014
Planta de situação da área	26/06/2014
Plano dos trabalhos de pesquisa	26/06/2014
Orçamento de pesquisa	26/06/2014
Cronograma de pesquisa	26/06/2014
Prova de recolhimento de emolumentos	26/06/2014

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14504
MP
RUB.

A.R.T. do plano de pesquisa	26/06/2014
A.R.T. do memorial descritivo	26/06/2014
A.R.T. da planta de situação/detalhe	26/06/2014

Eventos:

Descrição	Data
121 - REQ PESQ/INDEFERIMENTO ART 18 PAR 1 PUBLICADO	24/09/2014
100 - REQ PESQ/REQUERIMENTO PESQUISA PROTOCOLIZADO	26/06/2014

IMPORTANTE: este serviço possui caráter meramente informativo e, portanto, não dispensa o uso dos instrumentos oficiais pertinentes para produção de efeitos legais. As informações são disponibilizadas no momento e na forma em que são inseridas na base de dados pelos servidores e colaboradores do DNPM.

EM BRANCO

DNPM

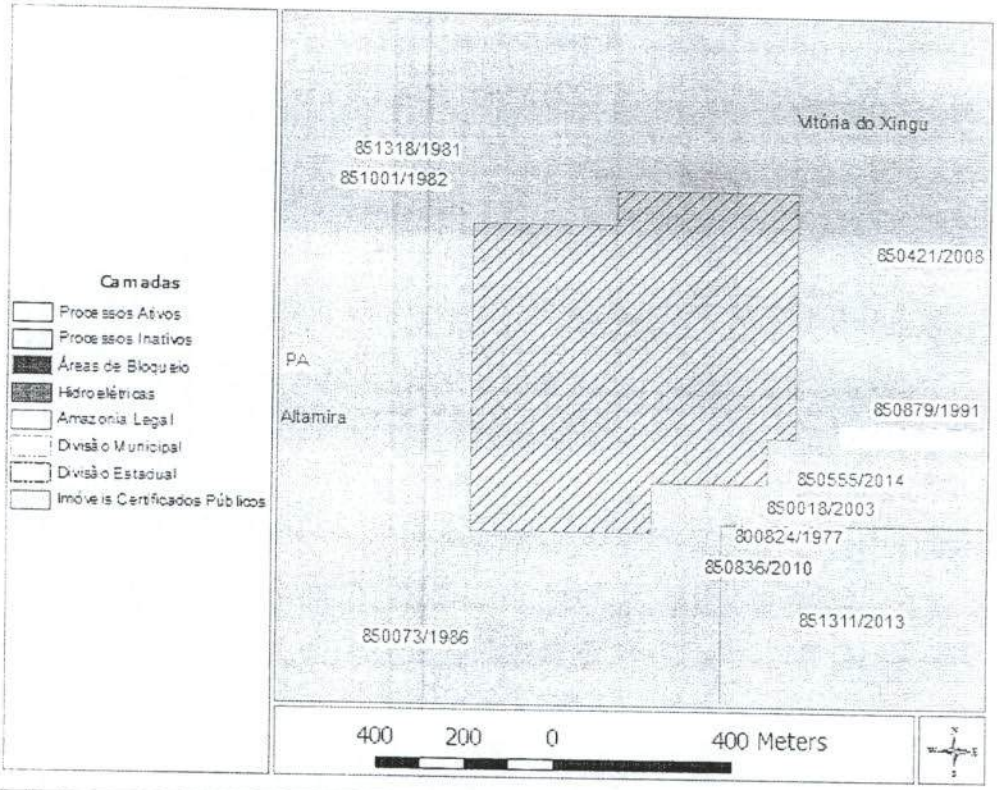
Departamento Nacional de Produção Mineral

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14505
RUB.

Poligonal

Processo: **850.555/2014**

Representação gráfica:



Poligonais:

Área (ha):	50		
Cota mínima (m):	0	Cota máxima (m):	0
Latitude do ponto de amarração:	-03°11'45"517	Longitude do ponto de amarração:	-52° 07'06"501
Descrição do ponto de amarração:	Ponto de amarração	Comprimento do vetor de amarração (m):	0,00
Ângulo do vetor de amarração:	00°00'00"000	Rumo do vetor de amarração:	N

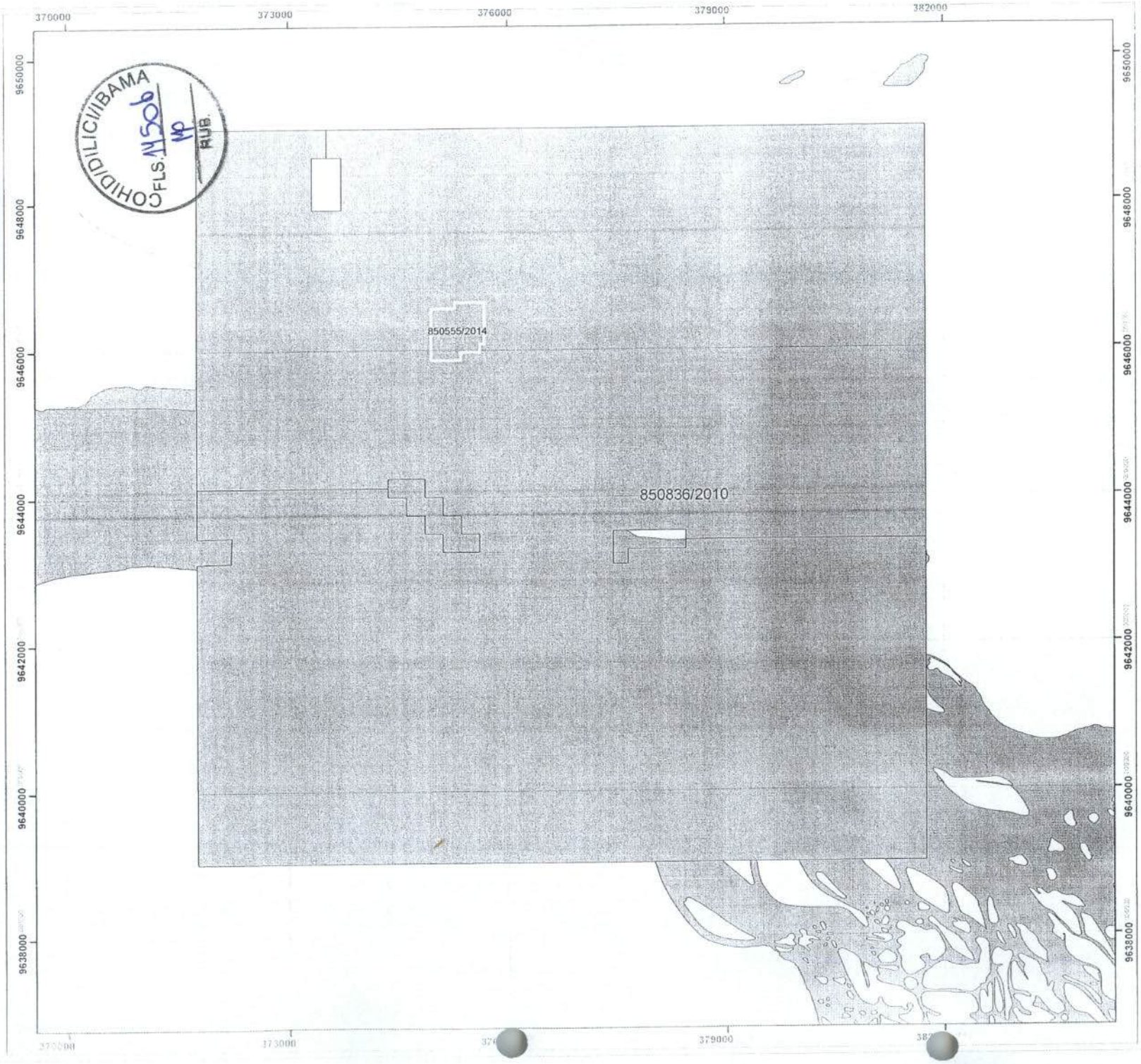
Vértices:

Latitude	Longitude
-03°11'45"517	-52°07'06"501
-03°12'03"707	-52°07'06"501
-03°12'03"707	-52°07'08"604
-03°12'07"164	-52°07'08"604
-03°12'07"164	-52°07'16"940
-03°12'10"854	-52°07'16"940
-03°12'10"854	-52°07'30"156
-03°11'48"000	-52°07'30"156
-03°11'48"000	-52°07'19"574
-03°11'45"517	-52°07'19"574
-03°11'45"517	-52°07'06"501

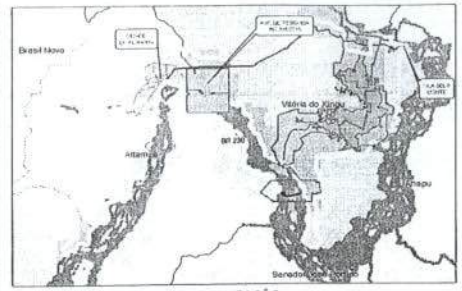
ID: 20D2BD11-CBE4-4B73-99F0-4124CF82A330

IMPORTANTE: este serviço possui caráter meramente informativo e, portanto, não dispensa o uso dos instrumentos oficiais pertinentes para produção de efeitos legais. As informações são disponibilizadas no momento e na forma em que são inseridas na base de dados pelos servidores e colaboradores do DNPM.

EM BRANCO



COHIDI/DILIC/IBAMA
FLS. 11506
RUB.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO

LEGENDA

REQ. DE PESQUISA Nº 850.555/2014 NORTE ENERGIA

AUT. PESQUISA Nº 850.836/2010 JOELCIO CAMILO DA SILVA

CIDADE DE ALTAMIRA

Rio_Xingu

OBS. Mapa elaborado de acordo com informações geográficas obtidas no Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) Disponível no sitehttp://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/

N

Sistema de Coordenadas
UTM - Universal Transversa de Mercator
Datum - SIRGAS 2000 - Zona 22 S
Meridiano Central - 51 W.G.

0 10.000 20.000 40.000 60.000 80.000 100.000 m

PEDRO E VIANA LTDA

Elaborado por:

PEDRO E VIANA LTDA

Número:	Escala:	Revisão:
NM-609-PV-015	1:50.000	00

Elaboração:	Verificação/Aprovação:
PEDRO E VIANA LTDA.	PEDRO E VIANA LTDA EPP

Responsável Técnico:

PEDRO E VIANA LTDA

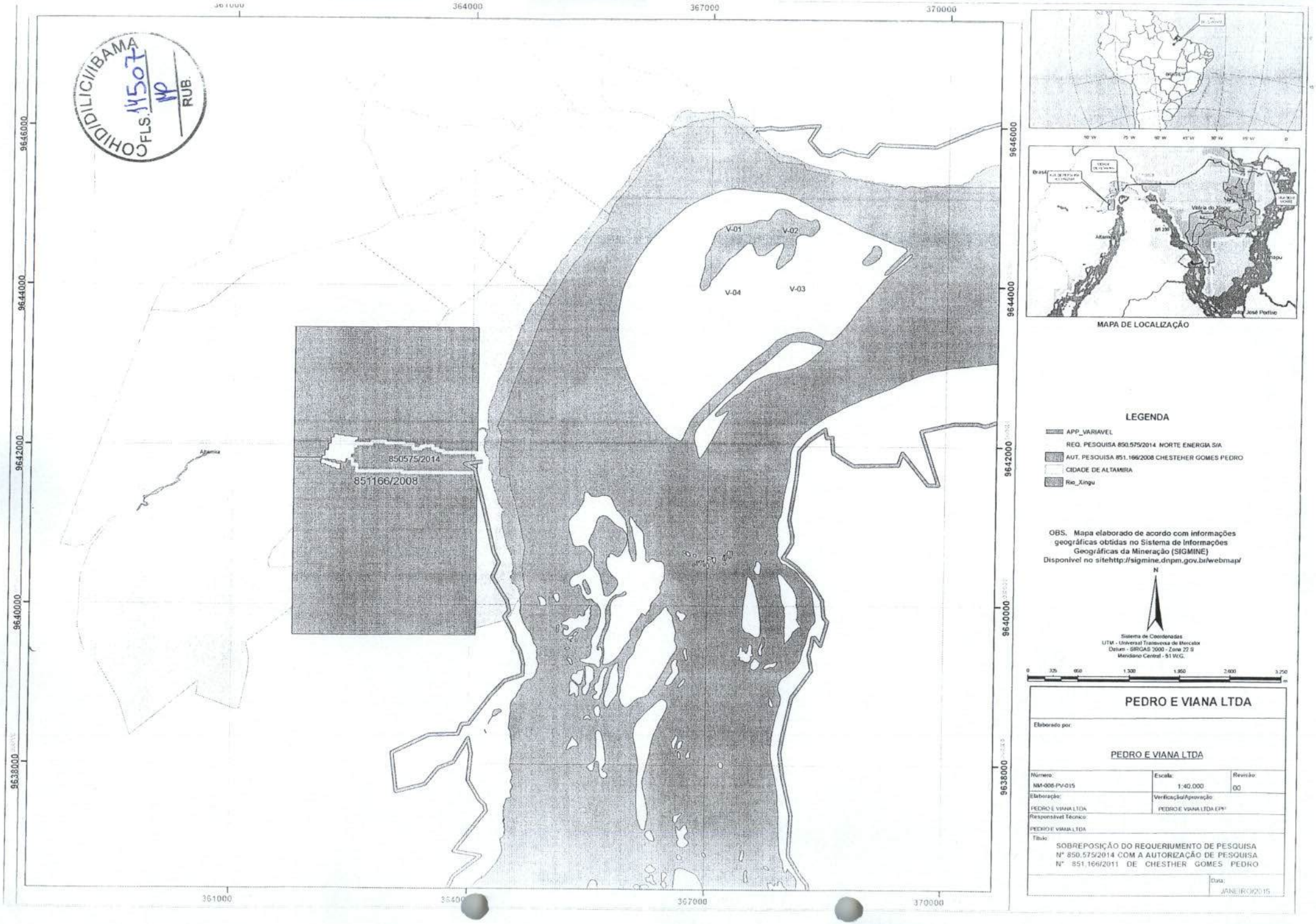
Título:

SOBREPOSIÇÃO DO REQUERIMENTO DE PESQUISA Nº 850.555/2014 COM A AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Nº 850.386/2010 JOELCIO CAMILO DA SILVA

Data:

JANEIRO/2015

EM BRANCO



COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14507
RUB.

PEDRO E VIANA LTDA		
Elaborado por: PEDRO E VIANA LTDA		
Número: NM-008-PV-015	Escala: 1:40.000	Revisão: 00
Elaboração: PEDRO E VIANA LTDA	Verificação/Aprovação: PEDRO E VIANA LTDA EPP	
Responsável Técnico: PEDRO E VIANA LTDA		
Título: SOBREPOSIÇÃO DO REQUERIMENTO DE PESQUISA Nº 850.575/2014 COM A AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Nº 851.166/2011 DE CHESTHER GOMES PEDRO		
	Data: JANEIRO/2015	

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.002365/2015-89
Recebido em 10/02/2015
Assinatura

HUB
FLS.
COHID/DILIC/IBAMA

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 031/2015 - DS

Brasília, 10 de fevereiro de 2015

DIGITALIZADO NO IBAMA

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14508
MP
RUB.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1° andar.
70.818-900 Brasília – DF

DIGITALIZADO NO IBAMA

Assunto: Solicitação de anuência da alteração parcial de traçado da LT 500kV e Retificação da ASV nº 909/2014

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhor Diretor,

Em atenção à condicionante 1.2. da LI nº 795/2011 a qual estabelece que: "*Qualquer alteração nas especificações do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA...*", solicitamos a anuência dessa DILIC em relação à alteração de traçado das Linhas de Transmissão em 500kV em seu trecho final, compreendido entre o conjunto de torres 8/2 e a conexão com a SE-Xingu, assim como a retificação da respectiva ASV nº 909/2014.

Cabe-nos destacar que tal alteração foi apresentada em campo aos técnicos dessa DILIC, durante vistoria técnica do IBAMA, entre 11 e 13 de novembro de 2014, momento no qual houve a manifestação verbal favorável dos mesmos sobre essa nova alternativa de traçado, pois o novo caminhamento, para este trecho, mostrou-se aderente ao que o IBAMA entendia como melhor alternativa, em termos socioambientais, do que aquela que vinha sendo proposta pela Norte Energia.

Dessa maneira, apresentamos a seguir, dados do Projeto de Engenharia ajustados e a retificação das informações apresentadas na CE 424/2013-DS, de forma a subsidiar a anuência quanto ao novo traçado, neste trecho, bem como a retificação da ASV nº 909/2014:

1. Abaixo é destacada a caracterização técnica das LT's de 500kV, as quais são melhor detalhadas em arquivo digital em anexo à esta correspondência, compreendendo a Lista de Construção do Projeto Executivo revisado e Plantas-Perfis atualizadas, já ajustados ao novo traçado no trecho acima referido.

- Altura média das torres: 39,46 metros;
- Número de torres: 159 torres para os cinco circuitos;
- Vão médio entre torres: 421,2 metros;
- Largura da faixa de serviço: 7 metros;
- Área necessária para a base de cada torre: 1.600 m² (40m x 40m).

Em atenção ao documento CE 031/2015-DS, que solicita anuência desta Diretoria para alterar o traçado da Linha de Transmissão 500 kV (linha que transmitirá energia da Casa de Força Principal da UHE Belo Monte até a subestação Xingu), informamos que esta equipe técnica entende não haver óbice ao novo traçado proposto, já que este traçado implica em impactos sobre o meio socioeconômico com magnitudes reduzidas quando comparado ao traçado anteriormente aprovado. Cumpre informar ainda que este novo traçado é semelhante ao traçado anteriormente proposto pela equipe técnica do Ibama, mas que não havia sido aprovado à época por inviabilidade técnica de implantação alegada pela Norte Energia.

19.02.2015

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Eduardo Trazzi Martins
Analista Ambiental
Mat.: 15654648
DILIC/IBAMA

Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
Matr. 1.717.634
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14509
RUB.

2. Com base em imagens recentes obtidas por meio de radar aerotransportado de alta resolução, datadas de 26/09/2014, e levantamentos de campo, identificou-se que o uso do solo e a tipologia da vegetação são coincidentes entre o traçado original e o novo proposto. Com base nesses levantamentos, foi realizada a quantificação das diferentes tipologias de cobertura vegetal no novo trecho da faixa de servidão das linhas, obedecendo a classificação do Relatório Técnico do Inventário Florestal da LT 500kV (encaminhado ao IBAMA por meio da CE 202/2013-DS, em 2/5/13). Para facilitar a visualização apresentamos em anexo o mapa de Cobertura Vegetal do trecho alterado da Linhas de Transmissão em referência e a área de abrangência da ASV 909/2014, o qual expõe as diferenças de áreas que necessitam de ajustes.

3. Para subsidiar os ajustes necessários a serem aplicados na ASV nº 909/2014, foi elaborado o Quadro 1, apresentado a seguir, no qual são expostos os quantitativos previstos na referida ASV; os resultados dos levantamentos realizados correspondente aos ajustes no traçado das linhas; e os valores finais para a faixa de servidão das LT's 500kV considerando a variação devido ao ajuste no trecho acima citado.

Quadro 1 - Atualização da quantificação das áreas de supressão de vegetação para implantação das LT's 500kV SE-Belo Monte / SE-Xingu

SITUAÇÃO DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO	A ÁREA ORIGINAL PREVISTA NA ASV 909/2014 (ha)	B ÁREA A SER MANTIDA DA ASV 909/2014 (ha)	C ÁREA A SER INCLUÍDA NA ASV 909/2014 (ha)	[D=(B+C)] ÁREA TOTAL DE SUPRESSÃO A SER CONSIDERADA NA RETIFICAÇÃO DA ASV 909/2014 (ha)
Corte raso de floresta na faixa de serviço localizada em APP	3,64	1,13	2,00	3,13
Corte raso de floresta em áreas de torres localizadas em APP	2,70	0,11	1,76	1,87
Área total de corte raso de florestas em APP	**6,34**	**1,24**	**3,76**	**5,00**
Corte raso na faixa de serviço fora da APP	10,26	7,14	4,71	11,85
Corte raso em áreas de torres fora de APP	7,26	3,68	4,29	7,97
Área da subestação Xingu vinculada às LTs 500kV, fora de APP	**-**	**-**	**7,65**	**7,65**
Área total de corte raso de florestas fora de APP	**17,52**	**10,83**	**9,00**	**19,82**
Desbaste e corte seletivo de floresta em APP	32,77	10,33	20,99	31,32
Desbaste e corte seletivo de floresta fora de APP	69,52	47,96	43,44	91,40
Área total de desbaste e corte seletivo de floresta	**102,29**	**58,29**	**64,43**	**122,72**
Corte de árvores esparsas em áreas de pastagem em APP	39,70	22,84	38,04	60,88
Corte de árvores esparsas em áreas de pastagem fora de APP	74,37	53,76	18,20	71,96
Área total de corte de árvores esparsas em pastagem	**114,07**	**76,60**	**56,24**	**132,84**

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14510
MP
RUB.

4. Observamos que a alteração parcial do traçado da faixa de servidão que engloba os cinco circuitos de 500 kV passou a abranger uma área total de 388,46 hectares. Contudo, como a ASV nº 708/2012 (relativa ao Sítio Belo Monte) já engloba 100,43 ha dessa faixa de servidão, os valores apresentados no quadro acima (última coluna) representam os **288,03 ha** restantes que deverão ser objeto de retificação da ASV nº 909/2014.

5. Dos 288,03 hectares, 146,95 já se encontram inclusos no quantitativo a ser suprimido previsto ASV 909/2014. Dessa maneira, os 141,08 hectares restantes compõem as novas áreas a serem suprimidas.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Em anexo:

- **Lista de Construção do Projeto Executivo das LT's 500Kv**
- **Planta e Perfil das LT's 500kV**
- **Cobertura Vegetal do trecho alterado das LT's 500kV (Desenho nº MP-DS-LT500-ASV-001)**
- **Shapefile das LT's 500kV revisada**

Aos Analistas Matheus Gouvea, Henrique Silva e Rorângelo Tiago para elaboração de Parecer.
11/11/15

COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

13 partes

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.002419/2015-64
Recebido em 11/02/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 19511
RUB.

CE 035/2015 – DS

Brasília, 11 de fevereiro de 2015

DIGITALIZADO NO IBAMA

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1° andar.
CEP 70.818-900 - Brasília – DF

Assunto: Envio dos Relatórios Consolidados - "UHE Belo Monte - Etapa de Implantação - Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes". – e Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena da UHE Belo Monte, para solicitação da respectiva Licença de Operação

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, remetemo-nos ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, em curso junto a este IBAMA, para informar que, conforme a condicionante 2.2, da Licença de Instalação 795/2011, de 01/06/2011, que determina a apresentação de relatórios técnicos semestrais encaminhamos 01 (uma) via impressa, composta por 11 Volumes, e digital do Relatório "Etapa de Implantação – Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes", referente as atividades realizadas no período de agosto/2014 a janeiro/2015.

2. Quanto ao supra citado Relatório Final, cabe lembrar, por oportuno, que conforme a CE 002/2015, de 05/01/15, protocolada na mesma data junto a esta DILIC, a Norte Energia informou que o mesmo subsidiaria a solicitação da Licença de Operação do empreendimento UHE Belo Monte.

3. A fim de compor toda a documentação necessária, instruindo devidamente o processo, encaminhamos também 01 (uma) via impressa, composta por 02 volumes, e digital do Relatório "4° Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI", atendendo, assim, ao que fora acordado na reunião de acompanhamento do licenciamento da UHE Belo Monte – Componente Indígena, realizada em Brasília,

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14512 MP RUB.

no Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), no dia 03 de junho de 2013.

4. Nos termos acima expostos, e dando contornos finais à presente fase do processo de licenciamento ambiental encaminhamos também, em anexo, o requerimento específico da solicitação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5. Por fim, servimo-nos da presente para agradecer a atenção dispensada à Norte Energia, mantendo-nos no aguardo de manifestação por parte de Sua Senhoria.

Atenciosamente,

Duilio Diniz de Figueiredo
Diretor-Presidente

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Em anexo:

- PBA-Geral (versão impressa:11 volumes e 01 pen drive)
- PBA-CI (verão impressa: 02 volumes e 01 pendrive)
- Requerimento - Solicitação da Licença de Operação

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Ciente em 26/02/2015

Rosangela Teixeira Tiago
Analista Ambiental
Mat. 1714457
Cohid/Dilic/Ibama

Frederico Queiroga do Amaral
Matricula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

À equipe 2 para iniciarmos as análises referentes à emissão de LO ao empreendimento. Em função do adiantamento no protocolo do documento, o prazo normativo (IN184/08) não será tomado como referência (45 dias). Peço ao HENRIQUE SILVA que minute Ofício Circular-DILIC aos interessados solicitando a preparação de análises tendo em vista o encerramento previsto para setembro/15. 25/2/15

EM BRANCO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14513 RUB.

SOLICITAÇÃO DE LICENÇA
Licença de Operação - LO

DADOS DO REQUERENTE		
Nome ou Razão Social: NORTE ENERGIA S/A		
Número de Inscrição: 5074556		
CNPJ/CPF: 12.300.288/0001-07	**Endereço: ST SCN QUADRA 4 BLOCO B**	
CEP: 70714-900	**Telefone: (0xx61) 3410-2010**	**Fax: (0xx61) 6410-2040**
Email: joseanchieta@norteenergiasa.com.br		
Bairro: ASA NORTE		
Município: BRASILIA		
Estado: DISTRITO FEDERAL		
DADOS DO EMPREENDIMENTO		
Identificador: 02001.001848/2006-75		
Nome: UHE Belo Monte		
Tipologia: Usina Hidrelétrica		
Orgão(s) Financiador: Financiador: BNDES, Bancos Repassadores: CAIXA e BTGPactual		
Valor do Empreendimento: R$ 25.885.000.000,00		
Informações Adicionais: O VALOR DO EMPREENDIMENTO REFERE-SE AO VALOR OFERTADO NO LEILÃO ANEEL, DE 20 DE ABRIL DE 2010		
Declaro, para os devidos fins, que o desenvolvimento das atividades relacionadas nesse requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos no formulário de solicitação de abertura de processo.		
JOSE DE ANCHIETA DOS SANTOS	**Assinatura:** José de Anchieta dos Santos, Diretor Socioambiental, Norte Energia S/A; Duílio Diniz de Figueiredo, Diretor-Presidente, Norte Energia S.A.	
Data de envio da solicitação: 11/02/2015		

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

02001.002600/2015-12
12.02.15
Jaqueline

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14514
RUB.

CE 037/2015-DS

Brasília, 12 de fevereiro de 2015

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed Sede do IBAMA, Bloco A – 1° Andar
70.818-900 – Brasília – DF

DIGITALIZADO NO IBAMA

Assunto: Áreas de Altamira além dos limites da envoltória de proteção – Cota 100 m
Referência: Ofício 02001.014466/2014-11 DILIC/IBAMA

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente vimos, por meio desta correspondência, prestar os esclarecimentos relativos ao assunto em referência.

2. Para a delimitação das áreas urbanas localizadas além da envoltória de proteção – Cota 100 m, foi realizado levantamento topográfico com a utilização de duas estações totais e de GPS de Dupla Frequência (L1/L2) em duas áreas com a possibilidade de apresentarem tal característica, as quais foram plotadas em mapa (Anexo 1) na Nota Técnica **NT_N°005_PMDAS_PMQAS_05_02_2015**, apresentada como **Anexo 01** da presente correspondência.

3. Das duas áreas levantadas, denominadas de Área 1 e Área 2, na referida Nota Técnica, apenas a Área 2 apresentou frações de áreas internas da mesma em níveis topográficos inferiores a 100 m.

4. Essa Área 2 não foi incluída na Área de Proteção – Cota 100 m por ter suas bordas aterradas e as partes centrais da mesma, em cota menor, restarem isoladas da zona de proteção estabelecida no Projeto de Parques e Reurbanização da Orla (PBA 5.1.8), executado pela Norte Energia.

5. Quanto à avaliação técnica da potencialidade de ocorrência de impactos relacionados à dinâmica do nível freático, após a formação do Reservatório Xingu, informamos que a mesma é estudada e monitorada por meio do Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas (PBA 11.3), cujos resultados e prospectivas, focalizados nas Áreas de interesse 1 e 2, são apresentados em detalhe na Nota

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14515
MP
RUB.

Técnica **NT_Nº005_PMDAS_PMQAS_05_02_2015,** apresentada como **Anexo 01** da presente correspondência.

6. Nos estudos da dinâmica das águas subterrâneas, nestas áreas, foram detectados aquíferos suspensos, os quais por serem formados sobre camadas impermeáveis próximas à superfície do solo, não têm seus níveis regulados diretamente pelo NA (nível de água) do rio Xingu. Entretanto, prognósticos mais precisos são difíceis de serem antecipados, em virtude da ampla heterogeneidade dos materiais que formam os aquíferos freáticos, os quais incluem argila, silte e areia em diferentes proporções e, inclusive, aterros constituídos de materiais heterogêneos. Informamos ainda que, conforme previsto no PBA, o mencionado programa continuará monitorando o nível freático nessas áreas, bem como em toda a extensão das áreas urbanas de Altamira, desencadeando as medidas necessárias, caso forem detectados efeitos adversos não inicialmente previstos.

7. Pelos resultados obtidos até o momento, o que se antecipa, em relação à elevação dos níveis freáticos, é que os impactos serão observados em uma restrita faixa marginal aos futuros reservatórios ou ao longo de faixas marginais de igarapés que contribuem diretamente para o reservatório.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Ao analistas Matheus Coura e Eduardo Trazzi para elaboração de análise.
25/2/15

Frederico Veloso do Amaral
Matrícula nº 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

ANEXO:

- **Anexo 01 - NT_Nº005_PMDAS_PMQAS_04_02_2015**

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

DPF/ATM/PA
Fl: _____
Rub: _____

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14516
RUB

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ- DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ALTAMIRA
Rua Marília, nº 2770, Uirapuru - Altamira/PA - CEP 68374120
Plantão (0XX93) 3515-5846 - Cartório 3515-3919

Ofício nº 0182/2015 - IPL 0074/2014-4 DPF/ATM/PA - NUCART

Altamira/PA, 13 de fevereiro de 2015.

MMA/ IBAMA/ ESREG/ ATM/ PA
Documento: ofício
Nº 02543 000079/2015-51
Data: 19/02/2015

A Sua Senhoria a Senhora,
Chefe do Escritório Regional do IBAMA em Altamira
Rua Coronel José Porfírio, s/nº, bairro São Sebastião
CEP: 68370-000 Altamira - PA

Assunto: **Reitera Solicitação de Informações.**
Ref.: **Ofício nº 1470/2014 - IPL 0074/2014-4 DPF/ATM/PA**

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o, visando instruir os autos do Inquérito Policial N° 0074/2014-4 - DPF/ATM/PA, reitero solicitação feita a Vossa Senhoria no sentido de realizar fiscalização na área e em seguida encaminhar o respectivo relatório, conforme consta em Termo de Declarações de GIACOMO DALL ACQUA SHAFFER (cópia encaminhada anteriormente via documento da referência).

Atenciosamente,

DANIELLA SOARES DE ARAUJO GOMES
Delegado de Polícia Federal
1ª Classe - Matrícula nº 16.551

À Dilic

PARA CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS.

APOIO – INFORMAR A DPF DO ENCAMINHAMENTO OU REITERADO.

Felipe Bernardino Guimarães
Analista Ambiental-Mat.: 142.305-9
Chefe do ESREG Altamira/IBAMA-PA
Port. 864/2014
27/02/2015

Encaminhado minuta de ofício à coordenação.

Em 27/02/15

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Ao Matheus Coura para minutar of Dilic respondendo à reiteração da DPF/ATM/PA.

Em tempo, desconsiderar o ofício protocolado sob o nº 02543.000111/2015-07, pois foi anexado por equívoco.

23/3/15

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

DPF/ATM/PA
Fl: 26
Rub:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Escritório Regional Altamira - Pa
Rua Coronel José Porfírio, s/nº - Altamira - PA
CEP: 68370-000 e (93) 3515-1798, 3515-1748
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 19517
MP
RUB.

OF 02543.000254/2014-20 PA/ESREG ALTAMIRA/IBAMA

Santarém, 31 de outubro de 2014.

DPF/ATM/PA
08109.004434/2014-96

À Senhora
Daniella Soares de Araujo Gomes
Delegada do Dep. de Polícia Federal/Altamira/Pa
Rua Marília, nº 2770 - Uirapuru
ALTAMIRA - PARA
CEP.: 68374120

DPF / ATM / PA
INCLUSO

Assunto: **Extração irregular de areia**

REFERENCIA: OF 02543.000387/2014-04/DPF/ATM/PA

Senhora Delegada,

1. Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para informar-lhe que o Ofício nº 1315/2014 referente ao IPL 0074/2014-4 DPF/ATM/PA - NUCART protocolado neste ESREG sob o nº 02543.000387/2014-04 está sendo encaminhado a Coordenação de Hidrelétricas da Diretoria de Licenciamento do IBAMA em Brasília, para conhecimento daquela diretoria e manifestação diretamente a esta Delegacia quanto aos assuntos tratados na denúncia anexa ao referido ofício.

2. Sem mais para o momento, mantenho-me a disposição para eventuais outros esclarecimentos que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

CICERO CHAGAS DOS SANTOS
Chefe Substituto do PA/ESREG ALTAMIRA/IBAMA

SEC/DPF/ATM/PA
Data: 31/10/2014
Hora: 11:30
Assinatura:
DPF/ATM/PA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco A, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1745/1282 Fax: (0xx) 61 3316-1952 – URL: http://www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1458
MP
RUB.

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Local: DILIC / IBAMA

Data: 13/02/15

Participantes: REPRESENTANTES DO ISA E DO IBAMA, CONFORME LISTA DE PRESENÇA EM ANEXO.

Assunto: PUBLICIDADE DOS PARECERES TÉCNICOS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DA UHE BELO MONTE.

- OS REPRESENTANTES DO ISA SOLICITARAM ESCLARECIMENTOS QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DO PARECER TÉCNICO DE ANÁLISE DO 6º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATENDIMENTO.

- O IBAMA ESCLARECEU QUE O PARECER TÉCNICO ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE VALIDAÇÃO INSTITUCIONAL, PARA INCLUSÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. INFORMOU QUE A PREVISÃO PARA CONCLUSÃO DO DOCUMENTO – DESPACHO – PARA DEFINIR OS ENCAMINHAMENTOS AO PARECER, É AO FINAL DO PRESENTE MÊS DE FEVEREIRO. NÃO OBSTANTE, O IBAMA FINALIZARÁ A VALIDAÇÃO DO PARECER DE FORMA A VIABILIZAR O ACESSO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

- APÓS OS ESCLARECIMENTOS FORAM DISCUTIDOS ASPECTOS DO MONITORAMENTO DE EVENTUAIS IMPACTOS PESQUEIROS, ASSUNTO DE PREOCUPAÇÃO DO ISA. O IBAMA INFORMOU QUE TAMBÉM TRATA O ASSUNTO COM ATENÇÃO, E ESCLARECEU QUE OS RESULTADOS DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO NÃO SÃO ENCONTRADOS VALIDADOS, UMA VEZ QUE A ANÁLISE DOS ÚLTIMOS 2 RELATÓRIOS NÃO FOI CONCLUÍDA PARA ESTE PROGRAMA.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco A, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1745/1282 Fax: (0xx) 61 3316-1952 – URL: http://www.ibama.gov.br

MEMÓRIA DE REUNIÃO

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco A, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316 -1745/1282 Fax: (0xx) 61 3316-1952 – URL: http://www.ibama.gov.br

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: PUBLICIDADE DOS PARECERES TÉCNICOS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DA UHE BELO MONTE. **DATA:** 13/02/15

NOME	SETOR/ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL
THOMAZ TOLEDO	IBAMA/DILIC	(61) 3316-1745	DILIC.SEDE@IBAMA.GOV.BR
ADRIANA RAMOS	Instituto Socioambiental	(61) 30355114	adriana@socioambiental.org
Carolina Reis	Instituto Socioambiental	(11) 99431 3645	Carolinareis@Socioambiental.org
REGINA GENERINO	IBAMA/DILIC/COEME	61.3316.1618	regina.generino@ibama.gov.br
Frederico Q. Amaral	Ibama	61.3316-1595	frederico.amaral@ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14513
RUB.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco A, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316 -1745/1282 Fax: (0xx) 61 3316-1952 – URL: http://www.ibama.gov.br

LISTA DE PRESENÇA

IBAMA
MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14520
RUB.

MEM. 02001.002361/2015-09 COHID/IBAMA

Brasília, 18 de fevereiro de 2015

À Senhora Gerente da GABIN SANTAREM/PA

Assunto: **Inserção de créditos de reposição florestal para UHE Belo Monte.**

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para geração de Créditos de Reposição Florestal foi aprovado por essa Diretoria de Licenciamento.

2. Conforme o artigo 18 da IN MMA n° 006/2006 a cada 01 (um) hectare recuperado com o efetivo plantio de mudas, está previsto a geração de 200 m^3 de crédito para destinação dos produtos de origem florestal. O quantitativo previsto para recuperação é de 122,54 hectares nos Bota-foras 17, 18, 36B,37, 38 e 39 do sítio Canal e Diques com montante de crédito previsto para destinação de 24.508m^3, conforme solicitação encaminhada pela CE 347/2014-DS de 09 de dezembro de 2014.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

ok

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14521
RUB.

OF 02001.001730/2015-38 COHID/IBAMA

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.

Ao Senhor
José Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

Assunto: **Solicitação de alteração no Projeto de Formação de Banco de Germoplasma da UHE Belo Monte**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que a equipe técnica do Ibama não se opõe ao pedido encaminhado pela CE 001/2015-DS em 02/01/2015, que solicita alterações no Projeto de Formação de Banco de Germoplasma. Tal solicitação refere-se à exclusão da espécie *Aspidosperma album* e encerramento das buscas de novos indivíduos de *Hymenolobium excelsum*.

2. Entretanto, cumpre ressaltar a necessidade da continuidade do monitoramento e do resgate de germoplasma das matrizes encontradas de *H. excelsum*.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

Cleiber Bastos de Sousa
Técnico Socioambiental Sr
Norte Energia S.A.
20/02/15
11h22

EM BRANCO

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 1522 RUB.

OF 02001.001761/2015-99 COHID/IBAMA

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.

Ao Senhor
José de Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

Assunto: **Envio de relatório de vistoria da UHE Belo Monte - Novembro/2014.**

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o, envio o relatório de vistoria técnica da equipe do Ibama à UHE Belo Monte, realizada entre os dias 10 e 14 de novembro de 2014. Informo que apesar do atraso no envio, as recomendações e observações descritas no relatório foram objeto de discussão em reunião de fechamento da referida vistoria, sendo portanto de conhecimento do empreendedor, inclusive com algumas atividades já incorporadas ou desempenhadas.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

Cesar Bastos de Sousa
Técnico Socioambiental Sr
Norte Energia S.A.
20/02/15

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: carta
Nº. 02001.003040/2015-83
Recebido em 23/02/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14523
MP
RUB.

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 042/2015 - DS

Brasília, 23 de fevereiro de 2015

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, bloco A – 1° andar, Brasília - DF
70.818-900

DIGITALIZADO NO IBAMA

Assunto: Errata do Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes

Referencia: CE 035/2015-DS, de 11/02/2015

Senhor Diretor,

1. No dia 11 de fevereiro de 2015, foi protocolado nesse órgão, por meio da correspondência CE 035/2015-DS, o Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes da UHE Belo Monte.

2. Foi verificado, após essa entrega, que no Capitulo 1 "*Informações Gerais, subitem 1.1.1. Sítio Belo Monte*" são apresentados dados desatualizados em relação àqueles constantes do texto integrante do mesmo Relatório supracitado, no âmbito do *Programa de Intervenção em Vitória do Xingu (5.2)*", no que diz respeito ao quantitativo de casas construídas e já habitadas na Vila Residencial Belo Monte.

3. Os dados que integram o texto do "*Programa de Intervenção em Vitória do Xingu (5.2)*", relativos a 31 de janeiro de 2015, e que devem ser considerados em substituição àqueles informados no Capitulo 1 "*Informações Gerais, subitem 1.1.1. Sítio Belo Monte*" são: 2.199 casas construídas e 1.939 casas habitadas.

4. Solicitamos, assim, desconsiderar o texto do Capítulo 1 antes encaminhado, passando a valer aquele anexo a esta CE.

Atenciosamente,

João de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Anexos: Capitulo 1 – Informações Gerais

A equipe 2 para considerar a documentação nas análises referentes ao relatório final.
25/2/15
Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº: 1.512.156
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

Norte Energia

Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 041/2015 - DS

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Relatorio
Nº. 02001.003087/2015-07
Recebido em 23/02/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14524
RUB.

Brasília, 23 de Fevereiro de 2015

DIGITALIZADO NO IBAMA

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: UHE Belo Monte – Resposta ao Ofício 02001.011804/2013-82 DILIC/IBAMA – Envio de Informações do Plano de Requalificação Urbana

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhor Diretor,

1. Em atendimento ao Ofício 02001.011804/2013-82 DILIC/IBAMA, recebido pela Norte Energia em 18 de setembro de 2013 e que solicita "*...Relatório técnico relativo ao Plano de Requalificação Urbana, incluindo o Travessão 40...*", apresentamos o referido documento em versão impressa e digital.

2. Cabe destacar que a Norte Energia tem emitido essa nova versão do relatório desde Outubro/2013, já tendo sido emitidas 16 (dezesseis) atualizações, conforme tabela abaixo:

Ordem	Emissão
1	Em 22/10/2013 – CE 416/2013-DS
2	Em 26/11/2013 – CE 457/2013-DS
3	Em 20/12/2013 – CE 479/2013-DS
4	Em 22/01/2014 – CE 017/2014-DS
5	Em 21/02/2014 – CE 062/2014-DS
6	Em 24/03/2014 – CE 094/2014-DS
7	Em 22/04/2014 – CE 115/2014-DS
8	Em 22/05/2014 – CE 157/2014-DS

Ordem	Emissão
9	Em 03/07/2014 – CE 199/2014-DS
10	Em 24/07/2014 – CE 217/2014-DS
11	Em 25/08/2014 – CE 251/2014-DS
12	Em 22/09/2014 – CE 276/2014-DS
13	Em 22/10/2014 – CE 299/2014-DS
14	Em 21/11/2014 – CE 330/2014-DS
15	Em 22/12/2014 – CE 364/2014-DS
16	Em 23/01/2015 – CE 014/2015-DS

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Ao analista Mathe
Coura para acompanhamento
25/2/15
Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº 2512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Anexo:
Relatório Técnico das Obras do Plano de Requalificação Urbana

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.003088/2015-21
Recebido em 23/02/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1475
RUB.

CE 009/2015 - PR

Brasília, 23 de fevereiro de 2015.

DIGITALIZADO NO IBAMA

A Sua Senhoria o Senhor
Volney Zanardi
Presidente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, bloco A – 1º andar
70.818-900 Brasília/DF

Assunto: Comprovação de validade da LI nº 795/2011.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio da presente informar que para a liberação do financiamento de longo prazo concedido pelo BNDES à Norte Energia S.A., vinculado à implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é necessária a comprovação de regularidade de situação do empreendimento perante o órgão ambiental, inclusive quanto a validade da Licença de Instalação nº 795/2011, emitida pelo IBAMA e o cumprimentos de suas condicionantes.

2. Se faz necessário que na resposta desse órgão estejam referidas todas as sanções administrativas dos tipos de multas emitidas pelo IBAMA, ficando claro que as sanções aplicadas não ensejaram a suspensão ou cancelamento da Licença de Instalação nº 795/2011, e que a Norte Energia S.A. permanece autorizada a implantar o empreendimento.

3. Neste sentido vimos solicitar a sempre prestimosa atenção de V.S.ª., para com este pleito.

Atenciosamente,

Duilio Diniz de Figueiredo
Diretor-Presidente

À Moiles Toledo
para elaborar minuta
de Ofício - PRESI, nos mesmos
moldes do anterior. Peço
que entre em contato com
o DIPRO para atualização
dos autos com base no
SICAFI.

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula: 1522155
Chefe
COHID/COGENE/DILIC/IBAMA

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1456
RUB.

OF 02001.001886/2015-19 CGENE/IBAMA

Brasília, 24 de fevereiro de 2015.

Ao Senhor
José de Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

Assunto: **Fechamento das Autorizações de Supressão de Vegetação (ASVs) nº 545/2011 e 680/2012.**

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o, comunico que, após análise dos relatórios de fechamento das ASVs nº 545/2011 e 680/2012, as condicionantes apresentadas foram consideradas atendidas e não há óbice para o fechamento das referidas autorizações.

2. Segue anexo documento com a análise técnica - NT 02001.000190/2015-75 COHID/IBAMA.

Atenciosamente,

REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO
Coordenadora-Geral da CGENE/IBAMA

RECEBEMOS
27 / 02 / 2015
10:47
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A

EM BRANCO

Norte Energia

Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14527 MP RUB.

CE 043/2015 – DS

Brasília, 24 de Fevereiro de 2015

DIGITALIZADO NO IBAMA

A Sua Senhoria o Senhor
Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas.
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 02 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1° Andar
70.818 – 900 - Brasília/DF

Assunto: 5ª Reunião

Referência: Reunião da Comissão da Pesca e Aquicultura

Senhor Coordenador,

1. Convidamos V. Sa. a participar da 5ª reunião ordinária da Comissão da Pesca e Aquicultura do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte a ser realizada no dia 05 de Março de 2015, às 8h30, no Auditório da Churrascaria Casa Nova, localizado na Rua Anchieta, nº 296 - Centro, Altamira/PA.

2. Será tema deste encontro a apresentação de informações sobre:

   i. Avanços da Norte Energia nos compromissos do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Pesca e Norte Energia;
   ii. Avanços do Ministério da Pesca nos compromissos do Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério da Pesca e Norte Energia;
   iii. Programação dos cursos para instalação de Piscicultura;
   iv. Disponibilidade de cursos de capacitação profissionalizante;

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

A equipe 2 para conhecimento
25/2/15
Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.003133/2015-48
Recebido em 24/02/2015
Assinatura

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 19528
RUB.

PAR. 02001.005036/2014-17 COHID/IBAMA

Assunto: UHE Belo Monte

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do 6° Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação n.º 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75.

Este Parecer Técnico apresenta anexo contendo a análise do 6° Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, bem como das Condicionantes da Licença de Instalação n.º 795/2011, concedida para este empreendimento. Foram ainda consideradas reuniões e vistorias técnicas realizadas durante o período de análise do referido Relatório Consolidado.

Brasília, 19 de dezembro de 2014

Eduardo Trazzi Martins
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Marilia Toledo Pereira
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Paula Marcia Salvador de Melo
Analista Ambiental da DILIC/IBAMA

Rosangela Teixeira Tiago
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14529
MP
RUB.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: UHE Belo Monte

Origem: COHID/IBAMA

PARECER nº 5036/2014

Ref.: Análise do 6° Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação n° 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo n° 02001.001848/2006-75.

1. INTRODUÇÃO

Este parecer objetiva analisar a situação de implementação dos programas ambientais do Projeto Básico Ambiental – PBA da Usina Hidrelétrica – UHE Belo Monte e o acompanhamento das condicionantes da Licença de Instalação – LI 795/2011, tendo como base o 6º Relatório Consolidado compreendendo o período de janeiro a junho de 2014, apresentado por meio da CE 051/2014 – PR, de 30/07/2014. Recomendações são apresentadas ao longo da análise, de modo a adequar cada um dos planos, programas e projetos do PBA, face aos resultados apresentados, e às condições de instalação do empreendimento.

A avaliação contida neste documento técnico se baseia ainda nas informações obtidas ao longo do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, durante vistorias realizadas pela equipe técnica do Ibama na região do empreendimento.

2. ANDAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

2.1 Plano de Gestão Ambiental

2.2 Plano Ambiental de Construção

2.2.1 Programa de Controle Ambiental Intrínseco

Este programa será analisado por parecer específico.

2.2.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Este programa será analisado por parecer específico.

2.2.3 Programa de Capacitação de Mão de Obra

O 6º Relatório informou que, em função da pouca disponibilidade de interessados nos outros polos externos de contratação de mão de obra, inviabilizou-se sua manutenção, e essas estruturas de recrutamento foram fechadas no período de abrangência do relatório.

No período a que se refere o 6º relatório, o CCBM promoveu 7.295 funcionários com mudança de função. O Capacitar - Para Crescer formou/qualificou, em parceria a instituições conveniadas, um total de 16.474 funcionários. Com instrutores próprios formou/qualificou outros 21.425 funcionários, totalizando 37.899 funcionários, lembrando-se que um funcionário pode ter sido formado/qualificado em mais de um curso.

O documento informa que o aumento significativo no número de pessoas formadas/qualificadas no primeiro semestre de 2014 se deve ao fato de o Capacitar - Para Crescer ter passado a desenvolver os treinamentos de equipamentos e, sobretudo, os treinamentos de segurança voltados para o cumprimento das NRs.

Foi informado ainda o número de 32.250 funcionários treinados/qualificados e ou reciclados no primeiro semestre de 2014, por instrutores próprios. Novamente observa-se que um funcionário pode ter sido formado/qualificado em mais de um curso de reciclagem.

O número de funcionários analfabetos formados no Capacitar - Alfabetização Trabalhando durante o período do 6º Relatório foi de 81.

Na análise dos resultados, o relatório concluiu ser satisfatório o desempenho dos trabalhadores em formação oriundos do Programa Capacitar, tendo em vista que 94,8% dos encaminhados foram conceituado como bom, muito bom ou ótimo.

Comentário:

O Programa vem sendo executado como proposto.

2.2.4 Programa de Saúde e Segurança

O programa decorre da Legislação Trabalhista e de normas do Ministério do Trabalho e Emprego, cabendo a este verificar sua adequação e fiscalizar sua execução.

2.2.5 Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores

Projeto em atendimento. Ressalta-se que a condução do PEAT (3.5) continua sendo realizada de forma condizente com o planejamento traçado e a execução das ações elencadas nos planos de trabalho anuais, fato este que certamente favorece a consolidação do plano, programa ou projeto. Ressalta-se, também, o atendimento às recomendações feitas pelo Ibama em diferentes aspectos do plano, recomendações feitas com o objetivo único de contribuir com a ampliação do alcance dos benefícios da educação ambiental para trabalhadores e comunidades receptoras.

Assim, a partir dos resultados apresentados pelo 6ºRC, solicita-se, para constar no 7º RC, informações sobre o andamento das seguintes ações/demandas:

- apresentação dos resultados das atividades interativas a serem realizadas, bem como dos cursos de ambientação com os trabalhadores contratados e subcontratados (palestras, visitas ecológicas, áreas de impacto), tendo em vista a continuidade da realização de cursos até T4 de 2015, segundo cronograma do pacote de trabalho do programa 3.5;
- apresentação do cronograma mensal de ações de educação ambiental para o próximo período de atividades;
- resultados da inserção, e possíveis contribuições, do Grupo de Multiplicadores Ambientais nas deliberações sobre as atividades educativas;
- resultados das ações que vem sendo adotadas em relação à boa convivência socioambiental entre trabalhadores da obra e a comunidade São Francisco das Chagas, informando à respeito i) da percepção dos grupos envolvidos a respeito das consequências das atividades realizadas, ii) do apoio, ou não, da polícia militar ao reforço no policiamento da comunidade, iii) dos resultados parciais do período sobre a campanha de comunicação e utilização do canal gratuito para registro de reclamações, iv) da agenda de visitas dos trabalhadores do CCBM à exposição daquela comunidade, organizada pelos alunos da escola local em conjunto com o PEABM, e, ainda, v) dos

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14530
RUB.

resultados da pesquisa de opinião aplicada aos trabalhadores que participarem das ações de interação com a comunidade de São Francisco das Chagas;

- andamento do planejamento e execução das ações do Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT) dos consórcios de Montagem Eletromecânica de Belo Monte (CMBM e ANDRITZ).

2.2.6 Programa de Desmobilização de Mão de Obra

Projeto em atendimento. O caráter gradativo dado à implementação do PDMO pelas equipes coordenadoras é adequado, tanto para o alcance das metas específicas de mitigação dos impactos da desmobilização da mão de obra quanto em relação à fase atual de instalação da usina, e ainda aos ajustes no número de trabalhadores contratados e do cronograma geral da obra. Em conformidade com o que já fora proposto e solicitado no relatório anterior para constar neste 6ºRC, o Plano de Trabalho Detalhado, a Estrutura Analítica de Projeto e a Matriz de Responsabilidades apresentados possuem estruturas enxutas e plenamente executáveis.

Contudo, e justamente devido às alterações no contingente total de trabalhadores e extensão do prazo de enchimento do reservatório do rio Xingu, o plano conceitual de desmobilização deverá ser robusto e flexível ao mesmo tempo, de forma a permitir a absorção da nova configuração sem prejuízo ao alcance dos objetivos principais do projeto 3.6. Dessa forma, solicita-se que o histograma de mão de obra atualizado seja apresentado no 7ºRC, ao menos em relação às previsões de desmobilização do consórcio construtivo (CCBM).

Assim, a partir dos encaminhamentos propostos e dos resultados apresentados no 6ºRC, solicita-se, para constar no 7º RC, informações sobre as seguintes atividades, cujos prazos de execução incluem ações no período do 2º semestre de 2014:

- andamentos, no período analisado, do planejamento e elaboração do PDMO com os dados dos consórcios de Montagem Eletromecânica, incluindo a definição de indicadores de acompanhamento;
- avanços, no período analisado, da compilação dos dados do PCMO, PEAT e dos PBAs da SSE da Norte Energia;
- dados sobre os formulários aplicados pelo CCBM para orientação/acompanhamento aos funcionários desmobilizados;
- avanços na constituição do banco de oportunidades potenciais para alocação futura de mão de obra e no estabelecimento de parcerias com instituições fomentadoras de capacitação e profissionalização, entre outras;
- números, no período analisado, do Cadastro dos Desmobilizados;
- exemplos de procedimentos de interface entre o processo de desmobilização de funcionários e programas sociais, além do mencionado CadÚnico;
- estado da elaboração dos instrumentos de obtenção de informações e acompanhamento do desmobilizado que optar em permanecer em Altamira, através do SINE;
- etapa da elaboração dos indicadores de desempenho e monitoramento do PDMO;
- andamento, no período analisado, da definição dos critérios de avaliação da destinação das infraestruturas e instalações a serem desmobilizadas, incluindo os critérios de elegibilidade dos potenciais beneficiários para doação;
- tabulação e apresentação dos dados da Pesquisa de Intenção;
- encaminhamentos das reuniões realizadas no período sobre os agentes interlocutores do PDMO, incluindo o CCBM.

2.3 Plano de Atendimento à População Atingida

2.3.1 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural

2.3.1.1 Projeto de Regularização Fundiária Rural

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.3.1.2 Projeto de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.3.1.3 Projeto de Reassentamento Rural

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.3.1.4 Projetos de Recomposição de Áreas Remanescentes e Reparação

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.3.2 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais

2.3.2.1 Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.3.2.2 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.3.2.3 Projetos de Reestruturação do Extrativismo Vegetal, de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau e de Fomento à Produção de Hortigranjeiros

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.3.3 Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural

2.3.3.1 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária

Identificar acessos
Dimensionamento de impacto no sistema viário da fase de implementação da obra
Definir, elaborar e detalhar projetos a serem implementados
Reunião com a população e órgãos públicos
Convênios com instituições públicas e privadas
Identificar pontos críticos (tráfego, travessia) para sistema de sinalização
Termo de referência para construção e recuperação da malha viária
Plano de monitoramento
Instrução para aquisição de terras e benfeitorias
Implantação de infraestrutura propostas
Monitoramento e avaliação

O referido projeto foi separado em três principais pontos, a saber: melhorias dos acessos e sistemas viários interferidos e necessários para a obra; recomposição de acessos interferidos pela formação dos reservatórios; e abertura de novos acessos e melhorias dos existentes para atender as áreas remanescentes.

No que se refere às melhorias dos acessos e sistemas viários interferidos e necessários para a obra, a Norte Energia informa que no Travessão 27 foi finalizada a pavimentação e instalação de sinalização vertical e no Travessão 55 foi concluída a terraplanagem e parcialmente concluída a pavimentação. Nos Travessões 50, 52, 50A, 50B e 45, foi apresentado um relatório fotográfico no qual é possível verificar a realização de intervenções que se encontram em diferentes estágios de implantação.

Sobre a recomposição dos acessos interferidos pela formação dos reservatórios, o relatório informa que na identificação dos 16 pontos de interferência, foi considerado o fator de cheias centenárias do rio Xingu e afluentes, atendendo a Resolução nº 48, de 28 de fevereiro de 2011 (outorga de direito de uso de recursos hídricos). A Norte Energia ainda informa que após a avaliação relacionada à viabilidade dos remanescentes e aquisição de área total de imóveis, houve uma redução de 16 para 13 interferências identificadas. O

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14531
MA
RUB.

empreendedor também mantém a informação de que construirá uma ponte de concreto no Travessão 27 sobre o Canal de Derivação e realizou uma reunião com a Comunidade de São Francisco das Chagas. O cronograma proposto pela Norte Energia registra a conclusão da ponte em novembro de 2015.O Ibama solicitou em 08 de agosto de 2014, por meio do Ofício n° 02001.008866/2014-98 GABIN/PRESI/IBAMA, que a Norte Energia apresentasse, no prazo de 30 (trinta) dias, um novo cronograma de implantação da ponte sobre o Canal de Derivação, antecipando a conclusão da obra para o atendimento às propriedades remanescentes cujo acesso ficou dificultado já durante o período das obras. A Norte Energia encaminhou o documento CE 253/2014-DS, no qual afirma ser inviável antecipar o cronograma da ponte. Deste modo, identifica-se incompatibilidade de cronograma de enchimento do reservatório e da construção da ponte. Recomenda-se que a Norte Energia esclareça se os usuários continuarão trafegando por dentro do Canal de Derivação até a conclusão da ponte (prevista para novembro de 2015) ou se será adotada medida alternativa provisória até a conclusão da ponte.

O empreendedor ainda informa que foram realizadas reuniões com a Prefeitura de Altamira, Prefeitura de Vitória do Xingu e moradores da região para discussão. Verificou-se, pelas atas de reunião apresentadas, que a participação dos moradores nos encontros foi muito baixo. Recomenda-se que haja uma intensificação de esforço na realização de reuniões com um número maior de moradores.

Foi observado um avanço na avaliação das alternativas técnicas para a recomposição dos acessos. A princípio, a Norte Energia propõe realizar as intervenções por alteamento de greide, com objetivo de minimizar as mudanças na rotina dos usuários e evitar a necessidade de novas relocações para modificações de traçado. Contudo, o 6° Relatório Semestral faz ressalva sobre a dinâmica deste processo relacionada à avaliação de viabilidade dos remanescentes e às alternativas apresentadas pelos moradores. De todo modo, o empreendedor afirma que *serão realizadas as contratações das empresas para a realização das adequações à infraestrutura viária a partir de setembro de 2014 e a conclusão das obras até março de 2015, assegurando que não serão impactados os acessos às propriedades pelo futuro enchimento do Reservatório do Xingu.*

Por fim, foi observado que as informações da Norte Energia não deixam claro quantas interferências se referem às obras da UHE Belo Monte e quantas são relacionadas ao enchimento do reservatório. Verifica-se a necessidade de separar claramente as interferências geradas pelas obras das interferências fruto do enchimento dos reservatórios uma vez que, os impactos já estão ocorrendo nas interferências pelas obras e necessitam de ações de mitigação imediatas. Neste sentido, recomenda-se que a Norte Energia esclareça quantas interferências na infraestrutura viária se devem às obras da UHE Belo Monte e encaminhe informação sobre as ações imediatas que estão sendo executadas para a mitigação deste impacto.

Recomendações:

Recomenda-se que a Norte Energia: (i) intensifique os esforços na realização de reuniões com um número maior de moradores; (ii) esclareça quantas interferências na infraestrutura viária se devem às obras da UHE Belo Monte e encaminhe informação de quais ações imediatas que estão sendo executadas para a mitigação deste impacto; e (iii) esclareça se os usuários continuarão trafegando por dentro do Canal de Derivação até a conclusão da ponte (prevista para novembro de 2015) ou se haverá medida alternativa provisória até a conclusão da ponte.

2.3.3.2 Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento

Levantamento cadastral das comunidades e residências isoladas

Atividade já finalizada.

O empreendedor já informou que foram realizadas visitas de campo que identificaram que não houve um afluxo populacional nas localidades (Ressaca, Garimpo do Galo e Ilha da Fazenda), ao contrário do que previa o PBA.

Definição das soluções integrantes e individuais

A Norte Energia definiu as seguintes alternativas:

- *Comunidade Ilha da Fazenda*

Para esta comunidade, o empreendedor propôs inicialmente que o sistema de abastecimento de água fosse realizado com captação de água por poços profundos, com sistema de reservação, rede de distribuição e pontos para as ligações domiciliares. No 5° Relatório Semestral, informou que após perfurar os poços em diferentes pontos, identificou volume inferior ao necessário para abastecimento daquela população. Como solução alternativa, foi adotada a captação superficial em complementação aos poços. No 6° Relatório Semestral, a Norte Energia informou que, em função da solicitação da comunidade por abastecimento de água proveniente unicamente por poços, foram realizados novos estudos hidrogeológicos para perfurações de novos poços e conclusão do sistema de abastecimento de água naquela comunidade.

Com relação ao sistema de esgotamento sanitário, o 6° Relatório Semestral o detalhamento do projeto foi finalizado, tendo sido optado por conjuntos com Tanque Séptico, Filtros Anaeróbio e Sumidouros e alguns conjuntos de Tanque Séptico e Sumidouro.

- *Comunidade Garimpo do Galo*

O relatório informa que o monitoramento populacional realizado na Comunidade Garimpo do Galo aponta um decréscimo populacional intenso. As obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário não foram iniciadas naquela localidade. A Norte Energia informou ter finalizado o detalhamento do projeto do sistema de abastecimento de água. No que se refere ao esgotamento sanitário, é relatado a escolha do sistema composto por tanque séptico, filtro anaeróbio e sumidouro, sem maiores informações sobre o estágio do projeto.

- *Comunidade Ressaca*

A Norte Energia havia informado em seu 5° Relatório Semestral que o projeto de abastecimento de água na comunidade Ressaca estaria sendo conduzido pela Seidurb, com verbas oriundas da Funasa e que as obras estavam paralisadas, com previsão de retomada em janeiro de 2014. Naquela ocasião, o empreendedor relatou ter verificado a necessidade de complementação com a ampliação da rede de distribuição e implementação do dispositivo de proteção do sistema de captação.

O 6° Relatório Semestral registra que a Seiurb concluiu a estrutura de reservação (dois reservatórios de 20 mil litros cada), a rede de distribuição e os pontos das ligações domiciliares. Restam ainda pendentes a conclusão da captação superficial e a Estação de Tratamento de Água. A Norte Energia informou ter concluído o projeto para complementação do sistema, composto pela ampliação de 1.207 metros de rede de distribuição e instalação de proteção do sistema de captação do rio com instalação de gaiola de proteção.

No caso do sistema de esgotamento sanitário, ainda encontra-se em fase de detalhamento de projeto do sistema, que será composto por tanque séptico, filtro anaeróbio e sumidouro.

Detalhamento dos projetos

Até o 5° Relatório Consolidado, não havia sido concluído o detalhamento dos projetos de esgotamento sanitário nas Comunidades da Ressaca e Ilha da Fazenda. Já o 6° Relatório Consolidado informa que foram realizadas reuniões com estas duas comunidades para apresentação do projeto e no próprio relatório consta um detalhamento dos projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário das duas comunidades.

Educação em saneamento

O empreendedor informou que, no período compreendido pelo 6° Relatório Consolidado, realizou contato com instituição de ensino interessada realizar a atividade mas,

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14532
RUB.

que a parceria não avançou. Na sequencia, foi iniciada nova busca por instituição para execução das ações de educação em saneamento, tendo sido recebidas quatro propostas ora em análise. Verifica-se que esta atividade permanece em atraso, considerando que o cronograma do PBA previa o seu início no primeiro trimestre de 2012 e finalização no terceiro trimestres de 2012.

Implantação dos sistemas projetados

Por meio do Ofício n° 02001.006858/2014-15 DILIC/IBAMA, de 01 de julho de 2014, determinou-se que a Norte Energia (i) conclua as obras de saneamento básico previstas para a comunidade de Ilha da Fazenda até o final do segundo trimestre de 2014; e (ii) implante o sistema de saneamento básico nas Comunidades de Ressaca e Garimpo do Galo antes do início da formação do Trecho de Vazão Reduzida, caso as referidas comunidades não sejam relocadas em função da instalação da mineração Belo Sun.

No 6° Relatório Semestral, a Norte Energia informou que foi concluído o sistema de abastecimento de água da Comunidade Ilha da Fazenda, mas que o sistema de esgotamento naquela comunidade ainda encontra-se em fase de projeto.

Para a Comunidade da Ressaca, a Seiurb concluiu a estrutura de reservação (dois reservatórios de 20 mil litros cada), a rede de distribuição e os pontos das ligações domiciliares, restando pendentes a conclusão da captação superficial, a Estação de Tratamento de Água e a complementação do sistema, composto pela ampliação de 1.207 metros de rede de distribuição e instalação de proteção do sistema de captação do rio com instalação de gaiola de proteção.

Na Comunidade Garimpo do Galo, as obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário não foram iniciadas.

Monitoramento e avaliação do projeto

Esta atividade ainda não foi iniciada.

Comentários:

As informações apresentadas no 6° Relatório Semestral apontam atraso na conclusão de ações previstas no PBA, mesmo considerando os encaminhamentos dados pelo Ofício n° 02001.006858/2014-15 DILIC/IBAMA. As ações de educação em saneamento pouco avançaram desde o último relatório semestral e não houve a conclusão das obras de esgotamento sanitário na Comunidade Ilha da Fazenda.

Recomendações:

Recomenda-se que seja estabelecido prazo para que a Norte Energia: (i) conclua a implantação do esgotamento sanitário na Comunidade Ilha da Fazenda; (ii) inicie as atividades de educação em saneamento.

2.3.3.3 *Projeto de Relocação de Cemitérios*

Projeto finalizado em 2013, conforme análise do 5° Relatório.

2.3.4 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana

2.3.4.1 Projeto de Regularização Fundiária Urbana

Projeto em atendimento. Em que pese a reconhecida dificuldade de se realizar a definição das situações dominiais e proceder à regularização fundiária em diversas partes deste país, a estratégia de agilização deste processo adotada pela Norte Energia mediante a priorização da aquisição do imóvel para posterior regularização mostra-se oportuna e necessária, no sentido de avançar no alcance das metas do projeto 4.4.1 em conformidade com o PBA, cujo cronograma de realização das atividades encontra-se apertado.

Os números apresentados neste 6ºRC pelo empreendedor e que envolvem, de maneira condensada, os projetos que cuidam da relocação compulsória da população situada abaixo da cota 100m na ADA de Altamira apontam aproximadamente 400 famílias reassentadas nos

RUC (contando com as vilas dos trabalhadores), sendo 327 (trezentos e vinte e sete) imóveis com a situação jurídica analisada e destes, 326 (trezentos e vinte e seis) contratos firmados, diante de um montante que contabiliza 5.141 ocupações totais abaixo da cota 100m que deverão ser negociadas e removidas.

Contudo, números mais atualizados foram apresentadas pela CE 0278/2014-DS, de 19 de setembro de 2014, na qual o montante de reassentamento chegou a 689 famílias, dentro de um montante parcial de 1640 situações jurídicas já analisadas e ofertas feitas. Ressaltam-se assim os acentuados avanços obtidos mediante os esforços empreendidos segundo a estratégia mencionada acima; mas aponta-se, novamente, que ainda há uma distância considerável entre o número de negociações feitas e o total a se negociar (1640 para 5.141), sobretudo com o cronograma do projeto prevendo a finalização das solicitações dos títulos de posse até T1 de 2014 e o reconhecimento de posse pelo poder público finalizado até T4 de 2014.

Dessa forma, até que seja apresentado um cronograma readequado no 7ºRC, a realização das ações imprescindíveis à consecução do projeto 4.4.1 continuarão a ser acompanhadas e solicitadas tendo por base o cronograma apresentado no 6ºRC, assim como os encaminhamentos propostos pela equipe condutora do mesmo, em detrimento a possíveis adiamentos do andamento da obra como um todo. Portanto, solicita-se, para constar no 7º RC, informações sobre o andamento das seguintes ações/demandas:

- avanços na realização das ofertas e dos contratos firmados com os imóveis interferidos, até dezembro/2014;
- avanços na regularização fundiária tanto nas áreas interferidas quanto em cada uma das áreas do reassentamento urbano coletivo (RUC), mediante aplicação de legislação ordinária ou especial, até dezembro/2014;
- inclusão, nas informações sobre a regularização das áreas do RUC, do andamento do processo de aquisição e regularização da área do Pedral até dezembro/2014, atualizando, caso necessário, o número de famílias que optaram e serão reassentados nessa área, pertencentes aos grupos de indígenas citadinos, pescadores e de famílias comuns à ambos os grupos, a partir dos números de famílias desses grupos sociais já apresentados pela CE 289/2014-DS, de 06/10/14;
- conclusões a respeito da cobrança ou não do ITBI pela prefeitura municipal de Altamira sobre as áreas do RUC e possíveis encaminhamentos, até dezembro/2014;
- descrição das garantias de vinculação e posse das famílias aos lotes recebidos representados pelo Termo de Recebimento de Chaves e daquelas contidas no compromisso de regularização futura do imóvel, para os casos de aquisição em que os interferidos optarem por RUC, e ainda, em conformidade com as informações prestadas durante seminário técnico ocorrido em outubro/2014.

2.3.4.2 Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas

- Projeto em atendimento. Solicita-se, para constar no 7ºRC, informações sobre as seguintes ações/demandas:
- confirmação do término da revisão do cadastro físico patrimonial, previsto para outubro de 2014;
- finalização da estruturação da ferramenta SIG-WEB, que deverá conter todos os documentos referentes à negociação, aquisição e regularização das áreas afetadas, facilitando o acompanhamento de todo o processo de cada atingido. Também incorporar ao relatório informações dos encaminhamentos que venham a ser tomados a partir de reunião prevista para acontecer em novembro de 2014, entre Norte Energia e Ibama, para apresentação dessa ferramenta (avanços do sistema, disponibilização de senhas para acesso etc);

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14533
MP
RUB.

- apresentação de dados que atestem e garantam a validade dos mecanismos adotados pela Norte Energia para agilizar a instrução dos processos indenizatórios, como por exemplo a criação e aprimoramento de documentos, sejam pessoais ou dos imóveis;
- apresentação do Estudo de Remanescente urbano, com apresentação dos critérios que definirão a continuidade da posse ou domínio do interferido sobre a área remanescente, incluindo as ocupações interferidas pela construção de pontes;
- andamento das negociações na área (polígono) declarado como de titularidade/propriedade da Prelazia do Xingu, até dezembro/2014;
- confirmação sobre a realização dos Fóruns Permanentes de Discussão, como ação de mobilização da população, até o prazo final de T4/2014, segundo cronograma do pacote de trabalho atual e sobre o qual o Ibama fará as avaliações; em caso de continuidade da atividade, apresentar novo cronograma e implicações de sua prorrogação;
- confirmação sobre a realização de levantamento cartorial e elaboração de Laudo de Avaliação Imobiliária até o prazo final de T4/2014, segundo cronograma do pacote de trabalho atual; caso negativo, apresentar novo cronograma e implicações da prorrogação da atividade;
- quanto à adesão da população atingida, confirmar a realização das indenizações, relocações e reassentamentos, bem como de reuniões, até o prazo final de T4/2014, segundo cronograma do pacote de trabalho atual; caso negativo, apresentar novo cronograma e implicações da prorrogação da atividade.

2.3.4.3 Projeto de Reassentamento Urbano

Projeto em atendimento. Ressalta-se o posicionamento adotado pela Norte Energia de aquisição da área do Pedral como local para RUC de ribeirinhos, pescadores e indígenas citadinos, endossado pelo documento CE 0240/2014-DS, de 05 de agosto de 2014. Aquela localidade tornou-se centro das manifestações e reivindicações das lideranças indígenas e dos pescadores de Altamira para ser a área de RUC de seus grupos sociais.

Espera-se que a implementação do reassentamento do Pedral, com unidades habitacionais e equipamentos sociais, possa atender e até mesmo superar as necessidades de reprodução das condições sociais de vida dos mencionados segmentos sociais. Nesse aspecto, também solicita-se à Norte Energia que garanta o direito de reassentamento no RUC Pedral para as famílias de indígenas citadinos e pescadores que já tenham optado por outras áreas de RUC em momento anterior à existência da opção pelo Pedral, ainda mais tendo em vista a previsão de finalização das instalações do RUC Pedral para março/abril de 2016, conforme informações repassadas pelo empreendedor em seminário técnico ocorrido em outubro de 2014.

Esta perspectiva, entretanto, sujeita o projeto de implementação do RUC Laranjeiras à modificações, no sentido de ser realizado ou não o acesso entre esse RUC e o rio Xingu mediante reafeiçoamento do leito do igarapé Panelas e construção de píer e trapiche. Assim, o próximo relatório (7º) deverá trazer a confirmação do desenho final do projeto do RUC Laranjeiras.

Registra-se, conforme relato constante neste 6ºRC, a finalização do banco de dados deste projeto 4.4.3, importante dispositivo de auxílio à gestão das informações.

Finalmente, solicita-se as seguintes informações para o 7ºRC:

- novamente, espera-se que ocorra a finalização dos processos de reassentamento dos ex-moradores da vila Santo Antônio ou a realização de acordo judicial, especificamente para o caso da família de Amadeu Alcoforado. A equipe do Ibama vem acompanhando o andamento das negociações por meio dos relatórios quinzenais e está ciente das dificuldades colocadas pela pessoa citada. Contudo, aguarda-se o

relato dos encaminhamentos já mencionados durante seminário técnico ocorrido em outubro/2014;

- divulgação dos resultados do mapeamento das ofertas de serviços nos bairros próximos ao RUC Jatobá, respectivas oportunidades e possibilidades de ação conjunta com a prefeitura municipal de Altamira;
- aproveitamento do conhecimento e modo de operação adquiridos pelas ações do Grupo de Estudos de casos Especiais, no sentido de permitir a continuidade de suas atividades para o próximo período de cheias do rio Xingu, ou seja, até T2/2015, tendo em vista o prorrogamento dos prazos de implementação das áreas de RUC e consequente adiamento da finalização dos reassentamentos urbanos;
- resultados do desenvolvimento dos estudos de alternativas para a promoção da geração de trabalho e renda para os moradores relocados;
- manutenção das atividades de plantão social e controle e fiscalização das áreas afetadas até a finalização do processo de reassentamento urbano de Altamira em todos os RUC;
- previsão da manutenção das atividades: i) acompanhamento das negociações, ii) assinatura do termo de compromisso de atendimento, iii)acompanhamento da implantação das áreas de reassentamento e iv) reuniões para comunicação do andamento do projeto/obra, inseridas na Etapa de Pré-transferência do cronograma do pacote de trabalho com término previsto para T4/2014, para período posterior a esta data, visando principalmente o atendimento dos moradores que serão relocados para os RUC Laranjeiras e Pedral. Entende-se, portanto, que será necessário apresentar novo cronograma no próximo RC;
- no mesmo sentido do item acima, solicita-se a extensão para um período pós T4/2014 (data prevista para a finalização no cronograma atual) de todas as atividades listadas nas etapas de Recepção e Assentamento das Famílias e de Consolidação do Assentamento, visando principalmente o atendimento dos moradores que serão relocados para os RUC Laranjeiras e Pedral, incluindo possíveis pedidos de troca de locais de moradia por parte de pescadores e indígenas citadinos.

2.3.4.4 Projeto de Reparação

Projeto em atendimento. Os resultados obtidos com a implementação das atividades de interfaces entre vários programas e projetos do PBA e da aplicação do diagnóstico participativo confirmam a importância das ações deste projeto 4.4.4 no sentido de auxiliar a adaptação das famílias relocadas a seus novos ambientes habitacionais e socioambientais. Recomenda-se que os resultados dos diagnósticos aferidos junto à população, principalmente sobre segurança pública, possam chegar ao conhecimento dos administradores públicos municipais, uma vez que os novos bairros que vem sendo implantados na cidade de Altamira serão legados à responsabilidade administrativa municipal.

De modo geral, os encaminhamentos propostos pela equipe condutora do projeto para a continuidade das ações estão adequados para esta próxima fase e de acordo com o cronograma, a exemplo da validação do DRP com os moradores dos demais setores do RUC Jatobá e a realização do DRP com os moradores do RUC São Joaquim.

Em relação ao início da implantação das medidas de reparação para os reassentados no RUC Jatobá, concorda-se com a relevância dos elementos passíveis de atendimento relativos às alterações dos vínculos socioculturais, e recomenda-se que seja aprofundado o diagnóstico sobre as percepções dos moradores relocados quanto ao distanciamento do rio Xingu e dos igarapés Ambé e Altamira. Quanto às alterações associadas às atividades de geração de renda, recomenda-se que i) sejam estudadas alternativas de atividades de interface com o projeto 4.5.1 que fortaleçam a recomposição das atividades ou criem novas oportunidades, ao mesmo tempo que possam estabelecer uma sinergia entre as sensações de realização material e

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14534
MP
RUB.

imaterial e ii) que instâncias do governo municipal também sejam informadas à respeito das demandas por geração de renda de sua população, valendo-se de dados levantados pelo projeto para atuar positivamente no fomento às atividades produtivas.

2.3.5 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas

2.3.5.1 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas

Projeto em atendimento. As solicitações expressas no parecer do 5° relatório foram novamente atendidas e, no mesmo sentido, as propostas de encaminhamentos para o próximo período de atividades (T3 e T4 de 2014), expressas no 6° relatório, estão adequadas ao escopo e às metas do projeto. Solicita-se, portanto, que o 7° RC apresente as informações relativas à esses encaminhamentos, dando continuidade à linha de implementação que vem sendo adotada ao projeto.

Solicita-se que seja confirmada a realização das atividades listadas abaixo até T4/2014, conforme cronograma do pacote de trabalho atual avaliado por este órgão ambiental, sendo que qualquer alteração na duração destas atividades em função do cronograma geral do reassentamento urbano deverá constar no 7°RC. São elas:

- aperfeiçoamento e capacitação de proprietários;
- instalação de balcões para orientação empresarial;
- treinamento e capacitação de trabalhadores da indústria e das atividades de comércio e serviços;
- monitoramento da execução do projeto

2.3.5.2 Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho

Projeto em atendimento. No período coberto pelo 6°RC, T1 e T2 de 2014, houveram avanços na comunicação entre o empreendedor e os atingidos de ambas as atividades econômicas, oleiros e areeiros, resultando numa troca de informações mais qualificada entre os atores de forma a melhor esclarecer os riscos e oportunidades de cada opção de tratamento, recomposição da atividade ou indenização.

No caso dos areeiros de Altamira, a viabilidade da recomposição econômica da atividade pós-enchimento do rio Xingu recai, sobretudo, sobre a regularização ambiental e mineral das empresas e na agilidade de atuação dos órgãos licenciadores responsáveis (DNPM, Sema-PA, Semat/Altamira). Tal agilidade, inclusive, para saber julgar a questão referente à manutenção/renovação das titularidades das licenças ambiental e mineral em mãos dos areeiros que já as detinham, ou deferir novas licenças a terceiros que protocolaram novos requerimentos sobre áreas já tituladas anteriormente.

Recomenda-se, portanto, que a Norte Energia prossiga com os encaminhamentos que vem adotando, ou seja, mantendo o apoio institucional aos areeiros junto aos órgãos intervenientes, no sentido de efetivar em tempo hábil a obtenção da regularização ambiental e mineral para este grupo. No 7°RC deverá constar, portanto, o avanço desta demanda tendo em vista a previsão de realização dos acordos indenizatórios até T4/2014, de acordo com o cronograma de trabalho deste projeto.

Em relação ao segmento dos oleiros, ao longo do 1° semestre de 2014 foram realizadas reuniões entre esse grupo de atingidos, o empreendedor, Ibama e outros órgãos que acompanham o processo, havendo um avanço gradativo na apresentação dos estudos sobre as condições para a recomposição da atividade oleira e acordos indenizatórios. Contudo, até reunião realizada em 28/08 em Altamira, durante período de vistoria técnica do Ibama na região, ainda restavam muitas dúvidas dos trabalhadores oleiros tanto em relação às áreas selecionadas pela Norte Energia com depósitos de argila e potencial para a recomposição da atividade, quanto ao método, aos valores e à inserção dos trabalhadores por produção nos cálculos indenizatórios.

Devido ao exposto, determinou-se, como encaminhamento da reunião de 28/08, a realização de visitas às seis áreas propostas para a recomposição da atividade, acompanhadas das respectivas fichas técnicas contendo mapas e perfis geológicos, estimativas dos volumes dos depósitos, distâncias de Altamira, acessibilidades, tamanhos de cada área, tipologia dos tijolos que podem ser produzidos, alternativas para recomposição individual ou cooperada etc. Estas visitas seriam realizadas pelo empreendedor e os trabalhadores oleiros, incluindo os representantes do segmento, entre os dias 8 e 12 de setembro de 2014, reservando a semana seguinte (15 a 19/09/14) para avaliação das alternativas por parte dos oleiros.

Na sequência, e em consonância com a condução deste processo, solicitou-se à Norte Energia, via ofício, que informasse a este órgão ambiental os resultados das visitas dos oleiros às áreas selecionadas e as decisões tomadas por estes, tanto em relação às medidas para recomposição da atividade quanto às de pagamento de indenizações àqueles que se adequam a esta opção.

À partir dos resultados mencionados e de sua avaliação, recomenda-se à Norte Energia que tome todas as providências necessárias ao atendimento das opções escolhidas pelo segmento socioeconômico dos oleiros, em conformidade com as metas do PBA e tendo por base o cronograma deste projeto 4.5.2, no qual estas atividades de recomposição e indenizações deverão estar com seu escopo definido e encaminhado até T4/2014.

Todas estas tratativas deverão constar também no 7ºRC.

2.3.5.3 Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu

Projeto em atendimento. Observa-se o empenho efetuado pelo empreendedor em relizá-lo, ao assumir a construção do estaleiro após esgotamento da prospecção de possíveis parcerias, bem como os encaminhamentos dados para as outras ações propostas (cursos, projeto básico, contatos com prefeitura municipal de Vitória do Xingu e público-alvo).

Contudo, ressalta-se que sua efetiva implementação chega a um momento decisivo, mesmo não se tratando de uma obra de grande complexidade. Como é de conhecimento, a alteração do cronograma do projeto prorrogando até T2 de 2015 as atividades de construção das instalações e monitoramento de sua execução, coloca a finalização de tais atividades no período de chuvas, além de anteceder uma previsível etapa de pedido de emissão de licença de operação da UHE Belo Monte.

Dessa forma, e estando o órgão ambiental a par da demora da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu em disponibilizar a área para a construção do estaleiro conforme acordos prévios, recomenda-se à Norte Energia que continue envidando esforços adicionais no sentido da obtenção da área junto ao governo municipal em tempo hábil.

Solicita-se portanto, para constar no 7ºRC, informações sobre as seguintes demandas:

- apresentação de cópia de documento da prefeitura municipal de Vitória do Xingu atestando a disponibilização da área escolhida para construção do estaleiro;
- projeto executivo do estaleiro de Vitória do Xingu;

progresso das atividades de constituição associativa ou cooperativa dos trabalhadores navais de Vitória do Xingu.

2.3.6 Programa de Acompanhamento Social

2.3.6.1 Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.3.6.2 Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.3.7 Programa de Restituição/Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14535
RUB.

2.3.7.1 Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer

De acordo com o 6º Relatório, as informações obtidas com as diferentes campanhas realizadas no âmbito da Pesquisa de Caracterização de Praias permitiram a qualificação do modelo de recomposição da atividade de recreação junto a corpos d'água, cuja configuração final teve por fundamento o que segue: (i) as campanhas realizadas permitiram identificar sítios utilizados pela população para esta finalidade, tanto a montante quanto a jusante de Altamira; (ii) dentre as localidades pesquisadas, treze são objeto de uso mais frequente por parte da população; (iii) a Pesquisa indicou haver fundamentalmente duas tipologias de uso dos corpos d'água, nas áreas urbanas de Altamira e uma segunda, em que se utiliza localidades mais distantes da cidade, nas áreas periurbanas; (iv) o padrão de uso dos corpos d'água implica num fator de custo, relacionado aos deslocamentos a partir de Altamira, que decorre fundamentalmente da locação de voadeiras; (v) tal condição faz com que, do ponto de vista de frequência e acesso à atividade de recreação, haja uma preferência comunitária pelos sítios que estão localizados em áreas mais próximas a Altamira.

Considerado esse conjunto de fatores, os estudos para restituição da atividade de recreação junto a corpos d'água concentraram-se (i) na orla de Altamira, nas proximidades do Trapiche e (ii) no sítio denominado Massanori, fazendo com o que sejam atendidas as duas tipologias identificadas na Pesquisa de Caracterização de Praias.

Ainda de acordo com o apresentado, as principais virtudes desses projetos encontram-se (i) no fato de atenderem aos usos típicos que a população faz de sítios destinados a lazer junto a corpos d'água, ou seja, são localidades que podem receber tanto conjunto expressivo de pessoas, que procuram a condição de interações públicas e difusas, quanto aquelas que demandam espaços para um convívio comunitário, normalmente em grupos familiares e / ou de amigos; (ii) na possibilidade de se atender à demanda existente, dentro de determinados critérios técnicos; (iii) na acessibilidade, infraestrutura e integração com outras intervenções urbanísticas, propiciadas mais especificamente pelo sítio do Trapiche.

Foram apresentados os projetos básicos arquitetônicos dessas duas praias.

Quanto à possibilidade de posicionar um sítio para fins de recomposição de atividade de recreação junto a corpos d'água na foz do Igarapé Panelas, o relatório elenca algumas limitações técnicas, que fizeram com que a localidade deixasse de ser a alternativa prioritária, dentre tais limitações, destacam-se (i) a questão da declividade do terreno, que pode comprometer a experiência dos banhistas na utilização do sítio; (ii) possíveis conflitos de uso com os atracadouros que deverão ser edificados, para atender moradores do RUC Laranjeira.

A praia do Trapiche se configura como praia urbana e terá cerca de 4.000 m2 de área de faixa de areia, sendo 17,5 metros de largura e 233 metros de comprimento. Já a Praia do Massanori terá como característica uma praia periurbana, um pouco mais distante da área urbana de Altamira. Essa praia terá uma área aproximada de 24.000 m2 de faixa de areia, sendo 34 metros de largura e 717 metros de comprimento.

As dimensões das praias foram planejadas para serem suficientes para atender uma frequência de aproximadamente 5.600 banhistas simultaneamente, considerada a demanda de pico, sendo 4.800 banhistas na Praia do Massanori e 800 banhistas na Praia do Trapiche.

Para que se complete o ciclo de implantação do Projeto, o documento afirma que resta iniciar a execução da recomposição das praias, que implica em um conjunto de atividades precedentes, compreendendo a divulgação dos projetos de arquitetura junto à comunidade, assim como o desenvolvimento dos projetos executivos e contratação das obras. De acordo com o cronograma apresentado, a recomposição e/ou implantação das praias está prevista para o final de 2015.

Comentários e Recomendações:

O cronograma apresentado não considerou a alteração prevista pela Norte Energia no cronograma de obtenção da Licença de Operação para o empreendimento.

Os próximos relatórios devem contemplar a reprogramação do cronograma, bem como as alterações no projeto do RUC Laranjeira.

2.3.7.2 Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer

O Projeto havia previsto anteriormente, como alternativa à implantação do curso de Formação de Guias de Turismo Receptivo, atividades de capacitação mais aderentes à realidade local, em especial aquelas voltadas para o aperfeiçoamento de profissionais ligados ao setor turístico e de alimentos e bebidas. O 6º Relatório trouxe a solicitação de alteração da denominação da *Atividade 10 – Formação de Guias de Turismo Receptivo* para *Atividade 10 – Capacitação de Trabalhadores da Cadeia Produtiva do Turismo*.

No período do 6º relatório deu-se seguimento a esta estratégia, por meio do curso de Formação de Condutores de Atrativos Turísticos, realizado em dois municípios. Em Brasil Novo foram convidados representantes das Associações de Moto Taxistas, Taxistas, Hotéis e Balneários, Pronatec de Turismo, Empresários, Caverna Planaltina e Concluintes do Ensino Médio. Foram feitas 40 inscrições, sendo que 25 alunos iniciaram o curso e 23 concluíram. Em Senador José Porfírio foram convidados representantes das Associações de Pilotos de Barcos, Moto Taxistas, Taxistas, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública – SINTEP, Hotéis e Concluintes do Ensino Médio. Foram feitas 40 inscrições, sendo que 33 alunos iniciaram o curso e 32 concluíram.

Ao longo do semestre, as intervenções físicas referentes às alternativas de recomposição turística previstas no PBA foram devidamente configuradas em termos de projetos arquitetônicos, em interface com o Projeto 5.1.8 (Centro de Eventos e Turismo, Visitação do Complexo e Linha, Mirantes de Observação Cênica e Áreas de Conservação Existente) ao passo que as alternativas que se relacionam a atividades, como Pesca Esportiva e Ecoturismo Náutico, foram objeto de levantamentos em toda a AID.

Para o segundo semestre de 2014, está previsto o inicio das atividades do Projeto Conheça Belo Monte. Além disso, cabe ao Projeto (i) acompanhar a implantação dos equipamentos de interesse turístico, no âmbito do processo de reurbanização da orla de Altamira, e preparar os entes públicos e privados para o melhor aproveitamento possível dessas estruturas, ao passo que (ii) no que se refere às informações levantadas na AID, será desenvolvido um diretório de informações turísticas, com o propósito de qualificar o planejamento público e privado no setor. Tal produto, uma vez estruturado em formato apropriado, será disponibilizado às Prefeituras Municipais da AID, às quais caberá socializá-lo com as instituições da sociedade civil.

Em termos da Pesca Esportiva e Ecoturismo Náutico, o 6º Relatório afirma que o cronograma do Projeto prevê atividades para o período em que o enchimento dos reservatórios permitirá uma melhor qualificação das possibilidades de uso dos corpos d'água para tais finalidades. Não foi considerada, porém, a alteração prevista pela Norte Energia no cronograma de obtenção da Licença de Operação para o empreendimento.

Comentários e Recomendações:

Não foi apresentado detalhamento dos cronogramas das atividades previstas no âmbito do Projeto. Deve ser atualizada a previsão de enchimento dos reservatórios.

Não foi apresentada previsão das próximas ações de capacitação.

Novamente não foi apresentada a interface com os Programas do Plano de Articulação institucional, de forma a prever medidas que possam possibilitar a articulação com os atores locais e regionais.

Os próximos relatórios devem contemplar o detalhamento da reprogramação do cronograma e das atividades de capacitação propostas, bem como das medidas previstas para a consolidação de interfaces com outros Planos, Programas e Projetos para efetiva articulação institucional.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1456
MP
RUB.

2.3.8 Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais

2.3.8.1 Projeto de Recomposição dos Equipamentos Religiosos

De acordo com o apresentado no 6º Relatório, no âmbito da recomposição de templos religiosos na ADA rural não foram identificadas novas demandas para nenhum dos dois enquadramentos apresentados no relatório anterior. Não obstante, o proprietário da gleba onde estava instalado o templo religioso da Igreja Congregação Cristã do Brasil manifestou interesse em recompor o equipamento em sua nova gleba a ser adquirida.

Em 4 de abril, após a apresentação do laudo de avaliação do imóvel, o representante da Congregação Cristã do Brasil firmou o aceite optando pela indenização do imóvel, considerando o valor suficiente para recomposição do referido templo por conta própria a partir dos recursos disponibilizados pela indenização.

Para os equipamentos religiosos situados na área urbana, o relatório informa que, com base nas reuniões realizadas em dezembro de 2013, foram atualizadas as alternativas de atendimento para responder as solicitações apresentadas pelos grupos religiosos, sendo acrescentada nova alternativa de atendimento para proprietários e posseiros, a reconstrução pela Norte Energia da igreja em uma das áreas de Reassentamento Urbano Coletivo, com as mesmas dimensões do imóvel anterior.

No período do 6º Relatório houve a assinatura do termo de aceite do laudo de avaliação da edificação do templo atingido e lançamento da pedra fundamental das igrejas passíveis de recomposição no reassentamento Jatobá.

As definições dos lotes para as demais áreas de reassentamento acontecerão no próximo período.

O relatório informou, ainda, que foi definida a metodologia para elaboração dos projetos executivos dos equipamentos religiosos a serem recompostos nas áreas de reassentamento. Entretanto, não houve necessidade de projetos, pois todos os grupos religiosos passíveis de recomposição consultados neste período optaram pelo Terreno (dimensões similares ao terreno anterior) em uma das áreas de Reassentamento Urbano Coletivo e Indenização pela edificação.

As ações previstas para o próximo período são:

- Continuar as reuniões com as representatividades dos grupos religiosos atingidos, para definição dos lotes nas demais áreas de reassentamento: São Joaquim, Casa Nova, Água Azul e Laranjeiras;
- Finalizar o processo de negociação dos equipamentos religiosos no Igarapé Ambé; e
- Dar continuidade ao processo de negociação dos equipamentos religiosos nas demais áreas.

Recomendação:

Os próximos relatórios devem apresentar os resultados da continuidade do monitoramento da área rural, bem como das negociações na área urbana, e seus desdobramentos na recomposição dos equipamentos religiosos.

2.3.8.2 Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação

No período referente ao 6º Relatório foram concluídas duas obras previstas, sendo uma construção de nova escola e uma obra com reforma e ampliação. Também neste período foram concluídas as obras na Escola João Rodrigues para ensino infantil, já em funcionamento, restando a conclusão das obras de reforma para o ensino fundamental. Também foram construídas, neste período, duas salas de aula para a EMEF Dulcineia Almeida do Nascimento no município de Vitória do Xingu.

De acordo com o apresentado, somando-se todas as novas salas de aula ampliadas e construídas já entregues, tem-se até o momento o total de 221, incluindo as salas de aula do

Plano de Ação. A capacidade total de novos alunos nas escolas concluídas chega a 11.034 alunos.

No que se refere às escolas nas quais a Norte Energia deverá realizar reforma, o relatório informou que, para a liberação e aprovação dos projetos de reforma das escolas, vêm sendo realizadas interações com a municipalidade desde 2013. No primeiro semestre de 2014, foram realizadas reuniões junto a Secretaria de Planejamento, Secretaria de Educação e técnicos da Prefeitura responsáveis pela análise dos projetos, com o objetivo de fornecer esclarecimentos e disponibilizar apoio técnico à municipalidade para auxiliar na análise dos projetos.

Quanto às atividades para a qualificação do corpo docente, o relatório informou que foram realizadas duas etapas durante o primeiro semestre de 2014, contemplando os temas: Educação Especial, em Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu; Alimentação Saudável: Ações de Combate ao Diabetes e à obesidade Infantil, em Anapu e Senador José Porfírio e Vitória do Xingu; Educação Especial: Avaliação e Planejamento, em Altamira e Anapu; e Metodologia do Ensino, em Brasil Novo e Senador José Porfírio.

O documento destacou a participação significativa em todos os cursos, totalizando 646 participantes no primeiro semestre de 2014. Com a finalização dessas etapas de capacitação dos docentes, tem sido dada continuidade às interlocuções junto às SEMEDs com a finalidade de definição dos novos cursos que serão ministrados, e a disponibilidade na agenda escolar.

Com relação às escolas nas áreas de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), o 6º Relatório informou que, em reunião realizada junto à SEPLAN e Secretaria de Educação no dia 24/02/2014, foram apresentados os novos arranjos gerais propostos, assim como o dimensionamento em relação à quantidade de salas de aula em cada escola. Na reunião foi apontada, pela SEMED, a necessidade de revisão dos projetos já apresentados pela Prefeitura. Diante disso, a SEPLAN informou que faria novo encaminhamento das plantas à Norte Energia com as referidas revisões. A revisão das plantas foi entregue pela Prefeitura em abril de 2014. Como os projetos apresentados não possuíam detalhamentos que possibilitassem a contratação das obras, a Norte Energia contratou a elaboração dos projetos básicos e executivos, com base nas premissas estabelecidas nos projetos da prefeitura. Todas as escolas preveem área para expansão futura, caso isto se mostre necessário ou seja de interesse da SEMED.

Em relação à escola de ensino médio, após gestão junto à 10ª Unidade Regional de Ensino (URE), foi definida a construção de uma escola no bairro Jatobá. O padrão para construção da escola foi encaminhado pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) em abril de 2014, estando em elaboração os projetos básicos e executivos.

O relatório ressalta que a Norte Energia tem disponibilizado transporte escolar às famílias que mudaram para as áreas de reassentamento urbano de Altamira até a conclusão das obras, atendendo aos níveis de ensino infantil, fundamental e médio, para os períodos matutino, vespertino e noturno. Para tanto, há o monitoramento diário das condições de transporte.

Quanto à análise de suficiência, Altamira e Anapu apresentaram superavit na oferta de vagas no 1º semestre de 2014, e tendem a apresentar situação satisfatória, com superavit na oferta de vagas para o 2º semestre de 2014.

O município de Vitória do Xingu apresentou situação favorável em todos os módulos de ensino. Para o 2º semestre de 2014 é estimada condição estável para o nível Infantil e situação satisfatória na oferta de vagas para os níveis Fundamental e Médio.

Em Brasil Novo, o 1º semestre de 2014 apresentou superavit de vagas em todos os níveis de ensino. No 2º semestre, o aumento esperado para Educação Infantil, apesar de superavitária em agosto e setembro, implicará em estado de atenção, pois qualquer matrícula excedente tornará a oferta de vagas para este nível deficitária. O documento ressalta que o eventual aumento de vagas decorre do incremento que naturalmente vem sendo verificado por

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14537
MP
RUB.

conta da LDB do MEC que tornou a pré-escola obrigatória desde 2013, e não tem relação com afluxo populacional por conta do empreendimento, que não se verificaria no município. Já para o Ensino Fundamental e médio, o cenário será superavitário até novembro.

Para Senador José Porfírio, constatou-se deficit de 23 vagas na Educação Infantil, em julho de 2014. O Ensino Fundamental e o Médio apresentaram condição favorável, de oferta de vagas. Para o 2º semestre de 2014 a estimativa é de haja deficit de vagas na Educação Infantil, decorrente do incremento verificado por conta da LDB do MEC, e oferta de vagas nos outros níveis.

Em função da análise de suficiência de vagas nas escolas, parte das obras das escolas previstas no PBA para a área urbana de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Anapu, bem como escolas da Área Diretamente Afetada (ADA) rural, não tem sido indicadas como necessárias ao atendimento às demandas. Foi apresentada a relação de novas escolas cuja construção não será necessária, bem como a relação de escolas na ADA que não necessitarão ser reconstruídas por estarem desativadas, e/ou serem objeto de indenização. O quadro geral é de 20 escolas retiradas do conjunto de obras previstas.

Complementarmente, em função do processo de remanejamento das famílias, está sendo avaliada, junto às secretarias de educação municipal, a pertinência de reconstrução destas escolas em outro local ou outro tipo de atendimento aderente às políticas públicas dos municípios.

Comentário:

O Programa vem sendo executado como proposto.

2.4 Plano de Requalificação Urbana

2.4.1 Programa de Intervenção em Altamira

2.4.1.1 Diretrizes para o Planejamento Integrado

Elaboração de diretrizes gerais de planejamento integrado

Apresentação e discussão com a prefeitura municipal

O 5° Relatório Semestral já havia informado que após a apresentação dos projetos dos parques e orla propostos para a Prefeitura Municipal de Altamira e para a população, estavam sendo executados ajustes e detalhamentos com base nas devolutivas subsidiando a revisão do documento chamado "Diretrizes para o Planejamento Integrado". Naquela ocasião, recomendou-se que fossem incluídas na discussão do planejamento integrado, as demandas de grupos específicos surgidas mais recentemente, como por exemplo o grupo dos carroceiros. O 6° Relatório Semestral não apresentou informações atualizadas sobre o atendimento da recomendação para incluir as demandas de grupos específicos na discussão do planejamento integrado.

Sistema viário

No que se refere às alterações e melhorias necessárias no sistema viário por conta da implantação do RUC, o Ibama já realizou as considerações sobre o assunto por meio da Nota Técnica n° 6401/2013, encaminhada à Norte Energia por meio do Ofício n° 02001.011960/2013-43 DILIC/IBAMA. O 6° Relatório Semestral informa que foram avaliadas alternativas para a melhoria dos acessos às áreas de RUC e que os projetos começaram a ser desenvolvidos. Em vistoria realizada entre os dias 14 e 18 de julho de 2014, verificou-se que os acessos aos RUCs encontram-se em condições de trafegabilidade ruim, com exceção do RUC São Joaquim. Por meio da Nota Técnica n° 02001.001387/2014-41 COHID/IBAMA, foi exposta a preocupação com esta situação, considerando que já existem famílias que foram transferidas para suas novas moradias do RUC Jatobá. No que se refere às obras no sistema viário relacionadas à afetação pelo enchimento do reservatório, a questão mais imediata é a recomposição das pontes sobre os igarapés Altamira, Ambé e Panelas. A Norte Energia ainda não encaminhou o novo cronograma atualizado da recomposição das

pontes sobre os igarapés, considerando que o último cronograma apresentado não estava compatível com o impacto do enchimento do reservatório.

Drenagem urbana

O 6° Relatório Semestral apresenta informações sobre o andamento das obras de drenagem urbana nos novos bairros onde estão localizadas as áreas de reassentamento urbano coletivo. Também cita que a implantação do sistema de drenagem urbana em outros bairros de Altamira será realizada com base no documento CE 013/2014-DS, o qual apresentou o esboço geral do projeto de drenagem urbana, descrevendo as obras que serão realizadas e os locais previstos. Na avaliação do 5° Relatório Semestral, já havia sido identificado que alguns bairros previstos no EIA haviam sido excluídos, a saber: SUDAM I para o Sistema do Igarapé Altamira; Alberto Soares para o Sistema do Igarapé Ambé; e parcelas dos bairros Jardim Independente I e II, Premen, Esplanada e Centro para o Sistema da Orla do rio Xingu. O referido documento da Norte Energia também não citou a implantação do dique em elevações variáveis ao longo do igarapé Altamira previsto no EIA e que serviria para garantir a manutenção da elevação 100 metros como limite de área afetada. Deste modo, verifica-se a necessidade de que a Norte Energia adeque o seu projeto ao proposto no EIA e informe ao Ibama o cronograma de implantação das estruturas excluídas do documento CE 013/2014-DS.

Residências dos trabalhadores

Sobre a construção das residências dos trabalhadores em Altamira, a Norte Energia encaminhou, por meio dos documentos CE 435/2013-PR e CE 1040/2013-DS, solicitação para reduzir o número de residências de 500 casas para 120 casas. Após avaliação das informações da Norte Energia, o Ibama emitiu a Nota Técnica n° 37/2014 COHID/IBAMA, que concluiu pela aplicação de sanção administrativa em desfavor da Norte Energia em função dos prejuízos ambientais gerados pelo atraso na implantação da vila dos trabalhadores de Altamira, conforme estabelecido no PBA da UHE Belo Monte. Foi emitido o Ofício n° 02001.002036/2014-57 DILIC/IBAMA encaminhando a Nota Técnica n° 37/2014 e no qual se exige que a Norte Energia aloque os trabalhadores do consórcio construtor (CCBM), cuja origem não seja Altamira, somente nas vilas dos trabalhadores.

Recomendações:

Recomenda-se que a Norte Energia (i) informe se incluiu na discussão do planejamento integrado as demandas de grupos específicos surgidas mais recentemente, como por exemplo o grupo dos carroceiros; (ii) encaminhe o cronograma atualizado da recomposição das pontes sobre os igarapés; e (iii) esclareça a não inclusão de alguns bairros previstos pelo EIA no projeto de drenagem, a saber: SUDAM I para o Sistema do Igarapé Altamira; Alberto Soares para o Sistema do Igarapé Ambé; e parcelas dos bairros Jardim Independente I e II, Premen, Esplanada e Centro para o Sistema da Orla do rio Xingu; (iv) informe o estágio de implantação do dique em elevações variáveis ao longo do igarapé Altamira previsto no EIA, que serve para garantir a manutenção da elevação 100 metros como limite de área afetada.

2.4.1.2 Projeto de Reassentamento

Projeto em atendimento. O 6º Relatório Consolidado semestral (6ºRC), assim como outros documentos enviados pela Norte Energia, além das vistorias realizadas na região do empreendimento nos 1º e 2º semestres do corrente ano, atestam o avanço das obras de implementação dos novos bairros e gradativa transferência das famílias atingidas pela relocação compulsória devido ao futuro enchimento do reservatório do rio Xingu.

Cinco das áreas destinadas aos reassentamentos urbanos coletivos, Jatobá, Água Azul, São Joaquim, Casa Nova e Laranjeiras possuem seus planos mestres elaborados pelo empreendedor e aprovados junto à prefeitura municipal de Altamira (PMA), bem como os mapas de uso e ocupação da área indicando a localização dos lotes residenciais e comerciais, equipamentos religiosos (quando houver), áreas institucionais para equipamentos públicos

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14538
MP
RUB.

comunitários (escolas, creche, UBS etc, a serem distribuídos pelos RUC em conformidade com acordos feitos com a municipalidade), áreas de lazer, áreas verdes e APPs.

De maneira geral, as cinco áreas citadas acima tem estágios diferentes de implantação das obras, mas todas com prazo de entrega previsto para abril de 2015, segundo o empreendedor. Diante da celeridade imposta na execução das obras para o devido cumprimento do prazo, recomenda-se especial atenção nos cuidados com a segurança dos reassentados e dos trabalhadores, assim como na manutenção da qualidade das casas e das infraestruturas pública e de serviços.

Nesse aspecto, foi constatada durante vistoria à região do empreendimento realizada no mês de novembro do corrente ano que o RUC Casa Nova, especificamente, aliava a franca implementação das casas e das infraestruturas com a presença de moradores já reassentados, mas sem a presença de alguns equipamentos de segurança notados nos outros RUC, como por exemplo, alambrados ou cercas nas beiradas das encostas com altura maior que 3m, nas quais foram observadas crianças brincando. Também notou-se que algumas casas foram entregues ainda sem o calçamento do lado da frente, junto à rua, dificultando a circulação dos pedestres.

Quanto à área do Pedral, recentemente introduzida no rol dos RUC, a imissão na posse do imóvel pelo empreendedor deve ocorrer até final de outubro de 2014, segundo informe da Norte Energia através da CE 289/2014-DS, de 06/10/14. Após esta etapa, o empreendedor poderá iniciar os estudos e levantamentos necessários à elaboração dos projetos básicos e executivo daquela área.

No aspecto da implantação de infraestrutura de saúde e educação dentro dos RUC, foram definidas junto com a Prefeitura Municipal de Altamira a localização e dimensionamento das 3(três) UBS a serem implantadas nos reassentamentos Jatobá, São Joaquim e Laranjeiras, bem como os estudos de suficiência escolar (juntamente com outro projeto do PBA), que indicam; i) uma creche, uma escola de ensino fundamental e outra de ensino médio no Jatobá; ii) uma escola de ensino infantil e de ensino fundamental no São Joaquim, além de um Centro Regional de Atendimento Social (CRAS); iii) uma escola de ensino infantil e fundamental no Casa Nova; e iv) uma escola de nível infantil e fundamental no Laranjeiras.

Em relação aos licenciamentos urbanístico e ambiental, as áreas Jatobá, Água Azul, São Joaquim e Casa Nova encontram-se com as licenças de construção e instalação, respectivamente, devidamente emitidas pela PMA; quanto a área Laranjeiras, à época de finalização do 6º RC, ainda não possuía licença para construção e detinha a licença ambiental prévia (LP).

No tocante à construção de casas, Jatobá, São Joaquim e Casa Nova encontram-se com diferentes percentuais de implantação (32%, 10% e 1%, respectivamente), segundo o 6ºRC; no Água Azul ainda não haviam casas levantadas, mas centenas de *radiers* executados (mais de 470); no Laranjeiras ainda não havia sido iniciada a instalação dos *radiers*. Em relação à transferência de atingidos, somente os RUC Jatobá e São Joaquim já possuíam famílias relocadas, aproximadamente 654 somando-se as duas áreas, de acordo com dados repassados pelo empreendedor na CE 0278/2014-DS já citada no projeto 4.4.1.

Em relação ao cronograma do pacote de trabalho deste projeto 5.1.7 que ainda consta no 6º RC, a implantação de todos os RUC consta como finalizado em T4 de 2014, ou seja, da supressão vegetal e terraplanagem até a construção das unidades habitacionais e equipamentos sociais, além do paisagismo. A Norte Energia já mencionou a previsão de prorrogação dos prazos para finalização da implantação dos RUC em seminário técnico realizado em outubro de 2014, pelo qual o RUC Jatobá finalizará em fins deste ano de 2014 (restando o setor 5 posteriormente), RUC São Joaquim, Água Azul, Casa Nova e Laranjeiras finalizarão até abril de 2015 e, finalmente, o RUC Pedral finalizará até março/abril de 2016.

Porém, o cronograma readequado de finalização do RUC deverá constar no 7ºRC, solicitação esta já feita pelo Ibama em seminário técnico anterior realizado no primeiro

semestre deste ano (2 a 4 de abril de 2014). Enquanto não houver o cronograma atualizado, a realização das ações imprescindíveis à consecução do projeto 5.1.7 continuarão a ser monitoradas de acordo com o cronograma apresentado no 6ºRC, levando-se em conta também os encaminhamentos propostos pela equipe condutora do mesmo.

Solicita-se, para constar no 7ºRC, informações sobre o andamento das seguintes ações/demandas:

- readequação das medidas de segurança adotadas na implantação do RUC Casa Nova, com a instalação de grades nas encostas, tapumes para separação dos setores com movimentação de máquinas pesadas daquelas já concluídas e com moradores, calçamentos e outras necessárias à segurança e à boa convivência entre o empreendimento e a população local;
- avanços dos planos e planejamentos para a implantação das seis áreas de RUC, incluindo informes sobre a obtenção de posse da área do Pedral pela Norte Energia;
- avanço na obtenção das licenças ambientais e de construção para o RUC Laranjeira, emitidas pela prefeitura de Altamira;
- finalização, incluindo as alterações previstas, e apresentação do projeto executivo do novo bairro/RUC Laranjeiras, sua integração ao projeto de Parques e Reurbanização da Orla (5.1.8), as licenças de instalação e de construção obtidas junto à prefeitura de Altamira para esse RUC, e ainda, a situação da implantação das unidades habitacionais;
- também para o bairro Laranjeiras, solicita-se a apresentação do desenho do projeto contendo a implantação do acesso pela Estrada Cama de Vara e da revitalização da travessia sobre a área verde do bairro/RUC, conforme apresentado em seminário técnico ocorrido em outubro/2014;
- em conformidade com encaminhamentos propostos no projeto em análise, apresentar o grau de implementação dos equipamentos de educação e saúde para todas os RUC, o detalhamento das áreas de lazer dentro dos mesmos e o avanço do enquadramento para ocupação dos lotes comerciais e de serviços.

2.4.1.3 Projeto de Parques e Reurbanização da Orla

Projeto em atendimento. As fases de concepção, discussão e detalhamento dos projetos de urbanismo, arquitetura e engenharia foram concluídas, conforme descrito no 6ºRC e acompanhado pelos relatórios técnicos mensais enviados pela Norte Energia ao Ibama, além de reuniões e vistorias realizadas em Altamira ao longo do primeiro semestre de 2014.

Dessa forma, no período a ser coberto pelo 7ºRC, segundo semestre de 2014, deverá ser aprofundada a etapa de implantação das obras civis, tendo como horizonte de finalização o período de 4T de 2015, segundo cronograma do pacote de trabalho deste projeto 5.1.8. Prioridade deverá continuar a ser dada para a desocupação das áreas necessária à construção das pontes integrantes de cada pacote das obras.

Em relação ao Parque Igarapé Panelas, e de acordo com informações do empreendedor ainda constantes neste 6ºRC, o projeto continua inalterado, com a construção dos atracadouros do Porto do Pepino, do Panelas e do Laranjeiras, permitindo um melhor acesso fluvial à área do RUC Laranjeiras por qualquer morador ou usuário que opte por essa alternativa de acesso.

Entretanto, por meio de informações já repassadas durante seminário técnico ocorrido em outubro/2014, serão feitas propostas de alteração no projeto do Parque Igarapé Panelas relativas aos atracadouros do Panelas e do Laranjeiras, alterações estas que deverão constar no desenho do projeto e serem apresentadas no 7ºRC.

Solicita-se para constar no 7ºRC, além das readequações do projeto do Parque Igarapé Laranjeiras mencionadas, informações sobre o andamento das seguintes ações/demandas:

- conclusão dos planos de manejo dos Parques Igarapé Altamira e Ambé;

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14539
MP
RUB.

- apresentação do andamento, e finalização, dos projetos que ainda estejam sob qualquer tipo de revisão, pertencentes aos pacotes de obras principais: Orla do Xingu, Parques Igarapés Ambé e Panelas e Parque Igarapé Altamira;
- apresentação dos dados finais da requalificação do Travessão 40, referente à conclusão dos serviços auxiliares de complementação do suporte estradal, implantação da drenagem pluvial e melhoria do greide.

2.4.1.4 Projeto de Saneamento

Sistemas de tratamento de água e esgotamento sanitário

As obras de implantação dos sistemas de água e esgotamento sanitário foram iniciadas em junho de 2013, quando foi concedido pela prefeitura o alvará para construção de obras lineares em vias públicas em favor da Norte Energia.

Foi verificado um avanço significativo na execução das obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período referente ao relatório semestral anterior. O 6° Relatório Semestral relata a conclusão de 81,26% da rede de distribuição de água; 86,80% da adutora de água tratada; 77,7% da rede coletora de esgoto; 69% da linha de recalque e 57,7% do coletor tronco.

Foi realizada vistoria técnica em Altamira, entre os dias 14 a 18 de julho de 2014, e verificou-se que as obras de saneamento básico em Altamira permanecem em execução. Constatou-se ainda que a recomposição asfáltica realizada pelo empreendedor após o fechamento das valas não foi executada a contento em alguns trechos. Em algumas ruas da cidade a recomposição ainda não foi executada, o que causa desconforto para os transeuntes.

A Norte Energia informou, por meio do documento CE 198/2014-DS, que a maior parte das obras de saneamento para a cidade de Altamira estarão concluídas em compatibilidade com os prazos constantes da condicionante 2.10 e que a Estação de Tratamento de Esgoto, composta por dois módulos, terá o primeiro concluído até julho/2014 e este atenderá a toda a demanda das ligações previstas até o final de 2014. Neste mesmo documento, apresenta uma previsão de conclusão das obras, de maneira escalonada, concluindo a implantação de todos os equipamentos previstos até dezembro de 2014.

A Nota Técnica n° 02001.001387/2014-41 COHID/IBAMA avaliou a CE 198/2014-DS e concluiu que, devido à postergação da data de enchimento do Reservatório do Xingu, formalizada por meio do documento CE 051/2014-PR, os novos prazos propostos para término das obras de saneamento básico não prejudicam o atingimento dos objetivos de mitigação desta medida.

Entre os dias os 10 e 14 de novembro de 2014 nova vistoria técnica foi realizada em Altamira. Foi constatado que a ETE de Altamira está praticamente concluída, restando apenas obras finais de acabamento e testes no sistema de bombeamento. Na ocasião, a estação estava recebendo esgoto apenas do RUC Jatobá, o que, segundo representantes da NE, não é suficiente para dar o *start* no sistema, devido a pequena carga de matéria orgânica.

Foram informadas pela NE as dificuldades em fazer o repasse do sistema de esgotamento sanitário à Prefeitura Municipal de Altamira (PMA). Conforme o empreendedor, a prefeitura se nega a receber o sistema e também não permite que a Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará) o faça. É preciso ressaltar que este comportamento da prefeitura pode ser decisivo no atraso da operação do sistema, trazendo prejuízos para a população local.

A operação adequada da ETE Altamira e a execução das ligações domiciliares a rede de esgoto serão de grande importância, conforme demonstrada nas simulações da modelagem matemática, para a qualidade da água dos igarapés de Altamira. Por isso, é preocupante a postura que vem sendo adotada pela PMA.

Remediação do lixão de Altamira

Conforme já avaliado no relatório semestral anterior, a obra de remediação do lixão está concluída, após finalização do cercamento da área e execução das canaletas de drenagem pluvial. O 6° Relatório Semestral informa que foram realizados cursos de capacitação para a PMA para operacionalização da Estação de Tratamento de Lixiviados (ETL) e monitoramento dos poços na área de remediação do lixão. Resta saber se a PMA, está, de fato, operando a ETL a contento.

Aterro sanitário

O aterro sanitário de Altamira já está recebendo lixo coletado, apesar das obras ainda não terem sido completamente finalizadas, restando pendente a instalação do sistema elétrico geral, conclusão da urbanização da ETL, limpeza final e desmobilização da obra. O 6° Relatório Semestral informa que o empreendedor vem realizando reuniões com técnicos da PMA e visitas ao aterro sanitário, para acompanhar a operação e orientar sobre o manuseio dos equipamentos e operação da estrutura implantada.

Em vistoria técnica realizada em Altamira entre os dias 10 e 14 de novembro de 2014 foi constatado que as obras do aterro foram finalizadas e também foi feito o repasse do aterro à PMA. É preciso ressaltar o cenário de abandono presenciado em campo. Toda a parte administrativa do aterro estava vazia. A primeira célula que está recebendo resíduos domésticos está sendo mal operada pela PMA (muitos resíduos sem nenhuma cobertura), de forma que é possível classificar o novo aterro de Altamira como um lixão a céu aberto. A quantidade de urubus no local é um indicador claro de que a operação não está sendo realizada a contento. A estação de tratamento de lixiviado estava trancada e não havia funcionário no local, o que permite inferir que a estação não estava sendo operada pela PMA. Em todo o aterro foram visualizados apenas três funcionários da prefeitura, que começaram a operar os tratores quando observaram a presença da equipe do Ibama no local. A NE informou que reiteradas vezes funcionários da PMA foram capacitados para operar o aterro. Aparentemente a PMA não tem interesse em operar o aterro de forma adequada.

Recomendação:

A Norte Energia deve apresentar mapa completo da cidade da Altamira, incluindo as áreas de reassentamento e loteamento, destacando as áreas que foram contempladas pelas obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Recomenda-se que a Norte Energia encaminhe ao Ibama um relatório consolidado sobre as atividades de capacitação dos técnicos da Prefeitura Municipal de Altamira no que se refere à operação dos sistemas de saneamento básico.

Por fim, a Norte Energia deve informar se a Estação de Tratamento de Lixiviados do lixão remediado está sendo operado pela Prefeitura a contento.

2.4.2 Programa de Intervenção em Vitória do Xingu

Estabelecimento de diretrizes gerais

Detalhamento das diretrizes para ordenamento do crescimento Plano Urbanístico Básico

O 6° Relatório Semestral informa que foi realizada uma revisão do documento "Diretrizes para o Ordenamento do Crescimento: Eixo da BR-230", com a incorporação de proposições no eixo da rodovia BR-230, contemplando três áreas de expansão urbana incluindo a Vila Residencial de Belo Monte. O empreendedor ainda informa a realização de reuniões com a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu para discussão do referido documento.

No que se refere ao Plano Urbanístico Básico (PUB), é informado que o documento foi finalizado, após a incorporação das contribuições do Grupo de Trabalho criado pela Prefeitura Municipal da Vitória do Xingu.

Cabe informar que ainda não foi realizada a apresentação do PUB e do documento "Diretrizes para o Ordenamento do Crescimento: Eixo da BR-230" junto a população local.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14540
MP
RUB.

Verifica-se que, apesar do avanço observado nestas atividades do Programa de Intervenção em Vitória do Xingu, ainda não foram concluídas ações que estavam previstas para serem finalizadas em 2011. O próprio cronograma posteriormente proposto pela Norte Energia não está sendo observado pelo empreendedor. De maneira geral, não se observa um grande prejuízo no atraso destas atividades uma vez que houve alteração do planejamento territorial naquele município. Contudo, recomenda-se que seja estabelecido prazo para a conclusão da discussão do PUB e das diretrizes para o ordenamento municipal com a população uma vez que os cronogramas apresentados já estão defasados.

Pavimentação e Drenagem Urbana

O empreendedor informou que as obras de drenagem urbana foram concluídas e as de pavimentação encontram-se em finalização. Verifica-se que estas atividades deveria ter sido concluídas no terceiro trimestre de 2012 e, posteriormente, o 4° Relatório Semestral informou que a previsão de conclusão da pavimentação era dezembro de 2013. Neste sentido, recomenda-se que seja estabelecido prazo para a conclusão da pavimentação em Vitória do Xingu.

Vila residencial dos trabalhadores

As obras da vila residencial dos trabalhadores continuam em execução, tendo sido construídas 1.800 casas, sendo 1.400 já ocupadas. Foram implantadas as escolas, centro comercial, posto policial e administração da vila. O 6° Relatório Semestral informa que as obras do hospital estão com 70% de conclusão e que o atendimento médico está sendo prestado pelo ambulatório. O início da operação do hospital na Vila dos Trabalhadores é uma ação que deve ser priorizada pela Norte Energia e tem com objetivo não impactar a rede pública de saúde de Altamira e Vitória do Xingu com o atendimento dos trabalhadores da UHE Belo Monte. Esta ação se torna mais impostante ao se verificar que houve um aumento no contingente de trabalhadores quando comparado ao previsto no EIA e PBA. Deste modo, recomenda-se que seja estabelecido prazo para a Norte Energia inicie a operação do hospital.

Requalificação do travessão 40

O 6° Relatório Semestral informa que as obras de melhoria do Travessão 40 permanecem sendo realizadas. Em vistoria realizada entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2014, verificou-se que haviam sido executadas diversas obras de arte na via e esta está trafegável em toda a sua extensão. A Norte Energia informou que a sinalização viária para orientação dos condutores foi realizada e também foram executados reparos das partes da via danificadas no período de chuvas.

Recomendação:

Recomenda-se que seja estabelecido prazo para (i) conclusão da discussão do PUB e das diretrizes para o ordenamento municipal com a população (ii) conclusão da pavimentação asfáltica na sede municipal de Vitória do Xingu; e (iii) início da operação do hospital na Vila dos Trabalhadores de Belo Monte.

2.4.2.1 Projeto de Saneamento

Sistema de abastecimento de água

O 6° Relatório Semestral informa que foi realizada reunião com a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu para acordar sobre as melhorias de ampliação e reparos a serem realizados na rede de distribuição de água da sede municipal e que a execução das obras foram iniciaram em julho de 2014. Cabe recordar que o sistema de abastecimento de água de Vitória do Xingu está sendo implantado pela prefeitura, com recursos da Funasa. O empreendedor ainda informa que as melhorias de ampliação e reparos estarão concluídas até o quarto trimestre de 2014. O documento não apresenta os locais onde serão realizadas as ampliações, de modo que fica prejudicada a avaliação se as áreas de expansão do município serão contempladas com a rede de abastecimento de água. Deste modo, recomenda-se que a

Norte Energia encaminhe informações dos locais onde será realizada a expansão do sistema de abastecimento de água.

Sistema de esgotamento sanitário

O empreendedor apresentou o estágio de implantação do sistema de esgotamento sanitário. No período relativo ao 6° Relatório Semestral, foi iniciada a obra da ETE E e manteve-se a implantação da ETE C. As ETEs A, B e D estão concluídas assim como os poços de visita e os pontos das ligações domiciliares. Apesar do relatório semestral não apresentar informações sobre a atuação da prefeitura na operação das ETE's já entregues, registra-se que em reunião realizada no dia 15 de julho de 2014, a Norte Energia informou quais atividades estão sendo realizadas para a capacitação da operação e manutenção dos equipamentos entregues e fiscalização para atuação na área de saneamento. Na ocasião, também foi informado que estão auxiliando a prefeitura de Vitória do Xingu na elaboração do plano municipal de saneamento e criação de autarquia especifica para a gestão do sistema de saneamento básico. Estas ações podem ajudar a evitar o cenário observado em vistoria no mês de fevereiro de 2014, quando verificou-se que as ETEs A, B e D já se encontrarem ativas e ligadas a rede de esgoto, porém não estavam sendo operadas de maneira adequada pela Prefeitura de Vitória do Xingu.

Em vistoria técnica realizada entre os dias 10 e 14 de novembro de 2014 foi constatado que todas as cinco ETEs estavam concluídas e já repassadas à municipalidade. É importante informar que todas as estações estavam fechadas e o cenário era de completo abandono por parte da municipalidade. Nenhuma das cinco ETEs estavam sendo operadas pela PMVX.

Aterro sanitário

O aterro sanitário está concluído e já foi repassado à prefeitura de Vitória do Xingu. Em reunião realizada no dia 15 de julho de 2014, a Norte Energia informou que estão sendo conduzidas atividades para a capacitação da operação e manutenção dos equipamentos entregues e na elaboração do plano municipal de resíduos sólidos.

Em vistoria técnica realizada entre os dias 10 e 14 de novembro de 2014 foi constatado que o aterro também está sendo mal operado pela PMVX. Uma das células já foi concluída e a aquela que está em operação se encontra com os resíduos domésticos expostos sobre a célula, sem a cobertura por solo. Foi possível visualizar a presença de resíduos por toda a parte, fora da célula, inclusive nas canaletas de drenagem de água pluvial.

Comentários:

Diante das constatações feitas em campo nos aterros de Altamira e Vitória do Xingu e nas ETEs de Vitória do Xingu, é possível afirmar que o Plano de Articulação Institucional (PAI) não vem conseguindo atingir seus objetivos. É possível afirmar também que a responsabilidade não é somente do empreendedor. As prefeituras locais, aparentemente, não têm qualquer interesse em operar os sistemas de saneamento básico implantados pela Norte Energia de forma adequada. O prejuízo, neste caso, fica para a população local, considerando que saneamento básico está intimamente relacionando com a saúde pública. Talvez seja necessário que governo federal articule junto as prefeituras para que o legado das obras de saneamento seja conduzido de forma desejável.

Recomendação:

Recomenda-se que a Norte Energia encaminhe informações dos locais da sede de Vitória do Xingu onde será realizada a expansão do sistema de abastecimento de água.

2.4.3 Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal

Estabelecimento de diretrizes gerais

Elaboração de plano mestre para área do projeto e atividade

Estabelecimento de diretrizes para o ordenamento do crescimento

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14541
MP
RUB.

Plano Urbanístico Básico

Apresentação e discussão do Plano Urbanístico Básico com a população

O 6° Relatório Semestral informa que foram realizadas reuniões com os Grupo de Trabalho das Prefeitura de Vitória do Xingu e Anapu para discussão do documento "Plano Mestre e Plano Urbanístico Básico" e que ambas municipalidades aprovaram o documento sem ressalvas quanto ao seu conteúdo em maio de 2014. Resta ainda a necessidade de se discutir o documento "Plano Mestre e Plano Urbanístico Básico" junto a população das duas localidades. O cronograma contido no 6° Relatório Semestral apresenta esta atividade como prevista para o terceiro e quarto trimestre de 2014. Considerando as alterações da dinâmica territorial nos municípios de Anapu, e principalmente Vitória do Xingu, com a alteração da localização da Vila dos Trabalhadores, considera-se que o atraso observado na conclusão desta atividade minimizou o prejuízo pelo atraso observado. De todo modo, recomenda-se que seja exigido que a Norte Energia conclua a discussão do Plano Mestre e Plano Urbanístico Básico com a população.

A Norte Energia ainda informa que as obras dos atracadouros das balsas, ainda não finalizadas, permitiram a atracação da balsa mesmo durante o período chuvoso da região. O cronograma do 6° Relatório Semestral prevê a conclusão das obras no quarto trimestre de 2014. Cabe novamente citar que o atraso na conclusão dos atracadouros das balsas, previsto para o quarto trimestre de 2012, gerou autuação da Norte Energia.

Pavimentação e drenagem urbana.

As obras de drenagem urbana e a pavimentação urbana já foram concluídas em ambas as localidades. Durante uma vistoria realizada em fevereiro de 2014, constatou-se que a pavimentação na comunidade de Belo Monte do Pontal não estava adequada, com a presença de falhas e buracos. Por este motivo, foi solicitado que a Norte Energia refizesse a pavimentação em Belo Monte do Pontal em 120 dias. A Norte Energia informa no 6° Relatório Semestral que as melhorias na pavimentação de Belo Monte do Pontal não foram concluídas em função do período chuvoso e foram retomadas em julho de 2014. Recomenda-se que seja exigida que a Norte Energia conclua a recomposição asfáltica de Belo Monte do Pontal.

Recomendação:

Recomenda-se que seja estabelecido prazo para que a Norte Energia (i) realize a discussão do Plano Mestre e Plano Urbanístico Básico com a população; (ii) conclua recomposição asfáltica de Belo Monte do Pontal.

2.4.3.1 Projeto de Saneamento

Sistema de abastecimento de água

A implantação do sistema de captação superficial de água em Belo Monte e Belo Monte do Pontal permanece sem ter sido concluída. Foi observado um pequeno avanço neste processo, com a resolução dos problemas relacionados à documentação dos terrenos, conclusão do processo licitatório para a contratação da executora dos serviços e início efetivo das obras. Cabe ressaltar que foi encaminhado o Ofício 02001.008866/2014-98 GABIN/PRESI/IBAMA, de 08 de agosto de 2014, notificando o empreendedor a concluir, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a instalação da solução alternativa para o sistema de abastecimento de água (captação superficial) nas comunidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Sistema de esgotamento sanitário

Os sistemas de esgotamento sanitário foram implantados nas duas localidades.

O 6° Relatório Semestral atualiza sobre os trâmites para inclusão das localidades no Projeto de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD junto à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. É citado que, apesar de terem sido cadastradas no Sistema de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, os municípios de Vitória do Xingu e Anapu não foram

contemplados com recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde para a implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

Considerando que a operação dos sistemas de esgotamento implantados depende das ligações domiciliares e das adequações sanitárias nas residências das duas localidades, sugere-se que a Norte Energia apresente proposta alternativa para que o sistema de esgotamento sanitário instalado em Belo Monte e Belo Monte do Pontal seja efetivo.

Aterro sanitário

No que se refere ao aterro sanitário de Belo Monte, a Norte Energia informa ter adquirido os equipamentos solicitados pela Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu como alternativa à implantação do aterro sanitário em Belo Monte. Os resíduos de Belo Monte estão sendo destinados para o aterro sanitário de Vitória do Xingu – Sede.

Já o aterro sanitário de Belo Monte do Pontal, se mantém o impasse na implantação desta estrutura. A Norte Energia encaminhou cópia do Ofício nº 0016/2014 – GAB Prefeitura de Anapu, no qual a Prefeitura Municipal de Anapu registra seu desinteresse na implantação do aterro sanitário em Belo Monte do Pontal e solicita utilização alternativa do recurso para complementar o projeto de aterro sanitário do município de Anapu. Cumpre informar que a Norte Energia relatou estar destinando os resíduos da comunidade de Belo Monte do Pontal no aterro sanitário do Sítio Belo Monte.

Por meio da correspondência CE 0264/2014-DS, protocolada em 11 de setembro de 2014, a Norte Energia informou que *dará continuidade às tratativas no sentido de cumprir as ações para viabilizar a construção de um aterro sanitário com recursos que atendam a localidade de Belo Monte do Pontal, em atendimento ao PBA e, nesse interim, tem adotado alternativas para o atendimento temporário da disposição dos resíduos sólidos domiciliares gerados na localidade, além de apoiar a municipalidade, com a atuação da equipe do PAI, na concretização de seus interesses para o atendimento às obrigações relativas à Política Nacional de resíduos sólidos.*

Recomendação:

Recomenda-se que a Norte Energia apresente proposta alternativa para efetuar as ligações domiciliares e permitir o uso pleno do sistema de esgotamento sanitário instalado em Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

2.5 Plano de Articulação Institucional

2.5.1 Programa de Interação e Articulação Institucional / 2.5.2 Programa de Fortalecimento da Administração Pública / 2.5.3 Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos

Pela estreita interface entre suas ações, os Programas acima serão analisados em conjunto.

O 6º Relatório informou que, no sentido de se definir abordagens mais pragmáticas para a implantação do PAI foram eleitas áreas focais de atuação – Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida, Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer, Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação, Diretrizes Para o Planejamento Integrado para Altamira, Projeto de Saneamento de Altamira, Programa de Intervenção em Vitória do Xingu, Projeto de Saneamento de Vitória do Xingu, Programa de Intervenção em Belo Monte (município de Vitória do Xingu) e Belo Monte do Pontal (município de Anapu), Projeto de Reassentamento Urbano, Projeto de Reassentamento de Altamira e Projeto de Parques e Reurbanização da Orla –, que caracterizam as interfaces essenciais com programas e projetos previstos no PBA, tendo por característica principal o fato de preverem diferentes ordens de entregas às municipalidades.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14592
RUB.

Ainda de acordo com o apresentado, a articulação das dimensões i) equipamentos públicos a serem edificados pela Norte Energia com entrega final às prefeituras; ii) preparação do corpo gestor para receber os equipamentos; iii) capacitação dos servidores municipais para sua operacionalização; iv) adequações normativas e legais que os integrassem ao planejamento dos governos municipais em sentido amplo; v) planejamento orçamentário esteve, portanto, no cerne da revisão do PAI e orientou a lógica de implantação dos Programas em análise.

Ao longo do semestre a identificação das fragilidades das políticas públicas setoriais nos municípios levou a diferentes ordens de ações, como i) elaboração e reformulação de normas municipais (planos municipais de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, – cinco municípios da AID; saneamento; Plano Diretor Municipal e legislação complementar, em Senador José Porfírio), ii) implantação de novas rotinas administrativas, e assessorias específicas aos municípios (aspectos jurídicos e constitucionais do planejamento, Lei de Responsabilidade Fiscal, conteúdo, prazos, vedações, importância e roteiro passo a passo de elaboração do Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual-LOA, em Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu); iii) capacitações; iv) desenvolvimento de ferramentas de planejamento e v) preparação dos municípios para propor projetos e pleitear recursos.

Também foi informada a operacionalização da Entidade Microrregional de Desenvolvimento Sustentável, à qual caberá gerir e implementar o Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável.

Foram realizadas consultorias de planejamento orçamentário e fiscal (PPA/LDO/LOA), com o objetivo principal de se contribuir para o aumento da produtividade fiscal dos cinco municípios da AID, oportunidades em que se debateram temas como o acesso ao Programa de

Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, regularização de pendências junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e Cadastro Único de Convênios – CAUC e incentivos à participação popular nos instrumentos de planejamento orçamentário.

No que tange à capacitação dos servidores municipais, foram realizadas atividades como capacitação para operacionalização dos equipamentos da Estação de Tratamento de Lixiviados (ETL) da Remediação do Lixão de Altamira, licenciamento ambiental, saneamento básico, legislação urbana, convênios, habitação de interesse social, assistência social e, uma vez mais, planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA).

Em termos da qualificação de rotinas administrativas das Prefeituras, com vistas a melhor prepará-las para fazer face aos impactos do Empreendimento, o relatório informou que foram desenvolvidas atividades relacionadas à gestão e operação de aterros sanitários em Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo; fortalecimento da assistência social em Anapu; licenciamento ambiental, em Anapu, Senador José Porfírio e Brasil Novo. De acordo com o documento, as abordagens utilizadas tiveram recorte prático, operacional, uma vez que se basearam em verdadeiras parcerias com os municípios, para que os mesmos adaptassem seus procedimentos administrativos à nova realidade da AID. Foi ressaltado que os cinco municípios da AID já estão habilitados para o licenciamento ambiental local.

Para o próximo período foi informado que, entre diversas ações, serão priorizados os temas assistência social, saneamento básico, infraestrutura, meio ambiente, finanças e planejamento municipal atividades da consultoria de planejamento orçamentário e fiscal (PPA/LDO/LOA) nos cinco municípios. Outro objetivo é ampliar a qualificação dos servidores para a realização de suas as atividades, por meio da continuidade das Capacitações de Gestores e Técnicos Municipais, nos cinco municípios

Comentários e recomendações:

Pela análise do 6° relatório observa-se que foram relatados resultados práticos da implementação dos Programas de Interação e Articulação Institucional, Fortalecimento da Administração Pública e Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, os quais tiveram um grande avanço, no sentido de refletir as propostas do EIA e do PBA.

Mantém-se porém a recomendação de que os próximos relatórios de acompanhamento apresentem o detalhamento dos planos de trabalho, além dos resultados das avaliações realizadas e os encaminhamentos adotados a partir de tais resultados. Seria interessante que sua apresentação contemplasse as atividades realizadas no período para cada item do cronograma, bem como a avaliação dos resultados.

2.5.4 Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas

De acordo com o 6° Relatório, foram realizadas no 1° semestre de 2014, 13 capacitações; cinco palestras; uma campanha de regularização; 31 visitas técnicas; 30 cadastros de fornecedores; 27 reuniões com instituições da sociedade civil em sua maioria destinadas a preparar e promover ações relacionadas ao desenvolvimento da economia local e regional, resultando em 121 ações promovidas no atendimento direto a 1.067 pessoas.

Dentre as atividades do Galpão de Oportunidades foram realizadas 13 capacitações, sendo nove cursos e oficinas empresariais executadas pelo SEBRAE, contemplando 189 empreendedores. Pelo SENAI foram executados quatro cursos profissionalizantes (três turmas de Qualidade no Atendimento e uma de Eletricista de Linhas Elétricas de Baixa e Alta Tensão), com 72 pessoas qualificadas.

Em relação às ações de estímulo ao desenvolvimento da economia local foram realizadas: uma campanha de regularização empresarial em Vitória do Xingu, com objetivo de sensibilizar o empresariado local da importância da formalização e regularização empresarial; um seminário sobre compras governamentais com intuito de apresentar as oportunidades de fornecer produtos e serviços para o setor público; duas palestras sobre direito do consumidor realizadas em Altamira e Brasil Novo e uma palestra sobre encontro de negócios e soluções em logística empresarial em Altamira.

No que se refere ao produto Desenvolvimento de fornecedores e compras diferenciadas foram realizadas 31 visitas técnicas.

No produto Incentivo ao empreendedorismo, associativismo, e cooperativismo foram realizadas duas palestras em Altamira, com os temas associativismo e cooperativismo.

Comentários e recomendações:

O relatório foca na apresentação das ações, e não nos resultados da implementação do Programa.

O texto do relatório afirma que, no âmbito do Programa, existe um conjunto significativo de ações envolvendo o fortalecimento da economia e cultura empresarial nos cinco municípios da AID da Usina Hidrelétrica Belo Monte, o que corrobora avaliação, por parte do Ibama, de que seu foco principal está vinculado ao desenvolvimento da cultura empreendedora, com ênfase no aproveitamento de oportunidades geradas pelo Empreendimento. Reafirma-se que o objetivo, apontado no EIA, de mitigar a deficiência na qualificação de mão de obra local na região deve ter ênfase similar.

2.6 Plano de Relacionamento com a População

2.6.1 Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante

De acordo com o 6° Relatório, como Balcão de Atendimento Móvel estava se mostrando mais eficaz na obtenção de novos cadastramentos em Vitória do Xingu, optou-se por desmobilizar o Balcão de Atendimento fixo e intensificar a presença do Balcão de

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14543
MP
RUB.

Atendimento Móvel na sede do município, bem como dar continuidade à sua presença nas demais localidades do município.

Os outros municípios da AII, continuam a ser atendidos satisfatoriamente pelo Balcão Móvel, sendo o número de cadastros pouco significativo.

Neste relatório, a apresentação dos registros dos balcões foi desmembrada para se obter uma melhor análise do perfil dos cadastrados, em especial dos cadastros realizados no Balcão de Atendimento do Núcleo RH do CCBM, que registra os trabalhadores que já estão em processo de contratação junto ao CCBM, enquanto os demais balcões continuam com a estratégia de ser uma "porta de entrada" para o empreendimento.

Considerando todo o período de funcionamento dos Balcões, o total de registros atingiu o valor de 32.843 pessoas, excluídos os dados de 2014 do Balcão do RH. Desses, por volta de 70,76% dos cadastrados são os chamados residentes, ou nascidos nos seus municípios de cadastro e vivem lá até hoje ou que para lá se dirigiram antes de fevereiro de 2010. Entretanto, 29,4% deste total são classificados como migrantes, ou seja, 9.602 indivíduos.

De acordo com o relatório, todas as pessoas recrutadas nos polos externos de Marabá e Belém passam obrigatoriamente pelo Núcleo RH do CCBM. Sendo assim, a totalidade dos novos contratados seriam cadastrados pelo Balcão de Atendimento.

Para o 1° semestre de 2014 o Balcão do RH teve 14.036 cadastros, sendo 13.419 de migrantes. De acordo com os dados completos do perfil do migrante diretamente contratado pelo CCBM, 0,77% (106) dos migrantes diretamente contratados vieram com filhos, enquanto outros 1,11% (154) vieram com o cônjuge.

A verificação da contratação por outros setores mostrou que dos 500 indivíduos sorteados, 234 foram contatados, ou aproximadamente 46,8%. Os demais não puderam ser localizados. Dos 234 localizados, aproximadamente 49%, ou 114 indivíduos, está trabalhando. Dos 120 desempregados, mais da metade (51,66%) não se encontra mais no município de Altamira, tendo retornado à cidade de origem após não conseguir uma oportunidade de emprego. Dos cadastrados que informam estar empregados, aproximadamente 51,75% dizem prestar serviços para a Norte Energia (59), sendo que destes, 44 ou próximo a 74% são contratados do CCBM. Dos empregados, aproximadamente 76% (87 de 114), possui registro na carteira de trabalho. Outro dado da pesquisa é que, dos 234 contatados, 146 continuam residindo em Altamira, ou aproximadamente 62%. Desse percentual 57% residem com algum familiar,. Pouco mais de 36% - 53 trabalhadores -trouxeram seus filhos. A soma de todos os filhos que vieram com os 53 entrevistados é de 96 crianças. Quanto ao tempo de serviço nos novos empregos: aproximadamente 73% dos entrevistados estão há menos de seis meses empregados.

Comentários e Recomendação:

Em sua análise o documento considera que os dados do perfil do migrante fornecidos pelo CCBB indicam os migrantes que trazem suas famílias, e afere que o impacto dos diretamente contratados nos equipamentos sociais, notadamente nas vagas por escolas, é significativamente menor que aquele calculado nas primeiras projeções, podendo a própria projeção demográfica poderia ser aprimorada. Deve ser verificado, porém, se esse quadro se mantém após a contratação, ou seja, se membros da família não se juntam ao trabalhador após sua efetivação.

2.6.2 Programa de Interação Social e Comunicação

De acordo com o 6° Relatório, no período de janeiro a junho de 2014, foram registrados 2.796 questionamentos durante as mobilizações, reuniões e eventos realizados ou apoiados pelos agentes de comunicação nas áreas urbana e rural. Esses questionamentos estão organizados segundo os principais temas: O empreendimento em geral; Aspectos técnicos do

projeto; Licenciamento ambiental; Impactos do empreendimento na região; Relacionamento com a sociedade.

Na área urbana, o bloco 4-Impactos do Empreendimento na Região / 4.3-Aspectos socioeconômicos e culturais recebeu a grande maioria dos questionamentos durante as mobilizações (77,35%). A principal subcategoria a receber atenção foi 4.3.4- Alteração na infraestrutura e acessibilidade (63,1%) – em função das demandas de informação sobre as obras de saneamento que estão sendo realizadas na cidade de Altamira. Em segundo lugar, aparece o bloco 5-Relacionamento com a Sociedade (22,43%), notadamente na categoria 5.3-Manifestações (17,28%). Já nas reuniões realizadas na área urbana, o foco dos questionamentos foi 5- Relacionamento com a Sociedade (85,83%), com concentração na categoria 5.3- Manifestações (47,08%). Na sequência, apareceu o bloco 4-Impactos do Empreendimento na Região (14,17%).

Na área rural, o tema mais recorrente foi o bloco 5-Relacionamento com a sociedade (59,2% nas mobilizações; 72,92% nas reuniões). Neste bloco, o foco foram manifestações diversas do público sobre o empreendimento (categoria 5.3- Manifestações: 34,48% nas mobilizações; 40,62% nas reuniões). Nas reuniões da área rural, a segunda sub-categoria do bloco 5 a receber mais demandas por informação foi a 5.2-Benefícios à sociedade (29,17%). Logo na sequência, os questionamentos se concentraram no bloco 4-Impactos do empreendimento na região, especificamente na categoria 4.3-Aspectos socioeconômicos e culturais (36,21% nas mobilizações; 23,96 nas reuniões), com especial atenção à sub-categoria 4.3.4-Alteração na infraestrutura e acessibilidade (23,56% nas mobilizações; 14,58% nas reuniões) – também em função das questões referentes às obras de saneamento básico.

No mesmo período, o Atendimento "Belo Monte Aqui" recolheu 2.261 contatos, por meio de seus canais: Serviço 0800 e Plantão Social, assim como atendimento presencial e por telefone no escritório. A exemplo de semestres anteriores, a ênfase dos questionamentos continuou nos Programas Socioeconômicos do PBA,notadamente no Plano de Atendimento à População Atingida, que inclui o Projeto de Reassentamento Urbano. Para este semestre, no entanto, as obras referentes ao saneamento urbano em Altamira também receberam acentuada demanda de informações – Plano de Requalificação Urbana / Programa Intervenção em Altamira / Projeto Saneamento.

O documento relata que houve significativa concentração de esforços para o planejamento e execução de ações de comunicação em apoio ao Plano de Atendimento à População Atingida – especialmente nas atividades relativas ao Reassentamento Urbano Coletivo (RUC). Outro tema a receber especial atenção do Programa foram as obras de saneamento básico em Altamira – Plano de Requalificação Urbana / Projeto de Saneamento, com ênfase no desenvolvimento da segunda etapa da campanha de comunicação, agora com o tema "Saneamento é Saúde".

No período do relatório, foram realizadas 4.499 visitas de mobilização, com concentração de esforços na área urbana, que registrou 3.926 visitas, ao passo que na área rural foram 573.

A pesquisa de percepção realizada pelos agentes de comunicação, avaliou de forma positiva as ações desenvolvidas pelo Programa 7.2. Além do fato de que os materiais foram considerados de fácil compreensão por quase 80% dos entrevistados – tanto na área urbana, quanto na rural –, a pesquisa também demonstrou que a principal fonte de informação sobre o empreendimento é composta pela atuação dos agentes de comunicação e dos materiais informativos produzidos pelo Programa: 60% de respostas na área urbana; 61,5% na área rural.

Para o segundo semestre de 2014 o programa deve continuar priorizando as ações voltadas ao processo de reassentamento / negociação com a população atingida e conclusão das obras de saneamento. Também será dado foco o início das obras de Reurbanização da

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14544
RUB.

Orla, cujo planejamento de comunicação já começou a ser traçado. O objetivo será apresentar o projeto, assim como esclarecer e orientar a população local sobre as alterações do cotidiano da região durante as obras.

Comentários e Recomendações:

Permanece acertada a priorização das ações voltadas ao processo de reassentamento e negociação com a população atingida. Reforça-se a importância de que o Programa de Interação Social e Comunicação seja subsidiado com informações seguras e definitivas, que tragam segurança ao processo de comunicação com os atingidos.

2.6.3 Programa de Educação Ambiental de Belo Monte

Projeto em atendimento. Observa-se que há uma condução satisfatória das atividades do PEA, em conjunto com as ações do PEAT, e que os resultados . Dessa forma, solicita-se que conste no 7ºRC informações sobre o andamento das seguintes ações/demandas relacionadas ao acompanhamento das atividades propostas:

- apresentação dos resultados compilados do DRP do Jatobá aplicado e avaliado no período, apontando as possíveis direções do planejamento das atividades dos Nucleax;
- resultados do período para a as ações de EA nos Nucleax Jatobá e São Joaquim;
- avanço da obra do CREAX;
- resultados do período para o Curso Formativo em Educadores Ambientais Populares para o Ensino Não Formal;
- resultados do período para o Curso Formativo em Educadores Ambientais Populares para o Ensino Formal;
- resultados das campanhas socioeducativas do período;
- resultados adicionais das ações desenvolvidas junto à comunidade São Francisco das Chagas que sejam pertinentes a este projeto 7.3, uma vez que outras informações detalhadas sobre este tema foram solicitadas na análise do projeto 3.5 – PEAT;
- resultados do período para o importante encaminhamento relativo à extensão dos cursos formativos em Educadores Ambientais Populares para o Ensino Formal e Não Formal para as comunidades da Volta Grande do Xingu, de forma complementar às informações repassadas pelo projeto 14.2.3.

2.6.4 Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

Por recusas das instituições fonte de dados, o 6º relatório informou não serão apresentados 3 indicadores, "Evolução do número de novas ligações elétricas realizadas", "Número de policiais por 1.000 habitantes" e "Número de viaturas policiais). Foi apresentada uma Nota Técnica de revisão de indicadores socioeconômicos, na qual é proposta a supressão desses indicadores, bem como alterações de designações de indicadores e dimensões, para refletir com mais precisão o que está sendo monitorado e a substituição de alguns indicadores por impossibilidade de coleta de seus dados. Além disso, a Nota propõe uma nova ordenação das dimensões e indicadores, a fim de criar maior coerência na sequência da análise. De acordo com o apresentado, tais supressões não prejudicarão o monitoramento, pois outros indicadores permitem acompanhar a evolução das respectivas dimensões.

Na dimensão Demografia e Migração, foi atualizada a projeção demográfica dos municípios com influência do empreendimento, para dois cenários: o esperado e o de alto afluxo populacional. Foram utilizadas, principalmente, informações recebidas do Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM (indicador "Evolução do número de empregos diretos relacionados ao empreendimento"); os dados mensais do número de matrículas nas escolas urbanas (indicador "Evolução do número de matrículas"); valores do percentual de alunos da rede privada em 2013 (recebidos do INEP) para calibração do número total de alunos; dados relativos ao perfil do migrante oriundos dos Balcões de Atendimento (indicador "Evolução do

número de cadastrados no Balcão de Atendimento"); a estimativa da população atraída indiretamente; e dados da ocupação da Vila residencial dos trabalhadores, no município de Vitória do Xingu.

Foram utilizadas, também, avaliações realizadas em áreas de ocupação territorial nas sedes urbanas de Brasil Novo (área denominada "Novo Horizonte") e deVitória do Xingu (áreas denominadas "Laticínio" e "Caixa D'água"), por meio de levantamento de campo amostral nas localidades. Tais projeções continuam a subsidiar programas/projetos que necessitam de dados de afluxo populacional para desenvolver suas atividades. Ainda nesse indicador foram finalizados e plotados em mapa, no início de fevereiro de 2014, os bancos de dados da 3ª campanha dos Censos Populacionais de Belo Monte, em Vitória do Xingu, e de Belo Monte do Pontal, em Anapu iniciou-se a 4ª campanha, em meados de abril de 2014, já foi realizada em Leonardo Da Vinci, Vitória do Xingu, Vila Izabel e Belo Monte do Pontal, em Anapu. Os instrumentos de coleta foram novamente revisados para aprimorar o controle das famílias e da execução do campo, da crítica e da construção do banco de dados.

Quanto à comparação com os outros levantamentos, pelo fato da 3ª campanha ter passado por melhorias significativas no planejamento e coleta de campo, bem como na crítica e montagem da base de dados, optou-se por começar a fazer uma avaliação da variação da população a partir da 4ª campanha.

Ainda de acordo com o relatório, o novo sistema operacional via web continuou a ser desenvolvido no primeiro semestre de 2014.

Foram elaborados os estudos de suficiência de vagas da rede pública municipal e revisada e calculada a projeção demográfica dos municípios, para dois cenários: o esperado e o de alto afluxo populacional, que mostrou que para as populações projetadas para Altamira e Vitória do Xingu houve variação, que não teria se mostrado capaz de impactar de forma negativa a suficiência de equipamentos sociais. A partir dos dados da evolução do número de alunos da rede pública urbana e da ocupação na sede urbana de Brasil Novo ("Novo Horizonte"), os dados da projeção de Anapu e Brasil Novo foram revistos neste semestre. O único município que se manteve com a mesma projeção inercial já apresentada nos relatórios anteriores foi Senador José Porfírio.

De acordo com o apresentado, as avaliações das ocupações das sedes de Brasil Novo e Vitória do Xingu mostram que a atração populacional não se relacionou com o empreendimento, mas sim com a notícia de que seriam desenvolvidos programas de moradia do governo federal, como o "Minha Casa Minha Vida".

O Relatório informa que o número de empregos diretos relacionados ao empreendimento chegou, em junho de 2014, a 33.115, sendo 29.698 trabalhadores próprios do CCBM e 3.417 terceiros.

Quanto à origem da mão de obra, o relatório constatou uma elevação da participação do estado do Pará em relação ao total efetivo, que continua a se constituir na participação majoritária, com mais de 84%. Do conjunto dos municípios da AID, novamente Altamira é o de maior representação, com 20,78% do total, enquanto Vitória do Xingu, embora com aumento relativo expressivo (de 1,62% em dezembro/13 para 3,66% em junho/14), e os demais municípios representam, somados, menos de 5% do total muito em função de sua distância em relação ao empreendimento.

Foi apresentada a análise dos principais indicadores.

Comentários e Recomendações:

O programa vem sendo implementado a contento.

A proposta de supressão de indicadores foi justificada, não havendo óbices para sua aprovação.

Em relação aos censos populacionais nas quatro localidades monitoradas, considerando as diferenças significativas em relação aos dados de 2012, deve ser esclarecida a

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14595
4ª MP
RUB.

proposta de se começar a fazer uma avaliação da variação da população a partir da campanha.

2.7 Plano de Saúde Pública

2.7.1 Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde

De acordo com o 6º Relatório, foram concluídas as obras de todas as UBS's, Secretaria de Saúde, Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e Núcleo de Vigilância em Saúde (NUVS), à exceção das UBSs dos RUCs, que não estavam previstas no PBA e foram incluídas por intermédio de acordo entre a Norte Energia e o município de Altamira.

Quanto à construção dos hospitais, o relatório informou que a previsão original de entrega do Hospital Municipal de Anapu em maio de 2014 não pode ser cumprida devido ao excesso de chuvas e à dificuldade de realizar as obras com o hospital em funcionamento. A entrega da construção foi adiada para o final de dezembro de 2014, estando a obra em estágio significativo de avanço, da ordem de 70%.

Para o Hospital Municipal de Vitória do Xingu foi informada a aquisição do terreno em junho de 2014 e que o cronograma de execução deverá ser definido na contratação da obra. Não foi apresentada a previsão para a contratação.

Quanto ao Hospital da Vila dos Trabalhadores do CCBM foi informado que a entrega, prevista para 30 de abril de 2014 foi adiada, com previsão para ocorrer em outubro de 2014, devido ao atraso na entrega das placas moduladas, já que a estrutura construtiva desta unidade é por módulos de placas. O documento explica que existe atualmente um ambulatório com três leitos de observação para atendimento aos moradores da Vila dos Trabalhadores, bem como Centros para Atendimento aos Trabalhadores (CAT) dos canteiros de obras. Esses centros contam com atendimento médico, acomodações com um total de 30 leitos e uma unidade de emergência bem equipada. Na cidade de Altamira, o CCBM contratou 42 leitos do Hospital Santo Agostinho para assistência aos seus trabalhadores e familiares.

Para o Hospital Geral de Altamira, cuja previsão de entrega era junho de 2014, foi informado atraso, e o novo cronograma prevê sua entrega no terceiro trimestre de 2014.

A construção das UBS em prédio definitivo dos RUCs Jatobá e São Joaquim foi iniciada em junho de 2014 e tem sua conclusão prevista para junho de 2015. A UBS do RUC Laranjeiras está contratada, com previsão de entrega em julho de 2015. Os dois RUCs que já contam com famílias residentes – Jatobá e São Joaquim – têm Postos de Saúde provisórios instalados e em funcionamento.

Quanto à estruturação das equipes de saúde, informou-se que no primeiro semestre de 2014 foram implantadas mais três equipes de saúde em Altamira, financiadas pela Norte Energia, totalizando 18 equipes de saúde implantadas, portanto, uma a mais que as 17 previstas no PBA.

Foi informado que a Norte Energia, em parceria com o 10º CRS da SESPA e municípios, tem dado continuidade às palestras nas escolas e comunidades.

Comentário:

O Programa vem sendo implementado como previsto, registrando-se porém atraso nas obras do Hospital Geral de Altamira e do Hospital da Vila dos Trabalhadores do CCBM. Não foi avaliado o impacto no atraso deste último no sistema de saúde de Altamira.

2.7.2 Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças

De acordo com o 5º Relatório, o Programa tem sido executado a contento.

Em função da preocupação de que, com futuro enchimento dos reservatórios e formação do TVR, haja um aumento da abundância de vetores na região, não apenas para transmissão de doenças, mas com o decréscimo na qualidade de vida das pessoas, foram adotados os seguintes encaminhamentos:

1. A partir da campanha realizada em junho de 2014 do projeto de monitoramento de vetores, as demais espécies de mosquitos coletadas, tanto por atração humana, quanto por atração de luz (armadilha CDC), não foram mais descartadas;
2. Os espécimes coletados foram identificados até gênero;
3. O delineamento amostral e metodológico é o mesmo utilizado para os mosquitos anofelinos transmissores de malária e de flebotomíneos transmissores de leishmanioses;
4. Na área do Paquiçamba não foram realizadas coletas de formas imaturas, porém os dados obtidos nas áreas da Ressaca e Ilha da Fazenda foram extrapolados para a mesma; e
5. A integração do projeto de monitoramento de vetores com os projeto de monitoramento da qualidade da água e de macrófitas passou a ser intensificada por meio de reuniões e análises de variáveis úteis a estes projetos.

Assim, na 9ª Operação da Pesquisa de Monitoramento de Vetores realizada pelo IEC, no período de 9 a 27 de junho de 2014, foi utilizada a coleta de vetores seguindo o mesmo delineamento amostral e metodológico utilizados para os mosquitos anofelinos e de flebotomíneos, assim como para as demais espécies de mosquitos, tanto por atração humana, quanto por atração de luz (armadilha CDC), para serem identificados até o gênero, em atenção aos encaminhamentos pactuados com o IBAMA.

Quanto às endemias, o relatório informou que, embora a região de Belo Monte tenha registrado aumento de 21,8% de casos de dengue, passando de 504 casos no primeiro semestre da 2013 para 614 casos no mesmo período de 2014, a efetividade do Plano de Ação de Prevenção e Controle da Dengue, principalmente no que se refere à assistência aos pacientes, pode ser constatada pela ausência de óbitos na região.

Para a Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), embora tenha havido aumento de casos na região no primeiro semestre de 2014 (128 casos) em relação ao mesmo período de 2013 (108 casos), o documento avalia que a transmissão da LTA parece não estar sendo influenciada pela construção da UHE Belo Monte, visto não ter havido aumento de casos no município de Vitória do Xingu e Altamira. Nesse sentido, a cultura de cacau tem sido atribuída como um dos fatores condicionantes do aumento de casos, principalmente em Brasil Novo.

A situação das hepatites virais nos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá apresenta estabilidade, com tendência decrescente. A incidência da AIDS diminuiu em 52,4% no primeiro semestre de 2014, em relação ao mesmo período de 2013.

Foi registrada redução de 11,9% dos casos de acidentes por animal peçonhento nos primeiros seis meses de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013.

De acordo com o 6º relatório, a expansão e o fortalecimento da rede de atenção à saúde, devido ao cumprimento das condicionantes ambientais do licenciamento, contribuíram para melhorar a detecção de doenças e agravos. Os fatores que mais se destacaram para essa implementação foram a oferta de exames de laboratório, testes de HIV, capacitação dos gestores e dos profissionais de saúde, estruturação dos núcleos de vigilância em saúde, entre outros. A melhoria na alimentação dos dados e análise da informação tem permitido o aperfeiçoamento do planejamento e monitoramento das ações, proporcionado maior eficiência e efetividade da vigilância em saúde.

Comentários:

Para o próximo período está prevista a intensificação das ações de vigilância em saúde, por intermédio da parceria entre a Norte Energia e a 10ª RPS da SESPA, para o acompanhamento e apoio na implantação das ações de saúde nos municípios.

Além disso, deverá ser mantida a análise das informações epidemiológicas das principais doenças e agravos à saúde incidentes nos municípios da AID da UHE Belo Monte e

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14546
RUB.

Pacajá, com o objetivo de monitorar o comportamento das doenças, para detectar possíveis surtos para adoção oportuna de medidas de controle.

2.7.3 Programa de Ações para o Controle da Malária

Este programa está sob avaliação da Secretária de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde – MS, a qual já se manifestou sobre algumas inconformidades. Devem ser incorporadas as recomendações expedidas pela SVS.

2.8 Plano de Valorização do Patrimônio

2.8.1 Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural

Este programa está sob avaliação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

2.8.2 Programa de Arqueologia Preventiva

Este programa está sob avaliação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

2.8.3 Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico

Este programa está sob avaliação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

2.9 Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais

2.9.1 Programa de Monitoramento da Sismicidade

O Programa de Monitoramento de Sismicidade, para esta fase do empreendimento, tem como objetivo principal calibrar os aparelhos e captar os sismos locais gerados pelas atividades de implantação da UHE Belo Monte. Os relatórios semestrais encaminhados ao Ibama, incluindo o 6° Relatório Semestral, relatam dificuldades com a transmissão online dos dados coletados pelos três sismógrafos instalados pelo empreendedor. Este problema vem sendo contornado com a coleta manual dos dados e afirma que os especialistas do Observatório Sismológico de Brasília informaram que pequenos *gaps* de informação não trazem prejuízos na avaliação sismológica do programa como um todo.

Os dados coletados entre os meses de dezembro de 2013 a maio de 2014 registraram a ocorrência de 615 eventos distribuídos nas seguintes categorias: 562 eventos locais artificiais, 11 eventos regionais artificiais, 42 telessismos. Não foi registrada neste período a ocorrência de eventos regionais naturais.

O relatório ainda indica que foi mantido o procedimento do CCBM de envio das planilhas diárias dos planos de fogo executados para a Norte Energia. Estas são repassadas ao Observatório Sismológico da UnB para correlação destes dados com as informações registradas na rede sismográfica do Programa.

Percebe-se que o programa sendo executado de acordo com o planejado no PBA, com exceção das dificuldades enfrentadas para a transmissão dos dados coletados nas estações sismológicas. Porém, a Norte Energia está adotando as medidas alternativas para adequar estes problemas e não gerar prejuízo no atingimento dos objetivos do programa.

2.9.2 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias

Atualização da relação de processos minerários registrados junto ao DNPM

O empreendedor relata a continuidade no acompanhamento da atualização e andamento dos processos minerários interferentes com a área de bloqueio vem sendo

realizada diariamente, com consulta ao DOU e também junto ao site do DNPM (Cadastro do Mineiro).

Houve a apresentação de quadro comparativo entre os processos minerários no DNPM existentes na região do bloqueio, identificados em 31/12/2013 e 30/06/2014, discriminando a fase em que se encontram os mesmos. Verifica-se que houve um aumento do número de processos em 30/06/2014 quando comparado com o período até 31/12/2013 (92 processos contra 86 processos).

Solicitação de bloqueio de áreas junto ao DNPM

O bloqueio provisório já foi realizado.

O 6° Relatório Semestral informa que a definição final da poligonal de bloqueio está prevista para o final de 2014. Ressalta-se que a previsão anterior para transformação do bloqueio provisório em definitivo junto ao DNPM era o primeiro trimestre de 2014. A justificativa para esta alteração de data foi a revisão da proposta inicial da poligonal definitiva anteriormente elaborada, tendo sido considerados aspectos diversos, entre os quais, as interações com os projetos relacionados aos areeiros.

Análise e acompanhamento dos processos minerários junto ao DNPM e por meio de trabalhos de campo

O empreendedor relata ter realizado 33 campanhas mensais de acompanhamento (período de outubro/11 a junho/14) e 36 campanhas mensais de atualização (períodos janeiro a março/11 e outubro/11 a junho/14) dos processos minerários.

Foram ainda realizadas campanhas de campo junto à superintendência do DNPM em Belém/PA nas datas de 09 e 10/04/14 e 12/05/14, totalizando 13 campanhas de canpo desde o início do programa.

Realização de acordos com os titulares dos processos minerários

Esta atividade ainda encontra-se em andamento.

A Norte Energia informa que dos processos considerados, 19 são relativos à títulos minerários aptos à extração mineral. Destes, 15 se encontram sob o regime de Licenciamento e 04 se referem à Permissão de Lavra Garimpeira (PLG). Foi informado ainda que os que encontram-se em atividade atualmente estão, em maioria, sob regime de licenciamento e se referem à extração de areia e cascalho em áreas situadas no entorno da cidade de Altamira e que são interferidas parcialmente pela poligonal do bloqueio, não sendo considerados até o momento, como passíveis de indenização, pois poderão ser excluídos da área da poligonal definitiva.

O Relatório Semestral ainda apresenta um quadro chamado *Análise Crítica dos processos minerários com possibilidade de acordos indenizatórios em curto prazo,* no qual foram discriminados 07 processos, com o nome do proprietário, tamanho da área, fase do processo no DNPM, último evento e o número do processo. Deste 07 processos, 03 foram avaliados como improcedentes para pagamento de indenização, 01 encontra-se judicializado e 03 estão em avaliação.

O empreendedor, ainda informa que os acordos indenizatórios continuam com pequena demanda, tendo sido realizado 68,42% do seu total, e a atividade tem previsão de término para dezembro de 2015.

2.9.3 Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos

Geoprocessamento, fotointerpretação e preparo de mapas base

O 6° Relatório Semestral informa que as duas inspeções trimestrais realizadas no primeiro semestre de 2014 não apresentaram novas informações que indicassem a necessidade de atualização do mapa apresentado no relatório consolidado anterior. O empreendedor ainda afirma que houve o prolongamento das atividades de

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14547
RUB.

"Geoprocessamento, fotointerpretação e preparo de mapas base" até o quarto trimestre de 2019, como atividade contínua.

Mapeamento geológico-geotécnico e caracterização dos processos e instabilização

Foram realizadas duas inspeções no primeiro semestre de 2014 - janeiro (época de enchente) e abril (época de cheia). Estas vistorias contemplaram as regiões do Reservatório do Xingu, trechos do Reservatório Intermediário ao longo das estradas vicinais, jusante da Casa de Força Principal, ao longo do perímetro de borda do Reservatório Intermediário e saída de água do Canal de Fuga.

Da mesma forma como informado no 5° Relatório Semestral, o empreendedor relata que a análise comparativa das situações avaliadas nas inspeções trimestrais anteriores mostra que não foram identificadas mudanças significativas no desenvolvimento de processos instabilizatórios nos pontos monitorados, ou seja, as condições estão estáveis ou pouco alteradas sob o ponto de vista geotécnico.

Investigações e instalação de monitores

A instalação dos monitores foi interrompida até o enchimento do Reservatório do Xingu sob justificativa de que os taludes do rio Xingu ficam submersos em pelo menos duas campanhas por ano e as inspeções trimestrais não tem constatado mudanças significativas nos taludes marginais que justificariam a implantação de novos monitores.

Também foi novamente informado que, nos casos onde forem identificados taludes nos quais seja viável e imprescindível a instalação e manutenção dos monitores para auxílio no monitoramento das encostas, os mesmos serão instalados.

Acompanhamento e interpretação dos resultados das investigações

No que se refere aos resultados das investigações, a Norte Energia relata que os potenciais riscos erosivos na AID da UHE Belo Monte estão associados à três principais fatores, a saber: (i) *queda de blocos de pequenas e grandes dimensões junto às margens e encostas, acúmulo de blocos rochosos e cavidades naturais, predominantemente por suas características litológicas (tipos petrográficos) e estruturais (fraturas e falhas); (ii) erosão linear composta por sulcos ou ravinamentos em regiões de erodibilidade elevada ou onde já existem processos instalados em pontos da encosta, em função de suas características pedológicas, da elevada declividade e das características geotécnicas; (iii) degradação superficial do solo causados, predominantemente, por fenômenos antrópicos associados ao uso do solo como culturas de subsistência, pastagens, vias de acesso e aterros.*

O Relatório Semestral também informa que a análise comparativa das inspeções trimestrais já realizadas (nove campanhas até o fechamento do relatório) indica que não houve alteração significativa no desenvolvimento dos processos instabilizatórios nos pontos monitorados (condições estáveis ou pouco alteradas sob ponto de vista geotécnico).

Nos relatórios semestrais anteriores, o empreendedor havia informado que as mudanças perceptíveis nos taludes do rio Xingu pelo aparecimento de praias, ou de zonas de deposição de depósitos aluvionares ou de taludes localizados estavam diretamente relacionadas ao regime de vazante do nível do rio Xingu e que estas tendiam a desaparecer no período de época de chuvas.

No que se refere à área urbana de Altamira, já havia sido realizado um levantamento geofísico complementar pelo método da eletrorresistividade (tomografia elétrica 2D). Constatou-se que os locais próximos à margem do futuro reservatório e dos igarapés Altamira e Ambé apresentam predominância de materiais argilosos, que possuem maior risco de elevação de umidade por capilaridade e pode causar maior risco de serem afetadas fundações de obras civis. Recomenda-se que a Norte Energia informe a proposta para a mitigação de eventuais impactos na afetação de fundação de obras civis em decorrência do enchimento do reservatório do Xingu.

Estudo das medidas de proteção das encostas marginais

A avaliação do empreendedor apresentada no 6° Relatório Semestral mantém-se semelhante às já apresentadas nos relatórios anteriores, isto é, que as observações feitas durante as inspeções trimestrais realizadas nas encostas marginais e áreas adjacentes aos futuros Reservatório Xingu e Reservatório Intermediário, bem como às vias de acesso e ao trecho de jusante da Casa de Força Principal, continuam mostrando que a região apresenta elevada integridade ambiental com relação ao aparecimento de processos erosivos e instabilizatórios.

É também informado que esta tendência de estabilidade geotécnica é devida à soma alguns fatores: (i) a textura e estrutura dos solos; a taxa pluviométrica elevada que promove o rápido crescimento de gramíneas e vegetação arbustiva protetora do solo; e (ii) baixa declividade da região. Na avaliação da empresa, os pontos mais críticos de potencial erosivo são aqueles que tiveram a vegetação suprimida. Esta informação é relevante uma vez haverá grandes áreas suprimidas para a formação dos reservatórios, que por si só já se constitui em um elemento potencializador de processos erosivos.

O empreendedor ainda informa que, por ora, não se observa a necessidade de elaboração e ou implantação de medidas de mitigação e proteção das encostas marginais monitoradas considerando os resultados obtidos até a presente data.

Inspeções, levantamentos e leitura de instrumentos

Esta atividade está descrita no PBA com o objetivo de se realizar inspeções em nas AID da UHE Belo Monte, a fim de verificar o surgimento de novos processos erosivos em locais que, antes da formação do reservatório, apresentavam baixa suscetibilidade. Para isso, propôs serem realizadas inspeções sobre as condições de erosão e de instabilidade das encostas marginais ao final da estação chuvosa que precede a formação do reservatório, ao final do enchimento e trimestralmente durante a operação. O PBA ainda prevê que sejam efetuadas inspeções caso haja ocorrência de grandes variações nos níveis d'água do reservatório; após precipitações de grande intensidade; ou após a ocorrência de sismos naturais ou induzidos de magnitudes compatíveis com os níveis de gestão de alerta e crítica conforme os indicadores apresentados no Programa de Monitoramento da Sismicidade. O 6° Relatório Semestral não traz informações específicas sobre esta atividade, o que indica que não houve a ocorrência das situações indicadas no PBA para desengatilhar as referidas inspeções comparativas.

Monitoramento das condições de erosão e de estabilidade das encostas marginais

Esta atividade encontra-se em andamento e os resultados apresentados registram que a AID da UHE Belo Monte, na situação pré enchimento dos reservatórios, não possui características favoráveis a ocorrência de processos erosivos.

Monitoramento das áreas revegetadas no âmbito do PRAD

Atividade prevista para ser iniciada no 3° Semestre de 2016.

Recomendação:

A Norte Energia deve apresentar proposta para a mitigação de eventuais impactos na afetação de fundação de obras civis em decorrência do enchimento do reservatório do Xingu, tendo em vista que foi constatado que os locais próximos à margem do futuro reservatório e dos igarapés Altamira e Ambé apresentam predominância de materiais argilosos, que possuem maior risco de elevação de umidade por capilaridade e pode causar maior risco de serem afetadas fundações de obras civis.

2.9.4 Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios

Conforme foi mencionado no parecer que analisou o 5° relatório semestral, a Norte Energia, por meio do documento CE 0483/2013-DS, encaminhou a Nota Técnica NT_SFB_N°038-PCER_09_12_2013_LEME que concluiu não ser mais necessário prosseguir com a execução do Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14548
RUB.

O Ibama analisou o referido documento, mediante Parecer 276/2014 COHID/IBAMA, e através do Ofício 02001.000868/2014-39 CGENE/IBAMA encaminhou as conclusões do parecer à Norte Energia.

Conforme o mencionado ofício, o Programa de Controle de Estanqueidade dos Reservatórios deve permanecer em execução e a Norte Energia deve atender as seguintes recomendações:

a) Realizar uma investigação mais detalhada da região do Graben do Macacão e acompanhar, juntamente com a equipe de engenharia, as soluções de estanqueidade propostas para que não ocorra fuga de água do reservatório;
b) Relatar, acompanhar e investigar novas áreas que tragam preocupação para a equipe de engenharia no que tange à estanqueidade, que eventualmente sejam identificadas no decorrer do detalhamento das estruturas que formarão o Reservatório Intermediário;
c) Manter as atividades de monitoramento após a implantação dos reservatórios, e caso algum processo de fuga de água se instale na região, medidas de controle deverão ser adotadas para mitigar os eventuais impactos negativos; e
d) Apresentar análise se o fluxo de água que percolará por cada um dos diques será significativo e avaliar quais serão os impactos sobre as áreas adjacentes ao Reservatório Intermediário.

Junto ao 6º Relatório a Norte Energia apresentou novo cronograma para o Programa de Controle de Estanqueidade dos Reservatórios, confeccionado para atender o que se pede no Ofício 02001.000868/2014-39 CGENE/IBAMA. Neste sentido, este programa passou por uma modificação profunda do seu escopo, direcionando o novo planejamento de ações para a região do Graben do Macacão. Anteriormente, as atividades do programa estavam voltadas para a região do Kararaô, que deixou de ser um ponto de preocupação de estanqueidade com a nova conformação do reservatório Intermediário.

Em atendimento ao *item a* do ofício supramencionado, a Norte Energia informou que a equipe de engenharia do empreendimento estabeleceu e está desenvolvendo atualmente um amplo programa de investigações geológico-geotécnicas para verificar a permeabilidade, estabilidade e condição de fundação das estruturas que estão sendo implantadas na região denominada Graben do Macacão.

Informou também que o setor de engenharia indicou que os problemas geológico-geotécnicos na região do Graben do Macacão abrangem as áreas contempladas pelos diques 6C, 8A e 8B. Foi constatado que as unidades litológicas presentes nesta região são da Formação Maecuru e não da Formação Trombetas, como havia se pensado anteriormente. Neste sentido, a Norte Energia deverá revisar o mapa geológico apresentado nos relatórios semestrais anteriores após a conclusão das atividades de campo, baseada na gama de resultados e dados obtidos nas investigações executadas nesta região pelo setor de engenharia da obra.

Conforme relatado no 6º relatório, as atividades de campo do programa de investigações geológico-geotécnicas foram concluídas em junho de 2014, sendo que seus resultados estão em fase inicial de avaliação, consolidação e análise pela equipe técnica de engenharia e serão apresentados no próximo relatório consolidado, que também contemplará as soluções de engenharia definidas a partir destes estudos.

Em atendimento ao *item b*, o empreendedor informou que, até o momento, no foi observada outra área que trouxesse preocupação à equipe de engenharia, relacionada a problemas de estanqueidade do reservatório. A Norte Energia informou ainda que, conforme o novo cronograma do programa, haverá interação contínua entre os setores de meio ambiente e de engenharia do empreendimento para avaliar a estanqueidade do reservatório.

Em resposta ao *item c*, foi informado que *em atenção ao Programa de Segurança de Barragens está previsto o acompanhamento/monitoramento de todas as estruturas de*

barramentos da UHE Belo Monte. Para isto estão sendo instalados instrumentos como piezômetros, medidores de recalques, inclinômetros, marcos superficiais e medidores de vazão, atendendo às boas práticas de engenharia. Portanto, as medidas de controle e de monitoramento já estão previstas e serão implementadas, tanto nas estruturas de concreto (Circuito de Geração e Vertedouro), quanto nos barramentos de terra (Diques e Barragens) que caracterizam a UHE Belo Monte. Foi informado ainda que as medidas de controle a serem adotadas dependerão de cada caso específico e serão determinadas também pelo setor de engenharia da obra a partir dos resultados obtidos pela instrumentação dos diques. Por fim, o empreendedor informou que este acompanhamento foi estabelecido no âmbito do programa até março de 2018, sendo denominada de "Instrumentação – monitoramento dos diques após enchimento".

Em resposta ao *item d*, a Norte Energia informou que a engenharia disponibilizou os relatórios técnicos da análise de percolação de água de 14 diques (1C, 6A, 6B, 7B, 8A, 14G, 18, 19B, 19C, 19D, 19E, 27, 28 e 29) de um total de 28, sendo que seus resultados mostram, de uma maneira geral, uma vazão total prevista muito pequena de fluxo de água que será captada pela saída de drenagem de cada um dos diques, o que não acarretará em qualquer tipo de impacto ambiental a jusante dos mesmos. Como exemplo, o empreendedor citou o dique 14G, que terá uma vazão de percolação de cerca de 30 litros/minuto.

No que tange às valas de drenagem a jusante dos diques, foi relatado que as dimensões das valas são estabelecidas em função dos processos construtivos, os quais requerem condições de acessos para equipamentos utilizados na construção e para manutenção dos mesmos. Portanto, o dimensionamento das valas de drenagem dos diques não está relacionado com as suas vazões de percolação que possam ocorrer durante a etapa de operação da usina.

Por fim, foi informado que os relatórios técnicos dos demais diques restantes serão fornecidos pela engenharia durante o terceiro trimestre de 2014. Os relatórios comporão o conteúdo do 7° Relatório Consolidado, em que também deverá ser estabelecida uma análise conjunta de todos os dados e resultados de cada um dos diques, dando atenção maior àqueles situados na região do Graben do Macacão.

2.10 Plano de Gestão de Recursos Hídricos

2.10.1 Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico

2.10.1.1 Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico

Este projeto será analisado por parecer específico.

Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu)

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.10.1.2 Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.10.1.3 Projeto de Monitoramento da Largura, Profundidade e Velocidade em Seções do TVR

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.10.2 Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques

Monitoramento Hidrológico

Em complementação ao que foi exposto no Parecer 1553/2014 COHID/IBAMA, a Agência Nacional de Águas (ANA), por meio do Ofício n°. 873/2014/SRE-ANA, de 14 de

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14549
MP
RUB.

maio de 2014, comunicou ao Ibama que os igarapés (Paquiçamba, Ticaruca, Cajueiro, Cobal e Turiá) são de domínio estatual e, por conseguinte, o órgão gestor de recursos hídricos do estado do Pará é quem deve manifestar-se sobre a compatibilidade entre as vazões ecológicas definidas e a existência de usos ou de outras restrições nos igarapés.

O Ibama, por meio do Ofício 02001.006338/2014-02 DILIC/IBAMA, de 17 de junho de 2014, encaminhou à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA-PA) as seguintes informações e solicitações:

> *1. Em atenção ao processo de licenciamento da UHE Belo Monte, especificamente com relação às vazões mínimas que deverão ser mantidas nos igarapés Paquiçamba, Ticaruca, Cajueiro, Cobal e Turiá, que serão interceptados por diques para formação do reservatório Intermediário da UHE Belo Monte, informo que a Agência Nacional de Águas (ANA), por meio do Ofício nº. 873/2014/SRE-ANA (documento anexo), comunicou que os igarapés são de domínio estadual e, portanto, cabe a esta Secretaria se manifestar a cerca das vazões remanescentes.*
>
> *2. Cabe esclarecer que, no âmbito de sua competência, o Ibama, por meio do Parecer n° 622/2014 COHID/IBAMA (documento anexo), analisou a proposta da Norte Energia de vazões ecológicas a serem submetidas a jusante dos diques que interceptarão os cinco referidos igarapés e, por meio do Ofício 02001.002043/2014-59 DILIC/IBAMA (documento anexo), foram aprovadas as vazões. Estas correspondem à 30% da Q95, calculada para o período de cheia dos igarapés (mês de março).*
>
> *3. Deste modo, considerando que o Ibama já aprovou vazões ecológicas a serem mantidas nos igarapés nos trechos de jusante dos diques, solicito a gentileza de, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar manifestação quanto à eventual existência de restrição destas vazões.*

A SEMA-PA informou, por meio do Ofício 29982/2014/COR/DIREH, de 30 de setembro de 2014, que não há usuários outorgados nos corpos hídricos Paquiçamba, Ticaruca, Cajueiro, Cobal e Turiá, não havendo, portanto, restrição às vazões ecológicas aprovadas pelo Ibama.

Neste sentido, considera-se que as vazões remanescentes nos cinco igarapés que serão interceptados por diques estão determinadas, conforme tabela abaixo:

IGARAPÉ	VAZÃO A SER ADOTADA (m^3/s)
Paquiçamba	0,7
Ticaruca	0,5
Cobal	0,3
Cajueiro	0,1
Turiá	0,1

O monitoramento hidrológico dos igarapés, atividade que visava conhecer as vazões naturais de cada igarapé para proposição das vazões remanescentes, encontra-se concluído.

Ressalta-se que o Ibama deixou claro à Norte Energia, por meio do Ofício 02001.002043/2014-59 DILIC/IBAMA, de 6 de março de 2014, que a aprovação das vazões remanescentes está condicionada à adoção soluções de engenharia nos diques que permitam um eventual aumento de vazão, caso o monitoramento dos componentes flora e ictiofauna indiquem esta necessidade.

A Norte Energia informou, no 6º Relatório, que as vazões aprovadas foram encaminhadas para o setor de engenharia da obra, e os dispositivos a serem construídos pelo consórcio construtor deverão atender ao solicitado no Ofício 02001.002043/2014-59 DILIC/IBAMA.

Monitoramento de usos da água

Retificando as informações apresentadas junto ao Parecer 1553/2014 COHID/IBAMA:

i. igarapé Paquiçamba – todas as propriedades foram completamente adquiridas pela Norte Energia, entretanto continua-se realizando o monitoramento dos níveis dos poços;
ii. igarapé Ticaruca – existem duas propriedades de um mesmo proprietário que foram adquiridas parcialmente pela Norte Energia. Nestas propriedades está sendo realizado o monitoramento do uso da água;
iii. igarapés Cobal e Cajueiro – existem cinco propriedades de dois proprietários distintos que foram adquiridas parcialmente pela Norte Energia; e
iv. igarapé Turiá – existem duas propriedades parcialmente adquiridas de dois proprietários distintos e uma propriedade não adquirida. Nestas propriedades está sendo realizado o monitoramento do uso da água.

O empreendedor informou que no primeiro semestre de 2014 foram retomadas as atividades do monitoramento dos usos da água, em que foram executadas duas campanhas de campo de medições de nível de água nos poços, cacimbas e cisternas nos meses de janeiro e abril de 2014. Também foi realizada a segunda etapa da pesquisa sobre o uso da água na região de influência dos igarapés, no período de abril a maio de 2014, para atualização dos resultados obtidos durante a primeira etapa que ocorreu no primeiro semestre de 2012.

As duas campanhas trimestrais realizadas em janeiro e abril de 2014 abrangeram todas as propriedades cadastradas na região de influência dos igarapés, sejam aquelas que já estão desocupadas, sejam aquelas que ainda estão em processo de negociação com a Norte Energia.

Foi relatado que no período de abril a maio de 2014 foi realizada a segunda etapa da pesquisa de uso da água na região de influência dos igarapés interceptados pelos diques, através de visitas as propriedades ali existentes.

No que tange às propriedades que ainda estão passando pelo processo de monitoramento de usos da água, a Norte Energia informou que 5 propriedades remanescentes, localizadas nos igarapés Cobal, Cajueiro e Turiá, estão sendo monitoradas.

Já foram realizadas 6 campanhas de leitura de nível de água dos poços referente às etapas 1 e 2 do programa – os resultados foram apresentados no 6° Relatório Consolidado.

Monitoramento da qualidade da água

Até o momento foram realizadas campanhas trimestrais nos períodos de enchente (dezembro de 2011, janeiro de 2013 e janeiro de 2014), cheia (março de 2012, abril de 2013 e abril de 2014), vazante (junho de 2012 e julho de 2013) e seca (setembro e novembro de 2012 e outubro de 2013). Nestas campanhas foi realizada uma avaliação completa da qualidade da água dos igarapés (limnologia, biota aquática e sedimentos).

A partir de julho de 2012, campanhas mensais foram realizadas nos igarapés para o monitoramento da qualidade da água (apenas com a sonda multiparamétrica) e os dados apresentados foram coletados até junho de 2014.

Os resultados obtidos nas campanhas trimestrais e mensais foram apresentados no 6° Relatório.

Monitoramento dos padrões fenológicos

O Relatório apresentou a fundamentação metodológica com os resultados consolidados para a 1° campanha de monitoramento fenológico.

Foram sugeridas cinco espécies para acompanhamento fenológico, são elas: *Mollia lepidota, Cynomera emarginata, Alexa grandiflora, Guarea kunthiana, e Patinoa paraensis.* Entretanto, somente três espécies foram marcadas dentro das parcelas, as demais foram substituídas pela *Anacardium giganteum, Sapium marmieri* e *Aspidosperma excelsum.*

Foram apresentados as observações das fenofases de cada espécie, incluindo o único indivíduo de *Swietenia macrophylla* encontrado. Como dados secundários, foi apresentado a listagem de espécies ameaçadas na região do igarapé Paquiçamba (*Bertholletia excelsa, Heteropsis flexuosa, Heteropsis spruceana, Swietenia macrophyllla* e *Virola surinamensis*) e nenhuma lista de espécie invasora.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14550
MP
RUB.

Para resultados por região, o levantamento proposto pretende conhecer os padrões fenológicos de duas áreas no mesmo igarapé (Paquiçamba), entretanto, o relatório aponta que *esta execução refere-se a análise dos dados se determinações das vazões remanescentes do igarapé for inferior aquele natural.* Ressalta-se que independentemente da determinação da vazão remanescente,a execução do monitoramento deverá acontecer, visto que estes dados irão subsidiar o monitoramento do impacto da interceptação do igarapé na flora local. Os resultados apresentados foram distintos para cada região (montante e jusante) e que os padrões fenológicos foram mais constantes a jusante, corroborando com a maior riqueza de espécies encontradas no levantamento florístico e fitossociológico desta região.

Foi apresentado, conforme recomendação, mapa com as localizações das parcelas e coordenadas de localização dos indivíduos escolhidos para acompanhamento fenológico.

Monitoramento da ictiofauna

Este tema será analisado por parecer específico.

2.10.3 Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas

2.10.3.1 Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.10.3.2 Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.10.4 Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água

2.10.4.1 Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.10.4.2 Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.10.5 Programa de Monitoramento do Microclima Local

Este programa será analisado por parecer específico.

2.11 Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres

2.11.1 Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios

2.11.1.1 Projeto de Desmatamento

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.11.1.2 Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.11.1.3 Projeto de Demolição e Desinfecção de Estruturas e Edificações

Não houve atividade desse projeto durante o período do 6° RC. As atividades de demolição e desinfecção realizadas neste programa foram as mesmas relatadas no 5°RC.

Estão sendo realizadas atividades de demolição e desinfecção de estruturas de moradores de áreas já adquiridas pela Norte Energia no âmbito do Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural. Sendo estas atividades caracterizadas como antecipação das atividades do Programa de Demolição.

Com relação as atividades realizadas, o planejamento do projeto foi dividido entre zona urbana e zona rural no reservatório do Rio Xingu e totalmente rural no reservatório Intermediário. Destaca-se a realização das atividades de demolição e desinfecção da Agrovila

Santo Antônio como modelo padrão para as atividades. Vem sendo realizada também constante atualização dos bancos de dados por meio do levantamento das fichas de campo.

Zona urbana

Foi finalizada a reavaliação dos quantitativos e edificações pendentes na zona urbana de Altamira e elaborado o Termo de Referência para contratação das empresas pra execução das atividades. Foi apresentado os quantitativos e tipologias das edificações nos três igarapés próximo a cidade, perfazendo 5.270 edificações, sendo 3.172 no igarapé Ambé, 1.765, no igarapé Altamira e 333 no igarapé Panelas. Sendo essas edificações limitadas a cota 100,00m. Serão impactadas por este projeto 7.790 famílias, segundo o cadastro realizado.

O processo de licitação das empresas está em andamento. A definição da contratação será feita em janeiro/2014.

Está sendo licenciada a área específica do aterro sanitário de Altamira para recebimento do material proveniente das atividades de demolição.

O material aproveitável está sendo destinado a Cerâmica Santa Clara, após acordo de doação de madeira

Foram apresentados macrofluxogramas das atividades de demolição.

Na fase de demolição, os resíduos passarão por triagem, sendo que os utilizáveis serão recolhidos pelos atingidos e os não-utilizáveis destinados aos aterros. A classificação será feita segundo termo de referência e resolução Conama n° 307/2002.

Zona rural

Já estava iniciada as atividades de demolições nas zonas rurais no Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural. Importante destacar que foram realizadas as demolições concomitantemente com as realocações visando impedir reocupação indevidas destas áreas.

Das 1541 propriedades que compõe a Área 1, 51 delas já foram desocupadas e demolidas. Destas, 65 propriedades não possuem nenhuma edificação, portanto não existe necessidade de qualquer intervenção. E 32 propriedades irão requerer a implantação integral das atividades de demolição, limpeza e desinfeção.

Foi finalizada a elaboração do termo de referência de contratação da empresa especializada.

Foram solicitadas ajustes com relação a periodicidade das atividades de planejamento e execução do programa. E com o 5°RC, foram incorporadas ao cronograma de atividades. O Relatório apontou que algumas atividades ainda não foram iniciadas, mas que considera as atividades descritas: de cadastramento, elaboração de termos de referência e contratação de empresas como o início efetivo destes produtos.

2.11.2 Programa de Conservação e Manejo da Flora

2.11.2.1 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora

As atividades tiveram início em 23 de junho de 2011 e contemplaram dados até maio de 2014.

Foram realizadas atividades em 545 frentes de supressão nos cinco sítios (Belo Monte, Bela Vista, Canal e Diques, Pimental e Reservatório Xingu) e desenvolvidas atividades de coleta (resgate de germoplasma), realocação de espécies, beneficiamento de frutos e sementes, produção de mudas, destinação de mudas e aproveitamento científico.

Como produtos para o período deste relatório foram resgatados espécimes de plantas e plântulas de 71 espécies de 58 gêneros e 10 famílias. O total desde o início do projeto é de 340 espécies distribuídas em 168 gêneros e 48 famílias. O número diverge do total apresentado nos Antecedentes, que apresenta 333 espécies de 166 gêneros e 48 famílias resgatadas. Pra sementes e frutos, foram coletados 378 espécies e 161 gêneros e 50 famílias com 2.858 lotes e aproximadamente 3.036.902 sementes.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14551
MP
RUB.

Foram reintroduzidas 4.686 indivíduos no período, e nos total 88.978 indivíduos resgatados desde o inicio do projeto.

Foram semeadas 250.652 sementes de 144 espécies e produzidas 72.118 mudas. Foi destinada desde o início do projeto, 37.879 foram doadas, sendo 15.481 neste período e 2.049 plantadas nas áreas de recuperação do CEA.

Desde o início do projeto já foram confeccionadas 11.131 exsicatas de 949 espécies e 509 gêneros e143 famílias, salto expressivo, desde o 5°RC e enviadas 7.991 para o Herbário do Museu Emílio Goeldi e depositados no Herbário João Murça Pires.

Ainda como resultados do programa, foram armazenados no banco de sementes 570 lotes de sementes com 181 espécies.

Outras atividades foram destacadas, como o sucesso no transplantio do pau-cravo (*Dicypellium cariophyllaceum*) na qual já encontra-se em floração e compostagem realizada com o descarte de frutos e sementes para produção de adubo orgânico a ser utilizado na produção de mudas. Além destas medidas, houve também a publicação de teses de mestrado e publicação em revistas e congressos especializados. Estão sendo realizado novas parcerias institucionais e atividades de integração com empresas atuantes no empreendimento listadas no Quadro 12.2.1.2.8 do 6°RC. Como anexos, foram apresentados os termos de doação de plantas, mudas, exsicatas e sementes.

2.11.2.2 Projeto de Formação de Banco de Germoplasma

As atividades tiveram início em julho de 2011 e contemplaram os dados até maio de 2014. Até julho de 2012 haviam sido selecionadas, identificadas e georreferenciadas 330 (de 400 previstas) matrizes arbóreas, de 15 espécies, das 16 espécies previstas. A única espécie ainda não localizada foi a *Aspidosperma álbum.* Das 15 espécies, sete delas foram marcadas mais do que os 25 indivíduos exigidos.

Até maio de 2014, foram coletados 104 lotes de matrizes de 8 espécies alvo totalizando 17,123 kg de sementes. Sendo as mais representativas a *Manilkara huberi e Myrciaria dubia.*

Foram destinados 92 lotes para produção de mudas com 10.291 sementes, onde foram germinados 4.265 sementes. Desde o início do projeto, apresentou uma taxa de germinação de 42,75% e de sobrevivência de mudas de 95,73%. Foram utilizadas 2867 mudas para diversas finalidades para o UFPA-Altamira, SEMAT de Senador José Porfírio, Diretoria Construção da Norte Energia e Centro de Estudos Ambientais.

Foi realizado o acompanhamento fenológico, com registro de fenofases de 15 das 16 espécies com resultados apresentados no Quadro 12.2.2-7. Foi apresentado também mapa as com vinte e cinco as áreas de marcação de matrizes.

2.11.2.3 Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme

O relatório apresentado no 6° RC apresentou as informações referentes ao andamento das atividades dos 8 módulos RAPELD (75 parcelas) com o objetivo de acompanhar os efeitos resultantes os impactos no nível do lençol freático sobre as comunidades vegetais das diferentes tipologias de Floresta Ombrófila Aberta (Terra Firme).

Para o período do relatório, foram realizadas: 2° campanha de monitoramento florístico e fitossociológico do Módulo 7, monitoramento fenológico de todos os módulos e medição do nível do lençol freático também de todos os módulos.

Foram apresentados os resultados das análises das fitossociologias, florística e solos do modulo, coletados a partir de parcelas de 0,5 hectares, com dados extrapolados para parcelas de 1,0 hectare. Houve diferenças entre dados da primeira e segunda campanhas, havendo um incremento de 200 novos indivíduos e mortalidade de 67 indivíduos.

O quadro 12.2.3-5, representado a seguir, apresentou os dados de riqueza, abundância e diversidade de espécies presentes no Módulo 7.

As análises de solos apresentadas para todas as profundidades (0-5, 5-10, 10-15 e 20-30 cm), contendo valores para pH, carbono, fósforo, potássio, cálcio, magnésio, alumínio, hidróxido de alumínio insolúvel, soma de bases, trocas catiônicas, saturação de bases e saturação por alumínio.

O monitoramento fenológico vem sendo realizado, e os resultados apresentados convergem com a literatura especializada.

A análise dos resultados e discussão dos dados sobre análise de solos para todas as profundidades serão apresentadas de forma integrada nos próximos relatórios.

Foram instalados 75 poços de medição do nível do lençol freático com profundidades ente 2,23 e 9,85m e colunas d´água variando entre 0,13m e 5,45m. Somente o Módulo 3 não apresentou afloramento do lençol. Dados apresentados nos Anexos do capítulo. Informações constantes no último relatório apresentado

Foi recomendado no último parecer que a Norte Energia realizasse seminário técnico com a descrição da metodologia de instalação das parcelas e apresentação dos resultados iniciais para meio biótico. Este seminário foi realizado entre os dias 07 e 10 de outubro, com ata ainda a ser encaminhada para este Instituto.

Além destas análises, foram apresentados como produtos, a planilha com lista de espécies do Modulo 07, parâmetros fitossociológicos da 2° campanha, registro fotográfico, laudo das análises de solos química e física para o modulo 07 e referências bibliográficas.

As campanhas de amostragem segundo o PBA serão bianuais por pelo menos 3 anos antes e 3 depois do enchimento do reservatório.

2.11.3 Programa de Conservação da Fauna Terrestre

2.11.3.1 Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre

Este Relatório Consolidado descreve as atividades realizadas entre novembro de 2013 e maio de 2014, além de apresentar o quantitativo acumulado das atividades desenvolvidas desde o início do projeto. As ações de resgate neste semestre aconteceram nos Sítios Canais e Diques, Pimental, Belo Monte, Bela Vista, além das áreas destinadas aos Reservatórios Intermediário e Xingu. Os tipos fitofisionômicos destes ambientes seguem as seguintes classificações adotadas para este relatório: Capoeira Jovem; Capoeira Madura; Floresta Ombrófila Aberta com Cipó; Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras; Floresta Ombrófila Densa Aluvial; e, Pastagem.

Após 36 meses de atividades o projeto registrou o afugentamento de 2.944 indivíduos, classificados em 180 espécies contemplando as quatro classes de vertebrados terrestres (Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia).

Dentre as espécies afugentadas, os répteis foram os mais representativos (S=59) seguidos pelos mamíferos (S=58), aves (S=34) e anfíbios (S=29). Em termos quantitativos, os mamíferos foram os mais representativos com 1.614 indivíduos afugentados

Não foi verificada relação estatisticamente significativa para riqueza ou abundância e os totais pluviométricos mensais. Foi verificada relação estatisticamente significativa entre a área total suprimida, por mês de atividade, com os atributos da fauna afugentada em relação ao número de espécies. Em relação ao número de indivíduos essa relação não foi estatisticamente significativa.

Em relação à riqueza e abundância dos registros nos sítios de atuação das frentes de supressão, as atividades conduzidas no Sítio Canais e Diques resultaram no maior número de espécies (72,7%) e indivíduos afugentados (73,6%). Canais e Diques é o sítio com maior área suprimida até o momento no âmbito dos sítios da UHE Belo Monte, fato que justifica os resultados encontrados. Considerando a distribuição espacial, os ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó, que foram dominantes no período de atividades, apresentaram o maior quantitativo de espécies (72,7%) e de indivíduos afugentados (56,1%).

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14552
MP
RUB.

Em relação aos anfíbios afugentados no período, as espécies mais abundantes foram *Adenomera andreae* (26,9%) e *Leptodactylus mystaceus* (8,6%). Das 29 de espécies de anfíbios afugentados entre junho de 2011 e maio de 2014, 52% das espécies (S=15) e 62% dos indivíduos (N=58) são especialistas no uso de ambientes florestais estando associados aos microhabitats disponíveis na liteira ou nos diferentes estratos vegetais. Quanto ao hábito de vida, 65% das espécies (S=19) e 86% dos indivíduos (N=80) são terrestres, sendo que os demais (35% das espécies e 14% dos espécimes) podem ser considerados subarborícolas.

Considerando os répteis registrados no Projeto, as espécies mais abundantes foram os lagartos *Iguana iguana* (20%), *Ameiva ameiva* (10%) e *Gonatodes humeralis* (10%). Assim como *A. ameiva,* maior parte dos registros de répteis, 80% das espécies (S=47) e 94,3% dos indivíduos registrados (N=714) corresponde a espécies generalistas. Considerando o hábito de vida, a maioria das espécies (40,6%) são subarborícolas (49,1% dos indivíduos); 38,9% (39,1% dos indivíduos) são terrestres, 8,4% (10,4% dos indivíduos) são semiaquáticas, 8,4% (0,9% dos indivíduos) são fossoriais ou semi-fossorias, e 3,3% das espécies (0,4% dos indivíduos) são criptozóicos.

Ao final de 36 meses de atividades, as espécies mais abundantes de aves, considerando as ações de afugentamento, foram Opistothocomus hoazin (jacú-cigana) (29,4% dos indivíduos afugentados) e Ara chloropterus (arara-vermelha) (24,8% dos indivíduos afugentados). Essas duas espécies são territorialistas e possuem comportamentos que justificam os índices de registros por afugentamento.

As espécies mais abundantes de mamíferos no período considerado foram *Hydrochoerus hydrochaeris* (capivara) (17,5%) e *Dasypus novemcinctus* (tatu) (15,5%). Quanto ao uso do ambiente, a maior parte dos registros de mamíferos, 69% das espécies (S=40) e 76% dos indivíduos (N=1.231), corresponde a espécies generalistas. Os demais, 31% das espécies e 24% dos indivíduos de mamíferos registrados, foram considerados especialistas no uso do ambiente. Considerando o hábito de vida: 50% das espécies (48,2% dos indivíduos) são terrestres; 27,5% (11,7% dos indivíduos) subarborícolas; 12% (20,6% dos indivíduos) arborícolas; 5,1% (1,1% dos indivíduos) voadoras; e, 3,4% (17,9% dos indivíduos) semiaquáticas.

2.11.3.2 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna

Este Relatório Consolidado descreve as atividades realizadas entre novembro de 2013 e maio de 2014, além de apresentar o quantitativo acumulado das atividades desempenhadas entre junho de 2011 e 20/05/2014. As ações de resgate neste semestre aconteceram nos Sítios Canais e Diques, Pimental, Belo Monte, Bela Vista, além das áreas destinadas ao Reservatório Intermediário e Reservatório Xingu.

Ao final de 36 meses de atividades (junho de 2011 a maio de 2014) foram resgatadas 494 espécies e um quantitativo de 114.419 espécimes, considerando a fauna de vertebrados terrestres.

Quanto às curvas de acumulação de espécies, os resultados das curvas geradas apontam para uma tendência à estabilidade apenas para o grupo dos anfíbios. Os anfíbios são vertebrados de pequeno porte e de baixa mobilidade, fato que pode ter sido responsável pela alta taxa de resgate para o grupo. Os demais grupos de vertebrados considerados contemplam espécies de maior mobilidade e com maior capacidade de afugentamento frente às pressões impostas pela supressão dos habitats.

Herpetofauna

Entre as 105 espécies de anfíbios registradas, as mais frequentes até o momento foram *Adenomera andreae* (N = 14.702; 28,9%) e *Pristimantis fenestratus* (N = 7.913; 15,6%). As duas são espécies especialistas no uso do ambiente, estando associadas e dependentes aos ambientes de liteira e serrapilheira das florestas.

Para os anfíbios, considerando o sítio de supressão, o Sítio Canais e Diques obteve a maior representatividade de espécies e número de indivíduos resgatados (91,4% e 67,8%, respectivamente). Considerando a categorização fitofisionômica do ambiente suprimido, a maior abundância (57,1%) e também a maior riqueza (88,5%) foram observados para ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó.

Considerando os répteis (Crocodylia, Testudines e Squamata), 55.643 indivíduos foram resgatados e classificados em 175 espécies. As espécies mais frequentes foram *Gonatodes humeralis* (N = 16.211; 29%) e *Copeoglossum nigropunctatum* (N = 4.482; 8%).

Em relação à riqueza e abundância, considerando os sítios de supressão, a maior representatividade de espécies (88,5%) e espécimes (68%) de répteis também foi observada no Sítio Canais e Diques. Ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó também contribuíram com a maior riqueza e abundância dos répteis resgatados (84% e 56%, respectivamente).

Aves

Desde o início das atividades tem-se o registro de 386 espécimes resgatados classificados em 112 espécies (incluindo as indefinições). Dentre os registros, a maior parte apresentou dúvidas taxonômicas ou eram ninhegos (15%), que não puderam ser identificados em função da falta de evidências diagnósticas na fase ontogenética apresentada. Das espécies prontamente identificadas, a mais frequente foi *Opistothocomus hoazin* (jacú-cigana) (7%).

A maior parte dos registros também se concentrou no Sítio Canais e Diques com 43,7% dos espécimes resgatados (N = 169) e 58% (N = 65) das espécies registradas. Em relação à categorização dos ambientes suprimidos, 49,1% das espécies e 32,9% dos espécimes foram resgatados em ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó, ambiente dominante no Sítio Canais e Diques.

Mamíferos

Após 36 meses de atividades do projeto foram resgatados 7.638 mamíferos classificados em 102 espécies. As espécies mais resgatadas durante as atividades do projeto foram *Dasypus novemcinctus* (15,8%; N = 1.213) e *Bradypus variegatus* (15,4%; N = 1.178).

O Sítio Canais e Diques (84,3% das espécies e 62,1% dos espécimes resgatados) e a fitofisionomia Floresta Ombrófila Aberta de Cipó (78,4% das espécies e 56,7% dos espécimes resgatados) também detiveram os maiores números de resgate de espécies como observado para os demais grupos. A maioria dos mamíferos resgatados no período corresponde a espécies terrestres e subarborícolas.

Destinação dos animais

Do total de animais resgatados entre junho de 2011 e maio de 2014 (114.419 indivíduos), 95,5% (109.272 indivíduos) foram destinados à soltura, e 3.795 (3,31%) foram descartados.

Em maio de 2014 foram encaminhados sete lotes de animais e de material biológico para as instituições parceiras. Ao todo foram encaminhados 458 espécimes (111 anfíbios, 207 répteis, 37 aves e 103 mamíferos) aos respectivos departamentos de referência do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP), Escola Superior "Luiz de Queiroz" (ESALQ/MZUSP), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No primeiro semestre de 2013 o Núcleo Veterinário atendeu a 380 animais, reduzindo para 167 no segundo semestre, e no primeiro semestre de 2014, o número permaneceu reduzido com o total de 183 animais. Esse decréscimo deve-se, principalmente, à redução gradativa das áreas de supressão para a construção das obras civis.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14553
MP
RUB.

Acompanhamento das áreas de solturas

Em agosto de 2013 foi realizado um estudo nas áreas previstas para a supressão dos Reservatórios com a finalidade de mapear, delinear e estruturar as ações de resgate de fauna e flora. O produto final deste estudo compreende um pacote de trabalho intitulado "Planejamento Estratégico do Resgate nos Reservatórios" onde estão detalhados pontos e zonas de soltura, bem como a correlação das áreas de supressão, soltura e realocação.

Os objetivos do acompanhamento nas áreas de soltura são avaliar a ocupação pelas espécies e as condições de preservação das áreas. A metodologia aplicada foi a Busca Ativa por registros diretos (indivíduos) e indiretos (vestígios) em transectos pré-estabelecidos nas áreas.

O acompanhamento acontece nas áreas estabelecidas para o canteiro de obras e áreas de soltura e realocação dos reservatórios (ASR).

Durante as atividades de acompanhamento das áreas de soltura foi possível obter 2.968 registros em formato digital. Deste total, 80,8% (2.399 registros) correspondem aos "avistamentos" e "vocalização", com um maior grau de refinamento taxonômico, enquanto que 19,1% (569 registros) representam as "tocas", "pegadas" e "rastros", com nível menos acurado de identificação (gênero e espécie). O grupo taxonômico mais frequente foi a Classe Amphibia (32,5%), em seguida a Classe Reptilia com 29,1% dos registros. A espécie mais frequentemente observada até o momento foi *Adenomera andreae*, anfíbio especializado no uso do ambiente, associado e dependente do ambiente de serapilheira das florestas.

Interface com outros projetos

No mês de março/2014 houve reunião de interface entre o Projeto de Salvamento de Fauna, Flora (PSACF) e o Programa de Educação Ambiental (PEA) para discussão dos tópicos de abordagem do Curso Formativo em Educadores Ambientais Populares para o ensino não formal. Na ocasião foram discutidos temas como o consumo e uso racional dos recursos naturais (fauna e flora), ameaças à sobrevivência das espécies e os prejuízos da manutenção de animais silvestres em ambiente doméstico. O curso formativo realizado pelo PEA é subdividido em módulos temáticos e as contribuições pertinentes à fauna serão aplicadas quando oportuno.

Em fevereiro/2014, houve ainda o recebimento de 622 exemplares provenientes do Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora para fins de enriquecimento ambiental, nos recintos da Base de Resgate de Fauna.

RESGATE E APROVEITAMENTO CIENTÍFICO DE ABELHAS (HYMENOPTERA APOIDEA)

Desde o início das atividades até maio de 2014, foram registrados 903 ninhos de abelhas, sendo 856 durante a supressão dos Canteiros (Canais, Pimental, Belo Monte, Bela Vista e Porto) e 47 durante a supressão nos Reservatórios (Intermediário e Xingu). No total, foram resgatados 514 ninhos e removidos para as áreas de soltura, de acordo com o local de origem da colônia e/ou para o Meliponário do CEA. Destes, 72 ninhos identificados aguardam remoção, visto que na maioria dos casos os locais não permitem condições seguras de acesso ou ainda não ocorreu supressão da vegetação. Além disso, foram realizadas 25 remoções de ninhos de vespas e 79 de abelhas africanizadas.

A coleção atual de referência possui 1.616 indivíduos pertencentes a 52 espécies de abelhas (Hymenoptera: Apidae), agrupadas em 19 gêneros. O acervo é oriundo de 406 ninhos resgatados nos quatro sítios construtivos da área de influência da UHE Belo Monte, sendo que o número de indivíduos por espécie varia de 1 a 131.

O meliponário dispõe de 145 colônias, sendo que 52 delas estão alojadas em caixas racionais, quatro ninhos em seus respectivos cupinzeiros e 89 em troncos que aguardam transferência.

Atendimento da condicionante 2.6 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 108/2012 e retificações:

2.6 Apresentar relatórios semestrais de atividades, encaminhados juntamente com os Relatórios Consolidados Semestrais de Andamento do PBA e Condicionantes. Os relatórios devem conter:

a) Descrição dos pontos captura e soltura de fauna silvestre. Os pontos devem ser georreferenciados e caracterizados quanto a sua fitofisionomia.

Item atendido: No 4° Relatório Consolidado, foi enviado um anexo sobre o atendimento deste item da condicionante. Este documento descreve as 32 áreas de soltura da fauna do projeto apontando as coordenadas geográficas de cada ponto de soltura e especificando a tipologia vegetal e espécies vegetais predominantes em cada área. O documento apresenta ainda um relatório fotográfico com imagens de cada área de soltura e um mapa destas áreas.

b) Caracterização dos fragmentos florestais das áreas de soltura, explicitando-se aproximadamente seu tamanho, perímetro e morfologia.

Item atendido: O documento citado anteriormente descreve as fitofisionomias dos pontos de soltura explicitando suas áreas e perímetro.

c) Detalhamento dos procedimentos de captura, marcação e soltura, bem como dos demais procedimentos adotados para os exemplares capturados.

Item atendido: O documento citado acima detalhou os procedimentos adotados para a captura e manejo de cada grupo resgatado. No caso dos anfíbios, a coleta foi manual e o armazenamento se deu em potes de plástico contendo chumaços de algodão umedecido. Os répteis foram capturados manualmente ou com uso de laços e foram acondicionados em sacos de pano ou caixas de madeira. As serpentes de menor porte e sem peçonha foram capturadas manualmente e acondicionadas em sacos de pano ou potes de acordo com o tamanho. O mesmo procedimento ocorreu com as anfisbenas e serpentes fossoriais. As serpentes peçonhentas e não peçonhentas foram imobilizadas com uso de ganchos com cabo de madeira e haste de metal em forma de "L". A marcação de espécimes da herpetofauna foi realizada com biopolímeros para anurofauna e "cinturão pélvico" com contas coloridas para lagartos.A marcação em serpentes é realizada através de um corte no intervalo da 5ª a 20ª escama ventral, na região cervical imediatamente após as escamas pré-ventrais craniais. Os crocodilianos capturados recebem a marcação do tipo corte de escamas sacrais simples, correspondendo a uma sequência de dezenas e unidades numéricas. Os quelônios capturados e devidamente identificados serão marcados através de cortes nos escudos marginais da carapaça. A marcação de quelônios aquáticos é realizada através da fixação de presilhas de nylon de aço contendo esquema de contas coloridas nos escudos marginais. Para a avifauna, as atividades de resgate foram focadas nos ninhos, já que este grupo possui grande capacidade de deslocamento. Os ninhos encontrados foram demarcados com fita zebrada e monitorados. Quando não houve essa possibilidade os ninhos foram realocados. As aves feridas encontradas em locais de supressão vegetal são destinadas à Base de Resgate. Após o tratamento, os indivíduos que pertencem à lista de autorização de marcação, recebem uma anilha de identificação de acordo com as especificações do CEMAVE. Para mamíferos os equipamentos de manejo utilizados foram: puçás, sacos de pano, armadilhas, zarabatanas, anestésicos e caixas de contenção, além de veículos para transporte. O tipo de marcação adotado para o grupo de pequenos mamíferos foi colar e brinco. Para mamíferos de médio e grande porte, os métodos de marcação adotados foram tatuagem e microchip.

d) Lista dos espécimes capturados, com apresentação de nome científico, data e horário de captura, nome do local e coordenadas de captura, sexo, estado reprodutivo, tipo e número da marca, dados sanitários, data e horário de soltura, nome do local e coordenadas de soltura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14554
RUB.

Item atendido O banco de dados apresenta a lista dos animais capturados com as informações solicitadas.

e) Lista dos espécimes submetidos a tratamento médico veterinário, com apresentação do tipo e número da marca, do estado de entrada, da terapia empregada, do estado de saída e da sua destinação.

Item atendido O banco de dados apresenta a lista dos animais submetidos a tratamento veterinário com as informações solicitadas.

f) Lista dos espécimes avistados durante as atividades de afugentamento, com apresentação do nome científico, data e horário de avistamento, nome do local e coordenadas de avistamento.

Item atendido O banco de dados apresenta a lista dos animais afugentados com as informações solicitadas.

g) Listas dos espécimes encaminhados para as instituições interessadas, com apresentação de tipo e número da marca, estado do espécime encaminhado, data de encaminhamento, destinação, e declaração de recebimento por parte da instituição.

Item atendido: O relatório apresenta as declarações de recebimento de material biológico das seguintes instituições: Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Pará e Museu de Zoologia da Universidade de são Paulo.

h) Deve ser explicitado nas listas sempre que algum espécime capturado pertencer a uma espécie listada em listas oficiais de animais ameaçados (IUCN, Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção – MMA, Lista estadual da Fauna Ameaçada de Extinção – SEMAT etc).

Item atendido: Consta no relatório uma lista de espécies registradas no Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna, com o grau de ameaça de acordo com as listas da IUCN, MMA, SEMA-PA. A salamandra *Bolitoglossa paraensis*, a única espécie da ordem Urodela presente na região, é classificada na categoria "vulnerável"na lista de espécies ameaçadas do Estado do Pará (SEMA-PA, 2007). No âmbito de listas de espécies ameaçadas em nível global, as espécies de anfíbios das famílias Aromobatidae (*Allobates femoralis*) e Dendrobatidae (*Adelphobates castaneoticus*, *A. galactonotus*), de répteis (*Boa constrictor, Corallus batesi*, *Corallus hortulanus*, *Clelia clelia, Iguana iguana, Podocnemis unifilis, Chelonoidis carbonaria e C. denticulata*) e o primata *Alouata belzebul* são listadas no Apêndice II do CITES, que considera as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas que podem se tornar caso a pressão imposta pelo comércio ou ações cinegéticas não sejam controladas (CITES, 2013). De acordo com a IUCN (2013), *Podocnemis unifilis* e *Chelonoidis denticulata* estão classificadas na categoria "Vulnerável" e o Cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*) como "Quase Ameaçado" em função da pressão cinegética. As demais espécies são classificadas nas categorias "Baixa Preocupação" e/ou "Dados Deficientes".

i) Anexo digital editável das planilhas listadas nos subitens "d", "e". "f" e "g".

Item atendido: Tais anexos foram enviados.

2.11.3.3 Projeto de Mitigação de Impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento

No período de fevereiro/2011 a fevereiro/2013 foram percorridos 18.629,2 km nas três vias monitoradas, e foram registradas 2.262 carcaças, sendo 1.996 encontradas na BR 230, 193 no travessão 27, e 73 no travessão 55. Após o término de dois anos de monitoramento foi possível estabelecer padrões de atropelamentos nas vias monitoradas, que nortearam o plano de instalação de mecanismos destinados à redução de atropelamentos da fauna silvestre. Também têm sido realizadas ações de disseminação de práticas de condução responsável aos motoristas e condutores dos veículos leves e pesados que trafegam nas vias monitoradas.

Durante o primeiro semestre de 2014, foi realizado acompanhamento da instalação de novos dispositivos mitigadores de atropelamentos (placas de advertência e redutores de velocidade). Também foi realizado o monitoramento do uso das passagens de fauna e galerias pluviais pela fauna. O travessão 55 está em processo de pavimentação, entretanto, todas as placas de sinalização foram instaladas. Além disso, foi dada continuidade às atividades de sensibilização junto aos funcionários da obra.

Os dados de monitoramento coletados ao longo do período de dois anos, desde o dia 04/02/2011 até o dia 26/02/2013, a partir de campanhas semanais realizadas continuamente na BR230 e nos travessões T27 e T55, foram apresentados no 4° Relatório Consolidado.

Ao longo do primeiro semestre de 2014, novas placas e redutores de velocidade foram instalados nos travessões 27 e 55, perfazendo atualmente um total de 24 placas de advertência instaladas e oito redutores de velocidade (lombadas) no travessão 27. No travessão 55 estão instaladas doze placas de advertência e cinco redutores de velocidade.

Ao longo do primeiro semestre de 2014 foram realizadas vistorias nos pontos críticos das vias de acesso à UHE Belo Monte, no intuito de avaliar o atual estado da sinalização e demais dispositivos (redutores de velocidade, passagens de fauna e galerias pluviais). Também foi verificada a funcionalidade das passagens de fauna instaladas, por meio da busca por vestígios de fauna. Além das passagens instaladas nos dois travessões, também estão sendo monitoradas nove galerias pluviais no travessão 27 e cinco no travessão 55. Até o momento foram registrados rastros de pequenos mamíferos e répteis, mamíferos de médio porte (*Cerdocyon thous*, *Hydrochoerus hydrochaeris*, *Dasyprocta agouti* e *Cuniculus paca*) e répteis de médio porte (jacarés) utilizando tanto as passagens de fauna quanto as galerias pluviais quando secas.

Com relação às passagens de fauna instaladas nos travessões 27 e 55, verificou-se que após a instalação das cercas guia e da regeneração da vegetação nas proximidades destas passagens, a frequência de uso destas pela fauna têm aumentado. As espécies registradas até o momento foram: paca, cotia, capivara, cachorro do mato e irara.

De 2012 à 2014 foram realizadas 43 campanhas de educação ambiental, para um público de 1.595 pessoas, formado por motoristas de veículos leves e pesados do CCBM, e pela comunidade residente nas proximidades das vias monitoradas.

As ações de educação ambiental nos sítios da UHE Belo Monte foram caracterizadas pela apresentação de palestra, com auxílio de *datashow*, abordando os objetivos, métodos e resultados do Projeto, com a distribuição de folders aos participantes e cartazes fixados nos ônibus que transportam os trabalhadores diariamente.

As ações de fiscalização iniciaram-se em outubro de 2012, e até maio de 2014 foram notificados 1.176 motoristas (veículos leves e pesados) nos travessões 27 e 55, por estarem acima do limite de velocidade permitido (60 Km/h para veículos pesados e 80 Km/h para veículos leves). Durante o período de fiscalização no ano 2012 (outubro a dezembro) foram notificados 112 motoristas, no ano de 2013, 822 motoristas, e até maio de 2014 foram realizadas 232 notificações.

O atendimento à condicionante específica 2.3 da autorização para captura coleta e transporte de material biológico no 110/2012 (1ª Retificação), foi apresentado no 4° Relatório Semestral Consolidado, após a conclusão dos dois anos de atividades de monitoramento da fauna nas vias de acesso à obra.

Comentário e Recomendações:

Tendo em vista que o fator gerador do impacto (aumento do tráfego nos travessões e na BR 230 devido às obras) ainda persiste, que o número de atropelamento é bastante elevado e que a efetividade nas medidas mitigadoras deve ser avaliada e comprovada, solicita-se que o monitoramento dos travessões e da BR 230 seja retomado. Sugere-se que sejam estabelecidas campanhas de monitoramento bimestrais nas vias até o fim das obras, para que se possa avaliar a eficácia das medidas de mitigação. Para esse monitoramento deve-se tomar como base a

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14555
MP
RUB.

metodologia de amostragem de atropelamento de fauna estabelecida pela IN 13 de 19 de julho de 2013, com apresentação de dados conforme a tabela anexa nessa IN. Também deve ser dado prosseguimento ao monitoramento das passagens de fauna com regularidade.

2.11.3.4 Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre

Durante as atividades do projeto (novembro/2011 a junho/2014) foram coletadas amostras de 502 animais entre silvestres (N = 287) e domésticos (N = 215). A colheita de amostras sanguíneas de mamíferos silvestres vem sendo realizada com indivíduos resgatados nos Sítios Canais e Diques, Bela Vista, Pimental, Belo Monte, Reservatórios Intermediário e Xingu (Área 3). Especialmente nesse semestre, em função das chuvas, houve redução significativa na supressão e, consequentemente, decréscimo de entrada de indivíduos de mamíferos silvestres ao CEA. Dessa forma, um número menor de amostras foi encaminhado ao projeto.

Entre janeiro e junho de 2014, as amostras de animais domésticos foram colhidas nas Áreas A1, A2 e A3 acompanhando a atividade de educação ambiental, sendo que as áreas A4, A5 e A6 serão executadas no segundo semestre.

Entre janeiro e junho de 2014 as atividades de Educação Ambiental (EA) foram desenvolvidas na A1, A2 e A3 do projeto. Essas atividades foram compostas por palestras sobre as endemias abordadas no projeto, informações básicas sobre higiene e saúde, jogos de interação sobre a Leishmaniose e aplicação de questionários.

Em janeiro e fevereiro/2014 foram realizadas interfaces complementares entre o Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres, o Programa de Educação Ambiental e este projeto, para a obtenção de registros da ocorrência e distribuição do cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*) nos diferentes compartimentos da obra. As seis áreas amostrais do projeto serão visitadas e investigadas sobre a presença da espécie na região.

Em janeiro, foram realizadas reuniões com o Instituto Evandro Chagas com o intuito de discutir o parecer elaborado pelo mesmo sobre a Leishmaniose na região e o Projeto de Monitoramento de Vetores da Área de Influência da UHE Belo Monte. Na ocasião, discutiu-se ainda a elaboração de uma parceria entre o Instituto com o projeto para pesquisa da Leishmaniose em animais silvestres, a fim de refinar o método diagnóstico utilizado. Além disso, identificar a espécie de Leishmania que possa estar presente devido à presença de animais reagentes para esta endemia.

As amostras de animais domésticos foram colhidas em campo, acondicionadas em recipiente adequado, centrifugadas e dessoradas no Núcleo Veterinário do Centro de Estudos Ambientais (CEA) da UHE Belo Monte. Os animais silvestres também tiveram suas alíquotas de soro extraídas no CEA, identificadas e congeladas em freezer doméstico. Posteriormente, estes animais foram soltos, fixados ou encaminhados para cuidados veterinários. Estes dados, bem como os registros para os animais domésticos, estão apresentados no arquivo digital em anexo.

Todas as amostras acumuladas no primeiro semestre de 2014 foram submetidas à análise de sorologia para cinomose, parvovirose (Imunocromatografia), leptospirose e toxoplasmose canina e leishmaniose (Diluição Total e RIFI), ambas realizadas no Laboratório TECSA (Belo Horizonte - MG). Quando as amostras dos mamíferos domésticos apresentam sorologia positiva são encaminhadas ao LACEN - leishmaniose LACEN, laboratório credenciado pelo Ministério da Saúde.

Leishmaniose

Dentre as colheitas realizadas em animais silvestres, seis indivíduos foram considerados sororeagentes para Leishmaniose, sendo três indivíduos de tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), um tatu-quinze-quilos (*Dasypus kappleri*) e um porco-espinho (*Coendou prehensilis*) e uma preguiça-comum (*Bradypus variegatus*) confirmando a presença do protozoário no ambiente silvestre e com uma prevalência de aproximadamente 2,09%. No grupo dos animais

domésticos, 39 indivíduos soro reagentes para Leishmaniose, indicando uma prevalência de aproximadamente 18,13%, no período de avaliação. Observou-se maior prevalência nas Áreas 2, 3 e 4 e menor nas Áreas 1 e 6. Até o momento, a Área 5 não apontou animais soro reagentes para a doença. Ressalta-se que os laudos inseridos em anexo neste relatório avaliaram a Leishmaniose Visceral Canina.

Toxoplasmose

A Toxoplasmose foi detectada em 49 animais domésticos, em todas as áreas de concentração do projeto, com menor prevalência na Área 2 e maior prevalência na Área 6. Nove indivíduos silvestres foram reagentes para esta endemia, *Cabassous unicinctus unicinctus, Dasypus novemcinctus, Speothos venaticus, Alouatta belzebul eTamandua tetradactyla*. O diagnóstico sorológico indica que a exposição dos hospedeiros, intermediário e definitivo, é crônica, uma vez que os animais infectados são IgG reagentes.

Leptospirose

Nenhum animal doméstico amostrado foi reagente para esta doença, considerando as seis áreas de inserção do projeto livres para esta endemia até o presente momento.

Cinomose

A Cinomose foi detectada em 98 dos animais domésticos amostrados, indicando uma prevalência de aproximadamente 45,58%, com o aumento de apenas um indivíduo para esta endemia do relatório apresentado anteriormente.

Parvovirose

A Parvovirose foi detectada em 113 dos animais domésticos amostrados, indicando uma prevalência de aproximadamente 52,55%, ou um incremento de cinco animais reagentes, menor do que apresentado em relatório anterior. Dentre os animais silvestres, foram identificados 166 indivíduos sororeagentes para Parvovirose, indicando uma prevalência de aproximadamente 57,83%, mesmo com um aumento de 19 indivíduos sororeagentes.

Ações de Educação Ambiental

Nas Áreas 1, 2 e 3 as atividades foram realizadas nos meses de janeiro, fevereiro e março respectivamente. As ações contemplaram a aplicação de questionários educativos, palestras sobre as endemias avaliadas pelo projeto e jogos de interação para as crianças e a comunidade.

As atividades atenderam cerca de 200 pessoas, entre alunos e a comunidade, nas três áreas durante o primeiro semestre de 2014. Todos participaram da avaliação através de questionários e a comunidade do entorno compareceu de maneira expressiva durante os encontros. As atividades seguiram o cronograma previsto e a abordagem elucidou as medidas profiláticas, disseminação e controle das doenças abrangidas pelo projeto.

Comentários e recomendações:

O Parecer Técnico n° 52/2011 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que subsidiou a emissão da LI do empreendimento, recomendou que Norte Energia, em parceria com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - PA, Município de Altamira, Brasil Novo e Vitoria do Xingu, apoiasse a promoção e divulgação de campanhas de vacinação para animais domésticos. Em relatório anteriores (mais especificamente o 2° RC) a empresa informou que havia se firmado uma articulação junto ao 10° Centro Regional de Saúde, responsável pelo controle de zoonoses estadual, situado na cidade de Altamira (PA). Esta articulação resultou na doação de vacinas anti-rábicas para a imunização dos animais incluídos no projeto. Também foi informado que estava sendo articulada ainda a vacinação de animais contra cinomose e parvovirose, com apoio da Biota Projetos e Consultoria Ambiental na conscientização (dis-

COHIDIBAMA
FLS. 14556
MP
RUB.

tribuição de informativos de orientação), e auxílio com mão de obra especializada na imunização de animais da região influenciada pelo empreendimento e seu entorno próximo. O 2° RC informou ainda que a parceria entre executores do projeto e órgãos do governo, como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, assim como as autarquias e centros de referência a eles vinculados, estava em processo de construção. O 5° e o 6° RCs demonstraram uma alta ocorrência de doenças como cinomose e parvovirose em animais domésticos. Além disso, o público das atividades de educação ambiental evidenciou que seus animais têm acesso à imunização (vacina) uma vez ao ano, apenas contra o vírus da raiva e que a população parece desconhecer a necessidade da prevenção às doenças. Neste sentido, a Norte Energia deve envidar esforços para dar continuidade à articulação de parcerias com as entidades públicas no intuito de apoiar campanhas de vacinação nos animais domésticos.

2.11.3.5 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres

O relatório apresenta de forma cumulativa os dados obtidos nas cinco campanhas do projeto. Na quinta campanha (C5) todos os módulos foram amostrados no período de 07/01 a 24/02/2014. Nas três primeiras campanhas (C1, C2 e C3) as abelhas foram amostradas tanto pelo método de busca ativa quanto de armadilhas de essências, enquanto que nas 4ª e 5ª campanhas (C4 e C5) foi empregada apenas a metodologia de armadilhas de essências.

DROSOPHILIDAE

Durante as cinco campanhas, utilizando a metodologia de armadilhas com iscas de banana, foram coletados 18.760 machos de Drosophilidae. Dentre estas estão representadas 89 espécies e cinco gêneros, sendo que na C5 foram coletados 7.672 indivíduos pertencentes a 58 espécies.

A espécie mais abundante do total das cinco campanhas foi *Scaptodrosophila latifasciaeformis*. No entanto, esta dominância se deve à sua alta densidade apenas no módulo M6 (C1). Nos demais módulos as espécies dominantes no total de indivíduos coletados são *Drosophila sturtevanti*, *D. malerkotliana*, *D. willistoni* ou *Z. indianus*.

Quanto à eficiência amostral, a curva de acumulação obtida ainda não atingiu a assíntota, contudo, há uma tendência à desaceleração.

A análise de similaridade não apresenta agrupamentos relevantes e, ainda, nenhum dos compartimentos está agrupado pela análise. A falta de padrões claros na similaridade entre módulos pode ser explicada pelas características ecológicas do grupo e a escala em que foi realizada esta análise.

ABELHAS

Nas cinco campanhas, considerando tanto o método de armadilha quanto de busca ativa, foram coletadas 12.540 abelhas, classificadas em 131 espécies (ou morfoespécies), distribuídas em 25 gêneros e cinco famílias. A espécie mais abundante foi *Eulaema meriana* (4.029 indivíduos com armadilha de essência; quatro indivíduos com busca ativa). Seis espécies do grupo Euglossini tiveram novos registros na campanha C5, *Euglossa piliventris, Euglossa platymera, Eulaema polyzona, Exaerete trochanterica, Eufriesea falla* e *Euglossa surinamensis*.

O método de armadilhas de essências resultou um grande número de indivíduos e de espécies de abelhas. Considerando as cinco campanhas, foram coletados 11.929 indivíduos distribuídos em uma única família: Apidae, com 65 espécies ou morfoespécies identificadas

As campanhas C4 e C5 obtiveram as maiores abundâncias (3.659 e 3.075 indivíduos, respectivamente). O aumento na abundância, assim como na riqueza pode estar relacionado com a adição de mais armadilhas de essência nos transectos dos oitos módulos. Os números de animais coletados animais coletados variaram pouco entre os módulos, sendo que módulo

M7 apresentou o menor número (1.164) e o módulo 1 apresentou o maior número (1.870). A riqueza de espécies variou de 32, no módulo M4, a 44, no módulo M5.

Entre os sete gêneros coletados com armadilhas de essência, *Euglossa* foi o mais abundante com 6.103 indivíduos, seguido por *Eulaema* (5.077), *Exaerete* (659), *Eufriesea* (69), *Megalopta* (2), *Melipona* (1) e *Trigona* (1).

Nas três campanhas (C1, C2 e C3) em que foi empregado o método de busca ativa, foram capturados 611 indivíduos através deste método, distribuídos em cinco famílias, 22 gêneros identificados e 70 espécies. A espécie mais abundante foi *Trigona williana* (*Trigona* cf. *williana*) (105), seguida por *Apis mellifera* (49) e *Trigona branneri* (44).

Quanto à eficiência amostral, a curva de acumulação de espécies produzida com os dados obtidos nas cinco campanhas apresenta uma desaceleração significativa, demonstrando que já foi detectada boa parte das espécies do grupo na região amostrada.

Quanto à análise de similaridade, o dendrograma produzido apresentou alta similaridade (>50%) entre todos os módulos. Contudo, não foi observado padrão de agrupamento entre os módulos de um mesmo compartimento.

2.11.3.6 Projeto de Levantamento e Monitoramento da Herpetofauna

O relatório apresenta os resultados obtidos ao final de cinco campanhas de monitoramento. No período entre o 5° RC e o presente relatório, foram publicados estudos científicos com a proposta de novas alocações taxonômicas, as quais geraram também atualizações no Banco de Dados.

ANFÍBIOS

Considerando os resultados obtidos ao final das cinco campanhas, foram registrados 14.833 espécimes de anfíbios (métodos padronizados e não padronizados) classificados em três ordens (Anura, Gymnophiona e Caudata). Estes indivíduos se distribuíram em 15 famílias, 32 gêneros e 101 espécies.

A primeira campanha (C1) contribuiu com o registro de 2.951 espécimes, a C2 com 2.297, a C3 obteve o registro de 1.303 espécimes, a C4 um total de 3.065 espécimes de anfíbios e a C5 registrou 5.217 espécimes. Considerando a riqueza total obtida nas cinco campanhas (101 espécies, incluídas as imprecisões taxonômicas e atualização do banco de dados), na primeira campanha registrou-se 68 espécies, na segunda 62 espécies, na terceira campanha 49, na quarta 50 e na quinta 67 espécies.

Dentre as famílias registradas até o momento, Hylidae, representada em sua maioria por espécies de hábito arborícola, apresentou maior riqueza (43,5%). A Família Leptodactylidae, representada por espécies terrestres, foi a mais abundante, com 40,9% dos indivíduos registrados. As espécies mais abundantes por campanha foram: *Leptodactylus* sp. (9,4%) e *Hypsiboas multifasciatus* (8,7%), na primeira campanha; *Adenomera* cf. *andreae* (42%) e *Pristimantis* sp.1 (8,3%), na segunda campanha; *Rhinella castaneotica* (21%) e *Adenomera* cf. *andreae* (13,2%), na terceira campanha; *Adenomera* cf. *andreae* (46,1%) e *Pristimantis fenestratus* (15,3%), na quarta campanha; e, *Adenomera* cf. *andreae* (20,1%) e *Pristimantis fenestratus* (10,2%), na quinta campanha. A espécie mais abundante em todas as campanhas foi *Adenomera* cf. *andreae,* com 25,7%.

Quanto à eficiência amostral, a curva de acúmulo de espécies de anfíbios mostrou-se discretamente ascendente com tendência à estabilização, para todos os módulos. A não estabilização total das curvas evidencia que novos registros poderão ocorrer nas próximas campanhas mediante aumento do esforço amostral temporal.

Considerando todas as estratégias de amostragem empregadas nas cinco campanhas realizadas até o momento, a metodologia de Procura Ativa nas Parcelas (PP) foi responsável pelo registro de 55,2% dos espécimes e a Busca nos Sítios Reprodutivos (SR), por 26,9%. Os métodos PP e SR tiveram uma representatividade parecida no registro de espécies (84% e

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14557 MP RUB

85%, respectivamente). A procura ativa nas parcelas mostrou-se mais eficiente no registro de anfíbios considerando a abundância em quatro (exceto na terceira campanha) das cinco campanhas realizadas, sendo que na quinta campanha houve o maior número de registros (33,85%). Esta metodologia também proporcionou o registro de um maior número de espécies na quinta campanha (52 espécies).

Considerando a influência da sazonalidade local na dinâmica das espécies de anfíbios, houve uma maior riqueza durante o período chuvoso, contudo, as diferenças não foram estatisticamente significativas. O mesmo foi encontrado para os dados de abundância.

Analisando a riqueza e abundância nas áreas monitoradas, o Módulo 5 apresentou os maiores valores de riqueza, abundância e o maior valor de diversidade.

Os valores de Equitabilidade mostraram que os módulos monitorados apresentam uniformidade de mais de 69% sem a presença de espécies dominantes, exceto no Módulo 2.

Os módulos monitorados apresentaram similaridade de espécies acima de 50%. Os maiores valores de similaridade são observados para os módulos 5, 6 e 7, situados na margem esquerda do rio Xingu, seguidos pelos Módulos 4 e 8, situados na margem direita. Além de características similares presentes nos fragmentos monitorados considerando a disponibilidade de recursos (micro-habitat, disponibilidade de presas, etc.) bem como à proximidade, os resultados corroboram hipóteses biogeográficas que predizem que os rios amazônicos podem ser considerados barreiras geográficas para as espécies.

RÉPTEIS

Ao fim de cinco campanhas, foram registrados, nas três ordens de ocorrência na região Neotropical (Squamata, Testudines e Crocodylia), 4.183 espécimes (métodos padronizados e não padronizados) classificados em 23 famílias, 67 gêneros e 110 espécies (considerando todas as incertezas/imprecisões taxonômicas). A riqueza de répteis com confirmação taxonômica (identificados até nível de espécie) é de 88 espécies. Analisando os registros por campanha de monitoramento, a primeira contribuiu com 541 espécimes, a segunda com 1.028 espécimes, a terceira campanha com 334 espécimes, a quarta com 1.363 espécimes e a quinta com 917 espécimes. Considerando a riqueza total obtida nas cinco campanhas (110 espécies), na primeira campanha registrou-se 57 espécies, na segunda campanha 64, na terceira campanha 40, na quarta campanha 53 espécies e na quinta campanha 59 espécies.

Serpentes de hábitos terrestres e arborícolas da família Dipsadidae representaram a maior riqueza (25,4%), enquanto a família Sphaerodactylidae, representada por lagartos subarborícolas e criptozoicos, a maior abundância (60,9%). As espécies mais abundantes foram: *Gonatodes humeralis* (33%), *Chatogekko amazonicus* e *Copeoglossum nigropunctatum* (8,7% cada), na primeira campanha; *Chatogekko amazonicus* (37,5%) e *Gonatodes humeralis* (16,6%), na segunda campanha; *Chatogekko amazonicus* (19,1%) e *Copeoglossum nigropunctatum* (16,7%), na terceira campanha; *Chatogekko amazonicus* (51%) e *Gonatodes humeralis* (15,8%); e, *Chatogekko amazonicus* (47,3%) e *Gonatodes humeralis* (25,0%), na quinta campanha. Considerando os dados obtidos ao final de cinco campanhas, a espécie *Chatogekko amazonicus,* lagarto criptozoico dependente da serapilheira das florestas, foi a mais abundante com 38,8% dos registros.

Quanto à eficiência amostral, ao final de cinco campanhas, a curva de acúmulo de espécies de répteis não evidenciou tendência à estabilização para nenhum dos oito módulos monitorados. Este resultado é previsto para os répteis em função da baixa detectabilidade do grupo, e sugere que novos registros são previstos com a continuidade das amostragens.

Considerando as cinco campanhas, a metodologia de Procura Ativa nas Parcelas (PP) foi a que contribuiu com o maior número de registros de espécimes (67,4%) e espécies (76,3%) de répteis.

Considerando a sazonalidade, houve uma maior riqueza e abundância de répteis durante o período seco, porém, as diferenças só foram estatisticamente significativas para as estimativas de abundância.

Em relação às análises referentes à estrutura da comunidade de répteis por módulos, a maior riqueza foi observada no Módulo 6 e a maior abundância foi observada no Módulo 4. Os índices de diversidade analisados apontam para o Módulo 2 como o de maior diversidade.

A análise de similaridade mostrou que, apenas entre os módulos M2 e M5, observou-se uma similaridade de mais de 50% de espécies de répteis. Esse resultado reflete a complexidade na estruturação das assembleias de répteis amazônicos, demonstrando que cada módulo apresenta sua particularidade.

2.11.3.7 Projeto de Levantamento e Monitoramento da Avifauna

O relatório apresenta de forma cumulativa os dados das atividades realizadas nas 5 campanhas nos módulos Rapeld.

Ao longo do monitoramento foram registrados 52.410 indivíduos de aves, considerando todos os métodos, incluindo os registros fortuitos: 5.525 durante a primeira campanha (C1), 13.945 durante a segunda campanha (C2), 8.614 na terceira (C3), 12.839 na quarta campanha (C4) e 11.487 na quinta campanha (C5).

Quanto à riqueza, até o presente, foram registradas 536 espécies de aves, sendo que na C1 foram 388 espécies, 431 na C2, 332 na C3, 364 na C4 e 361 na C5. Destas, 13 espécies foram registradas exclusivamente na C5.

As espécies registradas durante as cinco campanhas estão distribuídas em 25 ordens e 70 famílias. Em termos de riqueza, a família Tyrannidae apresentou o maior número de espécies (S= 48), seguida por Thamnophilidae (S = 42). Quanto à abundância, Thamnophilidae se destacou com 9.749 indivíduos registrados.

Entre os não-Passeriformes, a Família Psittacidae apresentou maior número de espécies (S=28), seguida da Família Trochilidae (S=25). Quanto à abundância, Psittacidae registrou 4.457 indivíduos e Columbidae, 2.104.

As espécies mais abundantes para os dados de censo por ponto de escuta foram o chororó-pocuá (*Cercomacra cinerascens*), tucano-grande-de-papo-branco (*Ramphastos tucanus*), garrinchão-coraia (*Pheugopedius coraya*), o cricrió (*Lipaugus vociferans*) e tiziu (*Volatinia jacarina*). Para captura, marcação e recaptura com redes de neblina, as mais abundantes foram uirapuru-laranja (*Pipra fasciicauda*), tico-tico-de-bico-preto (*Arremon taciturnus*), arapaçu-bico-de-cunha (*Glyphorynchus spirurus*), mãe-de-toca (*Phlegopsis nigromaculata*) e a rolinha-roxa (*Columbina talpacoti*).

Os módulos M1 e M5 foram os mais ricos com 287 (58%) e 284 (57,4%) espécies, respectivamente. Por outro lado, o M3 foi o que apresentou menor riqueza, com o registro de apenas 218 (44%). Para o método de captura em rede de neblina, foram registradas 295 espécies no total; os módulos M5 e M6 apresentaram as maiores riquezas, com 192 (65,1%) e 175 (59,3%) espécies, respectivamente.

Os módulos M1 e M5, além de apresentarem os maiores valores de riqueza para o método de censo por ponto de escuta, também obtiveram os maiores valores de diversidade (índice de Shannon). Em termos de equitabilidade (J), os módulos M2 e M1 apresentaram os maiores valores, com a distribuição da abundância de indivíduos nas espécies bastante equilibrada. Apesar do módulo M5 apresentar a maior riqueza para o método de captura por rede de neblina, os valores de equitabilidade e índice de Shannon apontam para uma condição de baixa diversidade, composta por poucas espécies com alta abundância e muitas espécies com baixas abundâncias. Para este método, os módulos com maiores índices de diversidade são o M6 e o M8, que também estão dentre aqueles com maior equitabilidade.

Quanto à eficiência amostral, conforme as curvas estimadas, numa escala temporal de dias de esforço, o número de espécies registradas nos módulos mostrou uma tendência à

COHIDIC IBAMA FLS. 14558 RUB

estabilização para os dados de censo por pontos de escuta, o que não foi observado para o método de captura com rede de neblina.

A amostragem de avifauna por meio do método de censo por ponto de escuta registrou um total de 459 espécies de aves e 23.314 registros individuais; para amostragem por meio de captura com redes de neblina foram capturados 12.612 indivíduos de 295 espécies. Através de registros fortuitos foram contabilizados 16.484 indivíduos pertencentes a 460 espécies. Apesar da diferença no número de espécies registradas, os métodos são complementares, uma vez que algumas espécies somente são registradas por um ou outro método. Um total de 30 espécies foi amostrado somente no método de capturas com redes de neblina, enquanto que 38 espécies somente por censo por pontos de escuta.

A partir de uma análise de similaridade (índice de Jaccard), foi possível observar maior similaridade entre os módulos M1 e M7 e entre os módulos M4 e M8, sendo o módulo M2 foi o mais dissimilar, sugerindo diferença na composição da avifauna e também na estrutura da vegetação, pois neste módulo há algumas parcelas com presença de pastagens introduzidas. De acordo com observações em campo, a maior similaridade entre os módulos possivelmente está associada à fitofisionomia e estrutura da vegetação: nos módulos M1 e M7 predomina, em todas as parcelas, a Floresta Ombrófila de Terra Firme, enquanto que a similaridade observada entre os módulos M4 e M8 possivelmente é decorrente da fauna associada a pastagens e vegetação secundária.

2.11.3.8 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Mamíferos Terrestres

Este relatório técnico refere-se à descrição das atividades desenvolvidas durante as cinco campanhas de campo nos módulos Rapeld.

Ao longo das cinco campanhas, foram registradas 47 espécies de mamíferos, através de métodos diretos e indiretos, incluindo os registros fortuitos obtidos durante os deslocamentos até os transectos. Desse total, cinco espécies são exóticas, representadas pelo cachorro-doméstico, porco-doméstico, boi, búfalo e cavalo, e não foram consideradas nas análises.

Avaliando apenas a riqueza obtida nos módulos RAPELD através de métodos padronizados (Censo) foram contabilizadas 46 espécies, das quais, 41 mamíferos nativos, sendo excluídas espécies que, pelo modo de registro, não houve definição taxonômica em nível específico (*Didelphis sp., Dasypus* sp., *Mazama sp.*). As 41 espécies nativas representam nove ordens e 21 famílias. As ordens que apresentaram maior número de espécies foram os carnívoros (N = 10), seguida por primatas (N = 10) e xenartros e roedores (Cingulata; N = 5).

Houve o predomínio de espécies com hábito terrestre (N= 18), seguida por arborícola (N= 16) e semifossorial (N=6). As espécies pertenceram principalmente às guildas dos frugívoros (N= 25), seguidas por onívoros (N= 13), insetívoros (N= 9) e herbívoros (N= 9).

Considerando exclusivamente os censos realizados em transecções lineares, por meio de metodologia padronizada para a busca de indícios diretos e indiretos da presença das espécies, foram registrados 3.824 indivíduos de 41 espécies nativas. Em relação às campanhas anteriores e desconsiderando relatos, houve o acréscimo de uma espécie na quinta campanha, o cachorro-do-mato-vinagre (*Speothos venaticus*).

Foi possível observar que a riqueza variou entre os módulos, com valores oscilando de 20 (M6) a 27 espécies (M1 e M3). Dos oito módulos monitorados, houve acréscimos de espécies em seis nesta quinta campanha. No M1 foram adicionadas cinco espécies (*Ateles marginatus*, *Leopardus pardalis*, *Procyon cancrivorus*, *Mazama nemorivaga* e *Hydrochoerus hydrochaeris*), no M2 houve o incremento de uma espécie (*Mazama nemorivaga*), no M3 foram adicionadas cinco espécies (*Chiropotes utahickae*, *Puma concolor*, *Speothos venaticus*, *Tapirus terrestris* e *Coendou prehensilis*), uma nova espécie foi adicionada no M5 (*Priodontes maximus*), uma no M7 (*Eira barbara*) e uma no M8 (*Procyon cancrivorus*).

Considerando a sazonalidade, houve uma maior riqueza de espécies no período chuvoso quando comparado com a seca. Semelhantemente, houve maior abundância relativa durante o período chuvoso, porém, os dados não foram estatisticamente significativos.

As espécies com maior frequência de ocorrência nas áreas monitoradas ocorreram nos oito módulos (N = 12), sendo principalmente representadas por primatas como o bugio (*Alouatta belzebul*), zogue-zogue (*Callicebus moloch*) e macaco-prego (*Sapajus apella*).

Quanto ao esforço amostral, observa-se que a curva de acumulação de espécies já se encontra estabilizada, indicando uma amostragem efetiva.

No geral, foram obtidos 4.591 registros de mamíferos nativos e exóticos ao longo das cinco campanhas e dos oito módulos amostrais incluindo a metodologia de censo e os registros ocasionais, obtidos durante os deslocamentos até os módulos ou através de terceiros (registros fortuitos). Considerando apenas os mamíferos nativos, foi obtido um total de 4.285 registros, dos quais, 3.824 exclusivamente através de censos padronizados. Desses, o maior número de registros foi representado por visualização (77%).

Das 41 espécies de mamíferos nativas registradas, 27 foram visualizadas durante o censo. Os primatas, no geral, foram responsáveis por maior parte dos registros visuais e, juntos, compreenderam a 77% de todos os registros obtidos. As espécies com maior número de registros foram o macaco-prego (*Sapajus apella*, 37,5%), o bugio (*Alouatta belzebul*, 11,7%) e o mico-de-cheiro (*Saimiri collinsi*, 7,35%). Excetuando-se os primatas, o quati (*Nasua nasua*, 6,8%) e o queixada (*Tayassu pecari*, 4,3%) foram as espécies mais visualizadas.

Oito espécies de mamíferos listadas no EIA por intermédio de entrevistas ainda não foram registradas por meio da metodologia de censo nas áreas monitoradas, como o tatu-mulita (*Dasypus septemcinctus*), tamanduaí (*Cyclopes didactylus*), macaco-da-noite (*Aotus infulatus*), cachorro-de-orelhas-curtas (*Atelocynus microtis*), ariranha (*Pteronura brasiliensis*), furão (*Galictis vittata*), jupará (*Potos flavus*) e o gato-mourisco (*Puma yagouaroundi*).

Com o intuito de avaliar a relação das espécies-alvo com os módulos em que elas ocorreram, foi feita uma análise de correspondência considerando as cinco campanhas amostrais. As espécies-alvo estiveram pouco relacionadas com os módulos M4, M6 e M7 considerando a inclusão dos dados da quinta campanha. Foi possível observar que o macaco-aranha e queixada estiveram bastante relacionadas com o M1, classificado como módulo controle, onde foram mais abundantes. O sagui e o cuxiú (*C. utahickae*) foram mais abundantes no M8, localizado na margem direita do rio Xingu, também classificado como módulo controle. Assim, das sete espécies alvos, quatro estão relacionadas com os módulos-controle, onde existem algumas porções de habitat preservados e que sofrerão menor influência do empreendimento. As outras espécies apresentaram resultados variáveis e contrastantes. O bugio foi extremamente abundante e relacionado com M3. O mico-de-cheiro está relacionado ao M2 e M5 e o cuxiú (*C. albinasus*) foi pouco associado com as áreas no geral, uma vez que só foi registrado no M5, uma única vez. Dessa forma, os resultados mostram associação das espécies alvo com um módulo específico.

Considerando as cinco campanhas de amostragem, foi empregado um esforço de aproximadamente 1.370,4 km, distribuídos ao longo dos oito módulos. Foi detectado o maior número de espécies nativas nos módulos onde os esforços amostrais foram maiores em termos de números de campanhas (M5 e M7).

A partir dos dados de riqueza e abundância obtidos nas cinco campanhas foi calculada a similaridade entre os módulos pelo coeficiente de Jaccard. Foi possível verificar que os módulos com maior similaridade da mastofauna foram representados pelo M2 (Reservatório Xingu) e M6 (Reservatório Intermediário), que apresentaram 78% de espécies em comum e os módulos M2 (Reservatório Xingu) e M7 (Reservatório Intermediário), com 74% de fauna compartilhada. No geral, os módulos apresentaram uma alta similaridade.

COHIDRO-JAMA
FLS. 14559
MP
RUB.

2.11.3.9 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Quirópteros

O presente relatório contém a análise dos dados acumulados das cinco campanhas. Nesta quinta campanha, com exceção ao pedral Cachoeira do Mucura, a maioria dos pedrais (Navio, Sossego, Araras e Barra do Vento) não foi amostrada por estar submersa. As cavernas inventariadas foram a Pedra da Cachoeira, Complexo Kararaô (Kararaô e Kararaô Novo), Leonardo da Vinci e a Cama de Vara. Os módulos monitorados foram o 1, 2, 4 e 5, isto é, os mais próximos aos pedrais do rio Xingu, priorizando as parcelas também mais próximas ao rio, com vistas a acompanhar, se possível, o deslocamento dos morcegos que utilizam temporariamente os pedrais emersos como abrigos.

Após as cinco campanhas do foram realizadas 6.445 capturas, incluindo indivíduos recapturados. Após a realização de cinco campanhas foram marcados 5.549 indivíduos além de 15 indivíduos registrados em encontros fortuitos, fora dos esforços amostrais ou ambientes monitorados. Dentre os diferentes ambientes monitorados (cavernas, pedrais e módulos), houve 183 recapturas.

O monitoramento contabiliza a ocorrência de nove famílias, 43 gêneros e 78 espécies. Do total de espécies, duas foram registradas exclusivamente por encontros fortuitos (*Molossus rufus* e *Diaemus youngi*). Esses registros fortuitos/ocasionais, que totalizaram 23 capturas, foram obtidos fora dos ambientes alvo desse monitoramento.

Módulos Rapeld

Somando-se as cinco campanhas realizadas, registrou-se 62 espécies de morcegos em 915 capturas, em seis módulos amostrados. Na quinta campanha foram capturados 224 indivíduos de 28 espécies. Sete novos registros foram computados nos módulos nesta quinta campanha: *Ametrida centurio, Artibeus cinereus, Carollia benkeithi, Eptesicus chiriquinus, Peropteryx kappleri, Phyllostomus hastatus* e *Vampyriscus brocki*. Sazonalmente, não houve diferença significativa no sucesso de capturas entre as duas estações (seca e chuvosa).

Analisando-se a eficiência amostral temporal, observa-se padrão ascendente das curvas acumuladas e estimadas, demonstrando que a continuidade do monitoramento deverá acrescentar mais espécies à lista de espécies nos módulos.

O módulo M5 apresentou a maior riqueza com o registro de 34 espécies. A menor riqueza foi observada no módulo M4 com o registro de 13 espécies. Observa-se ainda que os módulos M5 e M7 são os que apresentaram maior diversidade de espécies.

A similaridade da fauna de morcegos entre os módulos é baixa, considerando os dados coletados em cinco campanhas (< 50%), indicando a presença de uma comunidade diversificada e heterogênea. A maior similaridade foi observada entre os M1 e M4 com 45% de semelhança.

Do ponto de vista taxonômico, os módulos são amplamente dominados por morcegos da família Phyllostomidae com 82% das espécies e 94% das capturas. O filostomídeo, *Carollia perspicillata*, com 461 capturas, contribuiu significativamente para dominância observada.

A análise trófica nos módulos evidencia uma maior abundância de morcegos frugívoros (651 capturas – 71,1%). Em relação ao número de espécies, os insetívoros (N = 25) foram superiores, mas foram os menos abundantes e contribuíram com 15,4% da amostragem. Foram 13 espécies de insetívoros catadores e 12 espécies de insetívoros aéreos.

Até a quinta campanha foram realizadas marcações de 774 indivíduos nos módulos. O maior número de marcações ocorreu no M2. As recapturas totais das cinco campanhas, envolveram 17 indivíduos.

Pedrais

Como a quinta campanha foi realizada no período de cheia do Xingu, a maioria dos pedrais estava submersa, o que inviabilizou as capturas. A exceção foi o Pedral Cachoeira do Mucura onde foram realizadas 32 capturas de duas espécies: *Nyctinomops sp.* e *Noctilio albi-*

ventris. Ao final de cinco campanhas nos pedrais, foram observadas 29 espécies oriundas de 680 capturas. Na quinta campanha apenas duas espécies foram registradas, já que apenas o Pedral Cachoeira do Mucura pôde ser amostrado. Foram 17 capturas de *Nyctinomops* sp. e 15 de *Noctilio albiventris.*

Uma análise de similaridade baseada na presença e ausência de espécies (Jaccard) indica que os pedrais Barra do Vento e Cachoeira do Mucura são os mais semelhantes com 60% de fauna compartilhada. Os outros pedrais apresentaram uma semelhança abaixo de 50%. A maior diferença faunística foi notada entre o pedral das Araras e o do Sossego, com apenas 19% de similaridade

Analisando-se a eficiência amostral temporal, observa-se padrão ascendente das curvas acumuladas e estimadas, demonstrando que a continuidade do monitoramento deverá acrescentar espécies à lista.

Os morcegos insetívoros predominaram nos pedrais, tanto em número de espécies (S = 18), quanto em número de capturas (N = 548). Os morcegos frugívoros foram também muito abundantes com 116 capturas, a maior parte delas referente à espécie *C. perspicillata* (N = 97). Hematófagos e onívoros foram registrados em baixa densidade e não utilizam os pedrais como abrigo. Apenas uma espécie nectarívora e uma onívora foram registradas, *Glossophaga soricina* e *Phyllostomus hastatus,* respectivamente.

As marcações realizadas nos pedrais contabilizam 550 indivíduos sendo que o maior número de marcações ocorreu no Pedral Cachoeira do Mucura (N = 143). Apenas uma recaptura foi contabilizada nos pedrais na C4. Um indivíduo de Furipterus horrens foi recapturado no pedral Pedra do Navio, após ter sido marcado no mesmo pedral em um intervalo de 407 dias.

<u>*Cavernas*</u>

Realizadas cinco campanhas de monitoramento contabiliza-se 4.850 capturas de 25 espécies nas cavernas monitoradas. Foram realizadas cerca de 1.000 capturas em cada campanha. Apenas na quarta o número de capturas foi menor (N = 627). Esta queda nas capturas foi um reflexo da diminuição da população de *C. perspicillata* na caverna Leonardo da Vinci. O padrão de predominância da família Phyllostomidae, tanto em número de espécies (N = 14) quanto de indivíduos (N = 2.823) continua a ser observado.

Dentre as espécies exclusivas de cada caverna têm-se, *Micronycteris megalotis* e *Peropteryx trinitatis* exclusivas da Kararaô. Na caverna Cama de Vara, observou-se *Carollia benkeithi* e na Leonardo Da Vinci, *Chrotopterus auritus*. A Pedra da Cachoeira não apresentou espécies exclusivas durante o monitoramento. Por campanha, as espécies exclusivas foram: *Chrotopterus auritus* e *Micronycteris megalotis*, na primeira campanha. Não houve diferença estatisticamente significante no número de capturas entre as estações.

Quanto ao esforço amostral, diferente do observado para módulos e pedrais, as curvas de acumulação de espécies observadas e estimadas mostram-se estabilizadas.

A menor diversidade foi observada na Leonardo da Vinci, que também apresentou a menor equitabilidade, sugerindo dominância de espécie. De fato, nessa caverna, *Carollia perspicillata* domina amplamente com 57% dos registros.

A quiropterofauna apresentou baixa similaridade entre as cavernas, variando de 35% a 54,5%. As cavernas que apresentaram faunas mais similares foram a Pedra da Cachoeira e a Cama de Vara, enquanto que a caverna Leonardo Da Vinci continua apresentando a fauna mais dissimilar.

Os insetívoros apresentaram maior riqueza de espécies (S = 13) e número de capturas (N = 2.241). Os frugívoros apresentaram também um alto índice de capturas, especialmente devido à ocorrência de *C. perspicillata* (99% das capturas dos frugívoros), notadamente na caverna Leonardo da Vinci. A riqueza das demais guildas nas cavernas foi baixa. Quatro espécies de nectarívoros, três espécies de carnívoros e duas de hematófagos completaram a amos-

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14560
RUB

tragem. Os nectarívoros foram também muito abundantes com 923 capturas. Os carnívoros, por estarem no topo da cadeia alimentar, apresentaram a menor densidade com apenas 16 capturas.

As marcações realizadas nas cavernas, até a quinta campanha, contabilizam 4.225 indivíduos. O maior número de marcações ocorreu na caverna Leonardo da Vinci (N = 1.463). Foram feitas, até a quinta campanha, 16 recapturas na Cama de Vara, oito no complexo Kararaô, 101 na Leonardo da Vinci e 40 na Pedra da Cachoeira. Nesta última campanha, assim como ocorrido nas campanhas anteriores, a maioria dos animais foi recapturada na caverna Leonardo da Vinci (N = 25: 55,6%).

Atendimento da condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 251/2013 e Retificações:

A coleta de material biológico para os projetos de monitoramento de invertebrados terrestres, mastofauna, herpetofauna, avifauna e quiropterofauna está respaldada pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 251/2013 e retificações. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.3 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:

a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.

Atendida para invertebrados.

Não foram encontradas espécies ameaçadas, endêmicas e raras. Até o momento, foram detectadas quatro espécies exóticas invasoras de Drosophilidae esperadas em áreas rurais antropizadas na Amazônia, sendo elas: *D. simulans, D. malerkoltliana, Zaprionus indianus e Scaptodrosophila latifasceaeformis*. A espécie *Zaprionus indianus,* recentemente introduzida no Brasil tem causado impacto na fruticultura. Suas larvas, diferentemente da maioria dos Drosophilidae, podem se desenvolver em frutos ainda nas árvores. As quatro espécies exóticas de Drosophilidae encontradas são indicadoras de degradação ambiental em áreas originalmente ocupadas por florestas.

Euglossa sp.1 é uma espécie que está em processo de descrição e deverá ser nomeada como *Euglossa irisa.* Esta espécie é abundante na área de abrangência do empreendimento. Com 461 indivíduos, ela é a sétima em abundância, dentre as 37 espécies de *Euglossa* detectadas neste projeto. Ela também está amplamente distribuída, tendo sido encontrada nas quatro campanhas, assim como em todos os módulos. *Euglossa* sp.4 foi indicada como uma possível nova espécie, contudo novos indivíduos deverão ser capturados para melhor averiguação dos caracteres que vão determinar o possível novo registro. Foi coletado apenas um indivíduo desta espécie no módulo 5, na quarta campanha. Pode se tratar de uma espécie rara e de distribuição restrita. Nas coletas da 4° campanha foi registrado um indivíduo de *Euglossa fimbriata*, o que representa uma nova ocorrência para o estado do Pará. Foram encontrados apenas dois indivíduos desta espécie, um no módulo 5 e outro no módulo 7.

As espécies de abelhas Euglossini são responsáveis pela polinização de cerca de 10% de espécies de orquídeas. Além disso, *Eulaema meriana, E. mocsaryi, E. cingulata e Eufriesea flaviventris* estão envolvidas, juntamente com abelhas de outros grupos, na

polinização da castanha-do-Brasil. *Eulaema meriana* é a espécie dominante nas armadilhas de abelhas em todos os módulos. *Eulaema cingulata* está presente em todos os módulos, mas em baixa abundância. *Eulaema mocsaryi* ainda não foi detectada nos módulos 1, enquanto *Eufriesea flaviventris* só foi detectada nos módulos 2, 3, 5, 6, 7 e 8.

Quanto às espécies bioindicadoras, *Euglossa analis* (N=2), detectada apenas no módulo M5 é indicadora de áreas florestadas. Devido a sua baixa abundância, esta ainda não pode ser utilizada para indicar variações qualitativas no ambiente. *Eulaema nigrita* (N=345) e *Euglossa cordata* (N=72) são indicadoras de áreas degradadas ou de vegetação aberta.

Atendida para herpetofauna.

Nenhuma espécie de anfíbio encontra-se listada na lista brasileira oficial de espécies ameaçadas de extinção do IBAMA. De acordo com a IUCN (2013), as espécies registradas estão classificadas nas categorias "Baixa Preocupação" e "Dados Deficientes". As espécies das famílias Aromobatidae e Dendrobatidae são listadas no Apêndice II do CITES que considera as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas podem se tornar, caso a pressão imposta pelo comércio não seja controlada.

Quanto à raridade e endemismo, destacam-se, na C5, os registros de espécies da família Centrolenidae. As espécies alocadas nessa família são consideradas especialistas no uso do ambiente e importantes objetos de monitoramento ambiental.

Em relação às espécies de interesse comercial e/ou médico veterinário, houve registro de anfíbios das famílias Aromobatidae e Dendrobatidae que compartilham o aposematismo conspícuo e diferentes graus de toxicidade utilizados na defesa contra predação. É em função do aposematismo que são ameaçadas pelo tráfico de animais e enquadradas na lista do CITES (2013). Outro fator relevante é o alto potencial farmacológico dessas espécies em função das toxinas produzidas por glândulas cutâneas. A espécie arborícola *Phyllomedusa bicolor* também é alvo de captura e sua secreção tem sido utilizada para fins medicinais e rituais indígenas e não-indígenas.

Dentre as espécies indicadoras de qualidade ambiental, considerando os registros obtidos ao final de cinco campanhas, dentre as espécies estenóicas, portanto, indicadoras de qualidade ambiental, destacam-se *Adenomera* spp. (N=4.024), *Allobates* spp. (N=1.836), *Adelphobates castaneoticus* (N=22), *Engystomops freibergi* (N=145), *Hyalinobatrachiun* spp. (N=127) e *Osteocephalus* spp. (N=179).

Nenhuma espécie de réptil registrada até o momento encontra-se na lista brasileira oficial de espécies ameaçadas de extinção do IBAMA ou na lista de espécies ameaçadas do Estado do Pará. A espécie *Boa constrictor* está listada no Apêndice I do CITES, que considera a ameaça em função do comércio internacional. As espécies *Epicrates cenchria, Chelonoidis denticulata, Caiman crocodilus* e *Paleosuchus trigonatus* estão listadas no Apêndice II do CITES, que considera as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas que podem se tornar, caso a pressão imposta pelo comércio não seja controlada. Por último, de acordo com a IUCN (2013), *Chelonoidis denticulata* é uma espécie vulnerável em função da pressão cinegética.

Espécies de hábitos criptozóicos (*Leposoma* spp.) e fossórios (*Atractus* spp., *Amphisbaena* sp.) podem revelar a presença de grupo de espécies crípticas.

As principais espécies de interesse econômico da área são as duas espécies de jacarés e o quelônio do gênero *Chelonoidis* que são utilizados pelos habitantes locais para alimentação. Entre as espécies de serpentes peçonhentas, destacam-se as ocorrências de espécimes das famílias Elapidae e Viperidae.

Considerando os registros obtidos ao final de cinco campanhas, espécies como *Alopoglossus angulatus,* N=70*; Anolis fuscoauratus,* N=70*; Anolis trachyderma,* N=178*; Chatogekko amazonicus;* N=1.625; podem ser consideradas estenóicas e indicadoras de

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14561
MP
RUB

qualidade ambiental, sendo dependentes dos ambientes florestais. Essas espécies foram mais abundantes nos módulos M4 (24,9%), M8 (16,2%) e no M3 (15,3%).

Atendido para avifauna.

Das 536 espécies de aves registradas nas áreas de influência da UHE Belo Monte, três estão na lista de ameaçados da União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN) e cinco na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção do Ministério do Meio Ambiente, sendo *Anodorhynchus hyacinthinus* e *Guaruba guarouba* comuns às duas listas, *Psophia viridis* somente na lista da IUCN e *Pyrrhura lepida* e *Dendrexetastes rufigula* somente na lista do MMA;

Um total de 16 espécies de aves estão na lista da IUCN (2013) como quase ameaçados (ex. *Harpia harpyja*; *Morphnus gujanensis; Odontophorus gujanensis; Spizaetus ornatus; Tinamus major*) e 14 encontram-se como vulneráveis (Ex.: *Capito dayi, Hylexetastes brigidai, Pyrrhura lepida, Patagioenas subvinacea e Tinamus tao*).

Para todos os módulos, mais de 94% das espécies estão inclusas na categoria de pouco preocupante, conforme a IUCN (2013). Dentre as espécies ameaçadas de extinção registradas nos módulos, destacam-se: a arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*), foi registrada nos módulos M1 (10 indivíduos), M4 (31indivíduos), M6 (cinco indivíduos), M7 (12 indivíduos) e M8 (um indivíduo); a ararajuba (*Guaruba guarouba*) foi registrada no M4 (36 indivíduos) e M8 (37 indivíduos); o jacamim-de-costas-verdes (*Psophia viridis*) foi registrado no M3 (um indivíduo), no M4 (um indivíduo) e no M8 (um indivíduo). Já *Pyrrhura lepida* foi registrada no M4 (três indivíduos) e no M6 (33 indivíduos) e *Pteroglossus bitorquatus* no M2 (dois indivíduos), no M3 (cinco indivíduos), M5 (dois indivíduos), M6 (três indivíduos) e M8 (nove indivíduos).

Cinco espécies registradas (*Anodorhynchus hyacinthinus, Jabiru mycteria, Harpia harpyja* e *Ara macao, Guaruba guarouba*) estão citadas no Anexo I CITES. Segundo qual, as espécies só podem ser comercializadas em casos excepcionais e desde que se garanta que isso não afetará a sobrevivência da espécie.

Um total de 70 espécies está citado no Anexo II da CITES, que inclui as espécies que mesmo não estando em perigo de extinção precisam ter seu comércio regularizado, para que tal fato não ocorra. Entre as espécies que são listadas pelo Anexo II da CITES e que foram registradas na área de influência da UHE Belo Monte podem ser citados *Falco rufigularis, Anodorhynchus hyacinthinus, Ara chloropterus, Aratinga pertinax e Pyrrhura lepida.*

Foram registradas 204 espécies de aves consideradas endêmicas do bioma Amazônia. Destaca-se aqui a presença de espécies endêmicas com distribuição restrita (*Penelope pileata* e *Neomorphus squamiger*). Dentre os módulos, o M6 foi o que apresentou maior porcentagem de endemismos com 157 espécies, seguido pelo M4 com 151 e M5 com 142 espécies de aves endêmicas.

Destaca-se aqui a presença de espécies endêmicas com distribuição restrita (*Ortalis momot, Neomorphus squamiger, Rhegmathorhina gymnops*). Destaca-se também *Avocetulla recurvirostris*, pequeno beija-flor que conta com pouquíssimos registros na Amazônia e tem hábitos desconhecidos (2 indivíduos no M2), beija-flor *Discosura langsdorfii melanosternum* (1 indivíduo avistado no M4), *Hemitriccus minimus* (15 indivíduos registrados em M5, M6, M2) e *Phaethornis aethopyga* (4 indivíduos no M1 e 13 indivíduos no M2), recentemente elevado à categoria de espécie válida e que tem, no Rio Xingu, o seu limite oeste. Cabe ressaltar que esta espécie, segundo Piacentini *et.al.* (2009), é endêmica do Brasil e conhecida por pouco mais de 20 exemplares em coleções de museus de todo o mundo, ocorrendo desde a margem direita dos rios Teles Pires e Tapajós até a margem esquerda do baixo Xingú. Além destas, destaca-se ainda a presença dos arapaçus *Dendrexetastes rufigula*, *Hylexetastes brigidai* e *Xiphocolaptes carajaensis*, essas últimas são aves que ocupam apenas florestas em muito bom estado de conservação.

Quanto às espécies cinegéticas e de interesse econômico, nos módulos amostrados foram registrados um total de oito (08) representantes da família Tinamidae, entre eles a azulona (*Tinamus tao*) registrada nos módulos 1, 4, 5, 7 e 8, o inhambu-de-cabeça-vermelha (*Tinamus major*) registrada nos módulos 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8, e o inhambu-galinha (*Tinamus guttatus*) registrada nos módulos 6 e 7. Estas espécies são os maiores representantes desta família na Amazônia brasileira, e estão entre as espécies mais visadas por caçadores.

A família Cracidae também está entre os grupos de aves sensíveis às pressões antrópicas. Nos módulos amostrados foram registradas cinco (05) espécies desta família: o mutum-cavalo (*Pauxi tuberosa*) registrado nos módulos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, a jacupiranga (*Penelope pileata*) registrada nos módulos 1, 2, 4, 5, 6 e 7, a jacupemba (*Penelope superciliaris*) registrada nos módulos 1, 2, 4, 6 e 7, o jacu-de-spix (*Penelope jacquacu*) registrado nos módulos 2 e 5 e o aracuã-pequeno (*Ortalis motmot*) registrado nos módulos 1, 3, 4, 6, 7 e 8.

Entre as espécies indicadoras de boa qualidade de habitat registradas, pode-se citar: o gavião-miudinho (*Accipiter superciliosus*), pica-pau-de-barriga-vermelha, (*Campephilus rubricollis*) arapaçu-barrado (*Dendrocolaptes certhia*), o arapaçu-meio-barrado (*Dendrocolaptes picumnus*), chororó-pocuá (*Cercomacra cinerascens*), chupa-dente-de-cinta (*Conopophaga aurita*), anambé-azul (*Cotinga cayana*), cabaça-branca (*Dixiphia pipra*), cabeça-de-ouro (*Pipra erythrocephala*), patinho-de-coroa-branca (*Platyrinchus platyrinchus*), pinto-do-mato-de-cara-preta (*Formicarius analis*), azulona (*Tinamus* tao) e inhambu-relógio (*Crypturellus strigulosus*).

Atendido para a mastofauna. Dentre as 41 espécies nativas registradas, 12 estão presentes em duas ou mais listas de espécies ameaçadas de extinção, de acordo com a União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Resolução 054/2007 que homologa a lista de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção do estado do Pará.

Quanto às espécies endêmicas, nenhuma espécie pôde ser considerada endêmica do ecossistema local. Porém, as espécies endêmicas do bioma Amazônico registradas foram o macaco-aranha, os cuxiús, o mico-de-cheiro (*S. ustus*), o sagui-branco e o zogue-zogue.

Cinco espécies exóticas de mamíferos foram registradas nas áreas de monitoramento: boi, búfalo, cavalo, cachorro-doméstico e o porco-doméstico.

Indícios de atividades de caça foram encontrados em todos os oito módulos amostrados, dentre esses, presença de caçador munido de espingarda próximo à área (n=7), pegada e latidos de cachorro doméstico (n=8), trilhas dentro da mata para facilitar o acesso à caça (n=3), cartucho (n=5) e girau de espera (n=5).

Quanto às espécies indicadoras de qualidade ambiental, sete espécies foram definidas como bioindicadoras, alvos do monitoramento, a saber: *Alouatta belzebul* (foram obtidos 349 registros do bugio, que ocorreu em todos os oito módulos de amostragem), *Saguinus niger* (93 visualizações com tamanhos do grupo variando entre um e oito indivíduos nos módulos 3, 4 e 8) , *Saimiri ustus* (228 visualizações com grupos variando entre um e 30 indivíduos nos módulos 1, 2, 5, 6 e 7) , *Chiropotes albinasus* (O cuxiú só foi registrado no módulo 5), *Chiropotes utahickae* (Registrado nos módulo 3, 4 e 8. Foram obtidos 59 registros, com o tamanho dos grupos variando entre um e 15 indivíduos), *Ateles marginatus* (O macaco-aranha só foi registrado nos módulos 1, 2 e 7) e *Tayassu pecari* (129 visualizações com tamanhos do grupo variando entre um a 50 indivíduos em todos os 8 módulos).

Atendido para quiropterofauna. *Natalus macrourus* é um espécie estritamente cavernícola e hábito alimentar insetívoro. *Esta espécie está classificada como Vulnerável na lista do Pará (SEMA, 2008).* De fato, embora de ampla distribuição geográfica, no Pará esta espécie foi registrada apenas nas cavernas de Belo Monte, ocorrendo em três delas: Kararaô, Pedra da Cachoeira e Cama de Vara. Ao todo 34 indivíduos foram capturados, sete na Kararaô, 12 na

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14562
RUB.

Pedra da Cachoeira e 15 na Cama de Vara.

No âmbito do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, em 2012 foi consolidado o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Endêmicas e Ameaçadas de Extinção da Região do Baixo e Médio Xingu – PAN Xingu, em que *Natalus macrourus* (=*Natalus espiritosantensis*) é uma das espécies alvo.

Os morcegos da subfamília Phyllostominae são considerados bons indicadores de qualidade ambiental. Entre as espécies dessa família, que podem ser boas indicadoras de qualidade ambiental, encontradas nas áreas inventariadas, podem ser citadas as seguintes: *Vampyrum spectrum (*Esta espécie é a maior que ocorre nas Américas com hábito predominantemente carnívoro. Abrigam-se em ocos de árvores, um recurso escasso e dependente da floresta em pé. Três indivíduos foram capturados nas cavernas Kararaô e Pedra da Cachoeira), *Chrotopterus auritus, Glyphonycteris* sp., *Lampronycteris brachyotis, Lonchorhina aurita, Lophostoma brasiliense, L. silvicolum, Macrophyllum macrophyllum, Micronycteris megalotis, M. hirsuta, M. minuta, Micronycteris sp., Mimon crenulatum, Trachops cirrhosus, Trinycteris nicefori, Tonatia bidens e T. saurophila.*

Algumas espécies como *Thyroptera* spp. são dependentes de plantas específicas para se abrigarem (*Musa* e *Heliconia*), estando desta forma associadas a áreas de vegetação com estas plantas. Apenas oito indivíduos foram anotados apenas na primeira campanha na área dos módulos.

Algumas espécies são dependentes de hábitats de boa qualidade e que são escassos na natureza, como as espécies caverna-dependente. Este é o caso de *N. macrourus* e *Lonchorhina aurita. Lonchorhina aurita* teve apenas uma captura no módulo 6 na 1ª campanha. No entanto, os levantamentos nas cavernas resultaram num grande número de captura da espécie, 2013 indivíduos, com a maior população verificada na Pedra da Cachoeira (130 animais).

Quanto às espécies de interesse econômico e de saúde pública, foram capturados 97 indivíduos de *D. rotundus* nestas quatro campanhas, sendo 64 nas cavernas (20 na Kararaô e 44 na Pedra da Cachoeira), três em pedrais (Pedra do Navio e Sossego) e 30 nos módulos. Em 2004 e 2005, três surtos de raiva humana transmitida por *Desmodus rotundus* foram notificados no Pará e no Maranhão e colocaram o morcego o principal transmissor da raiva humana no país.

b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropterofauna, o 6° relatório não apresentou essas informações, no entanto ela já haviam sido apresentadas detalhadamente pelo 2° relatório conforme consta no parecer n° 168/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

c) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropterofauna.

d) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, e o coletor/observador. Em caso de captura, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número

de indivíduos presente no grupo e para animais arborícolas anotar a altura no estrato vegetacional.

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropterofauna.

e) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropterofauna.

f) Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo. Os espécimes oriundos desta Autorização não poderão ser comercializados.

Atendido para invertebrados. Foi apresentada a declaração de depósito de material do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.

Atendido para herpetofauna. Foram apresentadas as declarações de depósito de material da Universidade Federal de Goiás e do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Atendido para avifauna. Foram apresentadas as declarações de depósito de material da Coleção Zoológica do Instituto de Biociências da Universidade Federal de Mato Grosso.

Não se aplica para mastofauna. Não houve envio de material para as instituições receptoras.

Atendido para quiropterofauna. Foi apresentada a declaração de depósito de material da Universidade Federal de Goiás – Campus de Jataí.

Comentários e Recomendações:

Sobre os projetos de monitoramento da flora e fauna terrestres nos módulos Rapeld, conforme discutido no seminário de discussão do 6° RC, realizado entre os dias 06 e 08/10/2014, a modelagem de ocorrência de espécies deve ser feita com base nas variáveis ambientais coletadas nas unidades amostrais e não baseando-se nos dados de abundância, riqueza e diversidade. Essa modelagem deve obedecer o que foi estipulado nos pareceres número 52/2011 e 143/2011. Para que se possa discutir melhor estas adequações, solicita-se que seja realizada uma reunião entre Ibama e os responsáveis pela execução dos projetos.

2.11.4 Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea

Este programa será analisado por parecer específico.

2.11.5 Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos

Este programa será analisado por parecer específico.

2.11.6 Programa de Compensação Ambiental

2.11.6.1 Projeto de Criação de Unidades de Conservação

O relatório não apresentou andamento no período devido ao não pronunciamento da Câmara de Compensação Ambiental Federal.

Entretanto, em 23 de outubro de 2014, a CCOMP encaminhou o Memorando 02001.016562/2014-02 no qual encaminha a deliberação sobre a destinação do recursos oriundo da Compensação pela implantação do empreendimento no valor de R$ 126.325.739,01, distribuídas em diversas Unidades de Conservação e a criação do Refúgio da Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal, Criação e implementação da UC Terra do Meio e criação e implementação da UC de proteção integral da Volta Grande do Xingu. As ações seguintes deverão ser apresentadas nos próximos relatórios.

CORRIDIDILICIPAMA
FLS. 14563
MP
RUB

2.11.6.2 Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente

O relatório não apresentou atividade para este período, visto que a Norte Energia não recebeu nenhum pronunciamento do CCAF sobre a implantação do Programa de Compensação Ambiental. Entretanto, em 23 de outubro de 2014, a CCOMP encaminhou o Memorando 02001.016562/2014-02 no qual encaminha a deliberação sobre a destinação do recursos oriundo da Compensação pela implantação do empreendimento no valor de R$ 126.325.739,01, distribuídas pelas seguintes Unidades de Conservação:

(i) Pará: Criação do Refúgio da Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal; Criação e implementação da UC Terra do Meio; Criação e implementação da UC de proteção integral da Volta Grande do Xingu; Elaboração e implementação do plano de manejo do Parna Charapucu; Elaboração do plano de manejo da PE Monte Alegre; Reserva Biológica Maicuru; Estação Ecológica Grão Pará, sendo estas duas últimas a critério do gestor.

(ii) (ii) Nacionais: Regularização fundiária e infraestrutura de financiamento de projetos para o Parna Juruena; Implantação e aquisição de equipamentos e regularização fundiária na Estação Ecológica Terra do Meio; Parna Amazônia e Parna Serra do Pardo, ambas a critério do gestor.

2.12 Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos

2.12.1 Programa de Monitoramento da Flora

2.12.1.1 Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais

As atividades deste projeto continuam em andamento.

Foi realizada 3° campanha de coleta de dados fenológicos e medição do nível do lençol freático, entretanto não foi possível realizar a coleta de dados de níveis freáticos de algumas parcelas e a coleta de dados fenológicos não pode ser realizada devido a situação de alagamento das ilhas.

Como o projeto ainda encontra-se na fase de coleta de dados, as correlações sobre o nível dos lençol freático e as fenologias das espécies ainda apresentam resultados possíveis de se avaliar o real impacto, seja ele positivo ou negativo, na vegetação.
Como anexo, foi apresentado as referências bibliográficas.

2.12.1.2 Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras

O relatório do Projeto de Monitoramento de Formações Pioneiras apresentou na avaliação do andamento do programa com os antecedentes com a caracterização dos componentes avaliados e coordenadas das 12 parcelas.

Foram apresentados a fundamentação metodológica, consolidação dos dados para todas as parcelas e por componentes (arbustivo-arbóreo e podostemaceaes). Para o Grupo 1 (componente arbustivo arbóreo) resultados de 6 parcelas amostrais com duas campanhas de medição (anuais) e para o Grupo 2 (componente Podostemaceae) foram alocadas também 6 pontos amostrais com 8 campanhas efetuadas (trimestrais).

Componente Arbóreo-arbustivo

Foram apresentados os resultados fenológicos das espécies selecionadas presentes em diferentes pontos estruturais desta fisionomia: *Couepia cataractae* (Chrysobalanaceae), *Myrciaria dubia* (Myrtaceae), *Strophocactus wiitii* (Cactaceae), *Laelia gloriosa* (Orchidaceae) e *Tillandsia arhiza* (Bromeliaceae).

Não foram apresentados resultados da 3° campanhas pois as espécies estavam submersas e acredita-se que elas estavam em pleno desenvolvimento vegetativo. As informações sobre o acompanhamento das fenofases foram apresentadas na 2° medição apresentou que 60% das espécies encontravam-se em frutificação e floração. Os dados

meteorológicos de precipitação, temperatura e umidade relativa do ar serão correlacionados com as fenofases deveriam ser apresentados neste relatório e não foram mencionados.

Foram apontadas no 6RC que não existiam espécies ameaçadas constantes em nenhuma lista oficial, entretanto, três espécies monitoradas fenologicamente são consideradas ameaçadas e inclusive são objeto de resgate de germoplasma. Sao elas: *Strophocactus wiitii* (Cactaceae), *Laelia gloriosa* (Orchidaceae) e *Tillandsia arhiza* (Bromeliaceae).

Componente Podostemaceaes

Para este componente foram apresentados resultados sinteticamente os resultados do monitoramento fenológicas, onde foram registrados 13 espécies, sendo seis encontradas dentro das parcelas e realizado o acompanhamento das 4 espécies mais abundantes: *Castelnavia princeps, Weddellina squamulosa, Tristicha trifaria e Mourera alcicornis*. Com os resultados apresentados foi possível correlacionar as fenofases com a vazão média mensal do rio Xingu e detectar padrões de periodicidade (regularidade do ciclo fenológico) e frequência (n° de ciclos por unidade de tempo).

Foram reapresentados os dados referentes as 8 campanhas realizadas para este componente incluída as campanhas realizada durante o período do relatório. Destacadas a seguir:

- *9° Campanha:* Foram indicadas a riqueza de seis espécies, *W. squamulosa, C. principes, M. alcicornis, C. noveloi, C. multipartita, e T. Trifaria.* novamente influenciados pelos padrões de nível e vazões do rio Xingu e suas fenofases ocorrendo de acordo com as variações verticais dos pedrais.
- *10° Campanha:* Não foi possível identificar as fenofases das espécies devido a fase de cheia do rio. Provavelmente as mesmas devem-se encontrar na fenofase vegetativa devido a alta vazão do rio, que chegou a aproximadamente 24.000 m^3.

Os produtos apresentados neste projeto estão incluídos nos anexos com a lista de espécies da flora presentes na formação pioneira, Declaração de Especialista em Identificação Botânica da Família Podostemaceae, registro fotográfico e referências bibliográficas.

2.12.2 Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos

Este programa será analisado por parecer específico.

2.12.3 Programa de Conservação da Ictiofauna

2.12.3.1 Projeto de Investigação Taxonômica

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.12.3.2 Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.12.3.3 Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.12.3.4 Projeto de Monitoramento da Ictiofauna

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.12.3.5 Projeto de incentivo à pesca sustentável

Este projeto será analisado por parecer específico.

2.12.3.6 Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes

Este projeto será analisado por parecer específico.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14564
MP
RUB.

2.12.4 Programa de Conservação da Fauna Aquática

2.12.4.1 Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos

No primeiro semestre de 2014 foram realizadas a 9ª e a 10ª campanhas de campo por meio dos transectos aquáticos, e também foi realizada a segunda campanha de monitoramento das parcelas aquáticas e ripárias nos módulos RAPELD.

A partir da sétima campanha (07/2013) as áreas amostrais deste projeto foram readequadas de acordo com a divisão setorial do EIA:

- Área 1 – Trecho a Montante do Reservatório do Xingu;
- Área 2 – Trecho do Reservatório do Xingu;
- Área 3 – Trecho de Vazão Reduzida;
- Área 4 – Trecho a Jusante da Casa de Força Principal;
- Área 5 – Trecho de Reservatório Intermediário;
- Área 6 – Rio Bacajá.

Até a sétima campanha de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de avaliar o conhecimento dos moradores da região sobre as ariranhas e lontras, e a existência de conflitos envolvendo estas duas espécies. A partir da oitava campanha, as entrevistas foram substituídas por conversas informais, com o objetivo de obter informações sobre locais de ocorrência recente das duas espécies, e assim direcionar a amostragem.

Em interface com o Programa de Educação Ambiental, no primeiro semestre de 2014 as informações deste projeto foram repassadas para ribeirinhos, pescadores e alunos das Comunidades Santa Juliana, Quatro Bocas (Volta Grande), Belo Monte e Senador José Porfírio, totalizando 114 pessoas envolvidas.

MUSTELÍDEOS

Seguindo o método de busca ativa e visual, ao longo das dez campanhas de campo foram percorridos 1.459 transectos, totalizando 10.432 km percorridos. Dentre estes, 1.373,09 km foram percorridos em corpos de água adjacentes ao Rio Xingu (igarapés, rio e lagos) e 9.058,92 km no Rio Xingu.

Durante as amostragens sistemáticas nos transectos foram registrados 1.673 vestígios e 125 visualizações de mustelídeos semiaquáticos. Além disso, 75 vestígios foram registrados durante os deslocamentos da equipe, considerados registros fora de esforço, e 78 visualizações foram registradas fora de esforço ou relatadas por outras equipes de monitoramento da fauna aquática. Não foi observada correlação entre a distância percorrida e o número de avistamentos ou vestígios de mustelídeos semiaquáticos, mas, o número de transectos percorridos apresentou correlação com o número de avistamentos de lontra.

Lontra longicaudis (Lontra)

Foram registrados 1.095 vestígios e 49 visualizações de lontras durante as amostragens nos transectos, além de 47 vestígios registrados durante os deslocamentos e 24 visualizações registradas por outras equipes do monitoramento da fauna aquática, considerados como registros fora de esforço. As áreas de maior intensidade de registros de lontras e que podem representar áreas de interesse para a conservação são a área 1 (foz do rio Iriri e os próximos 10Km a jusante) e 3 (região localizada entre as cachoeiras do Jericoá e Paquiçamba).

Dentre todas as formas de registros da presença de lontras, apenas 5,9% foram visualizações (N = 73) e 55,8% (N = 687) foram fezes. Por serem animais de difícil visualização em ambiente natural, os melhores indicadores da presença de *Lontra longicaudis* em uma determinada área são vestígios, principalmente as fezes.

A densidade de registros (vestígios e visualizações) de lontra variou significativamente entre as áreas amostradas, sendo o trecho a jusante do empreendimento (Área 4) o que apresentou menor densidade de registros. Esta área se diferencia das demais por possuir menor área de corredeiras e pedrais, ambientes importantes para a ocorrência de lontras.

Foi observada diferença significativa na densidade de registros de lontra entre os períodos hidrológicos amostrados, sendo as menores densidades observadas nos períodos de águas altas, cheia e enchente. Durante os períodos de água baixa a maioria das margens, praias e pedrais estão expostos, aumentando a disponibilidade de ambientes para utilização pelas lontras, o que favorece o acúmulo de vestígios.

Apesar de ser observada uma diferença na densidade de registros entre os períodos hidrológicos, não foi observada diferença significativa entre os dois anos completos de amostragem, o que é um indicativo de que as alterações antrópicas realizadas no ambiente ainda não estão afetando a população de lontras.

Quanto ao uso de hábitats, 58,9% dos vestígios estavam relacionados a pedrais ou ambientes rochosos e 17,7% a barrancos. Considerando apenas as fezes, 80,93% de todas as fezes registradas foram encontradas em ambientes de pedrais. A maioria das tocas de lontra foi registrada em barrancos, com substrato de terra ou areia, mas também foram registradas tocas em cavidades naturais de ambientes rochosos (N=17).

Quanto à dieta, Foram identificados seis grupos taxonômicos nas fezes de lontras: peixe, crustáceo, molusco, mamífero, réptil e ave. Peixes e crustáceos foram os itens mais frequentes na dieta da espécie, em todos os períodos hidrológicos, sendo os outros itens consumidos de forma ocasional e complementar.

Pteronura brasiliensis (Ariranha)

Foram registrados 578 vestígios e 76 visualizações de ariranhas durante as amostragens nos transectos, além de 28 vestígios registrados durante os deslocamentos e 54 visualizações registradas por outras equipes do monitoramento da fauna aquática, considerados registros fora de esforço. A área de maior intensidade de registros de ariranhas e que pode representar área de interesse para a conservação é a área 4 (áreas na margem direita do rio Xingu na região da Volta do Tubarão, e região do Tabuleiro do Embaubal).

Dentre todas as formas de registros da presença de ariranhas, as tocas foram as mais frequentes (37,8%), seguidas pelas latrinas (27,2%). As visualizações representaram 17,7% dos registros. A maioria dos vestígios de ariranha encontrados na área de estudo foi registrada como "não uso", sendo as tocas e latrinas "não uso" os registros mais frequentes da espécie.

Ao longo das dez campanhas de campo foi possível identificar 103 indivíduos em 42 grupos que variaram entre um e 10 indivíduos. Dos 42 grupos identificados, sete foram visualizados em mais de uma campanha de campo, sendo os grupos 1, 3, 6 e 23 visualizados em três ou mais ocasiões, o que já permite algumas inferências sobre a área utilizada por esses animais. Foi possível identificar cinco indivíduos solitários, que podem ser transientes, recém dispersos de seus grupos. Foram visualizados grupos com filhotes em seis ocasiões, quatro no período de seca (campanhas 3 e 7) e duas no período de início de enchente (campanha 4). Além disso, a presença de filhotes foi detectada por meio de pegadas em três ocasiões, no período de vazante (campanha 2).

Não foi observada diferença significativa na densidade de registros (vestígios e visualizações) de ariranhas entre as áreas amostradas, no entanto, foi observada diferença significativa na densidade de registros entre as campanhas. Essa diferença foi causada pelas baixas densidades de registros obtidas nos períodos de cheia, quando as ariranhas podem expandir suas áreas de vida em até 13 vezes diminuindo a probabilidade de encontro com os animais e também com seus vestígios.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14565
MP
RUB

Apesar de ser observada diferença significativa na densidade de registros entre os períodos hidrológicos, o mesmo não ocorreu entre os dois anos completos de amostragem. No entanto, observa-se uma tendência a menor densidade no segundo ano, 2013, que merece atenção pelo fato de as ariranhas serem sensíveis às mudanças ambientais, vulneráveis às ações antrópicas e susceptíveis aos conflitos com pescadores, sendo uma espécie classificada como ameaçada de extinção (IUCN) e Vulnerável (MMA).

Em relação ao uso de hábitats, apesar da maioria das tocas e latrinas de ariranhas terem sido registradas em barrancos, foram registradas 22 latrinas e três tocas em áreas de pedrais, além de uma toca em margem rochosa, todas tendo como substrato a rocha. Estes registros são importantes, visto que na literatura científica existe apenas um registro dessa natureza, realizado no Pantanal, de um grupo de ariranhas utilizando como toca uma cavidade natural em montanha rochosa.

Quanto à dieta, foram analisados os restos fecais de ariranhas em 193 latrinas, 37 tocas e 10 paragens. Dentre estas 240 amostras, apenas duas continham, além de peixes, restos de crustáceos.

Foram realizadas duas campanhas de campo para o monitoramento de mustelídeos semiaquáticos nos módulos RAPELD, ambas em período de cheia, conforme previsto no PBA. Em 2013, foram realizadas 105 vistorias em parcelas ripárias e não foi obtido nenhum registro de mustelídeo semiaquático. Na segunda campanha foram percorridos 65,3 km, nos oito módulos de amostragem, e foram registrados quatro vestígios de lontras (duas fezes em troncos e duas tocas). Nenhum dos vestígios estava recente. Não foi registrado nenhum indício da presença de ariranhas nos módulos. Apesar do baixo número de vestígios encontrados, estes resultados indicam que as lontras são capazes de habitar pequenos igarapés de terra firme. As ariranhas são animais de maior porte, que vivem em grupos e têm uma dieta essencialmente piscívora, cada indivíduo adulto comendo aproximadamente 3 kg de peixes por dia, um requerimento alimentar alto, que talvez não seja suprido pela produtividade dos pequenos igarapés que estão nos módulos.

CETÁCEOS

Até o momento, foi realizado um esforço de coleta de 2.484,3 km percorridos durante 18.045 minutos, sendo que destes, 1.944,64 km e 12.774 minutos foram despendidos durante os transectos de banda, 539,66 km e 3.711 minutos nos transectos lineares e 1.560 minutos em pontos-fixos. No total foram realizados 635 avistamentos, nos quais foram contabilizados 1.190 botos e 108 tucuxis.

Inia geoffrensis (Boto-vermelho)

Considerando as áreas de maior intensidade de registros de botos na área de influência da UHE Belo Monte, e é possível a indicação de duas áreas para conservação: (1) Furo do Tamanduá na região do Tabuleiro do Embaubal; (2) proximidades da cachoeira de Itamaracá, barreira geográfica para esta espécie.

A densidade de indivíduos de botos visualizados por período até o momento foi maior no período de cheia (0,80 ind./km2) e a menor no período de seca (0,42 ind./km2), sendo a média observada de 0,57 ind./km2. Quando as fases dos dois ciclos hidrológicos foram comparadas verificou-se diferença significativa entre a densidade de animais avistados, sendo a maior densidade registrada nos períodos de cheia e enchente.

A estrutura de grupo dos botos variou entre um a 12 indivíduos. Foram avistados 600 grupos no total, sendo os indivíduos solitários (51,50%) e duplas (26,17%) os mais frequentes. A média de animais por grupo foi de 1,98.

Adultos representaram a maioria dos avistamentos (59,7%), seguidos por fêmeas com filhotes, que representam 22,2% dos animais, enquanto que imaturos (10,8%) e indeterminados (7,3%) tiveram pouca representação. Não foi verificada diferença na

frequência de ocorrência de diferentes faixas etárias dos botos nas diferentes fases do ciclo hidrológico.

Analisando-se o número de avistamentos por tipo de margem, observa-se que os ambientes mais explorados pelos botos foram locais com capim flutuante (37,6%) e barranco com vegetação (21,8%) Pode-se verificar que as áreas com maior intensidade de uso são as ilhas na região do Tabuleiro do Embaubal, onde ocorre grande concentração de vegetação flutuante. Os resultados também indicam que os botos utilizam preferencialmente áreas mais próximas às margens, pois, a maioria (77,5%) foi avistada em um intervalo de distância 0 – 100 m da margem. Também se verificou que os botos têm preferências por águas rasas com profundidade máxima de 10 m.

Sotalia fluviatilis (Tucuxi)

A densidade de indivíduos de tucuxis visualizados por período até o momento foi maior na cheia (0,10 ind./km2) e menor na seca (0,01 ind./km2), sendo a média observada de 0,05 ind./km2. Dado o baixo número de registros não é possível até o momento indicarmos a conservação de áreas prioritárias para a ocorrência desta espécie.

A densidade de tucuxis registrada na área de estudo foi de 0,03 ind./km2, muito baixa quando comparada a outros estudos.

Dado ao baixo número de registros (108), não foi possível realizar a comparação entre as fases dos dois ciclos hidrológicos amostrados, entretanto, foi registrada maior densidade no período de cheia e menor densidade no período de seca.

A estrutura de grupo dos tucuxis variou entre um a nove indivíduos. Foram avistados 34 grupos no total, sendo os indivíduos em duplas (29,41%), trios (26,47%) e grupos com cinco indivíduos (17,64%) visualizados com maior frequência. A média de animais por grupo foi de 3,18 ind./grupo.

Adultos representaram a maioria dos avistamentos (79,62%), seguidos por fêmeas com filhotes, que representam 10,18% dos animais. Apenas não foi identificada a presença de fêmeas com filhotes durante o período de vazante, estando presente nos outros períodos.

Analisando-se o número de avistamentos por tipo de margem, observa-se que os ambientes mais explorados pelos tucuxis foram os canais (22,2%) e as margens em que havia presença de vegetação flutuante (18,5%).

SIRÊNIOS

Trichechus inunguis (Peixe-boi-da-Amazônia)

Até o momento foram encontrados 646 vestígios da espécie. Destes 616 vestígios foram encontrados em um total de 460,45 Km de esforço e 30 vestígios foram encontrados fora de esforço.

Somente dois tipos de vestígios foram encontrados: "fezes", as quais são encontradas flutuando em meio a vegetação ripária e; "área de forrageamento", locais também conhecidos como "comidias", onde sinais de mordidas características de peixe-boi são encontradas na vegetação da qual ele se alimenta. "Área de forrageamento" foi o vestígio mais abundante (98,76%) enquanto que as fezes foram vistas em apenas em 1,23% dos encontros. Embora nenhum indivíduo tenha sido avistado vivo, uma carcaça foi encontra durante a terceira campanha.

As informações sobre caça têm sido levantadas junto aos agentes ambientais da SEMAT, que realizam o patrulhamento na região do Tabuleiro do Embaubal.

Embora o número de registros seja baixo, é possível verificar que a maioria dos registros foi feito na região do Tabuleiro do Embaubal, área prioritária para a conservação desta espécie. Foi encontrada diferença estatística no número de vestígios entre cada fase do ciclo hidrológico, sendo a maioria encontrada no período de cheia e enchente.

COHIDRO/IBAMA FLS. 14566 MP RUB

Os vestígios foram classificados como "recente" e "antigo". Os vestígios recentes foram a maioria (62,53%) encontrados em todas as fases do ciclo hidrológico (cheia 14,24%, vazante 8,82%, seca 3,8% e enchente 10,52%).

Os vestígios foram encontrados associados a quatro tipos de ambientes (furo, igarapé, ilha e terra-firme). No entanto, a maioria foi encontrada nos furos (78,32%) seguidos pelos igarapés (18,73%).

Tanto nos furos quanto nos igarapés os vestígios foram encontrados em todas as fases do ciclo hidrológico. No entanto, nos ambientes associados às ilhas e terra firme, os vestígios foram encontrados apenas nos períodos de vazante e cheia, respectivamente. A maior frequência de registros de peixes-boi nos furos e igarapés deve estar associada à presença das macrofitas aquáticas que ocorrem em grande quantidade nestes ambientes. A maioria dos vestígios foi encontrada em locais com profundidade média de 2 a 5 m.

Quanto à dieta, peremembeca foi a macrófita aquática preferencialmente consumida nas áreas de forrageamento de peixe-boi (94,14%), sendo o Murure (*Eichornia* spp.) a segunda macrófita mais consumida (3,24%).

2.12.4.2 Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática

No primeiro semestre de 2014 foram realizadas duas campanhas do projeto abrangendo duas fases do ciclo hidrológico do rio Xingu. Os resultados e análises deste 6º Relatório Consolidado se referem aos dados obtidos durante as dez primeiras campanhas amostrais do projeto da UHE Belo Monte.

Durante as 10 campanhas foram realizados 66.162 registros de aves – 36.432 registrados através de avistamentos e 29.730 através de vocalizações.

Do total de registros, 34.569 (52,65%) são de indivíduos pertencentes às espécies de aves associadas a ambientes aquáticos *lato sensu,* dos quais, 10.280 indivíduos são estritamente aquáticos, correspondendo a 15,53% das aves registradas, e 24.559 são restritas a ambientes criados por rios, que correspondem a 37,11%. Considerando o total de registros *lato sensu*, 24.263 (70,18%) espécimes foram registrados durante os transectos aquáticos para registros quali-quantitativos e 10.306 (29,69%), através do método de censo por ponto de escuta.

Quanto à riqueza da região, as aves registradas estão distribuídas em 403 espécies pertencentes a 25 ordens, 61 famílias e 264 gêneros. Em relação àquelas associadas a ambientes aquáticos *lato sensu*, a riqueza é composta de 97 espécies distribuídas entre 19 ordens, 40 famílias e 86 gêneros, sendo 45 espécies estritamente aquáticas e 52 restritas a ambientes criados por rios.

Através do método de censo quali-quantitativo foram registradas 94 espécies aquáticas *lato sensu*, e destas, 45 são consideradas aves estritamente aquáticas e 49 restritas a hábitats criados por rios. Com a aplicação do método de censo por pontos de escuta teve-se como resultado o registro de 90 espécies, das quais 38 são consideradas estritamente aquáticas e 52 são restritas à hábitats criados por rios.

Os Furos Cajuí e Piquiri abrigam ainda algumas espécies exclusivas, alvo do projeto, não registradas por metodologias padronizadas (transectos e pontos de escuta) como o Frango-d'água-comum, *Gallinula galeata*, com dois indivíduos, o Frango-d'água-azul, *Porphyrio martinicus*, com oito, e o Iratauá-pequeno, *Chrysomus icterocephalus*, 28 indivíduos visualizados em bando.

Quanto à eficiência amostral, com os resultados obteve-se para todos os casos curvas de rarefação de perfil ainda levemente ascendentes, porém, esses resultados são considerados satisfatórios dado à alta diversidade da região em estudo. Os valores observados superam aos valores esperados de riqueza para essas áreas, porém as curvas apresentam tendência de estabilização indicando que a amostragem das áreas foram bem conduzidas, superando o que se esperava pela curva do coletor.

Quanto à raridade, do total de 97 espécies de aves associadas a ambientes aquáticos registradas, 24 foram consideradas não raras, duas foram consideradas raras apenas em nível de abundância (espécie incomum), outras 17 foram consideradas raras apenas em nível de especificidade ao hábitat (alta especificidade), 43 foram consideradas raras nos níveis abundância (espécie incomum) e especificidade ao hábitat (alta especificidade); e uma espécie foi considerada rara nas três dimensões analisadas, sendo, portanto, altamente vulnerável à perturbações ambientais (*Phaethornis rupurumii*).

De um conjunto de 97 espécies registradas, algumas foram exclusivas para cada área, sendo que na Área 1 foram observadas duas espécies exclusivas (*Actitis macularius* e *Berlepschia rikeri*), na Área 2, uma (*Tringa melanoleuca*); na Área 3, uma (*Tringa flavipes*); na Área 4 foi registrado o maior número de espécies exclusivas, sete (*Amazonetta brasiliensis, Anhima cornuta, Arundinicola leucocephala, Gallinago paraguaiae, Gelochelidon nilotica, Hemitriccus striaticollis, Platalea ajaja)*. Em comparação com o relatório anterior observa-se um menor número de espécies exclusivas por área, indicando registros das espécies em outras áreas provavelmente devido ao crescente esforço amostral. Essas espécies merecem atenção especial nas demais campanhas amostrais, uma vez que podem ser consideradas como indicadoras dos respectivos ambientes em que ocorrem.

Considerando a composição de espécies que apresentam relação com ambientes aquáticos (estritamente aquáticas e restritas a hábitats criados por rios), os dados obtidos até o momento revelaram que as áreas 4 e 6 apresentam as maiores diversidades. O mesmo padrão é encontrado quando analisam-se todas as aves registradas, mesmo as que não são restritamente dependentes de ambientes aquáticos. Os valores dos índices de diversidade nas cinco áreas indicam alta diversidade e, em geral, baixa dominância de espécies, com exceção da Área 1, como esperado em comunidades clímax.

Como resultado da análise de ordenação foi possível verificar que ocorre um arranjo segregativo formado por dois conjuntos, sendo um composto pelas espécies das áreas amostrais 1, 2, 3 e 6 e outro apenas pelas espécies da Área 4. Esse resultado certamente revela a influência de um grupo de 27 espécies registradas exclusivamente na Área 4 sobre a dissimilaridade que há entre as áreas avaliadas.

Com relação à influência do período sazonal sobre os registros das aves estritamente aquáticas, foi registrada a maior abundância de indivíduos nas campanhas realizadas no período de seca e vazante. Esse padrão tem se mantido ao longo do monitoramento. A variação sazonal foi significativamente diferente para todas as áreas, com exceção da Área 4, indicando que essa área além de ser a mais diversa, não apresenta flutuações na abundância das espécies ao longo do ano.

Entre as espécies estritamente aquáticas registradas, seis apresentam comportamento migratório (*Pandion haliaetus*, *Actitis macularius*, *Tringa melanoleuca*, *Tringa flavipes, Pluvialis dominica* e *Calidris fuscicollis*), sendo todas classificadas como visitantes do Hemisfério Norte.

Ao contrário das espécies estritamente aquáticas, o nível de significância na variação da abundância das espécies restritas a hábitats criados por rios entre as campanhas não foi relevante. Quanto à riqueza, entre as campanhas foram registradas de 19 a 40 espécies, havendo uma variação estatisticamente significativa, sendo as campanhas de cheia as menos diversas.

Quanto às áreas preferenciais para nidificação, como resultado das vistorias realizadas em doze ambientes de praias obteve-se um total de 1.383 indivíduos registrados, sendo 1.227 adultos, 30 subadultos, 84 jovens – quatro predados, 41 filhotes – três predados, 61 ninhos e 108 ovos, sendo dois não eclodidos e seis predados. Vale ressaltar que durante o monitoramento não foram encontrados predadores nas proximidades das áreas monitoradas.
A Área 4 apresentou o maior número de registros de aves aquáticas *lato sensu*, ninhos, ovos e filhotes em relação às áreas 1, 2, e 3. Durante a nona campanha foi registrado um indivíduo de

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14567
RUB.

Pernilongo-de-costas-negras, *Himantopus melanurus*, espécie aquática exclusiva, registrada apenas durante o monitoramento de praias.

O monitoramento indicou algumas áreas prioritárias para a conservação na área 4, dentre estas destacam-se o local, conhecido como Furo Piquiri, caracterizado por uma extensa área de pastagem temporariamente alagada entre os Furos Tamanduá e Pirarucuquara, e o Furo Cajuí, nas proximidades do povoado de Vila Nova, caracterizado por floresta aluvial permanente. Ambos os locais apresentam grande diversidade de espécies estritamente aquáticas e restritas a hábitats criados por rios.

Estes dois locais, Furo Piquri e Furo Cajuí, estão inseridos em uma área proposta para a criação de um mosaico de Unidades de Conservação (UCs) pré-definidas no grupo de Reserva de Uso Sustentável, localizadas na AII da UHE Belo Monte e ainda conta com uma área de proteção ambiental próxima, de grande importância, o Tabuleiro Embaubal.

Quanto às áreas preferenciais para alimentação, conforme já vem sendo apontado em relatórios anteriores, durante a realização das 10 campanhas, não foi encontrado nenhuma área permanente de forrageamento da avifauna associada a ambientes aquáticos. O que se observou foram bandos de aves como *Phalacrocorax brasilianus* e *Anhinga anhinga* se deslocando no rio em pontos com presença de cardumes na Área 4, nas proximidades do Arquipélago Embaubal.

Atendimento da condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 459/2013:

Os projetos de monitoramento de mamíferos aquático e de avifauna aquática e semi-aquática estão respaldados pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 459/2013. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.3 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:

a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.

Item atendido: Em relação ao Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos, das cinco espécies de mamíferos aquáticos e semiaquáticos registradas na área de estudo, duas (*Pteronura brasiliensis e Trichechus inunguis*) são classificadas como vulneráveis na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (Instrução Normativa MMA nº 03/2003). Na a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará (SEMA, nº Decreto 802/2008), estas espécies encontram-se nas categorias vulnerável e em perigo, respectivamente. *A CITES* classifica as espécies *Pteronura brasiliensis*, *Lontra longicaudis* e *Trichechus inunguis* em seu Apêndice I, definindo que as espécies silvestres listadas neste apêndice estão ameaçadas de extinção e proíbe o comércio internacional de espécimes dessas espécies, exceto quando a finalidade da importação não é comercial. A CITES também cita as espécies *Inia geoffrensis* e *Sotalia fluviatilis* em seu Apêndice II, cujas espécies não estão ameaçadas de extinção, mas, podem se tornar se o comércio não for controlado. Já a lista vermelha da IUCN classifica *Pteronura brasiliensis*

como ameaçada e *Trichechus inunguis* como vulnerável. Já para *Lontra longicaudis*, *Inia geoffrensis* e *Sotalia fluviatilis* a instituição cita dados deficientes.

No caso da avifauna aquática, foi registrada somente uma espécie com *status* de ameaça, o *Jabiru mycteria* (tuiuiú). Esta espécie consta do Apêndice I da CITES, que proíbe o comércio internacional de espécimes, exceto quando a importação for para fins não comerciais, como por exemplo, para a pesquisa científica. O tuiuiú é uma espécie de habitat aquático, e ao longo do período amostral foi registrado apenas 1 (um) indivíduo na área amostral 2, em ambiente de praia, durante a campanha de seca. Foram indicadas algumas espécies que estão presente nas cinco áreas, com abundância relativamente alta, porém variando entre as áreas, podendo ser consideradas como boas bioindicadoras para o monitoramento na fase de enchimento: *Atticora fasciata, Attila cinnamomeus, Crotophaga major, Chloroceryle amazona, Chloroceryle americana, Chordeiles rupestres, Hylophylax punctulatus, Hypocnemoides maculicauda, Inezia subflava, Megaceryle torquata, Myrmotherula multostriata, Opisthocomus hoazin, Rynchops niger, Paroaria gularis, Pygochelidon melanoleuca, Phaetusa simplex, Progne tapera, Sternula superciliaris, Sakesphorus luctuosus, Sclateria naevia, Stelgidopteryx ruficollis, Tachycineta albiventer, Todirostrum maculatum e Vanellus cayanus*. Entre as 97 espécies associadas a ambientes aquáticos registradas, há 17 espécies endêmicas da Amazônia. Todas essas espécies ocupam hábitats criados por rios, e entre elas há *Phaethornis rupurumii amazonicus*, já destacada em relatórios anteriores, pelo seu alto *status* de raridade.

b) Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.

Item atendido.

c) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies,índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

Item atendido.

d) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número de indivíduos presente no grupo.

Item atendido

e) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

Item atendido.

f) Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo.

Não se aplica: até o momento não foi coletado material biológico.

2.12.4.3 Projeto de Monitoramento de Crocodilianos

No primeiro semestre de 2014 foram realizadas a nona (enchente) e a décima (cheia) campanhas de campo. Também foi realizada a quarta campanha (cheia) de monitoramento de crocodilianos nos módulos RAPELD.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14568
MP
RUB.

Durante os censos aquáticos foram percorridos 2.252 km, e as contagens visuais foram realizadas em igarapés, furos, lagoas e no rio Xingu em transectos com dimensões variadas. Já nos módulos RAPELD as amostragens foram realizadas ao longo de cinco dias em cada um dos oito módulos RAPELD, perfazendo um total de 308 km percorridos nas parcelas aquáticas.

Durante a realização dos censos aquáticos foram registrados 5.085 crocodilianos, sendo 2.390 (47%) *Caiman crocodilus*, 391 (7,69%) *Paleosuchus trigonatus*, 236 (4,64%) *Melanosuchus niger*, nove (0,18%) *Paleosuchus palpebrosus* e 2.059 (40,49%) não identificados. Do total de 236 registros de *M. niger*, um foi registro de carcaça, encontrada na Área 4, durante a realização da campanha 5, no período de enchente 4.

As espécies *Caiman crocodilus* (Jacaré-tinga) e *Paleosuchus trigonatus* (Jacaré-coroa) foram registradas em todas as áreas monitoradas, enquanto que *Melanosuchus niger* (Jacaré-açu) foi registrada exclusivamente na Área 4. *Paleosuchus palpebrosus* (Jacaré-paguá) foi registrada nas Áreas 1, 2 e 4. É importante ressaltar que no EIA de Belo Monte, *Paleosuchus palpebrosus* foi registrada somente na Área 4 e *Paleosuchus trigonatus* apenas nas áreas Áreas 2 e 3. Para *P. trigonatus*, foram registrados dois espécimes na Área 4, durante a campanha 10, na região do Tabuleiro Embaubal. Cabe lembrar que esta espécie não ocorre no canal principal do rio Xingu à jusante de Belo Monte, onde há incidência de *Melanosuchus niger*.

Quanto aos ambientes de ocorrência, observou-se que *Caiman crocodilus* e *Melanosuchus niger* exploraram o mesmo número de ambientes, sendo que, *Caiman crocodilus* e ainda *Paleosuchus trigonatus* foram encontrados em pedral. Esse comportamento é comum entre os crocodilianos que necessitam regular sua temperatura corporal. Registros de *Caimam crocodilus* em margens de terra firme foram mais representativos que em margens de ilhas, o contrário do observado para *Melanosuchus niger*.

Considerando as quatro espécies, nas quatro áreas por campanha, houve pico de avistamentos nos períodos de seca, entre agosto e outubro de 2012 (quarta campanha) e agosto e novembro de 2013 (oitava campanha). O pico de avistamento dos jacarés ocorreu na quarta campanha, que corresponde ao período mais seco e os valores mais baixos de jacarés avistados ocorreram no período de cheia, nas campanhas 1, 6 e 10. O nível de água do rio Xingu, expresso pela cota média do rio durante os levantamentos, explica negativamente o número total de jacarés avistados na área de estudo.

Quanto às capturas, foram capturados 688 indivíduos, sendo sete destes recapturas. Do total de 681 animais capturados, 516 são Jacaré-tinga, (*Caiman crocodilus*), 121 são Jacaré-coroa (*Paleosuchus trigonatus)*, 42 são Jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) e dois são indivíduos de Jacaré-paguá (*Paleosuchus palpebrosus*). O número de recapturas tem sido baixo ao longo do projeto, com apenas sete indivíduos, sendo quatro *Caiman crocodilus* e três *Paleosuchus trigonatus* recapturados nas campanhas 4, 5, 7 e 8. A baixa taxa de recaptura pode estar associada ao comportamento dos jacarés, que tendem a ficar mais sensíveis a presença humana quanto maior a perturbação, ou seja, número de campanhas.

Quanto à proporção sexual, esta tem se mantido ao longo das campanhas, e foi semelhante em todas as áreas amostradas, sendo o número de machos superior ao de fêmeas (64% de machos / 28,6% de fêmeas). Dos 547 espécimes capturados em que foi possível identificar o sexo, foram registrados 273 (46,2%) machos e 126 fêmeas (21,3%) de *Caiman crocodilus*, 27 machos (4,6%) e oito fêmeas (1,4%) de *Melanosuchus niger*, 76 machos (12,7%) e 35 fêmeas (5,9%) de *Paleosuchus trigonatus* e dois machos (03%) de *Paleosuchus palpebrosus*. Quarenta e quatro indivíduos capturados (7,4%) não tiveram o sexo determinado.

Em relação à busca por ninhos, foram registrados 47 ninhos das quatro espécies de crocodilianos, sendo: 15 de *Paleosuchus trigonatus*, 14 de *Melanosuchus niger*, dez de *Caiman crocodilus*, um de *Paleosuchus palpebrosus* e sete ninhos predados que foram

classificados como não identificados. O sucesso de eclosão dos ninhos monitorados foi em torno de 50%.

Os 15 ninhos de jacaré-coroa, *Paleosuchus trigonatus*, registrados nas áreas 1 e 3 foram encontrados em pequenos afluentes do rio Xingu (Área 1) e no igarapé do Itatá (Área 3). Os 14 ninhos de jacaré-açu, *Melanosuchus niger*, foram encontrados em ilhas do rio Xingu (Área 4). Os 10 ninhos de jacaré-tinga, *Caiman crocodilus*, foram encontrados em ilhas e margens do rio Xingu, em todas as áreas amostrais. A maioria dos ninhos de jacaré-tinga foram registrados na área do reservatório do Xingu (A2). Apenas para esta espécie foi registrada uma fêmea ao lado do ninho.Apenas um ninho de jacaré-paguá foi encontrado, e este ninho foi localizado acima do barramento principal (Área 2).

Como resultado das quatro campanhas realizadas nos oito módulos RAPELD, obteve-se um total de 149 registros de crocodilianos em todos os módulos, com exceção do Módulo 6. Deste total, 75 foram registrados através de avistamentos, 73 foram capturados (51 marcados, cinco sem marcação e 17 recapturas) e foi realizado um registro de carcaça de jacaré-tinga, *Caiman crocodilus.*

Com relação aos ciclos hidrológicos (cheia e seca) foram registrados 96 espécimes no período de cheia, sendo 80 jacarés-coroa, *Paleosuchus trigonatus,* e a maioria no Módulo 7 (56 indivíduos). No período de seca foram registrados 53 espécimes, sendo 19 jacarés-tinga, *Caiman crocodilus*, 14 jacarés-coroa, *Paleosuchus trigonatus*, 20 indivíduos não foram identificados, e a maioria dos indivíduos foi registrada no Módulo 2. Apenas um indivíduo da espécie *Paleosuchus palpebrosus* foi registrado no período de cheia, no Módulo 1 e, não houve nenhum registro de crocodilianos nas parcelas aquáticas do Módulo 6. O jacaré-açu, *Melanosuchus niger*, não foi registrado, apesar de ter ocorrência para a Área 4, onde está implantado o Módulo 8. O período de cheia apresentou quase dobro do número de registros do que o período de seca e, esta diferença está diretamente relacionada à quantidade de água nos igarapés, pois, no período de seca muitos igarapés apresentam pequeno volume de água.

Quanto à pressão de caça, durante a realização dos levantamentos noturnos e na busca por ninhos, foram encontrados sete jacarés abatidos, dos quais, seis foram registrados no segundo semestre de 2013 e um registrado no primeiro semestre de 2014.

Atendimento da condicionante 2.5 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 252/2013 – 1ª Retificação:

Este projeto está respaldado pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 252/2013 – 1ª Retificação. A condicionante 2.5 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.5 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:
a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas,raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.
Item atendido: o relatório contém uma lista de espécies encontradas durante o monitoramento, o texto informa que das quatro espécies registradas para a área de estudo, nenhuma consta na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção e nem no Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção para o Estado do Pará. Já a CITES classifica todas as espécies brasileiras da Ordem Crocodylia em seu Apêndice II, e

COHID/BILIG/IBAMA
FLS. 14569
RUB.

define que as espécies silvestres listadas neste apêndice não estão ameaçadas de extinção, mas, podem se tornar se o comércio não for controlado. Quanto à IUCN (*International Union for Conservation of Nature*), as quatro espécies registradas são classificadas em baixo risco de extinção. Apenas para *Melanosuchus niger* – jacaré-açu a instituição cita cuidados para o desenvolvimento de ações de preservação.

b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.

Item atendido: As capturas manuais são feitas com o uso de laços e cambões, dependendo do local e tamanho do indivíduo, a fim de que a operação não ofereça risco ao técnico e nem ao animal. Os dados biométricos coletados são: comprimento da cabeça (CCB), comprimento do crânio (CCR), comprimento do focinho à cloaca (CFC), peso, sexo e temperatura da cloaca.

c) Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.

Item atendido

d) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

Item atendido: o relatório e a planilha apresentaram o esforço amostral e a densidade das espécies encontradas e descreveu as diferenças de ocorrência das espécies entre as áreas amostradas.

e) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados.

Item atendido: A Planilha digital dos registros foi encaminhada.

f) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

Item atendido

2.12.5 Programa de Conservação e Manejo de Quelônios

2.12.5.1 Projeto Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)

Conforme a solicitação do PT 1553/2014 que orientava a Norte Energia quanto ao envio de uma nova NT apresentando proposta de reestruturação do escopo do PCMQ, que passaria a contar com dois projetos: o Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios (PPEQ) e o Projeto de Manejo de Quelônios de Belo Monte (PMQBM), eliminando assim, as sobreposições de atividades entre os três projetos originalmente descritos, foi encaminhada ao IBAMA a Nota Técnica n° 013 de 2014 trazendo proposta de reestruturação e ajustes nos projetos que compõe este programa. A análise desta NT consta mais adiante neste parecer.

2.12.5.2 Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios

No ano de 2014 foram realizadas a sétima (20/01 a 04/02/2014) e oitava (11 a 29/04/2014) campanhas de campo.

Ao longo das oito campanhas de campo realizadas até o presente momento, foram

percorridos 2.744,7 km (cerca de 340 km por campanha) em 544 transectos, nas quatro áreas amostrais definidas para o projeto, para as contagens de quelônios na calha principal do rio Xingu e de seus afluentes.

Considerando as oito campanhas realizadas nas áreas amostrais, incluindo os diferentes corpos d'água e ambientes vistoriados durante a realização dos transectos, foram observados 2.589 indivíduos, sendo 2.588 pertencentes à espécie *Podocnemis unifilis*, conhecida como tracajá e um representante da espécie *Podocnemis sextuberculata*, conhecida como pitiú.

Quando a abundância e densidade de tracajás são analisadas em relação à sazonalidade, verifica-se que as estações em que foram registrados os maiores valores foram na vazante. Em contraste, as estações onde foram registradas as menores quantidades e densidades de quelônios foram nas estações de seca e cheia. Quando os mesmos períodos sazonais são agrupados e comparados entre ciclos hidrológicos, as diferenças na abundância e densidade de tracajás são estatisticamente significativas, ficando evidente que nas estações de cheia, a densidade e abundância são significativamente menores quando comparadas às vazantes e enchentes.

A avaliação dos parâmetros populacionais em relação às áreas amostrais revelou que a Área 2 apresentou maior abundância de tracajás, com 1.315 indivíduos no total. Na Área 3 foram observados 856 indivíduos. Na Área 6 (rio Bacajá) foram obtidas abundâncias máximas de 48 e 39. Já na Área 4, localizada a jusante, ocorreu o menor número de indivíduos observados (N = 68). A variação observada nas densidades médias de quelônios nas diferentes áreas amostradas foi extremamente significativa, sendo que a Área 6 apresentou a maior densidade média (2,66 ind/km) e a Área 4 a menor (0,07 ind/km).

Em relação às margens, obteve-se uma maior quantidade de avistamentos de tracajás na margem direita do que na margem esquerda do rio Xingu. Poucos indivíduos de *P. unifilis* foram observados no canal do rio. Nos ambientes localizados às margens de terra firme foram avistados, em média, mais indivíduos por transecto do que naqueles às margens de ilhas. Quanto à densidade, também não houve diferença estatisticamente significativa entre as margens do rio Xingu. No entanto, a densidade seguiu o mesmo padrão da abundância, com os ambientes às margens de terra firme registrando densidades significativamente mais elevadas do que às margens de ilhas.

O conjunto de dados obtidos ao longo das oito campanhas amostrais não evidenciou fortes correlações entre a abundância e densidade de quelônios e as variáveis ambientais coletadas (profundidade média da água, temperatura média da superfície da água, temperatura média do fundo da água e temperatura média do ar). Apenas as correlações positivas entre abundância e temperatura média do ar e temperatura média da água na superfície foram significativas, no entanto, os fatores de correlação foram baixíssimos. O mesmo ocorreu nas comparações com a densidade. Transectos amostrados sob diferentes condições meteorológicas resultaram em diferenças na quantidade de quelônios avistados, sendo que sob tempo ensolarado ou parcialmente nublado foram avistados significativamente mais tracajás do que sob tempo chuvoso. Dessa maneira, a abundância foi significativamente mais elevada quando as amostragens tiveram início entre às 10h e às 14h.

Todos os 2.588 indivíduos vivos observados durante a realização dos censos pertenciam à espécie *Podocnemis unifilis*. Ao longo da área amostral 87,57% dos indivíduos avistados não puderam ser seguramente identificados quanto ao sexo. Dentre os restantes, 4,17% foram identificados como machos e 6,26% como fêmeas. O acréscimo de novos indivíduos identificados quanto ao sexo, com a realização das campanhas 7 e 8, gerou uma razão sexual de 0,67:1. Contrariamente ao verificado até o 5° Relatório Consolidado, a razão sexual dos tracajás observados apresentou um desvio (estatisticamente significativo) para fêmeas.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14570
RUB.

Quanto à estrutura etária, considerando-se todas as áreas amostrais, a maioria dos indivíduos observados foi classificada como filhotes (48,24%; N = 1231), seguidos pelos juvenis (32,68%; N = 834) e adultos (19,08%; N = 487).

Quanto às capturas, variadas técnicas de captura de quelônios foram aplicadas ao longo das campanhas, como armadilhas fyke net e redes de espera, bem como métodos utilizados pelos ribeirinhos, como mergulhos e armadilha de rama. Alguns espécimes foram capturados fora do esforço amostral e incluídos no demonstrativo. No total foram capturados 101 quelônios, sendo 33 (32,67%) *Podocnemis unifilis*, 32 (31,68%) *P. expansa* e 36 (35,65%) P. sextuberculata. Todos os espécimes capturados foram soltos sendo 115 previamente marcados com placas metálicas ou através de corte de escudos marginais. Amostras de sangue foram coletadas em 123 indivíduos (sendo 62 *P. unifilis*, 28 *P. expansa* e 33 *P. sextuberculata*) e serão destinadas ao Laboratório Multiusuário de Mestrado e Doutorado em Ciências do Ambiente – LABCIAMB, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, para a realização da caracterização genética.

No período deste Relatório Consolidado deu-se início aos procedimentos de análise genética do material biológico coletado. Até o momento foi obtido um padrão de amplificação de dois fragmentos de DNA em *P. sextuberculata*, porém ainda não é possível inferir sobre a diversidade genética das populações. O processo molecular está sendo realizado em três etapas: PCRs, sequenciamento e bioinformática. As amplificações serão finalizadas no segundo semestre de 2014, e a diversidade genética das populações de quelônios será apresentada no próximo Relatório Consolidado.

O número de filhotes identificados em relação à razão sexual foi de 60 indivíduos. Sendo para *Podocnemis expansa* 20 machos e 26 fêmeas, para *P. sextuberculata* 06 machos e 04 fêmeas e *P. unifilis* 01 macho e 03 fêmeas. No próximo período reprodutivo serão coletados mais filhotes para que possam ser realizadas análises entre a proporção sexual dos filhotes e fatores ambientais.

Quanto à dieta, foi coletado conteúdo estomacal de 21 indivíduos e foi possível observar a presença de itens de origem animal, mineral (grãos de areia), vegetal e material sintético (representado por polietileno). Todos os conteúdos estomacais apresentaram a categoria animal, sendo verificados: nematódeos, trematódeos, crustáceos e insetos. Na época de cheia dos rios, a oferta de alimentos, principalmente em relação aos itens de origem vegetal, é maior em função das margens do rio alcançarem a vegetação. Desta forma, frutos, folhas e galhos ficam mais acessíveis e ou caem na água, sendo diretamente capturados.

Quanto ao uso de hábitats, foram instalados radiotransmissores em cinco indivíduos de *Podocnemis expansa* até o momento, e outros seis serão instalados durante o próximo período reprodutivo (setembro a dezembro de 2014). O monitoramento destes indivíduos permitirá determinar a localização, tamanho das áreas de vida, rotas migratórias, a intensidade de uso do habitat e até estabelecer a movimentação diária de alguns indivíduos. Os indivíduos que receberam os radiotransmissores foram capturados com auxílio da SEMAT (município de Senador José Porfírio), e ribeirinhos, e foram capturados por malhadeiras. Todos os indivíduos foram capturados na região do Tabuleiro do Embaubal, área de maior concentração de tartarugas-da-Amazônia na região e também área alvo dos caçadores de quelônios. Não foi encontrada relação entre o tamanho da área de vida e as variáveis, "peso", "comprimento da carapaça" e "dias de monitoramento".

Atendimento da condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 379/2013 – 1ª Retificação:

A coleta de material biológico para o Projeto Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas) e para o *Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios* está respaldada pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico n° 379/2013 – 1ª Retificação. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a

coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.3 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Uma cópia destes relatórios também deve ser enviada à GCFAP. Estes devem conter os seguintes itens:

a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética.

Item atendido: Nenhuma das três espécies de quelônios selecionadas para o presente estudo, consta na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (MMA, 2003) nem na lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará (Decreto 802/2008). Na lista vermelha da IUCN, *Podocnemis unifilis e Podocnemis sextuberculata* são classificadas como vulneráveis. *Podocnemis expansa* é classificada como menor risco e dependente de conservação. Já a CITES classifica *Podocnemis unifilis, Podocnemis expansa* e *Podocnemis sextuberculata* em seu Apêndice II, e define que as espécies silvestres listadas neste apêndice não estão ameaçadas de extinção, mas a situação pode se inverter caso o comércio não seja controlado.

b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.

Item Atendido: Variadas técnicas de captura de quelônios foram aplicadas ao longo das campanhas, como armadilhas *fyke net* e redes de espera, bem como métodos utilizados pelos ribeirinhos, como mergulhos e armadilha de rama. Os espécimes capturados foram marcados com placas metálicas ou através de corte de escudos marginais.

c) Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.

Item Atendido

d) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

Item atendido

e) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados.

Item atendido

f) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

Item atendido

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14571
MP
RUB

g) Carta de recebimento da Instituição Depositária, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo.

Item atendido: Foi enviada carta da Universidade Federal do Tocantins (UFT) declarando ter recebido 197 filhotes congelados ou fixados para realizar estudo histológico das gônadas.

2.12.5.3 Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte

Este Relatório Consolidado contempla a descrição das atividades realizadas desde 2011, com ênfase às ações do último semestre (dezembro/2013 a junho/2014). Dentre as atividades desenvolvidas, destacaram-se: realização de vistorias no TVR para monitoramento da eclosão de *Podocnemis unifilis*; manejo das praias (marcação de covas; biometria e soltura de filhotes; monitoramento de predações de covas e filhotes) a jusante e a montante da UHE de Belo Monte; ações de manejo comunitário; ações de educação ambiental junto ao Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte.

Distribuição das Posturas

Região à montante do Sítio Belo Monte – Volta Grande do rio Xingu

Em julho/2013 foram realizadas reuniões de sensibilização e entrevistas na Volta Grande do rio Xingu, abrangendo sete comunidades (Vila Ressaca, Ilha da Fazenda, Aldeia Murici, São Sebastião, Travessão do Pirarara e São Francisco), com um total de 26 participantes. Essas reuniões, associadas a vistorias em campo, resultaram no levantamento de 23 principais sítios de desova para *P. unifilis*. Destes, o PMQ atuou com ações de manejo em sete, além de outras 16 áreas que não foram apontadas durante as entrevistas. Entre setembro e novembro de 2013 foram identificadas 97 posturas de *Podocnemis unifilis* na Volta Grande do rio Xingu, entre estas 91 foram realocadas em duas "chocadeiras seminaturais", que consistem em uma porção da praia natural, cercada com tela sombrite e protegida com caibros de madeira.

Região à jusante do sítio Belo Monte – Tabuleiro do Embaubal

Entre junho de 2012 a dezembro de 2013 foram identificadas 2.231 posturas na região a jusante do Sítio Belo Monte, em 17 áreas de postura, sendo 1.258 na temporada de 2012 e 973 no ano de 2013. Em cada período reprodutivo, *P. sextuberculata* vêm apresentando o maior número de covas marcadas em relação às outras espécies de *Podocnemis*. As posturas de *P. expansa*, no período reprodutivo de 2013, não abrangeram as praias Batata e Jenipaí, que apresentaram registros de postura em 2012. Para *P. unifilis* não houve registro de postura na praia Batata em 2013, enquanto *P. sextuberculata* manteve o mesmo padrão de distribuição entre os anos de 2012 e 2013. Provavelmente devido ao nível do rio 2013, as espécies do gênero *Podocnemis* buscaram por praias mais altas que emergiram anteriormente às praias mais baixas. A preferência por áreas de desova em 2013 seguiu o mesmo padrão observado em 2012, em que *P. expansa* apresentou maior número de desovas nas praias Juncal e Peteruçu, *P. unifilis* na praia do Puruna e *P. sextuberculata* na praia de Peteruçu. Os dados apontam que não houve variação significativa na distribuição de desovas entre os anos para *Podocnemis*.

Em 2013, as posturas das espécies de *Podocnemis* seguiram o mesmo padrão temporal que o observado em 2012, com as desovas iniciando após a diminuição do índice pluviométrico. *P. sextuberculata* teve maior desova em setembro, *P. unifilis* em outubro e *P. expansa* em novembro de 2013.

Comparando a região a montante e a jusante do Sítio Belo Monte, as posturas de *P. unifilis* apresentaram diferenças temporais com relação ao pico de desova. À montante, a espécie iniciou as posturas em agosto/2013, com pico de desova em setembro/2013, um mês antes do observado à jusante. Adicionalmente, o padrão em relação à precipitação permaneceu, tendo seguido a diminuição dos regimes pluviométricos daquela região.

Caracterização das Áreas de Postura

Dois principais ambientes de desova foram identificados: as praias, que se distinguem em extensão, cobertura vegetal e granulometria, presentes em todas as áreas do Tabuleiro do Embaubal (jusante do empreendimento), os sarobais (sarobal), que consistem na formação do conjunto de ilhotas, compostas por pedrais e faixas arenosas, apresentando vegetação herbácea e arbustiva, presentes nas áreas de postura do TVR (montante do empreendimento). Entre as posturas mapeadas 88,24% de *P. expansa* e 92,49% de *P. sextuberculata* priorizaram a faixa de areia. Por sua vez, 73,78% das posturas de *P. unifilis* dispersaram as posturas em áreas de areia com vegetação. As áreas com faixa de areia e presença de vegetação estão presentes em todas as áreas monitoradas, no mais, *P. unifilis* também apresentou posturas em áreas de barranco, sarobais e areia.

Tempo de incubação dos ovos e produção de filhotes

À jusante, durante o período de monitoramento nas diferentes praias, foi observado um período médio de incubação de 60,06 dias com mínimo de 30 e máximo de 138 dias, para todas as espécies. Por espécie, os períodos de incubação apresentaram baixa variação, seguindo o mesmo padrão entre os anos de monitoramento.

À montante do sítio Belo Monte, o tempo médio de incubação de *P. unifilis* foi 72,38 dias (amplitude: 51 – 88 dias). Esta média foi maior da que observado à jusante para esta espécie (60 dias), provavelmente devido às características das áreas de realocação das covas, como granulometria e temperatura de incubação.

No período reprodutivo de 2013, foram contabilizados 11.656 ovos para *Podocnemis* do Tabuleiro do Embaubal, incluindo todas as praias/sítios amostrais, com média de 11,25 ovos por postura de *P. sextuberculata*, 22,88 para *P. unifilis* e 91,95 para *P. expansa*. Entre os 11.156 ovos, 61,63% dos filhotes sobreviveram, 3,07% morreram, e 31,73% dos ovos encontravam-se inviáveis.

Foram contabilizados 1.156 ovos a montante do sítio Belo Monte, deste total, a partir de 905 ovos foi possível obter dados de sucesso de eclosão: 86,41% dos filhotes sobreviveram (782), 2,10% (19) morreram, 9,61% (87) dos ovos encontravam-se inviáveis, e 1,88% (17) ovos foram predados (predação natural).

O número de filhotes produzidos por cova de *P. unifilis* na Volta Grande do rio Xingu não difere estatisticamente do número de filhotes produzidos no Tabuleiro do Embaubal em 2013, porém observa-se que o número de filhotes produzidos no Tabuleiro do Embaubal é 33,87% superior a produção observada no TVR.

No Tabuleiro do Embaubal, *P. unifilis* apresentou diferenças significativas em relação à produção de filhotes vivos por postura entre os períodos reprodutivos. Contudo, o sucesso de eclosão do período reprodutivo de 2012, foram superiores ao registrado em 2013. Estes resultados são superiores aos encontrados para a mesma espécie no EIA/RIMA.

As posturas de *P. sextuberculata* em 2013, apresentaram média de 6,48 ± DP 4,45 filhotes por cova, o valor diferente significativamente ao número de filhotes produzidos no período de 2012. As posturas de *P. sextuberculata* representam 58,68% de sucesso reprodutivo, inferior aos 64,33% apresentados no EIA/RIMA, bem como dos 61,55% para o período reprodutivo de 2012. As posturas de *P. expansa* na área apresentaram média de 52,90

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14572
MP
RUB.

± DP 33,39 filhotes vivos por cova, diferindo estatisticamente da produção do período reprodutivo de 2012.

Tomando por base os dados de todas as covas marcadas, por espécie, e o período de eclosão, o padrão anual pareceu se repetir para a região à jusante do sítio Belo Monte, com *P. sextuberculata* tendo pico de eclosão no mês de novembro. *P. expansa*, parece, no entanto, ter seu pico entre dezembro e janeiro. Para *P. unifilis*, o ápice da eclosão ocorre em dezembro no Tabuleiro do Embaubal, e em novembro para as covas da Volta Grande do rio Xingu (TVR).

Monitoramento da temperatura de incubação

Com a finalidade de avaliar a influência da temperatura das covas no sucesso de eclosão e período de incubação, foram instalados 39 *dataloggers* para monitorar a temperatura de incubação em covas de *Podocnemis*. Os *dataloggers* foram distribuídos em 37 para o Tabuleiro do Embaubal e dois para a Volta Grande do rio Xingu, devido à quantidade de posturas monitoradas.

Biometria de matrizes e filhotes

Na temporada de 2013, a coleta de dados biométricos das fêmeas abrangeu as três espécies: *P. sextuberculata* (N= 78), *P. unifilis* (N=26) e *P. expansa* (N=19). Ainda, foram realizadas coletas de dados biométricos dos filhotes das três espécies. Em relação ao peso das matrizes, os valores estão dentro do esperado para as diferentes espécies de *Podocnemis*. Os dados apontam que as fêmeas de *P. expansa*, *P. unifilis* e *P. sextuberculata* encontradas no rio Xingu em 2012 e em 2013 estão dentro do esperado, indicando maturidade sexual.

Perda de posturas e filhotes

Na temporada de 2013, dentre 493 covas marcadas de *P. sextuberculata*, 49,49% foram perdidas (16,63%: alagamento; 11,16%: ação antrópica/consumo; 11,36%: sobreposição/remoção por tartarugas; 0,81%: predação natural e 8,92%: sem causas identificadas).

Para *P. unifilis*, das 389 covas marcadas no Tabuleiro do Embaubal, 68,89% foram inviabilizadas (23,65%: alagamento; 14,91%: consumo; 0,51%: sobreposição; 5,91%: predadores naturais e 15,17%: não foram identificadas as causas). Adicionalmente, entre as 97 covas de *P. unifilis* marcadas na Volta Grande do rio Xingu, 28,87% foram perdidas, sendo 6,19% por consumo e 22,68% devido a fatores como a saída espontânea dos filhotes, onde não foi possível coletar informações da postura, bem como a condição dos ovos nas covas (inviáveis ou com presença de casquinhas ressecadas) inviabilizando a análise.

Entre as 91 covas marcadas para *P. expansa*, 53,85% foram perdidas, sendo 31,87% por alagamento, 8,79% por consumo, 11,0% não foram identificadas e 2,20% devido a outros fatores.

Soltura de filhotes

Durante o período reprodutivo de 2013 foram manejados em conjunto com a SEMAT 551.821 indivíduos de *Podocnemis*, correspondendo a 99,06% de *P. expansa*; 0,57% de *P. sextuberculata* e 0,37% de *P. uniflis*, exclusivamente para as praias do Tabuleiro do Embaubal. As solturas realizadas até janeiro/2014 representam 68,95% das realizadas na temporada reprodutiva de 2011 (800.266). O período reprodutivo de 2013 (551.821) apresentou um aumento de 48,21%, em relação à produção de filhotes de 2012 (372.315). Tal diferença deve-se, provavelmente, a contribuição favorável de fatores ambientais, como temperatura de incubação e aos índices pluviais e fluviais em 2013. Entre novembro de 2011 e janeiro de 2014 foram manejados no Tabuleiro do Embaubal 1.724.402 filhotes do gênero *Podocnemis*.

Adicionalmente às solturas realizadas no Tabuleiro do Embaubal, nas áreas de realocação de posturas de *P. unifilis* na Volta Grande do rio Xingu, obteve-se a produção de

782 filhotes da espécie, sendo manejados 750 filhotes para as áreas de soltura. Com o intuito de contribuir para o aumento da taxa de sobrevivência dos filhotes, estes são manejados das praias de desova para 24 áreas, previamente monitoradas.

Sinalização das áreas de postura e remoção de tela de proteção

Para promover a conscientização dos transeuntes nas praias de postura, foram instaladas 20 placas de sinalização em 13 áreas de monitoramento no Tabuleiro do Embaubal (Andorinhas, Cajueiro, Carão, Embaubal, Jenipaí, Juncal, Largo, Mestre Pedro, Muricituba, Peteruçu, Puruna, São Cosme e Taxiteua), entre os meses de setembro e outubro/2013. As placas foram removidas entre dezembro/2013 e janeiro/2014, e as telas de proteção das praias Juncal e Peteruçu em janeiro de 2014, com o apoio da SEMAT na praia Juncal. Todas as placas são reinstaladas quando as praias deixam de estar submersas.

Ações de manejo e conservação

Para o período reprodutivo de 2013, na região à montante do empreendimento, foram realizadas, previamente ao início das posturas, palestras com os moradores locais propondo o manejo comunitário. Duas famílias aceitaram participar das atividades propostas na região da Volta Grande do Xingu.

Como mencionado no 5° RC, nas residências das famílias foram instaladas "chocadeiras seminaturais", que consistem em uma porção da praia natural, com o objetivo de reduzir a pressão sobre as posturas devido ao consumo exacerbado de ovos e carne de quelônios na região, facilitando o manejo e o monitoramento no período reprodutivo. Os moradores que participaram do manejo comunitário "manejaram" seis posturas de *P. unifilis* para serem realocadas nas chocadeiras seminaturais, além de participarem assiduamente nas atividades de realocação, coleta de dados e monitoramento do período reprodutivo.

Essas ações se mostraram eficazes, uma vez que já em novembro, mais de 80% dos ovos, a montante do sítio Belo Monte, já havia eclodido demonstrando que a realocação de posturas para as chocadeiras seminaturais resultou em um alto sucesso de eclosão. Com o apoio da SEMAT, na região do Tabuleiro do Embaubal, foram transferidas três posturas de *P. unifilis* e uma de *P. sextuberculata* para áreas seguras. Com o objetivo de minimizar as perdas por alagamento nas praias Juncal e Peteruçu a SEMAT convidou membros comunitários e alunos de Senador José Porfírio para o manejo nas áreas citadas.

Atividades de Educação Ambiental

Estão sendo realizadas atividades como a *II Expedição de Manejo Sustentável e Conservação dos Quelônios e dos Mamíferos Aquáticos e Semiaquáticos do rio Xingu, cujas* ações da expedição foram desenvolvidas no dia 03 de dezembro de 2013 na praia do Leme (Senador José Porfírio) e no dia 04 de dezembro de 2013 na Praia do Meio (Vitória do Xingu), nos turnos matutino e vespertino. A atividade foi realizada com membros escolares (alunos e professores), além de membros comunitários (pais de alunos), contemplando 168 participantes nos dois municípios. O objetivo da atividade foi disseminar conhecimentos sobre a ecologia, manejo, aspectos reprodutivos, padrões de comportamento e conservação dos quelônios, visando abordar as espécies alvo do PMQ, além de conscientizar sobre a conservação e importância dos mamíferos aquáticos e semiaquáticos da região (peixe-boi, ariranha, lontra, boto e tucuxi).

PMQ participou também do 4° Módulo do Curso Formativo em Educadores Ambientais Populares para o Ensino Não Formal. Essas atividades foram realizadas em abril/2014, e consistiram em palestras para membros comunitários, com diversos temas sobre conservação e manejo de quelônios (espécies alvo do projeto, utilização, métodos de captura, conservação, manejo, técnicas de manejo, áreas de soltura, realocação de covas, cercamento, predadores, participação comunitária, chocadeira e educação ambiental), além de vídeos do período de desova e eclosão.

Entre os meses de maio e junho de 2014, foram ministradas palestras de educação

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14573
MP
RUB.

ambiental na Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) São Francisco de Assis em Senador José Porfírio, e na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dulcinéia Almeida do Nascimento em Vitória do Xingu, com alunos na faixa etária de três a oito anos (EMEI São Francisco de Assis) e seis a nove anos de idade (EMEF Dulcinéia Almeida do Nascimento).

Além disso, A SEMAT de Vitória do Xingu realizou atividades educativas na "III Semana do Meio Ambiente de Vitória do Xingu", entre os dias 27/05 a 05/06. O evento abrangeu o tema "Produção e Consumo Sustentável", sendo direcionada à equipe da BIOTA aplicação de palestra sobre "A Biodiversidade da bacia do rio Xingu". A atividade foi executada no dia 03/06 e contou com a participação de 105 alunos das escolas EMEF Dulcineia Almeida do Nascimento, EMEF Raimunda Cabral e EMEF Aliança para o Progresso, do município de Vitória do Xingu.

Com o intuito de averiguar a viabilidade da criação de quelônios em cativeiro nas áreas de influência do empreendimento, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelos criadouros existentes na região. A entrevista, composta por 18 perguntas relativas à criação de quelônios em cativeiro, conservação de quelônios e viabilidade econômica. Entre os cinco criadouros legalizados nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, o PMQ obteve resposta de quatro representantes.

Elaboração do diagnóstico de zoneamento da ocupação nas ilhas (APP's)

Entre os anos de 2013 e 2014 foram realizadas três vistorias em áreas de posturas (e adjacentes) do gênero *Podocnemis* no Tabuleiro do Embaubal. Com a finalidade de informar aos órgãos de fiscalização ambiental da região (Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Senador José Porfírio e Vitória do Xingu e Superintendência do IBAMA de Altamira) sobre as áreas ocupadas nas proximidades das praias de postura, foi elaborado o Diagnóstico de Zoneamento da Ocupação nas Ilhas (APPs).

Monitoramento do tráfego de embarcações

O levantamento inicial realizado no âmbito do Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico, caracterizou as principais rotas de navegação e os destinos mais utilizados pelas embarcações que trafegam na região. A pesquisa realizada apontou que o município de Vitória do Xingu, recebe embarcações de grande a pequeno porte em seis portos. O Projeto de Manejo de Quelônios realizou um levantamento secundário, no sentido de averiguar o fluxo das embarcações, visto que, em agosto/2013 o Porto de Belo Monte iniciou as atividades de operação, após emissão de licença pela SEMA-PA.

Atendimento da condicionante 2.4 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 064/2012 – 2ª Retificação:

A coleta de material biológico para o Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte está respaldada pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 064/2012 e retificações. A condicionante 2.4 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

> *2.4 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Uma cópia destes relatórios também deve ser enviada à GCFAP. Estes devem conter os seguintes itens:*
>
> *a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética.*

Item Atendido: Nenhuma das três espécies de quelônios selecionadas para o presente estudo, consta na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (MMA, 2003) nem na lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará (Decreto 802/2008). Na lista vermelha da IUCN, *Podocnemis unifilis e Podocnemis sextuberculata* são classificadas como vulneráveis. *Podocnemis expansa* é classificada como menor risco e dependente de conservação. Já a CITES classifica *Podocnemis unifilis, Podocnemis expansa* e *Podocnemis sextuberculata* em seu Apêndice II, e define que as espécies silvestres listadas neste apêndice não estão ameaçadas de extinção, mas a situação pode se inverter caso o comércio não seja controlado.

b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.

Item atendido: Os métodos de captura são os mesmos descritos para os outros projetos do Programa de Conservação e Manejo de Quelônios

c) Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.

Item Atendido

d) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

Não se aplica

e) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados.

Item Atendido

f) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

Item Atendido

Análise da Nota Técnica n° 013 de 2014

O documento CE 0203/2014-DS da Norte Energia, encaminhou a Nota Técnica n° 013 de 2014 trazendo proposta de reestruturação e ajustes nos projetos que compõe O Programa de Manejo e Conservação de Quelônios Aquáticos. A análise desta nota consta a seguir:

O Programa de Manejo e Conservação de Quelônios Aquáticos da UHE Belo Monte contido no PBA se divide atualmente em 3 projetos: Projeto Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas), Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios e Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte.

A reestruturação proposta nesta NT se deve à duplicidade de atividades de pesquisa entre os Projetos de Estudos Bioecológicos e de Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios, tendo em vista que a maior diferença entre os dois se resume aos objetivos gerais. Os objetivos específicos e a metodologia de ambos estudos são basicamente idênticos. Assim, com o

COHIDI/DILIC/IBA
FLS. 14574
MP
RUB.

objetivo de tornar mais claro e adequado o escopo de ações de cada projeto, a NT apresenta uma proposta de reestruturação que unifica os dois projetos de cunho científico em um único Projeto de Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios. Além disso, com a experiência de implantação do Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte, verificou-se que havia formas mais eficientes de se alcançar os objetivos específicos e metas estabelecidas em relação aos meios propostos no PBA.

Projeto Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas) e Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios.

A NT apresentou um quadro contendo uma análise comparativa das metas do Projeto Estudos Bioecológicos e Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios que demonstrou que realmente grande parte das metas dos dois projetos são as mesmas. Portanto, foi apresentada proposta das novas metas do projeto proposto proveniente da fusão dos projetos acima mencionados. A partir desta análise obteve-se as seguintes metas:

1– Obter parâmetros populacionais e da história de vida de tracajás e tartarugas, nos três trechos designados para execução do Projeto: reservatório do rio Xingu, trecho da Volta Grande, Jusante da UHE Belo Monte e mais tarde, no reservatório Intermediário.

2 – Conhecer o movimento e a dispersão das espécies nas áreas de influência da UHE Belo Monte.

3 – Integrar resultados do monitoramento dos indivíduos nos hábitats alimentares no período de cheia, de modo a identificar a dependência das populações do pulso de inundação e das florestas aluviais.

4 – Avaliar a dependência da temperatura de incubação na taxa sexual das espécies estudadas.

5 – Obter informações sobre outros requisitos do ciclo de vida das espécies relacionados à ecologia comportamental visando à proteção de seus hábitats, particularmente em relação aos hábitats alimentares e hábitats reprodutivos.

6 – Conhecer os padrões de deslocamento das espécies de quelônios durante a etapa de construção do empreendimento para comparar com os padrões de deslocamento e uso do espaço após a formação dos reservatórios.

7 – Avaliar a qualidade das praias de desova, em função da seleção pelos quelônios para desova, incluindo granulometria da areia, qualidade da água altura da praia, propensão a repiquete ou efeito da maré, e outros fatores que possam influenciar no sucesso reprodutivo.

Também foram avaliados os impactos previamente dimensionados no EIA e as ações previstas e necessárias para mitigá-los, compensá-los ou controlá-los. Verificou-se, portanto, que estas metas são permeáveis aos impactos anteriormente previstos.

A NT traz ainda um quadro contendo as ações previstas no PBA e as alterações propostas para um melhor atendimento dos objetivos dos projetos de pesquisa. Entre estas alterações podem ser citadas as seguintes: remover a ação "Socializar informações incluindo resultados das pesquisas" do escopo do projeto sob a justificativa de que esta ação está sendo conduzida e coordenada pelo projeto de manejo, que envolve ações integradas com o projeto de pesquisa. Foi solicitado ainda que as ações de proteção ou criação de habitats de desova e alimentação por ações de monitoramento destes habitats sob a alegação de que ações de proteção de áreas de desova já estão sendo executadas pela SEMAT e demais órgãos do estado e que tais ações de comando e controle não competem ao empreendedor.

Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte

A NT apresenta as seguintes propostas de adequação das ações deste projeto:

Substituir a ação "Sinalizar e controlar tráfego na vizinhança dos tabuleiros" por "Sinalizar as praias de desova e desenvolver ações de educação ambiental junto aos

comunitários e ribeirinhos" sob a justificativa de que a sinalização e controle das praias são de responsabilidade da Capitania dos Portos.

Substituir a ação "Monitorar ninhos e filhotes" e "Educação Ambiental" por "Realizar o monitoramento dos ninhos e filhotes com vistas a obter dados reprodutivos, de modo a oferecer informações sobre manejo e conservação das populações".

Excluir a ação "Instalar base permanente do PQA pelo Ibama (fiscalização e monitoramento); Instalar flutuantes em novas praias; Estabelecer rotina de fiscalização e monitoramento; Revitalizar as praias Juncal e Embaubal". Segundo a NT, o projeto para a melhoria das instalações da Base Permanente foi concluído e a adequação está em fase de contratação. Quanto à exclusão da instalação das bases flutuantes, foi verificado que não há efetivo de pessoas suficiente no Ibama para que a instalação se justificasse e estas constituiriam um problema de manutenção, proteção patrimonial e deterioração da infraestrutura, já que a maior parte da fiscalização tem sido realizada nas esferas municipal e estadual. Quanto ao estabelecimento de uma rotina de fiscalização, o empreendedor alega que esta cabe aos órgão públicos competentes. Por fim, quanto à revitalização das praias, o documento afirma que experimentos realizados pela UFPA e SEMAT mostraram que o alteamento das praias gera um desvio sexual devido à diferença de granulometria desta areia com a que é depositada naturalmente depositada pelo rio, afirma ainda que o PQA mostrou-se contrário a esta medida deste o início do projeto. Este instituto entende que a solicitação de exclusão da instalação das bases flutuantes é pertinente já que não se enquadra na realidade da região, no entanto, o empreendedor deve dar celeridade à execução do projeto de melhoria da base permanente e o projeto deve ser enviado ao Ibama.

Excluir as ações "Identificar, implementar e monitorar praias artificiais" e "Monitorar praias remanescentes". A NT sugere que esta atividade não conste neste projeto e seja prevista para execução no projeto futuro, quando da operação da usina.

Substituir as ações "Reduzir presença humana", "Controlar fluxo de embarcações", "Pesquisa ligada ao manejo", "Ações de educação ambiental", "Fiscalizar áreas de desova" por "Monitorar parâmetros de modo a obter dados sobre comportamento reprodutivo com vistas a subsidiar decisões de manejo e reprodutivo" e "Realização de ações de educação ambiental de modo a diminuir a pressão antrópica sobre os recursos naturais, notadamente sobre as populações de quelônios aquáticos". Esta substituição se justifica pelo fato de que algumas ações são de competência de entidades públicas, como as ações de fiscalização, redução da presença humana e controle do fluxo de embarcações.

Quanto à ação "buscar alternativas de alimentação e renda", a NT solicita que tenha o seguinte texto: "Fornecer subsídios que possibilitem buscar alternativas de geração de renda e alimentares para as comunidades localizadas na AID do empreendimento, considerando o conjunto de impactos e as propostas alternativas do PBA como um todo".

Substituir a ação "Estabelecer zoneamento ambiental" por "Fornecer subsídios que à SEMA que possibilitem estabelecer um zoneamento nas áreas reprodutivas".

Em relação ao recurso alimentar da população ribeirinha, o documento sugere a substituição das ações "Pesquisa de alternativas de agricultura/renda", "Monitorar uso do recurso", "Ações de educação ambiental" e "Promover gestão integrada" por "Realização de ações de educação ambiental com vistas a diminuir a pressão antrópica sobre os recursos naturais, notadamente sobre as populações de quelônios aquáticos" e "Fornecer subsídios que possibilitem buscar alternativas de geração de renda e alimentares para as comunidades localizadas na AID do empreendimento, considerando o conjunto de impactos e as propostas alternativas do PBA como um todo". A NT afirma que quanto à busca de alimentação e renda tem sido realizadas ações conjuntas com a equipe de socioeconomia considerando o perfil dos comunitários, ribeirinhos e o conjunto dos impactos causados pela implantação do empreendimento para que possam ser apresentadas alternativas viáveis de geração de renda, buscando obter também segurança alimentar.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14575
MP
RUB.

A NT apresentou ainda um quadro com as ações prioritárias propostas com o que foi executado até o momento e ações consideradas necessárias além de sugestões de encaminhamento. Entre estas ações destacam-se as seguintes:

- *Encaminhar expediente solicitando a Capitania para sinalizar e orientar tráfego no trecho compreendido entre Belo Monte e Senador José Porfírio*: A Norte Energia encaminhou o expediente à Capitania dos Portos e este culminou em vistoria realizada em julho de 2012, com vistas a implantar a sinalização para orientar o tráfego nas praias, o que até o momento não ocorreu.
- *Identificação e sinalização dos locais de desovas atuais (Embaubal, Carão, Puruna, Piteruçu, Juncal, Juventa, Varejão, Cipó-Pitanga) - Diagnóstico da situação de desova de cada praia (histórico de desova, número de ninhos por espécie, predação natural e antrópica, fatores adversos à nidificação); Elaborar e instalar sistema de identificação das praias:* Foram instaladas 20 placas nas áreas de postura no Tabuleiro do Embaubal e o diagnóstico da desova está em fase de elaboração.
- *Monitorar adultos, ninhos e filhotes - Desenvolver formulário de caracterização e cadastramento de áreas potenciais para desova (georreferenciar, croqui, vegetação, granulometria, boiadouro, identificar comunidades do entorno, proximidade de canais de navegação e outros); Adquirir material de campo básico para uso geral; Fornecer condições para deslocamento de 02 técnicos e 01 barqueiro e logística de campo para 20 dias); bem como fornecimento de equipamento de manejo; Controle e acompanhamento dos locais de nidificação (tartaruga, tracajá, pitiú) – aquisição de material de apoio e manutenção permanente (previsão anual):* A NT afirma que as atividades de monitoramento etão ocorrendo conforme o cronograma do PBA e que o apoio logístico e disponibilização de equipes de campo e escritório estão sob responsabilidade da empresa executora contratada, a Biota.
- *Educação Ambiental para as comunidades locais (Desenvolver 04 cursos/ano para as comunidades locais, sendo 40 h/curso e 30 pessoas/curso)*: Em abril de 2012 ocorreu o I Curso de Agentes Ambientais. No entanto, observou-se dificuldade dos moradores em participar com assiduidade de uma atividade extensa (40 horas). Então foram testadas outras formas de envolvimento da comunidade local para ampliar a ação da educação ambiental, como também alinhá-las ao Programa de Educação Ambiental do PBA. Desta forma, as temáticas educativas e de sensibilização que enfocam técnicas de manejo e importância da conservação de quelônios são desenvolvidas em reuniões de sensibilização e entrevistas, bem como em encontros, palestras e outros eventos que tem a participação comunitária. Também são abordadas informações educativas durante as ações de manejo que contam com a participação dos comunitários. Portanto, a NT sugere que todas as ações ocorridas com vistas a sensibilizar e envolver a comunidade sejam consideradas como insumos para a realização da educação ambiental, sem a necessidade de cursos formais, sugere ainda manter a ação visando também o envolvimento das escolas e demais atores regionais. O documento sugere, para tanto, a seguinte redação para esta ação: "*Realizar ações de Educação Ambiental junto às comunidades locais, escolas, prefeituras e outros atores sociais da região*". Este instituto entende que a nova redação atende os objetivos da Educação Ambiental pois tem um formato mais abrangente e executável.
- *Instalar base fixa do PQA/IBAMA (apoio permanente ao PQA, fiscalização e monitoramento), contendo sala múltipla (escritório, reunião, treinamento), banheiros, 2 alas com 7 alojamentos duplos com varandas, telados, com ventilação compatível, com banheiros e sanitários em cada ala tendo box individualizados, 2 alojamentos individuais com banheiro, refeitório, cozinha e banheiros com tratamento de resíduos/efluentes, área de serviço conjugados – rouparia, lavanderia, alojamento de*

apoio (6 pessoas), almoxarifado; deck cobertura parcial para entretenimento/descanso; ancoradouro/trapiche; casa de grupo gerador; torre de caixa d'água para 5000lts; torre para radio amador/telefone rural c/ pára-raio; instalar sistema de rádio comunicação (Base fixa, flutuantes, Escritório Ibama/Altamira); avaliar possibilidade de poço semi-artesiano; identificar ponto para instalar sumidouro para depósito de resíduos(sanitário e orgânicos) ou instalar sistema de bio-gás. Contratação de pessoal: - 12 pessoas permanentes para manutenção, conservação e administração (6 base fixa; 03 p/cada flutuante) e até 12 temporários para trabalho por até 09 (nove) meses conforme demanda; Adquirir duas casas flutuantes equipadas: - para abrigar minimamente 06 pessoas (escritório/sala de apoio, quartos, cozinha, banheiro e depósito); tratamento de efluentes: Segundo a NT, ao projeto executivo para a construção da nova base fixa está finalizado e a contratação da sua reestruturação está em curso. Quanto aos flutuantes, sua instalação mostrou-se inadequada para a realidade da região. A Norte Energia sugere que a implantação de flutuantes e a disponibilização da base fixa permanente sejam retirados do âmbito do projeto, no entanto este instituto entende que a necessidade de implantação dos flutuantes seja removida, mas a disponibilização da nova base permanente de fiscalização deve ser mantida como ação prioritária e o projeto executivo deve ser enviado ao Ibama o quanto antes.

- *Estabelecer rotina de fiscalização e monitoramento – Realizar curso de Agente Ambiental sobre rotinas de apoio ao manejo, à fiscalização e monitoramento de pesquisa*: NT reitera que as ações de fiscalização são de responsabilidade dos órgão ambientais e que o monitoramento da desova e eclosão está sendo realizado desde 2011 no âmbito do PBA. Em abril de 2012 ocorreu o I Curso de Agentes Ambientais, capacitando 43 pessoas. O documento sugere remover a ação de fiscalização do escopo do projeto pois esta não compete à Norte Energia. O Ibama está de acordo com esta sugestão, no entanto deve ser mantido o apoio logístico e financeiro para a prefeitura de Senador José Porfírio, conforme o Termo de Cooperação.
- *Incrementar projetos de contenção de Ações Materiais e Providências necessários sedimentos com uso de vegetação nativa nas praias Juncal e Embaubal - Contratar consultoria para desenvolver projeto de estudo e viabilidade para recuperação e consolidação bordas das praias com uso de sistema de revegetação:* Segundo o documento, não foi previsto no EIA que haveria erosão ou problemas com sedimentos na região das praias em decorrência da implantação do empreendimento. No entanto, com base nos resultados do projeto, é possível fornecer subsídios e informações relevantes aos responsáveis pelo uso e ocupação do solo e exploração dos recursos naturais na região, de modo que os mesmos tomem as decisões adequadas de manejo e recuperação das praias. Desta feita, os dados gerados pelo desenvolvimento do projeto estão a disposição do IBAMA, ICMBio/RAN, SEMA e SEMAT ou outra instituição que possam ser utilizados para definir os locais prioritários de uma possível intervenção. Afirma ainda que não compete a NE a contratação de empresa para tal estudo, uma vez que a ocupação desordenada das praias e as questões afetas a recuperação local não estão diretamente relacionadas aos impactos causados pelo empreendimento. O empreendedor solicita que esta ação seja removida do escopo do projeto, no entanto, este instituto entende que, se nas próximas fases de instalação e operação do empreendimento, forem constatados prejuízos às praias pela deposição de sedimentos, cabe sim ao empreendedor executar ações de contenção ou mitigação dos impactos por eles causados, portanto a ação deve ser mantida com a seguinte redação: "*Implementar projetos de monitoramento e contenção de sedimentos nas praias do Juncal e Embaubal, caso seja constatado impactos decorrentes da deposição de sedimentos nas praias decorrente da Implantação da UHE Belo Monte*".

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14576
RUB.

- *Ações de educação ambiental permanente através de projeto próprio do PBA órgãos estaduais e municipais - Contratação de serviços (consultoria) para desenvolver material didático e de divulgação das ações de manejo, conservação e pesquisa. (cartilha, folder, edição de filmes, cartazes, portfólios, baners, adesivos, botons, camisetas, chaveiros, bonés, etc); Campanhas de Divulgação das ações com participação das parcerias*: Conforme já exposto, foram realizadas atividades em interface com o Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte, abrangendo todo o contexto do empreendimento, educação ambiental e conservação de quelônios. No I Curso de Agentes de Praia foram entregues aos participantes, material do IBAMA (cartilha), garrafa de água e camiseta. Foram distribuídos materiais educativos, como painéis contemplando as sete fases do comportamento reprodutivo, CDs com informações técnicas e educativas sobre o projeto e informações sobre conservação dos quelônios. A NT sugere que esta ação seja removida pois está repetida (item 4), sendo que este instituto etá de acordo com a remoção para evitar duplicidade de ações.
- *Identificar, implementar e monitorar praias artificiais e praias remanescentes no TVR - Identificar e plotar pontos de desova, definir espécies e quantificar*: A NT informa que dados de monitoramento tem sido levantados para subsidiar a realização desta ação, caso considerada pertinente, no futuro.
- *Reduzir presença humana - Georreferenciar as praias de desova e solicitar ao MPA proibição atividade de pesca; Produzir folhetos/adesivos informativos e placas de orientação sobre as proibições/embargos; Efetuar gestão para reforço da fiscalização*: Segundo a NT, as praias foram georreferenciadas e as placas de sinalização/ orientação foram instaladas. Quanto a proibição da atividade de pesca, vale informar que o período do defeso é entre 15/11 e 15/03, sendo assim, a fiscalização pelos órgãos ambientais durante a desova de quelônio também abrange o período de proibição da pesca. O empreendedor solicita que esta ação seja suprimida pois as ações de fiscalização são de competência dos órgão ambientais e as ações de monitoramento e geração de conhecimento técnico científico estão sendo realizadas, sendo assim, estas atividades nas ações previamente descritas. Este instituto entende que a supressão desta ação não acarretará prejuízo para que as metas do projeto sejam atingidas.
- *Controlar fluxo de embarcações - Orientar embarcações para trafego nas áreas delimitadas e identificadas; Distribuir folheto informativo; Promover reunião com cooperativa dos pilotos de embarcações e Z-70 e demais colônias*: O empreendedor justifica que O controle do fluxo de embarcações não é de competência da NE e que as outras ações estão sendo realizadas para sensibilização dos lideres locais e envolvimento no projeto e na conservação dos quelônios. Além disso, reuniões junto às colônias de pescadores e cooperativa de pilotos tem ocorrido sistematicamente antes do período reprodutivo. A NT solicita que essa ação seja suprimida, no entanto, o Ibama entende que esta deve permanecer no projeto pois, excluindo-se as atividades que são de responsabilidade da Capitania dos Portos, como a sinalização do fluxo das embarcações, as demais atividades, como a sensibilização e orientação dos pilotos e líderes locais devem ser continuadas pelo empreendedor.
- *Pesquisa ligada ao manejo - Definir demandas e linhas de pesquisa para subsidiar manejos*: O documento informa que os conhecimentos específicos relacionados às três espécies de maior interesse da região tem sido gerado tanto no âmbito deste projeto, quanto no projeto de pesquisa de quelônios. Dados biométricos das matrizes, dos filhotes, a razão sexual, dados do comportamento reprodutivo juntamente com outros parâmetros apontados nesta ação tem sido coletados pelas equipes envolvidas no PBA. Afirma ainda que desde o início do projeto tem-se buscado as universidades locais e estaduais que atuam na região para a troca de informações e desenvolvimento de

parcerias para ampliar os resultados dos projetos. A Norte Energia sugere que esta ação seja removida alegando que as ações de pesquisa e monitoramento já estão definidas no âmbito dos projetos de quelônios do programa e estão em curso, alega também que não compete à Norte Energia sugerir demandas e linhas de pesquisa para subsidiar manejo e encaminhar às universidades, Além disso, os parâmetros biológicos mais efetivos para dimensionamento dos impactos do empreendimento, os quais envolvem aspectos da alimentação e reprodução estão sendo levantados e, ao final da etapa de construção do empreendimento, padrões serão estabelecidos para constituírem as bases do monitoramento na fase de operação e indicar futuras medidas de manejo; Por fim, informa que o envolvimento das universidades locais, regionais ou nacionais tem sido buscado desde o início da implantação do PBA para todos os projetos. Entende-se que as justificativas apresentadas são pertinentes, não havendo óbices para a exclusão desta ação.

- *Orientar pesquisadores sobre comportamento nas áreas do PQA*: A NT alega que não compete à NE o desenvolvimento de material de orientação sobre pesquisa e postura dos pesquisadores nos tabuleiros. No entanto, face ao conhecimento adquirido e a 'expertise' das empresas executoras, está sendo elaborado em conjunto com o ICMBio/RAN um material informativo que poderá ser utilizado para tal fim. O empreendedor sugere a retirada da atividade uma vez que não compete ao empreendedor tais orientações, sendo que o Ibama está de acordo com esta exclusão.
- *Ações de Educação Ambiental permanente e Capacitação de parcerias* – Organização comunitária e capacitação de lideranças: Esta ação deve ser retirada pois está repetida.
- *Fiscalizar áreas de desova e entorno* – Estabelecer programa permanente e rotinas: Conforme já discutido, as atividades de fiscalização são incumbência do Estado, portanto não compete ao empreendedor sua realização, sendo que ações de parceria com instituições competentes locais e regionais estão em curso, portanto este instituto está de acordo com a supressão desta ação.
- *Ações de Educação Ambiental (EA) permanente (PBA) – Inserir Planejamento PQA em Educação Ambiental no PBA*: As ações de educação ambiental já estão em curso conforme descrito anteriormente, além disso, o documento afirma que as atividades de capacitação e educação ambiental do PQA/IBAMA são muito mais abrangente e tem foco distinto ao do PBA da UHE Belo Monte, portanto, não é possível inserir o planejamento do PQA em EA nos moldes amplos que são preconizados no âmbito do Projeto Básico Ambiental da Hidrelétrica. Portanto esta ação deve ser retirada.
- *Buscar alternativas de alimentação e renda para as comunidades locais - Articular com parcerias a organização, capacitação e desenvolvimento de projetos de sustentabilidade alimentar e econômica; Avaliar possibilidades para implantar unidades demonstrativas consórcio peixe/quelônios; Promover integração floresta/rio para projetos de revitalização atividades de manejo dos castanhais, açaí, cacau, óleos essenciais, resinas, sementes, artesanato de madeira, palha, cipó, resinas, argila, otimização uso de madeira, e outros:* No âmbito do PBA, tem sido realizadas ações conjuntas considerando o perfil dos comunitários, ribeirinhos e o conjunto dos impactos que estão sendo causados pela implantação da UHE Belo Monte, para que sejam apresentadas alternativas viáveis de geração de renda. Os projetos em curso que focam a área socioeconômica tem focado a população atingida e afetada pelo empreendimento, analisando seu perfil específico e formas de desenvolver ações alternativas e sustentáveis. Por causa do caráter múltiplo das atividades dos comunitários que em determinado momento são pescadores, em outro agricultores, em outro artesãos, comerciantes, piloteiros, etc, a NT recomenda que assuntos afetos à projetos de sustentabilidade econômica, segurança alimentar e geração de renda, sejam capitaneados pela equipe responsável por tais assuntos do PBA. Portanto a Norte

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14577
MP
RUB.

Energia solicita que esta ação seja retirada e que seja incluída outra com a seguinte redação: *"Levantar informações e conhecimentos sobre o uso dos quelônios de modo a oferecer subsídios aos projetos do PBA que focam a busca de alternativas de geração de renda e segurança alimentar"*. Entende-se que não há óbices para a substituição da ação pela acima sugerida, contanto que os projetos de socioeconomia contemple as ações previstas anteriormente.

- *Ações de Fiscalização – Integrar planejamento de fiscalização*: Conforme já discutido anteriormente, as atividades de fiscalização são incumbência do Estado, portanto não compete ao empreendedor sua realização, sendo que ações de parceria com instituições competentes locais e regionais estão em curso, portanto este instituto está de acordo com a supressão desta ação.
- *Diagnóstico de ocupação das APPs para estabelecer zoneamento ambiental; Intensificar processo de fiscalização:* A NT informa que entre os anos de 2013 e 2014 foram realizadas três vistorias em áreas correspondentes e adjacentes às áreas de postura do gênero Podocnemis no Tabuleiro do Embaubal e que estas informações foram enviadas à SEMA e à SEMAT no formato de um Diagnóstico de Ocupação nas Ilhas (APPs). O empreendedor solicita que esta ação seja removida alegando que as ações de intensificação do processo de fiscalização e o estabelecimento de zoneamento ambiental, não competem ao empreendedor e as executoras, no que este instituto está de acordo.
- *Promover Educação Ambiental Permanente*: Esta ação deve ser removida pois está repetida.
- *Sinalizar as áreas protegidas para o manejo de quelônios através de placas informativas*: Esta ação deve ser removida pois está repetida.
- *Pesquisas alternativas para melhoria de renda das comunidades extrativista/indígenas*: A NT sugere retirar esta ação, uma vez que o PBA-CI (PBA Indígena) tem enfoque específico para as questões indígenas e de geração de renda, com dinâmica, estratégias e enfoque próprio. Quanto às comunidades extrativistas, a área de abrangência do projeto não envolve as comunidades das Reservas Extrativistas da região, uma vez que estas comunidades estão fora da área de influência indireta dos impactos. Com base nestas justificativas não há desacordo quanto à remoção desta ação.
- *Levantamento do (monitorar) uso do recurso alimentar*: O documento informa que os conhecimentos específicos relacionados às três espécies de maior interesse da região tem sido gerado tanto no âmbito deste projeto, quanto no projeto de pesquisa e que desde o início do projeto tem-se buscado as universidades locais e estaduais que atuam na região para a troca de informações e desenvolvimento de parcerias para ampliar os resultados dos projetos. Esta ação deve ser removida pois está repetida.
- *Ações de Educação Ambiental Permanente*: Esta ação deve ser removida pois está repetida e ações de integração já estão previstas no escopo do PBA.
- *Promover gestão integrada*: O documento Justifica que todas as informações, resultados, banco de dados, mapas, etc, que estão sendo gerados pelos projetos são repassados sistematicamente ao IBAMA mediante a emissão dos relatórios consolidados. Tais conhecimentos, uma vez analisados e aprovados pelo IBAMA são públicos e poderão ser disponibilizados às instituições oficiais que tratam das políticas públicas de meio ambiente. Portanto, não há desacordo na remoção desta ação conforme solicitado.
- *Monitoria e supervisão permanente*: A Norte Energia solicita a remoção desta ação justificando que não compete à NE realizar a supervisão do projeto, que é realizada pelo IBAMA quando da emissão dos relatórios e vistorias em campo, no que o Ibama está de acordo.

Tendo em vista as justificativas e argumentações expostas anteriormente, a NT apresentou os projetos que deverão compor o programa de quelônios, reestruturados de acordo com os objetivos e metas dos mesmos.

Projeto Pesquisa sobre ecologia dos quelônios

Este projeto tem como objetivos específicos levantar dados de história natural (ecologia) das três espécies de quelônios que ocorrem na região do empreendimento e avaliar a capacidade adaptativa dos quelônios aos novos ambientes formados a partir da formação dos reservatórios da UHE Belo Monte e deverá se estender por quinze anos, o que dará a oportunidade de se estudar a história natural desses animais num extenso período de tempo, a fim de levantar dados mais precisos sobre sua dispersão, suas preferências alimentares, seus hábitats preferidos na região e, com sorte, com referência às fêmeas, ao atingirem a maturidade sexual, seu regresso ao tabuleiro onde nasceram para a primeira postura.

A abrangência deste projeto compreende:

- Área 2 (RESERVATÓRIO DO XINGU): trecho do rio que irá sofrer inundação permanente pela formação do reservatório do Xingu; compreende a calha do rio Xingu (ilhas e margens), desde a Ilha Grande, a montante de Altamira, até a barragem principal no sítio Pimental.
- Área 3 - (TRECHO DE VAZÃO REDUZIDA): trecho do rio Xingu na Volta Grande, sujeito à redução de vazão após a formação do barramento principal. Estende-se desde o barramento principal no sítio Pimental, até a cachoeira de Itamaracá.
- Área 4 - (JUSANTE): porção do rio Xingu desde a cachoeira de Itamaracá até 10 km a jusante de Vitoria do Xingu.
- Área 5 - (RESERVATÓRIO INTERMEDIÁRIO): trecho de terra firme, onde será formado o reservatório Intermediário.
- Área 6 - (BACAJÁ): porção inferior do rio Bacajá, ao longo de um trecho de até 15 km, a partir da sua foz.

As atividades de monitoramento no reservatório Intermediário (Área 5) terão início previsto para o ano de 2016.

Vale ressaltar que a houve um aumento da área de abrangência, cuja região do Bacajá originalmente não era abrangida pelo Programa de Manejo de Quelônios.

Quanto à metodologia, As atividades de campo envolvem a realização do monitoramento dos tracajás, pitiús e tartarugas em seus hábitats alimentares durante a cheia, vazante e enchente, e sua reprodução na estação seca.

Este projeto de pesquisa vem executando as seguintes ações: Implantar radiotelemetria em tartarugas-da-Amazônia; Marcar e recapturar indivíduos adultos; Desenvolver marcadores moleculares - Cálculo da frequência alélica; Genética da conservação - Identificar estrutura populacional; estudar crescimento populacional; pesquisar dinâmica populacional; pesquisar uso de ambientes.

Para as amostragens nos hábitats alimentares, na época de cheia, vazante e enchente, os dados tem sido coletados por meio de avistamentos de animais. Percorre-se de voadeira ou canoa um trecho de cinco quilômetros, sempre em trechos diferentes, tais como a margem do canal principal, margem de ilhas, igarapés, furos e lagos. A densidade é estimada como o número de animais observados por quilômetro de margem percorrida.

Os avistamentos são realizados em vários horários do dia, para tentar observar se há preferência por horário para a atividade de termorregulação. Os trechos do rio são percorridos com canoa de alumínio e motor de popa de 15 ou 40 HP, a uma velocidade média de 7 km/h e, em algumas situações, com canoas de madeira a remo. A observação e identificação dos animais são feitas com o auxílio de um binóculo 8 x 40.

Para cada animal observado são registrados dados de espécie, sexo e faixa etária (filhote, jovem, adulto), quando possível diferenciar. São também registrados o horário em

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14578
MP
RUB.

que o indivíduo está tomando sol, o tipo de substrato (se no barranco ou na água), as condições climáticas, a temperatura do ar, a temperatura da superfície e do fundo da água e a profundidade. Os dados referentes à temperatura do ar e da água são registrados em cada avistamento, utilizando-se termômetros digitais com precisão de 0,1 °C.

Cada ponto onde é identificado um indivíduo ou grupo de indivíduos é georreferenciado com um aparelho receptor de GPS. Todos os dados coletados e as observações são registrados em uma ficha-controle e levados a uma planilha no programa Excel para posteriores análises estatísticas.

Para as análises das proporções de adultos e da razão sexual em cada área amostral e em cada época do ciclo hidrológico (enchente, cheia, vazante e seca) está sendo usado teste quantitativo como Análise de Variância (ANOVA) fatorial, para comparar as diferenças nas médias em cada área e época. Para comparar as variáveis: hora, temperatura média do ar e da água em relação à densidade de animais avistados, está sendo usado o teste de regressão múltipla e correlação de Spearman para dados cuja distribuição não pôde ser normalizada.

Várias técnicas de captura de quelônios estão sendo testadas, como redes de espera do tipo malhadeira, redes de espera e armadilhas fyke net, além de técnicas locais sugeridas por ribeirinhos experientes.

Projeto de Manejo e Conservação de Quelônios de Belo Monte

O objetivo geral deste projeto é realizar atividades de manejo conservacionista durante a reprodução dos quelônios de modo a possibilitar o aumento do sucesso reprodutivo das espécies alvo do projeto, como também buscar o envolvimento das comunidades nas ações de manejo.

As novas metas propostas são as seguintes:

- Levantar parâmetros populacionais das três espécies de quelônios visando estabelecer padrões biológicos relevantes para a conservação e o manejo das espécies durante a fase de implantação do empreendimento.
- Realizar o manejo das posturas de modo a melhorar o sucesso reprodutivo, durante a fase de implantação do empreendimento.
- Avaliar, com base nos dados dos parâmetros monitorados (hidrossedimentológicos, de vazão, características dos sítios reprodutivos, entre outros que possam interferir) o sucesso reprodutivo das espécies de quelônios aquáticos, foco deste projeto, com vistas a indicar diretrizes de manejo e conservação das populações.
- Desenvolver ações participativas no âmbito da educação ambiental com vistas a sensibilizar atores locais.

Este Projeto terá duração de 20 anos e iniciou-se na etapa de construção do empreendimento. O acompanhamento dos parâmetros que estão sendo monitorados será em blocos de cinco anos. No final desse período de cinco anos, haverá uma avaliação desta etapa no sentido de estabelecer as diretrizes para uma nova etapa de mais cinco anos, até completar 20 anos de duração.

A abrangência deste projeto compreende quatro áreas:

- Área 2 (RESERVATÓRIO DO XINGU): trecho do rio que irá sofrer inundação permanente pela formação do reservatório do Xingu; compreende a calha do rio Xingu (ilhas e margens), desde a Ilha Grande, a montante de Altamira, até a barragem principal no sítio Pimental.
- Área 3 - (TRECHO DE VAZÃO REDUZIDA): trecho do rio Xingu na Volta Grande, sujeito à redução de vazão após a formação do barramento principal. Estende-se desde o barramento principal no sítio Pimental, até a cachoeira de Itamaracá.
- Área 4 - (JUSANTE): porção do rio Xingu desde a cachoeira de Itamaracá até 10 km a jusante de Vitoria do Xingu.

- Área 5 - (RESERVATÓRIO INTERMEDIÁRIO): trecho de terra firme, onde será formado o reservatório Intermediário.

As atividades de monitoramento no reservatório Intermediário (Área 5) terão início previsto para o ano de 2016.

Este projeto de manejo é responsável pelas seguintes ações:

1. Monitoramento dos parâmetros reprodutivos das três espécies foco do projeto
2. Ações de manejo nas praias de desova no tabuleiro do Embaubal, na região de montante de Belo Monte (Trecho da Vazão Reduzida e do futuro Reservatório do Xingu)
3. Ações de Educação Ambiental e de Envolvimento Comunitário.

Para realização do manejo das praias e de filhotes foi realizado reconhecimento das praias localizadas no Reservatório do Xingu, no Trecho da Vazão Reduzida, do futuro Reservatório Intermediário e também na região de jusante de Belo Monte.

As áreas potenciais (praias e barrancos) para serem monitoradas foram registradas e verificadas a presença de quelônios com observação direta dos quelônios ou rastros (pegadas) deixados na areia, a detecção de predadores naturais, a observação da presença humana e encontros oportunistas (animais mortos, por exemplo).

Durante o período reprodutivo as praias e /ou ilhas devem visitadas diariamente. Para cada espécime encontrado em comportamento reprodutivo (escavando ninho), após o fechamento da cova, a fêmea é capturada e tomados seus dados biométricos (carapaça – comprimento retilíneo, curvilíneo, largura e altura; plastrão – comprimento e largura; cabeça – largura; e peso), além disso, foram aferidas as temperaturas do ar e areia (cavando 30cm e enterrando o sensor do termômetro). As ameaças aos ninhos e/ou animais foram consideradas em termos de inundação e predação (animais silvestres, animais domésticos, humana).

Os quelônios capturados após a desova devem ser individualmente marcados com cortes retangulares (com auxílio de arco de serra) no centro dos escudos marginais obedecendo a sequência estabelecida por CAGLE (1939). Todas as matrizes capturadas devem ser soltas no mesmo local após os procedimentos de biometria, marcação e pesagem.

Constatada a presença de covas deverão ser instalados dataloggers para medir a temperatura das covas.

Para monitorar os sítios de alimentação e reprodução são realizados transectos ao longo das margens dos rios, igarapés e furos, preferencialmente, nas horas mais quentes do dia (entre 10 e 14 horas) por representar os períodos onde os animais ficam expostos termorregulando. Para cada transecto nas áreas levantadas são percorridos cinco quilômetros, para determinar as densidades das três espécies de Podocnemis. Todas as praias de desova deverão ser georreferenciadas e compor um mapa dos principais sítios reprodutivos deste gênero em estudo.

O monitoramento dos filhotes de *Podocnemis sextuberculata, P. expansa e P. unifilis* dar-se-á de duas formas: saída espontânea e processo manual. O trabalho das equipes normalmente inicia-se às 03:00h, estendendo-se até às 09:30h e as praias e/ou ilhas são vistoriadas diariamente. Lotes indivíduos foram manejados para biometria, os quais logo em seguida são soltos em áreas indicadas como apropriadas para soltura, sendo estas georreferenciadas.

As medidas dos filhotes tomadas – dados biométricos são: carapaça – comprimento retilíneo, largura e altura; plastrão – comprimento e largura; cabeça – largura; e peso.

Para realização das atividades de educação ambiental é realizado um planejamento semestral de forma a indicar quais os eventos naquele período e contatar as instituições envolvidas. No âmbito do planejamento são feitas reuniões junto a equipe responsável pelo PEA da UHE Belo Monte, como também demais instituições parceiras deste projeto, SEMAT e SEMA.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14578
MP
RUB.

As atividades de sensibilização são desenvolvidas em comunidades do entorno dos futuros reservatórios, com a realização de entrevistas com os moradores, aplicando questionário previamente elaborado e analisado de acordo com os objetivos que se pretende atingir.

Devido à importância da Educação Ambiental (EA), dentro de vários seguimentos, o Programa de Manejo de Quelônios da UHE Belo Monte, vê-se inserido no contexto de conscientização ambiental, visto que a usina modificará trechos do rio Xingu, e aspectos comportamentais dos quelônios. Tais fatos geram dúvidas para as comunidades afetadas.

Ações de EA junto às escolas visando sensibilizar alunos e membros escolares sobre a conservação dos quelônios e, abordando a importância da preservação ambiental, explicando os objetivos do Programa Manejo de Quelônios da UHE Belo Monte, devem ser realizadas na região dos municípios de Senador José Porfírio, Altamira e Vitória do Xingu, mediante palestras educativas, atividades lúdicas e campanhas direcionadas.

CONCLUSÃO:

Conclui-se que a reestruturação proposta para os projetos que compõem o Programa de Conservação e Manejo de Quelônios é pertinente e necessária, no entanto, alguns pontos devem ser observados:

- A disponibilização da nova base permanente de fiscalização deve ser mantida como ação prioritária e o projeto executivo deve ser enviado ao Ibama o quanto antes.
- Deve ser mantido o apoio logístico e financeiro para a prefeitura de Senador José Porfírio, conforme o Termo de Cooperação.
- A ação número 7 mencionada anteriormente deve ser mantida com a seguinte redação: "*Implementar projetos de monitoramento e contenção de sedimentos nas praias do Juncal e Embaubal, caso seja constatado impactos decorrentes da deposição de sedimentos nas praias decorrente da Implantação da UHE Belo Monte*".
- *A ação "Controlar fluxo de embarcações - Orientar embarcações para trafego nas áreas delimitadas e identificadas; Distribuir folheto informativo; Promover reunião com cooperativa dos pilotos de embarcações e Z-70 e demais colônias"* deve permanecer no projeto pois, excluindo-se as atividades que são de responsabilidade da Capitania dos Portos, como a sinalização do fluxo das embarcações, as demais atividades, como a sensibilização e orientação dos pilotos e líderes locais devem ser continuadas pelo empreendedor.

2.13 Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande

2.13.1 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias

2.13.1.1 Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira

Conforme relatado no 6º Relatório, o monitoramento da evolução dos "*status*" dos processos minerários junto ao DNPM vem sendo feito de forma contínua. O número de processos na região abrangida pelo projeto mantém-se estável, igual a 30 processos. No período abrangido pelo 6º Relatório foram registradas apenas duas alterações de relevância, sendo uma representada pela mudança de "status" no processo DNPM 851.668/2011 e relativa à mudança de fase de requerimento para autorização de pesquisa, o que alterou o número de processos na fase de requerimento de pesquisa de oito para sete e, consequentemente, também os de autorização de pesquisa, que passaram de 12 para 13.

Foi realizada pelo empreendedor, em 4 de junho de 2014, nova vistoria na região da Volta Grande, tendo se estendido até jusante da foz do rio Bacajá. Também foram visitadas as comunidades do Garimpo do Galo e da Ressaca. Conforme relatado, a vistoria conformou a total paralisação das atividades garimpeiras nas frentes que correspondem às comunidades da Ressaca e Garimpo do Galo, à exceção do Itatá, que não está inserida nas poligonais de titularidade da empresa Belo Sun. O acesso às antigas frentes de garimpo continua não mais sendo possível, uma vez que estão localizadas em propriedades da empresa Belo Sun, titular

dos direitos minerários das referidas áreas. Sobre a empresa Belo Sun Mineração Ltda., foi informado também que a licença prévia ambiental concedida em dezembro de 2013 à empresa e relativa ao projeto Volta Grande de mineração, foi anulada por decisão judicial da subseção judiciária de Altamira.

A campanha de campo de 4 de junho de 2014 também contemplou o trecho de rio próximo à foz do rio Bacajá, já que na campanha anterior havia sido constatada a presença de balsas promovendo atividade garimpeira no local. Conforme o empreendedor, nesta última campanha não foi registrada a presença de equipamentos de dragagem em atividade, tendo sido constatada apenas um conjunto de dragagem estacionado na margem do rio na Aldeia Terrawãgã da TI Arara da Volta Grande.

Em atendimento às metas do Projeto, que prevê a verificação de possíveis efeitos da atividade garimpeira na qualidade da água e na ictiofauna do rio Xingu, foram verificadas, pela Norte Energia, as informações disponíveis em dois projetos do PBA: o Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial e o Projeto de Monitoramento da Ictiofauna.

Com base nos dados obtidos por meio do Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial, o empreendedor concluiu que a contaminação por metais pesados não constitui um problema ambiental relevante para a bacia hidrográfica do baixo rio Xingu, dada à quantidade de amostras processadas e à baixa frequência de detecções de metais pesados, tanto no sedimento quanto na água.

No que tange ao Projeto de Monitoramento da Ictiofauna, foi informado que novos dados da avaliação de metais pesados no tecido muscular do pescado serão apresentados no próximo relatório. Foi informado também que outras análises serão realizadas na continuação da avaliação de metais no pescado, como a definição de espécies bioindicadoras na área de influência do empreendimento, pela escolha das espécies mais frequentes para amostragem e monitoramento, que deverão subsidiar o diagnóstico final sobre um eventual comprometimento ambiental decorrente da atividade garimpeira na região.

2.13.2 Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida

2.13.2.1 Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações

O Sistema de Transposição de Embarcações (STE) definitivo encontra-se implantado e em operação na margem direita do rio Xingu desde o dia 22 de dezembro de 2012. A sinalização definitiva também já se encontra instalada. O 6° Relatório Semestral apresenta os dados sobre o perfil dos usuários do STE, a quantidade de barcos que circulam pelo trecho da ensecadeira da UHE Belo Monte e o número de embarcações que utiliza o sistema de transposição. As informações foram novamente consolidadas no Boletim Diário de Monitoramento do STE, que encontra-se como anexo ao 6° Relatório Semestral.

Os dados apresentados registram que houve um significativo aumento na utilização do STE no período compreendido entre os meses de janeiro e junho de 2014, quando comparado aos períodos anteriormente monitorados. No primeiro semestre de 2014, 959 embarcações se utilizaram do STE, sendo a grande maioria composta por barcos de madeira com peso inferior a uma tonelada - 779 embarcações. O aumento do número de usuários para o STE foi creditado às grandes vazões ocorridas no rio Xingu no primeiro semestre de 2014.

O relatório semestral ainda informou que foi instalada uma caixa de sugestões e disponibilizado um livro de reclamações para os usuários, mas que nenhum dos dois instrumentos foram utilizados no período. O empreendedor também aplicou questionário para 127 usuários para avaliar o perfil e o nível de satisfação com o Sistema de Transposição de Embarcações, em aspectos como atividade de embarque e desembarque, segurança da operação, tempo de transposição, instalação de apoio, atendimento dos operados, transporte de vans, sinalização de orientação e carreta/trator. Verifica-se que em uma escala de 0 a 10, os

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1458
MP
RUB.

serviços e estruturas do STP obtiveram média de 8,7, com a atividade de embarque e a carreta/trator tendo a melhor avaliação (8,8) e as instalações de apoio com a pior nota (8,5).

O 6° Relatório Semestral informa que não houve reclamação de avarias em embarcações durante o período entre os meses de janeiro e junho de 2014. Também foi esclarecido que as quatro reclamações de avarias, feitas entre fevereiro e maio de 2013, foram atendidas e os danos nas embarcações foram reparados pela Norte Energia.

No que se refere à verificação de compatibilidade de estrutura/demanda do STE, não foram apresentados os dados informando o tempo médio de transposição de embarcações que utilizam o travel-lift e carretas, principalmente em horários de pico. Recomenda-se que estas informações sejam encaminhadas para que se possa avaliar a adequação da estrutura do STE hoje existente, com a demanda atual e a projetada para 2015. É importante frisar que o desvio do rio, com o fechamento total do canal direito do rio Xingu, está previsto para ocorrer em 2015 e obrigará que o STE seja utilizado por todas as embarcações.

Recomendação:

A Norte Energia deve apresentar, no próximo relatório, o tempo médio de transposição de embarcações que utilizam o travel-lift e carretas, principalmente em horários de pico para que se possa avaliar a adequação da estrutura do STE hoje existente, com a demanda atual e a projetada para 2015.

2.13.2.2 Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção

Projeto em atendimento. As ações realizadas no período coberto por este 6ºRC, bem como todas as propostas de encaminhamentos, estão em alinhamento com o planejamento das metas, o cronograma de trabalho e a gestão deste projeto, cujos resultados das atividades e seu monitoramento contribuem para o delineamento de um panorama regional da navegabilidade e escoamento da produção. Solicita-se, portanto, que conste no 7ºRC informações sobre o andamento de todos os encaminhamentos propostos neste projeto, ressaltando:

- o acompanhamento, dentro da esfera de atuação do empreendedor, dos desdobramentos do processo de implantação de empreendimento minerário em trecho da Volta Grande, cujas ações, caso ocorram, impactarão diretamente alguns aspectos da vida de parte da população daquela localidade, em especial relacionados ao uso do rio Xingu. Tal ação também está sendo acompanhada por este órgão ambiental, incluindo a análise sobre a alteração de localização de escola municipal de Senador José Porfírio devido à influência das futuras ações da mineradora;
- o acompanhamento, dentro de sua esfera de atuação, do processo de construção de ponte na BR-230 sobre o rio Xingu, entre as localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal;
- avanços no desenvolvimento dos estudos sobre a formulação de uma rede de transportes intrarregional, cujas possibilidades de viabilização e execução poderão ser compartilhadas com o poder público. Reafirma-se, contudo, que os estudos para a diversificação das alternativas de transporte na região da Volta Grande não prescindem da manutenção das condições adequadas de navegabilidade do rio Xingu antes e depois da instalação do TVR, tomando por base as peculiaridades da navegação regional pré-existentes à construção da usina de Belo Monte;
- a apresentação das informações levantadas no âmbito deste projeto 14.2.2 (localização, causas e consequências) que serão repassadas aos outros projetos interligados, no intuito de contribuir na elaboração e implantação de medidas mitigadoras para possíveis dificuldades à navegabilidade e ao escoamento da produção, sobretudo no TVR. E mais uma vez, ressalta-se a importância da manutenção do fluxo de informações por dentro da Comissão do Plano de

Gerenciamento Integrado da Volta Grande, medida que vem sendo adotada pela equipe implementadora deste projeto.

2.13.2.3 Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande

Projeto em atendimento e alinhado com as principais metas e prazos previstos no PBA. As atividades previstas para o segundo semestre de 2014 devem ser mantidas prevendo a continuidade do acompanhamento das dinâmicas econômica e social das populações da Volta Grande. Assim, em conjunção com o projeto 14.2.2 e já mencionadas na análise daquele projeto, as possíveis interferências de outras obras e processos alheios ao licenciamento ambiental federal, mas impactantes na região em estudo, deverão continuar a ser acompanhadas e relatadas pelo empreendedor e pelo Ibama. O objetivo destes acompanhamentos é a realização das mitigações necessárias e possíveis aos impactos causados às populações locais, naquilo que for cabível no âmbito do processo de licenciamento da UHE Belo Monte.

Solicita-se para constar no 7ºRC as seguintes informações:

- continuidade do repasse das informações levantadas pelo projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande aos projetos com interfaces e à Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande. Neste aspecto, recomenda-se que seja dada especial atenção, durante as pesquisas de monitoramento e levantamento de questionamentos da população, às demandas apresentadas pelos pescadores da Volta Grande. Este segmento socioeconômico vem registrando reclamações a respeito da existência de vários impactos da obra sobre suas vidas e atividade econômica. Mesmo havendo outros projetos no PBA de Belo Monte que cuidem do tema da pesca, o afluxo de informações da região proveniente das ações do 14.2.3 é dinâmico e abrangente, alcançando as condições de vida dos pescadores e ribeirinhos neste momento de instalação da obra da usina. Esta abrangência de atuação do 14.2.3 deverá auxiliar na identificação e confirmação, ou não, dos impactos relatados, relacionados à iluminação dos canteiros, explosões, turbidez da água do rio Xingu, assoreamento de trechos do rio, desmate das ilhas e perda de áreas de igapó, entre outros;
- andamento e resultados do período para o curso de formação de Educadores Ambientais Populares para o Ensino formal e não Formal para as comunidades da Volta Grande;
- andamentos dos estudos de abordagem antropológica para outras comunidades urbanas e rurais da Volta Grande (apontar quais), nos moldes feitos para a comunidade de Nova Conquista.

2.13.2.4 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial

O Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial foi avaliado em 03 principais eixos, a saber: (i) levantamentos da infraestrutura fluvial a ser recomposta; (ii) identificação dos trechos fluviais de difícil passagem para as embarcações no TVR; e (iii) acompanhamento da sinalização de segurança e alerta das obras da UHE Belo Monte. Conforme procedimento adotado nas avaliações anteriores, a análise das informações contidas no relatório será realizada de modo separado pelas atividades previstas no PBA, para facilitar o entendimento.

<u>Detalhamento do Projeto de Engenharia do Sistema de Transposição de Embarcações e do Plano de Contingências</u>

Atividade realizada.

<u>Identificação dos locais a terem o acesso restrito ou a serem interditados para a navegação em função de medidas de segurança durante o período de obras</u>

A sinalização para a navegação, nos pontos em que foram identificados dificuldade ou impedimento de acesso pelas obras já foi instalada pelo empreendedor. O empreendedor

COHID/DILIC/IBA
FLS. 14581
MP
RUB.

informou que, em função das vazões ocorridas na cheia de 2014, houve o deslocamento de algumas boias de sinalização de rota de navegação do Sítio Pimental e que realizarão o reposicionamento das mesmas no período de vazante.

O empreendedor ainda aponta que, adicionalmente, estão sendo levantados, no âmbito do Projeto de Monitoramento da Largura, Profundidade e Velocidade das Seções do TVR, os obstáculos naturais à navegação no TVR (rio Xingu e rio Bacajá), sendo a terceira campanha tendo sido realizada entre os dias 23 e 24 de outubro de 2013. O relatório informa ter identificado diversos pontos que atualmente possuem restrição de navegação, incluindo dois pontos (cachoeiras Paratizão e Seca Farinha) que não puderam ser monitorados pela grande dificuldade de navegação no período seco. A maioria dos locais com restrição de navegação se concentra nas proximidades da Terra Indígena Paquiçamba. É importante ressaltar que, no momento da coleta de dados do monitoramento, o rio Xingu estava com vazão de 1.142 m³/s, superior à mínima prevista no Hidrograma de Consenso.

Identificação das infraestruturas, como atracadouros e outras estruturas que devem ser recompostas

O empreendedor identificou que as estruturas fluviais a serem recompostas estão todas localizadas na cidade de Altamira. Pelo levantamento apresentado, serão afetados pelo enchimento do reservatório (i) os portos de Altamira que servem como locais de desembarque de pessoas e cargas, sede de empresas e cooperativas que prestam serviços de navegação e comércio de apoio; e (ii) os estaleiros de carpinteiros e construtores navais de Altamira. Considerando a localização destas estruturas, a Norte Energia optou por tratar a recomposição destas estruturas em conjunto com o Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, componente do Programa de Intervenção em Altamira.

Discussão das propostas de recomposição da infraestrutura afetada e das restrições de navegação com a população e organismos representativos do Poder Público

Comunicado e informativo aos usuários e operadores do sistema de transporte fluvial das eventuais restrições e cuidados a serem tomados

A Norte Energia informou que foram realizadas, entre os dias 7, 8 e 9 de agosto de 2013, reuniões com aquaristas, armadores e trabalhadores do setor naval; e barqueiros e proprietários de empresas de locação de embarcações. Como encaminhamento das reuniões, foi realizada vistoria à orla do Xingu no mês de setembro de 2013, com o objetivo de subsidiar a equipe do referido projeto com informações sobre a dinâmica de uso dos locais de embarque e desembarque de passageiros e cargas em Altamira. Também foi relatado o repasse de dados importantes para o planejamento da recomposição da infraestrutura, tais como o número de embarcações que atracam nos portos da orla de Altamira e a dinâmica de funcionamento e uso daqueles espaços aos técnicos responsáveis.

Análise e acompanhamento dos projetos de sinalização e alerta na obra

Em vistoria realizada no período do 6° Relatório Consolidado, verificou-se que houve o deslocamento de algumas boias de sinalização de rota de navegação do Sítio Pimental em função das vazões ocorridas na cheia de 2014. O reposicionamento das boias será realizado no período de vazante.

Proposição e implementação de medidas, subsidiado pelos resultados dos Projetos de Monitoramento do Dispositivo de Transposição e da Navegabilidade, melhorias para o funcionamento do sistema, locais críticos no que tange alterações no tráfego de embarcações

O Sistema de Transposição de Embarcações está em operação e, no período entre julho e dezembro de 2013, permaneceu a opção da maioria das embarcações em não utilizar o STE para transpor o trecho próximo ao Sítio Pimental. Conforme avaliação presente no Programa de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações, o 5° Relatório Semestral não apresentou a continuação da avaliação de satisfação das pessoas que utilizaram o STE, tampouco apresentou quais as principais reclamações dos usuários.

Recomendações:

Recomenda-se que no próximo relatório semestral já seja feita uma avaliação sobre as restrições de navegação no TVR, com base nos dados já obtidos pelos diversos programas do PBA e que sejam iniciadas as discussões sobre possíveis ações.

2.14 Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios

Este plano será analisado por parecer específico.

3. ACOMPANHAMENTO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO N° 795/2011

A seguir são arroladas as condições específicas da Licença de Instalação n° 795/2011, com o acompanhamento de sua execução até a presente data. Para fins de análise serão consideradas as seguintes categorias:

- **Condicionante atendida:** após análise, o item foi considerado como cumprido.
- **Condicionante em atendimento:** no momento não existe pendência identificada; trata-se de ações que estão em curso e que terão conclusão no futuro ou de ações contínuas.
- **Condicionante parcialmente atendida:** quando foi identificada alguma pendência.
- **Condicionante não exigível:** será exigida para a próxima fase.
- **Condicionante não atendida:** após análise da informação, conclui-se que os documentos apresentados não atendem o disposto no item da licença.

2.1 Implementar os programas e projetos inseridos nos planos elencados abaixo, em acordo com o conteúdo e cronograma[1] aprovado por este Ibama:

a)Plano de Gestão Ambiental
b)Plano Ambiental de Construção
c)Plano de Atendimento à População Atingida
d)Plano de Requalificação Urbana
e)Plano de Articulação Institucional
f)Plano de Relacionamento com a População
g)Plano de Saúde Pública
h)Plano de Valorização do Patrimônio
i)Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais
j)Plano de Gestão de Recursos Hídricos
k)Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres
l)Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos
m)Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande
n)Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios

Condicionante parcialmente atendida. Conforme pode ser verificado na análise do item 2 deste Parecer, existem programas e projetos que não vêm cumprindo o cronograma previsto, ou não estão sendo implementados a contento.

2.2 Apresentar relatórios relativos ao Planos, Programas e Projetos com periodicidade semestral, com exceção daqueles que exigem frequência distinta. Os relatórios devem conter os dados brutos e a análise elaborada por responsável técnico competente. Deverão ser entregues em versão impressa e digital, constando sumário, numeração das páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART (quando pertinente) e número no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

Condicionante atendida. Foi apresentado o relatório referente ao período de janeiro a junho de 2014, contendo os itens solicitados por esta condicionante.

[1] - O cronograma de implantação dos planos socioambientais está associado ao cronograma de implantação do empreendimento.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14582
RUB.

2.3 Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, documento intitulado: "Projeto Básico Ambiental – versão final" elaborado a partir do PBA – março de 2011 e incorporando as alterações efetuadas nos seguintes documentos:
a)Nota Técnica de Esclarecimento sobre o PBA da UHE Belo Monte, encaminhada pela NESA por meio do documento NE 075/2011-DS;
b)Documentos CE 0146 e 0147/2011-DS referentes ao atendimento do Ofício n° 471/2011/DILIC/IBAMA; e
c)Ofício n° 510/2011/DILIC/IBAMA – referente aos ajustes a serem efetuados no PBA – março 2011.

Condicionante parcialmente atendida. Não houve alterações em relação à análise do Parecer Técnico n° 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.4 Estão bloqueadas e dependerão de avaliação e aprovação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental a execução das atividades de implantação/melhorias relativas à: Travessões 50, 52 e 55; acesso ao porto; LT 138 kV; RD 34,5 kV; LT 230 kV; LT 500 kV; exploração de jazidas e às atividades de botafora. Para instruir a avaliação mencionada, o empreendedor deverá apresentar as seguintes informações:
a)Para os Travessões dos Km 50; 52; 55 e acesso ao porto:
I. apresentar os projetos geométricos, nos moldes daqueles apresentados para os Travessões 27 e 45; e
II.*prever, no projeto a ser apresentado, a implantação de dispositivos com vistas à manutenção dos fluxos d'água nos igarapés a serem interceptados.*
b)Para as Linhas de Transmissão para suprimento dos canteiros (LT 138kV; RD 34,5kV):
I. apresentar os projetos básicos de engenharia com os traçados definitivos, plotados sobre imagem de alta resolução da região, discriminando as faixas de servidão e os acessos que eventualmente serão abertos para suas instalações.
c)Para as Linhas de Transmissão para escoamento da energia da usina (LT 230kV; LT 500kV):
I. apresentar os traçados definitivos, plotados sobre imagem de alta resolução da região, discriminando as faixas de servidão e os acessos que eventualmente serão abertos para suas instalações.
d)Para as explorações de jazidas e as atividades de botafora:
I. apresentar o detalhamento das atividades prevendo o uso otimizado do material escavado excedente, utilizando-o, conforme permitir a logística envolvida, nos projetos de estradas, acessos, ações antecipatórias e demais estruturas associadas ao empreendimento; e
II.apresentar memorial descritivo das áreas selecionadas e das atividades a serem empregadas em cada polígono, com destaque para as jazidas de areia localizadas no leito do rio Xingu e para as pedreiras, discriminando as extrações realizadas em área seca e área molhada.
Parágrafo único – Para todas as estruturas tratadas nesta condicionante (2.4), o empreendedor deverá apresentar os arquivos no formato shapefile, discriminando: (i) as áreas que serão intervidas e (ii) as áreas que serão ocupadas pelas faixas de servidão (quando aplicável). As informações deverão contemplar os traçados definitivos e os acessos eventualmente abertos para a instalação e manutenção das estruturas.

Condicionante em atendimento. Os pareceres n.ºs 143/2011, 168/2012, 4933/2013, 7244/2013 e 1553/2014 apresentaram os desbloqueios de uma série de atividades. Desta forma, serão apresentadas abaixo apenas as atividades que foram objetos de solicitação de desbloqueio e as que foram debloqueadas após a publicação do Parecer n.° 1553/2014.

<u>Linhas de Transmissão para escoamento da energia da usina</u>

O Ibama, por meio do Ofício 02001.000745/2014-06 DILIC/IBAMA, de 27 de janeiro de 2014, solicitou que fossem encaminhadas as informações vinculadas aos aspectos socioeconômicos de implantação da LT 500kV, tais como o número de famílias e perfil socioeconômico dos impactados pelo projeto, plano de comunicação previsto junto à população interferida, detalhamento das opções de tratamento que serão ofertadas aos atingidos e especificação das interferências relativas ao processo construtivo da Linha de Transmissão nas comunidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Restavam também as informações complementares da LD 13,8 kV, solicitadas pelo Ibama por meio do Ofício 02001.010792/2013-79 DILIC/IBAMA.

Em 9 de maio de 2014 a Norte Energia, por meio da correspondência CE 138/2014-DS, encaminhou os seguintes documentos em atendimento ao Ofício 02001.000745/2014-06 DILIC/IBAMA: (i) Relatório dos aspectos socioeconômicos da implantação da LT 500kV e opções de tratamento a serem concedidas as famílias interferidas; (ii) Plano de Comunicação implementado junto a população interferida; (iii) Relatório do Cadastro Socioeconômico aplicado junto as famílias ocupantes do loteamento Mário Andreazza, localizado no povoado de Belo Monte do Pontal – município de Anapu/PA.

Em 9 de maio de 2014 foi realizada reunião técnica no Ibama-sede para tratar sobre os aspectos socioeconômicos para implantação das LT's 500kV e 13,8kV. Na ocasião, nova complementação de informações técnicas foram solicitadas pela equipe do Ibama.

Em 15 de maio de 2014 a Norte Energia, por meio da correspondência CE 149/2014-DS, encaminhou os seguintes documentos: (i) Relatório do Cadastro Socioeconômico aplicado junto às famílias ocupantes da propriedade de Vagner Viana de Melo (UHE-BM-LT500kV-025), localizada no povoado de Belo Monte; (ii) Cadastros Físicos Patrimoniais aplicados nos imóveis do loteamento Mário Andreazza, localizado no povoado de Belo Monte do Pontal; (iii) Cadastro Físico Patrimonial aplicado na propriedade de Vagner Viana de Melo, localizada no povoado de Belo Monte.

Em 22 de maio de 2014 a Norte Energia, por meio da correspondência CE 160/2014-DS, encaminhou as aprovações oficiais das prefeituras municipais de Anapu/PA e Vitória do Xingu/PA de novas áreas de expansão urbanas nas localidades de Belo Monte do Pontal e Belo Monte que não tenham interferências com as linhas 500kV e 13,8kV.

O Ibama, por meio da Nota Técnica n.º 1067/2014 COHID/IBAMA, analisou os documentos protocolados pela Norte Energia, concluindo pela manutenção dos traçados das linhas LT's 500kV e 13,8kV propostos pelo empreendedor por meio do documento CE 234/2013-DS, dada à inviabilidade técnica de alteração dos traçados. Neste sentido, todas as linhas de transmissão associadas ao escoamento de energia elétrica da UHE Belo Monte até as subestações mais próximas já foram autorizadas pelo Ibama.

Jazidas e áreas de bota-fora

A Norte Energia solicitou, por meio do documento CE 0144/2014-DS, o desbloqueio de áreas de bota-fora e leiras localizadas na área de inundação do futuro reservatório Intermediário. O Ibama analisou a solicitação através da Nota Técnica n.º 1008/2014 COHID/IBAMA e, por meio do Ofício n.º 02001.006298/2014-91 DILIC/IBAMA, datado em 17 de junho de 2014, autorizou o desbloqueio dos bota-foras BF-24, BF-25, BF-26, BF-27 e BF-28, localizados na região do reservatório Intermediário, e leiras, localizadas ao longo da vala de drenagem de jusante do Canal de Derivação.

A Norte Energia solicitou, por meio do documento CE 0183/2014-DS, o desbloqueio de novas áreas de empréstimo de solos, localizadas no sítio construtivo Belo Monte. O Ibama analisou a solicitação através da Nota Técnica n.º 1212/2014 COHID/IBAMA e, por meio do Ofício n.º 02001.007202/2014-10 DILIC/IBAMA, datado em 7 de julho de 2014, autorizou o desbloqueio das áreas de empréstimo de solos J5A1, J5A2, B2, B3 e C, localizadas no canteiro Belo Monte.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14583
MP
RUB.

2.5 Apresentar documento com o detalhamento das implicações ambientais associadas a: (i) retirada do vertedouro complementar; e (ii) definição do número de diques e quais deles deverão contar com um sistema de vazão sanitária. A anuência deste Instituto para as referidas alterações dependerá de apreciação do mencionado documento.

Condicionante atendida. Esta condicionante encontra-se atendida, conforme análise exposta no Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.6 No que tange à navegação na Volta Grande do rio Xingu e no rio Bacajá:
a)Apresentar os Projetos Básicos de Engenharia do Mecanismo de Transposição Provisório e Definitivo, para manifestação da Funai e aprovação do IBAMA, prévias ao início de sua implantação.
b)Seguir as diretrizes e orientações da Capitania dos Portos quanto ao sistema de sinalização e alerta previsto para ser implantado no trecho do rio Xingu, próximo ao sítio Pimental.
c)*Não interromper o fluxo de embarcações até que o sistema provisório de transposição de embarcações esteja em pleno funcionamento. Tal restrição aplica-se inclusive para as obras de engenharia previstas para o sítio Pimental.*
Parágrafo Único - O início do lançamento das ensecadeiras principais do Sítio Pimental não está autorizado até aprovação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental. A referida aprovação fica condicionada:
I. ***Para as ensecadeiras de 1ª fase – 1ª etapa***[2]*: efetuar tratativas com a Comunidade São Pedro, de forma conjunta com o IBAMA, de modo a esclarecer àquela comunidade quanto aos impactos previstos para afetá-los, e as respectivas ações mitigatórias/compensatórias;*
II.***Para as ensecadeiras de 1ª fase - 2ª etapa***[3]*: manifestação favorável da FUNAI e avaliação do IBAMA quanto ao detalhamento do(s) mecanismo(s) de transposição de embarcações. O cronograma de implantação e início de operação, deverá se apresentar compatível com o caráter preventivo do mecanismo em relação aos impactos em questão.*

Condicionante atendida. Esta condicionante encontra-se atendida, conforme análise exposta no Parecer n.º 7244/2013 COHID/IBAMA.

2.7 No que tange aos estudos referentes à qualidade de água:
a)Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, modelagem matemática de qualidade para os igarapés de Altamira, contemplando: (i) simulações que considerem os piores cenários de rebaixamento do reservatório do Xingu; e (ii) propostas que visem melhorar a qualidade de água nos igarapés de Altamira para as condições de reservatório com nível inferior à cota 97 metros.
b)Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de trabalho a ser desenvolvido ao longo da instalação do empreendimento, com vistas a executar as ações prévias necessárias à calibração e à validação dos modelos matemáticos de qualidade da água apresentados. A calibração e a validação deverão ser realizadas durante a fases de enchimento e estabilização dos reservatórios. A proposta deverá seguir as recomendações do estudo denominado "Modelagem Matemática da Qualidade da Água" da Norte Energia S.A de abril de 2011.
c)*Apresentar, 1 (um) ano antes do enchimento do reservatório do Xingu, modelagem matemática de qualidade da água que considere as fases de enchimento e estabilização dos reservatórios, utilizando dados de qualidade da água e meteorológicos proveniente dos monitoramentos a serem realizados no âmbito dos programas e projetos do PBA. Esta modelagem deverá considerar a vegetação a ser inundada, avaliando diferentes cenários, incluindo o proposto no EIA, e ainda deverá:*

[2] - Ensecadeira de 1a fase e 1a etapa: ensecadeira lançada para alcançar a Ilhas Pimental.
[3] - Ensecadeira de 1ª fase e 2ª etapa: atividades de fechamento dos canais do rio Xingu situados entre as ilhas da Serra e Marciana.

I. Avaliar a possibilidade de ocorrência de estratificação térmica, principalmente nos pontos de baixa circulação no reservatório Intermediário;
II.Avaliar a possibilidade de acúmulo, mobilização e contaminação da cadeia trófica por metais pesados – as concentrações de alguns metais pesados são naturalmente altas nas águas da região e podem causar acumulação nos dendritos do reservatório Intermediário;
III.Vir acompanhada por parecer de um especialista em ictiofauna quanto ao impactos que a qualidade da água prognosticada possa causar aos peixes da região; e
IV.*Apresentar medidas de mitigação e/ou corretivas, principalmente para o reservatório Intermediário e igarapés de Altamira.*

Condicionante em atendimento. *Item a* – Conforme registrado no Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/ IBAMA, este item se encontra atendido.

Item b – Conforme registrado no Parecer n.º 7244/2013 COHID/IBAMA, este item se encontra atendido.

Item c – Item em atendimento. A Norte Energia apresentou, por meio do documento CE 187/2014-DS, protocolado em 23 de junho de 2014, o prognóstico da qualidade da água, obtido por meio de modelagem matemática, para os compartimentos reservatório do Xingu, reservatório Intermediário, Trecho de Vazão Reduzida e Trecho de Restituição de Vazão.

Cabe informar que os enchimentos dos reservatórios do Xingu e Intermediário estão previstos para setembro e novembro de 2015, respectivamente.

A modelagem matemática foi analisada pela equipe técnica por meio do Parecer n.º 02001.004800/2014-29 COHID/IBAMA.

Apesar de a Norte Energia apresentar o que se pede na condicionante, ainda existem alguns pontos que carecem de esclarecimentos por parte do empreendedor.

2.8 Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto de monitoramento hidrossedimentológico, na região onde se encontram os bancos de areia – ria do Xingu, contemplando:
a)As recomendações apresentadas pelo "Estudo complementar de hidrossedimentologia a jusante da casa de força principal";
b)O monitoramento do tráfego de embarcações na ria do Xingu; e
c)*A previsão de ações para evitar a erosão nos bancos de areia, bem como a interferência sobre os hábitos dos quelônios.*

Condicionante atendida. Esta condicionante se encontra atendida, conforme análise exposta no Parecer n.º 7244/2013 COHID/IBAMA. A Norte Energia segue apresentando semestralmente relatórios específicos do Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu).

2.9 Apresentar, previamente às intervenções nos corpos d'água, as Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, referentes às captações de água e lançamento dos esgotos, relativas aos Canteiros de Obra de Bela Vista e do Canal de Derivação, a serem emitidas pelo órgão competente.

Condicionante em atendimento. Conforme relatado no 6º Relatório, durante o primeiro semestre de 2014 o CCBM não fez solicitações de novos pedidos de outorga.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14584
RUB.

2.10 Em relação à implantação do saneamento básico, atender o cronograma exposto abaixo:

Ação	*Previsão*	*Altamira*	*Vitória do Xingu*	*Belo Monte*	*Belo Monte do Pontal*
Ações Imediatas	*Início*	*24/05/2011*	*24/05/2011*	-	-
	Término	*30/10/2011*	*30/10/2011*		
Abastecimento de água	*Início*	*25/07/2011*	*25/06/2011*	-	-
	Término	*25/07/2014*	*25/06/2014*		
Esgotamento sanitário	*Início*	*25/07/2011*	*25/06/2011*	*25/06/2011*	*25/06/2011*
	Término	*25/07/2014*	*25/06/2014*	*31/03/2012*	*31/03/2012*
Aterro sanitário	*Início*	*30/06/2011*	*30/06/2011*	*30/09/2011*	*30/09/2011*
	Término	*30/06/2012*	*31/12/2012*	*31/03/2012*	*31/03/2012*
Projeto Básico de Remediação do Lixão	*Início*	-	-	-	-
	Término	*01/12/2011*			
Remediação do Lixão	*Início*	-	-	-	-
	Término	*25/07/2014*			
Drenagem Urbana	*Início*	*31/03/2012*	*31/12/2011*	*31/12/2011*	*31/12/2011*
	Término	*30/06/2014*	*31/12/2012*	*30/06/2012*	*30/06/2012*

Condicionante parcialmente atendida. A presente condicionante faz referência às obras relativas ao saneamento básico previstas no PBA da UHE Belo Monte e explicita os prazos definidos nos cronogramas apresentados junto aquele documento. A análise do estágio de implantação de cada uma das ações registradas na tabela foram descritas no item intitulado "Andamento dos Programas Ambientais" deste Parecer – Plano de Requalificação Urbana.

Um ponto de atenção importante identificado durante vistorias de campo realizadas pela equipe técnica diz respeito à operação da infraestrutura de saneamento implantada pela Norte Energia nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu. Parte desta infraestrutura já foi repassada às municipalidades, porém foi constatado que estas não têm operado os sistemas de saneamento de forma adequada, apesar da capacitação de funcionários das prefeituras que o empreendedor afirma ter realizado. Em alguns casos, foi observado cenário de abandono por parte das prefeituras de sistemas recém-implantados pela Norte Energia. O prejuízo, neste caso, fica para a população local, considerando que saneamento básico está intimamente relacionando com a saúde pública. Talvez seja necessário que governo federal articule junto as prefeituras para que o legado das obras de saneamento seja conduzido de forma desejável.

2.11 Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de saúde e educação disponibilizados às municipalidades da AID. A avaliação deverá contemplar a projeção da demanda no semestre subsequente e apresentar manifestação conclusiva quanto à necessidade de implantação de ações antecipatórias adicionais.

Condicionante atendida. Atendida para o período referente ao 6º Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental. Além da necessidade de implementação de um Plano de Ação para Obras de Educação, com vistas a atender a demanda para 2012, as análises de suficiência que vêm sendo efetuadas no âmbito do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos têm demonstrado que os equipamentos implantados pela Norte Energia têm atendido à demanda provocada pelo empreendimento.

2.12 Implantar integralmente os equipamentos de saúde e educação, conforme prazos e especificações assumidos junto às prefeituras municipais, sem extrapolar o cronograma apresentado no documento "Resposta ao Ofício nº 471/2011 – DILIC/IBAMA", encaminhado por meio do ofício CE 0147/2011 – DS. Apoiar a manutenção dos equipamentos disponibilizados até a entrada em operação do empreendimento.

Em relação aos prazos de implantação dos equipamentos, não houve alterações em relação à análise do Parecer Técnico 4933/2013/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.13 Definir, em comum acordo com as prefeituras municipais, medidas antecipatórias adicionais voltadas à disponibilização de equipamentos de saúde e educação, sempre que o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos apontar um incremento crítico[4] na demanda aos serviços públicos em questão. A disponibilização de equipamentos adicionais de saúde e educação deverá ser feita sempre de forma antecipada ao esgotamento da capacidade de atendimento dos serviços públicos.

Condicionante em atendimento. Semestralmente são efetuadas análises de suficiência no âmbito do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos. Até o momento, houve a necessidade da implementação de um Plano de Ação para Obras de Educação, com vistas a atender a demanda para 2012.

2.14 Em relação ao Cadastro Socioeconômico:
a) Realizar os levantamentos por meio de profissionais capacitados para a execução desta atividade, aptos para identificação e diferenciação das categorias presentes no questionário;
b) Divulgar nas localidades as atividades de cadastramento, previamente a sua execução, garantindo o esclarecimento adequado do público-alvo, inclusive quanto ao período de sua realização;
c) Aplicar os questionários de forma isenta, evitando que o cadastrador induza as respostas;
d) Divulgar e disponibilizar em locais públicos os resultados do cadastro, durante 30 (trinta) dias, contendo a lista dos atingidos objeto do CSE por setor, para eventual correção de distorções ou inclusão de atingidos não detectados; e
e) *Garantir que todos os atingidos sejam cadastrados.*

Condicionante atendida. As questões orientativas acima foram observadas ao longo do processo pelo empreendedor. A Norte Energia, por meio da correspondência CE 316/2014-DS, protocolada em 31 de outubro de 2014, encaminhou ao Ibama relatório final do cadastro socioeconômico em áreas rurais interferidas pela UHE Belo Monte. O cadastro urbano já havia sido concluído anteriormente.

2.15 A população interferida deverá ter livre acesso ao Cadastro Socioeconômico, Caderno de Preços, mapas e laudos de avaliação de suas propriedades, onde deverão ser apresentados de forma discriminada, a relação das benfeitorias indenizadas e respectivos valores.

Condicionante em atendimento. A Norte Energia tem apresentado indicativos de atendimento às questões orientativas da condicionante.

2.16 Deverá ser garantida a plena liberdade de escolha da população quanto aos diversos tipos de tratamento indenizatório previstos no PBA, observadas as modalidades disponíveis para cada público.

Condicionante em atendimento. A Norte Energia tem apresentado indicativos de atendimento às questões orientativas da condicionante.

2.17 Implantar os Fóruns de Discussão Permanente com regras e critérios comuns que evitem tratamento díspares acerca de casos similares e divergência de procedimentos entre os diversos fóruns a serem criados.

---

[4] - Incremento crítico é aquele que excede a capacidade de atendimento proporcionada pelas ações antecipatórias implementadas pelo empreendedor.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14585
MP
RUB.

Condicionante em atendimento. A Norte Energia tem apresentado indicativos de atendimento às questões orientativas da condicionante.

2.18 Em relação à implantação da Área de Preservação Permanente – APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal:
a)Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão do Cadastro Socioeconômico, a proposta de delimitação final da APP com largura média de 500 (quinhentos) metros, para avaliação e aprovação do IBAMA; e
b)*Adquirir as áreas destinadas a compor a APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal.*
Condicionante em atendimento. Adicionalmente ao que foi exposto no Parecer 1553/2014 COIHID/IBAMA, o Ibama analisou a Nota Técnica NT_SFB-N°002_PACUERA_10_02_14_LEME "Definição da APP Variável no Entorno dos Reservatórios", encaminhada pela Norte Energia por meio da correspondência CE 041/2014-DS. A análise em questão foi registrada na Nota Técnica 02001.001427/2014-54 COHID/IBAMA, de 12 de agosto de 2014, que listou uma série de lacunas a serem esclarecidas pelo empreendedor que poderiam alterar de maneira significativa o desenho final da APP dos reservatórios da UHE Belo Monte.

Em atendimento ao Ofício 02001.009031/2014-55 DILIC/IBAMA, que encaminhou a Nota Técnica 02001.001427/2014-54 COHID/IBAMA, a Norte Energia protocolou o documento NT_SFB_N°003_PACUERA_10_10_14_LEME por meio da correspondência CE 0295/2014-DS. Em análise preliminar, a equipe técnica do Ibama identificou inconsistências nos dados fundiários, o que foi devidamente informado aos técnicos da Norte Energia em reunião realizada em 28/11/14 no Ibama-Sede.

Em 10 de dezembro de 2014 a Norte Energia encaminhou, por meio da correspondência CE 0349/2014-DS, documentação com correções das inconsistências observadas pela equipe do Ibama. A referida documentação encontra-se em análise pela equipe técnica.

2.19 Concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a implantação dos módulos RAPELD para o monitoramento da biota.

Condicionante atendida. Esta condicionante encontra-se atendida, conforme análise exposta no Parecer n.° 7244/2013 COHID/IBAMA.

2.20 Em relação aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, observar as seguintes orientações:
a)FUNAI: atender ao disposto no Ofício n° 126/PRES-Funai e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange ao componente indígena;
b)IPHAN: atender ao disposto no Ofício n° 093/11–CNA/DEPAM/IPHAN e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao patrimônio histórico e arqueológico;
c)DNPM: implementar o Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico, observando o disposto no Ofício n° 15/DIFIS-2011 – DNPM e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao citado programa;
d)ICMBio: apoiar as ações referentes à implementação do Plano de Ação de Espécies Ameaçadas;
e)MS/SVS: executar o Plano de Ação para o Controle da Malária – PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico n° 28/2010/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS;

f)INCRA: apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários;
g)*ITERPA: apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários.*

Avaliação de status não pertinente. A análise do atendimento das exigências desta condicionante são de competência e responsabilidade dos órgãos intervenientes, conforme disposto na Portaria Interministerial n° 419/2011. Junto ao 6° Relatório Consolidado, a Norte Energia apresentou as ações realizadas para atendimento do que foi solicitado pelos órgãos envolvidos.

2.21 *Dar continuidade às ações de apoio à fiscalização ambiental, a exemplo daquelas definidas nos Acordos de Cooperação Técnica com o IBAMA e com o Estado do Pará.*

Condicionante em atendimento. Adicionalmente ao que foi exposto no Parecer 1553/2014 COHID/IBAMA, a Norte Energia informou que, além das bases fixas de fiscalização localizadas nos Travessões 27 e 55, estão disponíveis, para o uso da equipe de fiscalização da DIPRO, alojamentos para 20 pessoas, galpão para abrigar bens apreendidos e pátio de 30.000 m². Informou ainda que em resposta à CE 116/2013-PR o Ibama enviou, por meio do Ofício 02001.001783/2014-78 GABIN/PRESI/IBAMA, em 26/02/2014, nova proposta de Primeiro Termo Aditivo do Acordo de Cooperação Técnica n° 03 e o respectivo Plano de Trabalho para análise e consideração da Norte Energia.

2.22 *No que se refere ao Hidrograma de Consenso:*
a)Prever período de testes para o hidrograma, com duração mínima de 6 (seis) anos, a partir da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal;
b)Apresentar, com um ano de antecedência ao enchimento do reservatório, proposta de plano de monitoramento da qualidade ambiental no TVR, contemplando impactos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande;
c)Propor, com um ano de antecedência ao enchimento do reservatório, possíveis programas de mitigação e compensação dos impactos potenciais, direcionados ao período de testes;
d)*Manter, no período compreendido entre o início da operação e a geração com plena capacidade, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA.*
Parágrafo Único – No âmbito do presente processo de licenciamento ambiental, será devida a alteração do hidrograma de consenso motivada pela identificação de impactos não prognosticados nos estudos ambientais.

Condicionante em atendimento. A condicionante 2.22 se refere ao hidrograma de consenso e seus itens "a" e "d" não tem sua análise como pertinente para o atual momento do processo de licenciamento.

Com objetivo de atender o disposto nos itens "b" e "c", a Norte Energia protocolou, em fevereiro de 2014, o documento Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (PL_SFB_N°001_PGIVG_25-02-20-LEME), encaminhado por meio da correspondência CE 068/2014-DS.

O Ibama analisou o referido documento por meio da Nota Técnica n.° 02001.001458/2014-13 COHID/IBAMA, que recomendou que a Norte Energia reapresentasse as medidas de mitigação e compensação dos impactos potenciais na Volta Grande do Xingu. Por meio do Ofício n.° 02001.010268/2014-89 DILIC/IBAMA as recomendações tecidas pela equipe técnica foram encaminhadas ao empreendedor.

Em 29 de outubro de 2014 foi realizada reunião, no Ibama-sede, entre técnicos da Norte Energia, Ibama e Funai para discutir o conteúdo do documento a ser apresentado pela Norte Energia em atendimento ao Ofício n.° 02001.010268/2014-89 DILIC/IBAMA.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14586
RUB.

A Norte Energia apresentou, através da correspondência CE 0332/2014-DS, protocolada em 25 de novembro de 2014, o documento NT SFB_Nº025_PGIV_21_11_14_LEME, em atendimento ao Ofício n.º 02001.010268/2014-89 DILIC/IBAMA. Este documento se encontra em análise pelos técnicos do Ibama.

2.23 No âmbito do Programa de Compensação Ambiental, informa-se, com base na Lei n° 9.985/00 (SNUC) e no Decreto n° 6.848/2009, que o valor da compensação ambiental (CA) referente à UHE Belo Monte é de R$ 99.539.625,73 (noventa e nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), de acordo com os valores atuais previstos para a implantação do empreendimento, segundo informado pela Norte Energia S.A. Para efetuar o cálculo, foram observados: (i) custo total do empreendimento R$ 23.624.019.982,29; (ii) custos com planos, programas e projetos ambientais R$ 3.716.094.836,66; (iii) Valor de Referência (VR) R$ 19.907.925.145,63; e (iv) Grau de Impacto (GI): 0,5%.

Avaliação de status não pertinente. Em 23 de outubro de 2014 a Coordenação de Compensação Ambiental encaminhou à Coordenação de Energia Hidrelétrica o Memorando n.º 02001.016562/2014-02 CCOMP/IBAMA, informando que o Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF) deliberou sobre a destinação de recursos da compensação ambiental da UHE Belo Monte.

O montante total de R$126.325.739,01 (cento e vinte e seis milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e um centavo – valor atualizado até maio de 2104), foi dividido da seguinte forma:

UC's estaduais do Pará

a) R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para criação do Refúgio da Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal;
b) R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais para criação e implementação de unidade de conservação integral na região da Terra do Meio;
c) R$3.000.000,00 (três milhões de reais) para criação e implementação de unidade de conservação de proteção integral na Volta Grande do Rio Xingu;
d) R$3.000.000,00 (três milhões de reais) para elaboração e implementação do plano de manejo do Parque Estadual Charapucu;
e) R$1.000.000,00 (um milhão de reais) para o PE Monte Alegre para elaboração do plano de manejo;
f) R$1.000.000,00 (um milhão de reais) para a RB Maicuru, a critério do Órgão Gestor; e
g) R$1.000.000,00 (um milhão de reais) para a EE Grão Pará, a critério do Órgão Gestor.

UC's federais:

a) R$92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais) para o PN do Juruena, sendo R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) para a regularização fundiária, R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para infraestrutura e R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para projetos de pesquisa de fauna e flora;
b) R$8.000.000,00 (oito milhões de reais) para a EE da Terra do Meio, sendo R$5.000.000,00 para conclusão do plano de manejo e implementação da infraestrutura e aquisição de equipamentos e R$3.000.000,00 (três milhões de reais) para a regularização fundiária;
c) R$4.825.739,01 (quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e um centavo) para o PN da Amazônia, a critério do Órgão Gestor; e
d) R$9.000.000,00 (nove milhões de reais) para o PN da Serra do Pardo, a critério do Órgão Gestor.

4. CONCLUSÕES

Conforme análise exposta acima, o enchimento do reservatório do Xingu (RX) foi alterado do 4º trimestre de 2014 para setembro de 2015. O início de enchimento do reservatório Intermediário (RI) ficou mantido para novembro de 2015, dois meses após o início de enchimento do RX.

No decorrer deste Parecer Técnico foram elencadas pendências relacionadas aos Planos, Programa e Projetos constantes do Plano Básico Ambiental – PBA, para as quais foram tecidas recomendações que deverão ser atendidas pelo empreendedor. Estes ajustes deverão ser executados para o adequado controle ambiental, necessário nesta fase do projeto.

Ressalta-se que alguns Programas e Projetos não avaliados por este documento técnico serão objeto de pareceres específicos.

Marília Toledo Pereira
Analista Ambiental
Matr. 1.714.597
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Rosangela Teixeira Tiago
Analista Ambiental
Mat. 1714457
Cohid/Dilic/Ibama

Marília Toledo Pereira

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Eduardo Trazzi Martins
Analista Ambiental
Mat.: 15654648
DILIC/IBAMA

Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
Matr. 1.717.634
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Paula Márcia S. de Melo
Analista Ambiental
Matrícula: 1364897
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

De acordo. Recomendo a disponibilização deste Parecer no SISLIC e no repositório da DILIC para acesso público. Informo que a coordenação está elaborando Despacho à Diretoria, o qual compilará as informações em uma análise de adequabilidade da execução dos programas ambientais e de atendimento das condicionantes da LI 795/2011.

Em 24/2/15

MP

COHID/DILIC/IBAMA
1
FLS. 14587
RUB.

PEDRO E VIANA LTDA.-EPP E COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO XINGU - COOXIN

DIGITALIZADO NO IBAMA

Ofício nº 010/2015

Ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Of.
Nº. 02001.003097/2015-34
Recebido em 24/02/2015
Assinatura

A/C da Diretoria de Licenciamento Ambiental

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO

Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto

A Ser Anexado ao Protocolo nº 02001.00240/2015-60 – Recebido em 10/02/2015

1. No dia 10 de fevereiro de 2015 as empresas ora Oficiantes protocolizaram documento nesta autarquia ambiental – o qual recebeu o número 02001.00240/2015-60, juntamente com diversos documentos – narrando, de forma detalhada, o modo como a CCBM/NESA estão explorando ilegalmente a JAZIDA I, localizada no município de Anapu, burlando a administração ambiental mediante afirmações falsas e construções fantasiosas. Não obstante as considerações constantes de tal Ofício, suficientes para a comprovação de todas as ilegalidades ali apontadas, mormente pela robusta comprovação documental, mister ressaltar alguns pontos relevantes.

2. O Consórcio Construtor Belo Monte, fato que V. Exa. tem plena ciência, inclusive por reuniões já realizadas com representantes legais do município de Anapú e de representantes dos Oficiantes, realiza diuturna e ilícita extração de areia da JAZIDA I, localizada no município de Anapu, a qual fica quilômetros fora da área inicialmente licenciada para a construção da UHE Belo Monte. A justificativa do CCBM para a exploração em citada área, mesmo excluída do projeto, é a de que o IBAMA teria "desbloqueado" a jazida, o que equivaleria à uma Licença de Operação – LO.

3. Conforme consta e é comprovado pelos documentos já juntados, a JAZIDA I já possuía licença ambiental e título minerário concedido para a Pedro e Viana Ltda.-EPP há muito tempo, após anuência concedida pela COOXIN. Ou seja, se for verídica a informação de que

EM BRANCO

o IBAMA concorda com a assertiva que o "desbloqueio" equivale à licença de operação, para todos os efeitos existiram 2 (duas) licenças para a mesma área – uma expedida pela SEMA/PA e outra pelo IBAMA –, o que é de todo absurdo.

COHID/CGTMO/IBAMA
FLS. 14588
RUB.

4. Exa., o art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, prevê expressamente o princípio da legalidade, o qual impõe para a administração pública em geral o dever de atuar dentro da lei e da juridicidade. Segundo esse princípio a Administração somente pode praticar os atos que a lei expressamente autoriza ou determina, não existindo jeitinhos, brechas, ambiguidades, áreas cinzentas, etc.

5. Em outras palavras, diante de toda a comprovação documental de que a empresa Oficiante Pedro e Viana é a única que detém uma legítima Licença de Operação para extração de areia da JAZIDA I, obtida após prévia anuência da COOXIN e mediante regulares e burocráticos processos administrativos, tanto ambientais quanto minerários, viola a lei – e, portanto, o princípio da legalidade – o deferimento de licença por parte do IBAMA para a NESA explorar a mesmo minério na mesma área, devendo o IBAMA comprovar, ônus seu, que atuou dentro do caminho da legalidade.

6. O fato, Exa., é que – se o IBAMA de fato concorda com a interpretação de que o "desbloqueio" seria LO – NÃO EXISTE LEI QUE PERMITA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta, indireta, às autarquias e fundações, CONCEDER LICENÇA AMBIENTAL EM ÁREA QUE JÁ ESTÁ PRÉVIA E DEVIDAMENTE LICENCIADA a terceiro por outro ente federativo, quem seja, o Estado do Pará por meio da Secretaria de Meio Ambiente.

7. Outrossim, a Licença de Operação é um ato administrativo resultante de um específico processo de licenciamento, não podendo surgir abruptamente no mundo fático como simples interpretação de particular (CCBM, NESA, etc.) meramente interessado em lucrar milhões de reais, ainda que com a desculpa que promover o desenvolvimento energético do país. Comparar ato de desbloqueio a licença ambiental de operação é um despropósito sem tamanho. De se observar o art. 1º da Resolução CONAMA 10/90[1], o qual exige processo de licenciamento específico para a área a ser explorada.

---

[1] Art. 1o A explotação de bens minerais da Classe II deverá ser precedida de licenciamento ambiental do órgão estadual de meio ambiente ou do IBAMA, quando couber, nos termos da legislação vigente e desta Resolução. Parágrafo único. Para a solicitação da Licença Prévia-LP, de Instalação-LI e de Operação-LO deverão ser apresentados os documentos relacionados nos anexos I, II, III desta Resolução, de acordo com o tipo de empreendimento e fase em que se encontre.

EM BRANCO

8. Afinal, licença de operação é um ato administrativo singular e, tendo em vista a JAZIDA I trata-se de área FORA DOS LIMITES DA ÁREA LICENCIADA PARA A UHE BELO MONTE – repise-se, localizando-se no município de Anapu – eventuais LP´s e LI´s expedidas para estas áreas **são imprestáveis para a JAZIDA I**, que requer processo de licenciamento específico, completo e próprio, com a feitura e expedição, ao final, de um documento formal denominado LICENÇA DE OPERAÇÃO, e não simples simulacros, como o desproposital "desbloqueio".

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14589

9. No mais, tendo em vista o que dispõe o art. 176, CF/88, que assevera que "*As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra*", 2 (duas) licenças ambientais para a mesma área representaria o reconhecimento de 2 (dois) proprietários distintos do produto da lavra, gerando inaceitável insegurança ambiental e jurídica. Comparativamente, seria o mesmo que o DETRAN expedir 2 (dois) certificados de propriedade do mesmo veículo para pessoas diversas.

10. O fato é que tal imbróglio somente tem lugar porque a NESA não está cumprindo as condicionantes previstas na LI 770/2011, a qual obriga aa apresentação de acordo formal com os titulares dos processos minerais já homologados pelo DNPM, dificultando, até mesmo, a fiscalização por parte do Município de Anapu. A verdade é que se a NESA tivesse observado todas as condicionantes regularmente, com o crivo e rigorosa fiscalização do IBAMA, nada disso estaria ocorrendo. Afinal, frise-se que o município de Anapu deferiu concessão de 10 (dez) anos para outra pessoa jurídica muito antes de qualquer pedido de licença da NESA/CCBM na JAZIDA I.

11. Diante de toda esta esdruxula situação, mister V. Exa. responder fundamentadamente, de acordo com o princípio da motivação constitucionalmente previsto:

I – Por quais razões de fato e de direito o IBAMA "desbloqueou" a JAZIDA I para exploração por parte do Consórcio Construtor Belo Monte?

II – A Administração Ambiental Federal, personificada no IBAMA, concorda que o desbloqueio da JAZIDA I equivale, para todos os efeitos prático-jurídicos, a uma Licença de Operação? Com base em quais motivos?

III – Existe processo administrativo de licenciamento ambiental específico para a JAZIDA I iniciado pelo CCBM ou pela NESA? Qual a numeração de

EM BRANCO

citado processo? No bojo de citado processo já foi expedida Licença de Operação para a JAZIDA I?

IV – O Consórcio Construtor Belo Monte, de alguma forma, cumpriu específicas exigências e condicionantes para que fosse concedido – se de fato foi – o direito de explorar a JAZIDA I? Quais foram tais exigências e condicionantes cumpridas?

V – Qual a lei, decreto ou norma de qualquer natureza que autoriza o IBAMA a conceder licenças em áreas já previamente licenciadas para terceiros?

VI – Qual a lei, decreto ou norma de qualquer natureza que autoriza o IBAMA a equiparar "desbloqueio" de áreas a Licenças de Operação?

VII – Qual a lei, decreto ou norma de qualquer natureza que autoriza o IBAMA a conceder Licenças de Operação sem procedimento próprio e específico para uma área, como parece ter ocorrido na JAZIDA I?

VIII – Qual a lei, decreto ou norma de qualquer natureza que autoriza o IBAMA a "aproveitar" LP´s e LI´s de certas áreas para serem utilizadas em áreas diversas, como parece ter ocorrido na JAZIDA I?

12. Caso, desde logo, V. Exa. também entenda que não há qualquer respaldo legal na comparação **desbloqueio = licença de operação** – como de fato não há – que imediatamente proceda ao CANCELAMENTO do DESBLOQUEIO e à incontinenti notificação do Consórcio Construtor Belo Monte para PARALISAR AS ATIVIDADES.

13. Demais disso, tendo em vista o longo tempo que concretizaram atividade de exploração sem a licença ambiental outorgada pelo órgão competente, mister que V. Exa., constituindo autêntico dever da autoridade pública ciente da ocorrência de um ilícito ambiental, comunique imediatamente o Ministério Público Federal pela prática dos crimes previstos nos arts. 55 da lei 9.605/98 e 2º da lei 8.176/91.

14. Aguarda resposta escrita de V. Exa. na maior brevidade possível diante da relevância e urgência que o caso requer.

15. Anexo: Relatório emitido pelo cadastro mineiro do processo 850.365/2009, da COOXIM comprovando que está ativo e em vigência.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14590
MP
RUB.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14591
MP
RUB.

De Altamira (PA) p/ Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2015.

Cristiane Gomes Pedro

Pedro e Viana Ltda.-EPP

CNPJ nº 09.325.513/0001-47

Cooperativa dos Garimpeiros do Xingu – COOXIN

CNPJ nº 14.124.986/0001-16

Presidente JOÉLCIO CAMILO DA SILVA

Ao analistas Matheus Coura e Henrique Silva para colherem subsídios técnicos para o relatório institucional.

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº. 1.512.156
COHID/CGTMO/DILIC/IBAMA
26/2/15

EM BRANCO

SEMMAT
ANAPU - PA

CHID/DILICI/IBAMA
FLS. 14532
RUB.

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: 07
Nº. 02001.003099/2015-69
Recebido em24/02/2015
Jaqueline
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU

Secretaria Municipal de Gestão de Meio Ambiente e Turismo – SEMMAT

CNPJ nº 01.613.194/0001-63

DIGITALIZADO NO IBAMA

Ofício nº 012 /2015

Ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

A/C da Diretoria de Licenciamento Ambiental

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO

Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto

A Ser Anexado ao Protocolo nº 02001.002401/2015-12 – Recebido em 10/02/2015

1. O Consórcio Construtor Belo Monte, fato que V. Exa. tem plena ciência por petições protocolizadas anteriormente, diversos documentos já anexados e, inclusive, reuniões já realizadas com representantes legais do município e de terceiros interessados, realiza diuturna e ilegal extração de areia da JAZIDA I, localizada no município de Anapu, a qual fica quilômetros fora da área inicialmente licenciada para a construção da UHE Belo Monte. A justificativa do CCBM para a exploração em citada área, mesmo excluída do projeto, é a de

EM BRANCO

que o IBAMA teria "desbloqueado" a jazida, o que equivaleria à uma Licença de Operação – LO.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14583
RUB.

2. Conforme já é do conhecimento da autarquia ambiental, a JAZIDA I já possuía licença ambiental e título minerário concedido para outra pessoa jurídica há muito tempo. Ou seja, se for verídica a informação de que o IBAMA concorda com a assertiva que o "desbloqueio" equivale à licença de operação, para todos os efeitos existiram 2 (duas) licenças para a mesma área uma expedida pela SEMA/PA e outra pelo IBAMA –, o que é de todo absurdo.

3. Exa., o art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, prevê expressamente o princípio da legalidade, o qual impõe para a administração pública em geral o dever de atuar dentro da lei e da juridicidade. Segundo esse princípio a Administração somente pode praticar os atos que a lei expressamente autoriza ou determina, não existindo jeitinhos, brechas, ambiguidades, áreas cinzentas, etc.

4. O entendimento jurisprudencial acerca da aplicação do princípio da legalidade não deixa dúvidas. Para o Tribunal Regional da 1ª Região "*(...). 1. A* ***administração pública é regida pelo princípio da estrita legalidade: ela só pode fazer aquilo que a lei determina.*** *(TRF-1 - APELAÇÃO CIVEL:AC 22124 DF 2001.34.00.022124-5, JUIZ FEDERAL CARLOS EDUARDO CASTRO MARTINS, 7ª TURMA SUPLEMENTAR, 07/02/2012, e-DJF1 p.628 de 02/03/2012)*".

5. O Superior Tribunal de Justiça entende que a "*(...). 2.* ***A Administração Pública é regida pelo princípio da estrita legalidade, segundo o qual a atuação do administrador depende de autorização legal.*** *(...). (RMS 31.759/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 10/08/2010, DJe 19/08/2010)*".

EM BRANCO

6. O fato, Exa., é que – se o IBAMA de fato concorda com a interpretação de que o "desbloqueio" seria LO – NÃO EXISTE LEI QUE PERMITA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta, indireta, às autarquias e fundações, CONCEDER LICENÇA AMBIENTAL EM ÁREA QUE JÁ ESTÁ PRÉVIA E DEVIDAMENTE LICENCIADA a terceiro por outro ente federativo, quem seja, o Estado do Pará por meio da Secretaria de Meio Ambiente.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14594
MP
RUB

7. Outrossim, a Licença de Operação é um ato administrativo resultante de um específico processo de licenciamento, não podendo surgir abruptamente no mundo fático como simples interpretação de particular (CCBM, NESA, etc.) meramente interessado em lucrar milhões de reais, ainda que com a desculpa que promover o desenvolvimento energético do país. Comparar ato de desbloqueio a licença ambiental de operação é um despropósito sem tamanho. De se observar o art. 1º da Resolução CONAMA 10/90[1], o qual exige processo de licenciamento específico para a área a ser explorada.

8. Afinal, licença de operação é um ato administrativo singular e, tendo em vista a JAZIDA I trata-se de área FORA DOS LIMITES DA ÁREA LICENCIADA PARA A UHE BELO MONTE – repise-se, localizando-se no município de Anapu – eventuais LP's e LI's expedidas para estas áreas **são imprestáveis para a JAZIDA I**, que requer processo de licenciamento específico, completo e próprio, com a feitura e expedição, ao final, de um documento formal denominado LICENÇA DE OPERAÇÃO, e não simples simulacros, como o despropositado "desbloqueio".

[1] Art. 1o A explotação de bens minerais da Classe II deverá ser precedida de licenciamento ambiental do órgão estadual de meio ambiente ou do IBAMA, quando couber, nos termos da legislação vigente e desta Resolução. Parágrafo único. Para a solicitação da Licença Prévia-LP, de Instalação-LI e de Operação-LO deverão ser apresentados os documentos relacionados nos anexos I, II, III desta Resolução, de acordo com o tipo de empreendimento e fase em que se encontre.

EM BRANCO

9. No mais, tendo em vista o que dispõe o art. 176, CF/88, que assevera que "*As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra*", 2 (duas) licenças ambientais para a mesma área representaria o reconhecimento de 2 (dois) proprietários distintos do produto da lavra, gerando inaceitável insegurança ambiental e jurídica. Comparativamente, seria o mesmo que o DETRAN expedir 2 (dois) certificados de propriedade do mesmo veículo para pessoas diversas.

10. O fato é que tal imbróglio somente tem lugar porque a NESA não está cumprindo as condicionantes previstas na LI 770/2011, a qual obriga aa apresentação de acordo formal com os titulares dos processos minerais já homologados pelo DNPM, dificultando, até mesmo, a fiscalização por parte do Município de Anapu. A verdade é que se a NESA tivesse observado todas as condicionantes regularmente, com o crivo e rigorosa fiscalização do IBAMA, nada disso estaria ocorrendo. Afinal, frise-se que o município de Anapu deferiu concessão de 10 (dez) anos para outra pessoa jurídica muito antes de qualquer pedido de licença da NESA/CCBM na JAZIDA I.

11. Pela mesma exploração indevida, concretizando violações ao Código Municipal de Anapu, o Municipio Oficiante Suspendeu o Alvará de Funcionamento do Consórcio Construtor Belo Monte, notificando a empresa para apresentação de esclarecimentos e juntada de documentos que comprovassem a regularidade da atividade.

COHID/DILIQ/IBAMA
FLS. 14585
RUB

12. No dia 20 de fevereiro de 2015 o Consórcio Construtor Belo Monte apresentou manifestação alegando, em síntese: a) que o Município Oficiante não tem competência fiscalizatória neste caso, sendo competência do IBAMA o

M BRANCO

licenciamento de Belo Monte, pois o impacto da UHE é regional; b) que o IBAMA, pelo já citado "desbloqueio", autorizou a exploração da JAZIDA I; c) que a LC estabelece que somente quem licencia pode fiscalizar; d) que o Município Oficiante deve restabelecer imediatamente o Alvará.

13. Cumpre, inicialmente, aduzir que, diferentemente do alegado, a JAZIDA I, localizada no município de Anapu, não representa impacto ambiental regional, o qual, segundo o art. 1º, IV, da Resolução CONAMA 237/97, "*é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados*". O impacto ambiental da exploração da JAZIDA I mal extrapola os limites do próprio município.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1458
RUB.

14. No mais, o art. 23, inciso VI, prevê a competência de "**proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas**". A lei nº 6.938/81, em seu art. 6º, inclui os Municípios como integrantes do SISNAMA, bem como estabelece competência fiscalizatória ambiental em sua jurisdição. *In casu*, diferentemente do alegado, não houve exercício do poder de polícia ou concretização de fiscalização repressiva, pois não houve confecção de nenhum auto de infração ou mesmo embargo. Apenas e tão somente o Município Oficiante suspendeu o Alvará de Funcionamento, expedido por si, ou seja, reviu ato próprio – não do IBAMA, não do DNPM – dentro da competência constitucional e observando os princípios da precaução e prevenção, evitando danos maiores ao meio ambiente.

15. Ademais, tal medida cautelar somente foi materializada até que o Consórcio Construtor Belo Monte comprovasse a existência de licença ambiental específica para a exploração da JAZIDA I, o que não fez, novamente insistindo na assertiva de que o "desbloqueio" equivale à licença. Ou seja, diante da situação posta, qual seja, ausência de licença própria e específica por parte do

EM BRANCO

CCBM para a prática, poderia, dentro de sua competência, desde logo embargar as atividades e autuar as responsáveis, mas, por precaução e prudência, aguarda a manifestação de V. Exa. a respeito de tudo o que está ocorrendo.

16. A prova que a Empresa atua de forma continua na extração de areia, bem como tem ciência que tal área encontra-se dentro do município de Anapu é que o CCBM protocolou pedido de Alvará de funcionamento para o ano de 2014 e 2015, junto ao Setor de Tributos do Município e que após o pagamento das respectivas taxas, os mesmos foram emitidos, no entanto, até o presente momento, encontra-se em aberto os recolhimentos de ISSQN relativos ao ano de 2014 e 2015 ferindo o que determina o Art. 71 do Código Tributário Municipal - Lei Municipal 215/2013 que assim dispõe "Art. 71. O Imposto Sobre Serviços tem como fato gerador a prestação de Serviços constantes da Lista abaixo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador".

17. Diante de toda esta esdruxula situação, mister V. Exa. responder fundamentadamente; de acordo com o princípio da motivação constitucionalmente previsto:

COHIG/DILIC/IBAMA
FLS. 14597
MP
RUB.

I - Por quais razões de fato e de direito o IBAMA "desbloqueou" a JAZIDA I para exploração por parte do Consórcio Construtor Belo Monte?

II - A Administração Ambiental Federal, personificada no IBAMA, concorda que o desbloqueio da JAZIDA I equivale, para todos os efeitos prático-jurídicos, a uma Licença de Operação? Com base em quais motivos?

III - Existe processo administrativo de licenciamento ambiental específico para a JAZIDA I iniciado pelo CCBM ou pela NESA? Qual a numeração de citado processo? No bojo de citado processo já foi expedida Licença de Operação para a JAZIDA I?

EM BRANCO

IV – O Consórcio Construtor Belo Monte, de alguma forma, cumpriu específicas exigências e condicionantes para que fosse concedido – se de fato foi – o direito de explorar a JAZIDA I? Quais foram tais exigências e condicionantes cumpridas?

V – É ou não é obrigação legal do IBAMA acompanhar e exigir o cumprimento das condicionantes das licenças de instalação? Porque não estão sendo fiscalizadas e exigidas as condicionantes da LI nº 770/2011, mormente o item 2.3, que exige a indenização dos com os titulares de processos homologados pelo DNPM?

VI – Qual a lei, decreto ou norma de qualquer natureza que autoriza o IBAMA a conceder licenças em áreas já previamente licenciadas para terceiros?

VII – Qual a lei, decreto ou norma de qualquer natureza que autoriza o IBAMA a equiparar "desbloqueio" de áreas a Licenças de Operação?

VIII – Qual a lei, decreto ou norma de qualquer natureza que autoriza o IBAMA a conceder Licenças de Operação sem procedimento próprio e específico para uma área, como parece ter ocorrido na JAZIDA I?

IX – Qual a lei, decreto ou norma de qualquer natureza que autoriza o IBAMA a "aproveitar" LP´s e LI´s de certas áreas para serem utilizadas em áreas diversas, como parece ter ocorrido na JAZIDA I?

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14598
RUB.

18. Cediço que V. Exa. tem pleno conhecimento que o art. 23, inciso I, da CF/88, determina ser competência de todos os entes federativos, inclusive dos Municípios, "**zelar pela guarda da Constituição, das leis**" (inc. I, 1ª parte), realizando autêntico controle de constitucionalidade de atos normativos. Ou seja, se o Chefe do Poder Executivo Municipal tem mais que a competência,

EM BRANCO

mas sim um dever constitucional de exercer controle de constitucionalidade, podendo fazê-lo até mesmo de leis – atos normativos exarados pelo poder legislativo após o devido processo – como muito mais razão tem a obrigação de verificar a compatibilidade de atos normativos inferiores com a Carta maior, sejam licenças expedidas indevidamente, sejam indigitados "desbloqueios" que se travestem de licenças.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14593
MP
RUB.

19. Caso, desde logo, V. Exa. também entenda que não há qualquer respaldo legal na comparação **desbloqueio = licença de operação** – como de fato não há – que imediatamente proceda ao CANCELAMENTO do DESBLOQUEIO e à incontinenti notificação do Consórcio Construtor Belo Monte para PARALISAR AS ATIVIDADES.

20. Demais disso, tendo em vista o longo tempo que concretizaram atividade de exploração sem a licença ambiental outorgada pelo órgão competente, mister que V. Exa., constituindo autêntico dever da autoridade pública ciente da ocorrência de um ilícito ambiental, comunique imediatamente o Ministério Público Federal pela prática dos crimes previstos nos arts. 55 da lei 9.605/98 e 2º da lei 8.176/91.

21. Aguarda resposta escrita de V. Exa. na maior brevidade possível diante da relevância e urgência que o caso requer.

Marco Silva Vale
Secretario de Meio Ambiente
Decreto 084/2013

De Anapu (PA) p/ Brasília (DF), 23 de fevereiro de 2015.

Marco Silva Vale
MARCO SILVA VALE

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Ao analista Matheus Coura e Henrique Silva para colherem subsídios técnicos para a resposta institucional.
26/2/15

Frederica Queiroga do Amaral
Matrícula nº 1.512.156
Chefe
COHID/DILIC/DIPRO/IBAMA

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14600
RUB.

PAR. 02001.000286/2015-33 COHID/IBAMA

Assunto: UHE Belo Monte.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do 6° Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75, em complementação ao Parecer n.º 5036/2014 COHID/IBAMA.

1. INTRODU□ÃO

Este parecer objetiva analisar a situação de implementação de programas ambientais do Projeto Básico Ambiental - PBA da Usina Hidrelétrica - UHE Belo Monte, tendo como base o 6º Relatório Consolidado, compreendendo o período de janeiro a junho de 2014, apresentado por meio da CE 051/2014 - PR, de 30/07/2014. Deste modo, somada à avaliação realizada por meio do Parecer Técnico n° 5036/2014, fica concluída a análise do 6° Relatório Semestral para os programas relacionados ao meio físico.

Ressalta-se que as recomendações são apresentadas ao longo da análise, de modo a adequar cada um dos planos, programas e projetos do PBA, face aos resultados apresentados, e às condições de instalação do empreendimento.

A avaliação contida neste documento técnico se baseia ainda nas informações obtidas ao longo do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, incluindo as vistorias realizadas pela equipe técnica do Ibama na região do empreendimento.

2. ANDAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Plano Ambiental de Construção

Programa de Controle Ambiental Intrínseco

O 6° Relatório Consolidado apresentou as ações de controle ambiental que vem sendo executadas pelo empreendedor nos seguintes pontos: (i) vias de acesso; (ii) canteiros de obras e acampamentos (iii) subestações e linhas de transmissão; (iv) áreas de empréstimo, jazidas, bota-fora e estoque; (v) tráfego, transporte e operação de máquinas e equipamentos; (vi) transporte de trabalhadores e de máquinas e equipamentos; e (vii) manejo de substâncias perigosas; (viii) sistema de abastecimento de água de canteiros e alojamentos; (ix) tratamento de efluentes domésticos; (x) tratamento de efluentes industriais; e (xi) gestão de resíduos sólidos.

Foram apresentados laudos de monitoramento de potabilidade de água nos bebedouros; dos efluentes domésticos tratados; e dos efluentes industriais tratados nos diferentes sítios construtivos da UHE Belo Monte. Sobre estes laudos, ressalta-se os melhores resultados obtidos no tratamento de efluentes industriais quando comparado com aqueles que foram apresentados no 5º Relatório Consolidado. O tratamento de efluentes domésticos também obteve bons resultados no período avaliado pelo 6º Relatório.

Plano de Gestão de Recursos Hídricos

Programa de Monitoramento Hidr□ulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico

Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico

Conforme o 6º Relatório, este projeto vem se desenvolvendo de acordo com o previsto no cronograma, não havendo atrasos ou pendências.

A medição da vazão sólida vem sendo feita mensalmente na maioria das estações.

O 6º Relatório apresentou a análise dos dados obtidos no monitoramento até o mês de abril de 2014.

Foram apresentados e analisados os gráficos de variabilidade granulométrica, o cálculo de descarga sólida em suspensão, as curvas-chave (vazão líquida x vazão sólida em suspensão) e a estimativa de descarga sólida de arraste para as diferentes estações hidrossedimentométricas.

Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu)

Conforme exposto no 5º Relatório, este projeto seria apresentado como anexo ao Programa de Conservação e Manejo de Quelônios a partir do 6º Relatório, em função de suas atividades estarem relacionadas aos habitats dos quelônios. Porém, o empreendedor relatou que as atividades de integração realizadas para ambos indicaram que as atividades desenvolvidas e necessárias para o alcance das metas e objetivos específicos do Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios e Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte já estão sendo executadas em seu contexto, tanto no que se refere ao monitoramento das embarcações quanto à execução de atividades específicas de hidrossedimentologia (caracterização geométrica e granulométrica dos bancos de areia utilizados pelos quelônios), não havendo necessidade de acréscimo de informações estabelecidas no presente projeto (Ria do Xingu). Informou ainda que como o Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico da região dos Bancos de Areia tem como objetivo principal o monitoramento das condições hidrossedimentológicas, com foco na influência aos habitats dos quelônios, para uma melhor integração com o Programa de Conservação e Manejo de Quelônios, as atividades realizadas deverão ser avaliadas e melhor

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14601
RUB

O primeiro monitoramento das embarcações foi estabelecido no primeiro semestre de 2013, sendo que efetivamente esta atividade foi devidamente implantada e intensificada em agosto de 2013, quando foi obtido o licenciamento do Porto da UHE Belo Monte junto a SEMA-PA.

Novamente foi relatado que no ciclo hidrológico de seca (agosto a novembro) foi verificado um aumento no tráfego de embarcações de pequeno porte, quando são formadas praias utilizadas como lazer pela população local. Segundo o empreendedor, *o aumento no tráfego destas embarcações de pequeno porte, na época de seca, não tem acarretado problemas relacionados a processos erosivos na região de praias dos quelônios, pois o efeito de ondas gerado por estas embarcações é pouco significativo quando as mesmas trafegam na rota especificada.*

O 6º Relatório apontou para um incremento significativo no tráfego de embarcações no Porto da Petrobrás, principalmente no ano de 2013 e início de 2014. Possivelmente este aumento está associado à intensificação das obras da UHE Belo Monte, e a consequente procura mais intensa pelos derivados do petróleo, haja vista que o número de veículos circulando pela região (carros, carretas, ônibus e caminhões) aumentou consideravelmente.

O Porto da UHE Belo Monte também registrou aumento no tráfego de embarcações. No período de agosto/2013 a maio/2014, 117 embarcações atracaram no porto, sendo 30 da empresa Linave, 05 da TGS, 15 da Bertolini e 67 provenientes da empresa REICON.

A Norte Energia ressaltou que *a rota de navegação das grandes embarcações é realizada pela margem esquerda do rio Xingu, onde o leito do rio é mais largo, profundo e relativamente distante das principais praias de desova dos quelônios. Portanto, o aumento do fluxo de embarcações de grande porte para atendimento ao empreendimento, não deve interferir de forma impactante (surgimento de processos erosivos por efeito de ondas) nas praias de desova utilizadas pelos quelônios.*

O empreendedor ressaltou ainda que a empresa Linave se comprometeu, por meio de Ofício (anexo ao relatório), a seguir com suas embarcações pela rota de grandes embarcações, evitando assim que a maioria das praias de desova dos quelônios, situadas nesta região, sofram interferências relacionadas ao aumento do tráfego.

Não ficou claro no relatório se somente a empresa Linave tem seguido a rota das grandes embarcações. Conforme já foi mencionado, outras três empresas também têm utilizado o Porto da UHE Belo Monte, assim, a Norte Energia deve esclarecer se estas outras empresas também têm utilizado a rota das grandes embarcações, de forma a minimizar os impactos sobre os tabuleiros.

Proposição de medidas corretivas

embasadas ao longo do segundo semestre de 2014 e apresentadas no próximo relatório.

Monitoramento hidrossedimentológico

Medições de descarga liquida/sólida e operação da estação hidrossedimentométrica

Estas atividades estão sendo executadas.

Levantamentos topobatimétricos e levantamentos planialtimétricos

Já foram realizados dois levantamentos topobatimétricos entre as seções 8 e 15, sendo a primeira no período de 01 de dezembro de 2011 a 17 de fevereiro de 2012 (época de estiagem) - 1ª Etapa e de 20 de abril de 2012 a 10 de maio de 2012 (época de cheias) - 2ª Etapa.

Em substituição ao levantamento planialtimétrico convencional por perfilamento a laser, foi executado, em novembro de 2013, o imageamento com radar interfermétrico.

Foi informado que as imagens ortorretificadas, obtidas a partir dos levantamentos com o radar nos dois primeiros sobrevoos realizados, respectivamente em novembro-dezembro/2014 e março/2014, foram disponibilizadas pela empresa especializada em maio/2014 e foram previamente analisadas. As imagens foram geradas na escala 1:10.000 PEC-A e projetados em SAD 69 e SIRGAS 2000, fuso 22 S.

O 6º Relatório apresentou um exemplo do comparativo entre duas imagens da região entre as seções 11 a 15 obtidas nos dois períodos distintos de levantamento, incluindo a indicação das seções de monitoramento e das praias de desova.

Medições de velocidades

A primeira campanha de medição de campos de velocidade foi realizada em setembro de 2013.

A segunda campanha estava prevista para o segundo trimestre de 2014 com vistas a contemplar o levantamento previsto para o período de cheia do rio Xingu. No entanto, a Norte Energia adiou a segunda campanha para o primeiro trimestre de 2015.

Modelo Sedimentológico

Conforme o 5º Relatório, a próxima atualização da modelagem estava prevista para o 6º Relatório, onde seriam incorporados os dados do período de cheia de 2013 associados à atualização dos levantamentos topobatimétricos e planialtimétricos. Porém, nada foi relatado sobre o modelo sedimentológico no 6º Relatório.

Monitoramento do Tráfego de Embarcações

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14602 RUB.

O PBA prevê que a proposição de medidas corretivas deverá ser feita em caso de identificação de erosão das praias de desova e modificação no comportamento dos quelônios. O 6° Relatório Semestral não trouxe propostas de medidas corretivas, uma vez que o monitoramento, até o presente momento, não apontou erosões das praias.

Recomendações:

A Norte Energia deve apresentar o modelo sedimentológico atualizado, considerando os dados de cheia de 2013, conforme havia sido indicado no 5º Relatório Consolidado.

A Norte Energia deve esclarecer se as empresas TGS, Bertollini e REICON, que utilizam o Porto da UHE Belo Monte, também têm utilizado a rota de grandes embarcações, de forma a minimizar os eventuais impactos sobre os tabuleiros.

Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões

Conforme relatado junto ao 6º Relatório, este projeto vem se desenvolvendo de acordo com o previsto no cronograma, não havendo atrasos ou pendências.

Junto ao 6º Relatório foi ampliado o intervalo de dados medidos utilizados até abril de 201 4, sendo preliminarmente ajustadas as relações cota-vazão produzidas até então e apresentados os perfis de variação de cotas limnimétricas de cada uma das estações monitoradas.

Já é possível verificar boas relações cota-vazão, com aderência satisfatória das curvas-chave aos dados medidos para grande parte das estações fluviométricas, exceto para a Estação Tartarugas, que até o período avaliado pelo 6º Relatório tinha atingido a correlação de cerca de 59%. Possivelmente, a dificuldade em se obter boa correlação na curva cota-vazão para Estação Tartarugas esteja associada à influência dos níveis de remanso do rio Amazonas nas cotas do rio Xingu no local.

Projeto de Monitoramento da Largura, Profundidade e Velocidade em Seções do TVR

Monitoramento Permanente

Levantamento da Calha Fluvial no Rio Xingu – TVR

Este levantamento está sendo realizado trimestralmente pela medição de descarga líquida por meio de medidores acústicos de efeito doppler (ADCP).

Já foram realizados nove levantamentos das seções do TVR (março/2012, julho/2012, setembro-outubro/2012, dezembro/2012, março/2013, junho/2013, setembro/2013, dezembro/2013 e março-abril/2014).

O 6º Relatório apresentou os resultados obtidos nos nove levantamentos das características físicas da calha fluvial do rio Xingu (profundidade, vazão, área, largura e velocidade) para as seções das margens direita e esquerda do rio.

Levantamento do Perfil da Linha D'Água no Rio Xingu – TVR

Este levantamento foi iniciado em janeiro de 2012 e vem sendo realizado mensalmente, nas mesmas seções onde são feitos os levantamentos da calha fluvial do rio Xingu.

O 6º Relatório apresentou os resultados obtidos em 28 meses de levantamento – janeiro de 2012 a abril de 2014.

Levantamento Contínuo do Nível D'Água na Estação Mangueiras

O empreendedor vem monitorando continuamente as variações de cotas limnimétricas em duas estações no TVR: Mangueiras, próxima ao barramento principal e Ilha da Fazenda, na margem direita do rio Xingu, a jusante da estação Mangueiras e a montante da foz do rio Bacajá.

A estação Mangueiras conta com medição horária de limnígrafo, além de seção de réguas limnimétricas. Ilha da Fazenda é dotada somente de réguas limnimétricas.

O 6º Relatório apresentou a evolução do nível d'água diário do rio Xingu nas estações Mangueiras e Ilha da Fazenda, no período de outubro de 2010 a abril de 2014.

Coleta de Sedimentos

As coletas de sedimento vem sendo feitas com frequência mensal nas estações Mangueiras e Foz do Bacajá e trimestral nas estações Aldeia Mrotidjãm e Fazenda Cipaúba. Estão sendo coletadas amostras de sedimentos em suspensão e de material do leito dos rios (sedimento de arraste).

O 6º Relatório apresentou os resultados obtidos nos meses de maio/2013 a abril/2014. Os laudos anteriores a este período foram apresentados nos relatórios consolidados anteriores.

Medição das Vazões Afluentes ao TVR

As medições das vazões afluentes ao TVR tiveram início em: outubro de 2010 (Estações Mangueiras e ilha da Fazenda); abril de 2011 (Estação Foz do Bacajá); e Dezembro de 2011 (Estação Fazenda Cipaúba).

O 6º Relatório apresentou os resultados obtidos até abril de 2014.

Levantamento do Perfil da Linha D'Água no Rio Bacajá

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14603
MP
RUB.

O levantamento do perfil da linha d'água foi iniciado em julho de 2012, com periodicidade mensal, em 7 seções (Bacajá E, Bacajá F, Bacajá 1, Bacajá 2, Bacajá 3, Bacajá 4 e Fazenda Cipaúba).

O 6º Relatório apresentou os resultados obtidos no período da julho de 2012 a abril de 2014.

Em resposta ao que foi solicitado no Parecer nº 7802/2013 do 4º Relatório Consolidado e no Parecer nº 1553/2014 do 5º Relatório Consolidado, a Norte Energia informou que o levantamento do perfil da linha d´água na seção Bacajá 5 foi retomado em abril/2014 e os dados levantados nas campanhas subsequentes serão apresentados no próximo relatório consolidado (7º RC).

Monitoramento Sazonal

Levantamento da Calha Fluvial do Rio Bacajá

Os levantamentos topobatimétricos no rio Bacajá foram divididos em duas fases distintas. A primeira fase compreende em 4 etapas, sendo que a primeira (outubro de 2012), a segunda (abril de 2013) e a terceira (outubro de 2013) já foram executadas, e a quarta estava prevista para ocorrer em abril de 2014. O empreendedor informou que a quarta etapa será realizada no próximo período de estiagem (outubro/2014), o que, segundo o empreendedor, possibilitará maior precisão na caracterização topográfica da calha do rio já que serão obtidos dados comparativos com os resultados da terceira etapa ocorrida em outubro/2013.

Já a segunda fase deverá ocorrer após a entrada em operação da UHE Belo Monte, no período de 2020 a 2025, com frequência anual, caracterizando 6 etapas a serem executadas no T1 de cada ano.

Medição de Larguras e Profundidades em trechos críticos para a navegação

Esta atividade está dividida em duas fases distintas. A primeira fase, composta por 4 etapas, teve início com o primeiro levantamento dos locais críticos para a navegação executado em outubro/2012, o segundo levantamento em maio/2013, o terceiro em outubro/2013 e o quarto em abril-maio/2014. Já a segunda fase deverá ocorrer após a entrada em operação da UHE Belo Monte no período de 2020 a 2025, com frequência anual, caracterizando 6 etapas a serem executadas no T1 de cada ano.

Foram identificados 23 locais com restrição à navegação nos rios Xingu e Bacajá.

No levantamento de abril-maio de 2014 o empreendedor mediu todos os 23 locais, já que, segundo a Norte Energia, no período de cheia quase não há restrição a navegação nos canais preferenciais.

O quarto levantamento de campo dos locais críticos para a navegação nos rios Xingu e Bacajá também foi executado pelo empreendedor em duas etapas:

- **1ª Etapa**: realizada de 12 a 13 de maio/2014, consistiu na medição dos trechos dos rios, mais estreitos e rasos, por meio de trena eletrônica, GPS e régua; e
- **2ª Etapa**: realizada de 20 a 21 de abril/2014, abrangendo o levantamento dos locais críticos para a navegação, por meio do levantamento longitudinal dos cursos d'água, ao longo dos canais de navegação, nas margens esquerda e direita. Estes levantamentos foram feitos, em média, em trechos de 6 km de extensão, em todos os locais onde foram mapeados trechos críticos, por meio da utilização de ADCP.

Foi relatado que nessa quarta etapa de monitoramento que o empreendedor contou com a participação de uma comissão de indígenas da Volta Grande, formada no intuito de acompanhar as atividades que são executadas nas proximidades das aldeias localizadas na Volta Grande do Xingu, conforme preconiza o PBA indígena.

Em atendimento as recomendações do Ibama sugeridas por meio do Parecer 7802/2013 COHID/IBAMA, a Norte Energia informou o valor médio de vazão nas estações Mangueiras (rio Xingu) e Fazenda Cipaúba (rio Bacajá) nos dias de realização das atividades da 1º Etapa: Estação Mangueiras (16.050 m^3/s) e da estação Cipaúba (780,06 m^3/s).

Ao final de quatro levantamentos de campo a equipe da Norte Energia avaliou os resultados obtidos e apontou 5 locais críticos à navegação que requererão estudo mais aprofundado, através da execução de uma modelagem matemática fluvial para uma caracterização localizada da morfologia, geometria e condições hidráulicas.

Conforme o empreendedor, a definição dos pontos críticos a serem detalhadamente estudados considerou tanto a importância das rotas de navegação utilizadas atualmente pela população da região do TVR, assim como as características morfológicas e geométricas destes locais, tais como: largura e profundidade, mensuradas nas atividades de campo nos períodos de cheia/vazante e seca e correlacionadas com a vazão no período medido.

Destes 5 pontos críticos, definidos para serem modelados, 4 se situam no rio Xingu (Kaituká, Três Pancadas, Landir e Curupira) e 1 no rio Bacajá (Percata).

Vistoria multidisciplinar

Esta atividade ocorre concomitantemente com as atividades de levantamento dos níveis críticos de navegação e vem sendo realizada desde novembro de 2011.

Já foram realizadas 6 vistorias nos meses de novembro/2011, agosto/2012, dezembro/2012, abril e maio/2013, outubro/2013 e maio/2014.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1604
MP
RUB.

Novamente foi informado que os resultados obtidos na última vistoria multidisciplinar não apresentaram mudanças quanto ao regime hidráulico em função da sazonalidade natural esperada e que as características de navegabilidade mantiveram-se inalteradas.

Avaliação da rede e da necessidade de continuação do monitoramento sazonal

Foi informado que em abril-maio de 2014 foi realizada a quarta campanha de avaliação do monitoramento sazonal previsto para o TVR, em que se constatou não haver necessidade de alteração na rede amostral do projeto.

Reavaliação peri□dica das variáveis monitoradas, complementada pela simulação matemática do TVR

Foi relatado que no terceiro trimestre de 2013, conforme previsto no cronograma, foi realizada a reavaliação das variáveis monitoradas e verificado que para atendimento integral da atividade, é necessária a reavaliação de algumas de seções de medição para serem utilizadas como condições de contorno e calibração do modelo hidrodinâmico a ser gerado.

O empreendedor informou que os trabalhos referentes à modelagem matemática fluvial foram iniciados em junho de 2014 e estão na fase de consolidação das informações e montagem da malha a ser utilizada no modelo.

As diretrizes do Plano de Trabalho para execução da modelagem foram apresentadas no 6º Relatório.

Foi ressaltado pela Norte Energia que os resultados da modelagem do TVR visa subsidiar a análise, no âmbito do Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial, das medidas de engenharia mitigadoras passíveis de serem aplicadas, específica e individualmente nos pontos identificados, caso os estudos indicarem realmente estas necessidades.

Por fim, o empreendedor informou que o resultado das atividades de modelagem, previstas como atividade complementar às reavaliações periódicas do monitoramento sazonal do TVR, serão apresentadas no próximo relatório.

Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas

Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas

Foram realizadas, até o momento, duas leituras trimestrais durantes o ano de 2012, quatro durante o ano de 2013 e duas em 2014.

A rede de monitoramento, atualmente, é composta por 38 cisternas cadastradas e

localizadas na área urbana de Altamira, Belo Monte do Pontal e Trecho de Vazão Reduzida (TVR), 3 monitores (medidores de nível de água) no TVR e por 55 poços de monitoramento instalados na área urbana de Altamira e no entorno da área dos futuros reservatórios.

Foi informado que em março de 2014, os três poços (PZ_LX_ALT1, PZ_LX_ALT2 e PZ_LX_ALT4) danificados e obturados na área do antigo lixão de Altamira foram substituídos por novos poços de monitoramento, sendo mantida a mesma nomenclatura. Os novos poços foram locados e instalados próximos aos anteriores, visando à manutenção e permanência do monitoramento da direção do fluxo subterrâneo e da avaliação da qualidade das águas subterrâneas.

Novos pontos de monitoramento no TVR também foram definidos (8 cisternas e 3 monitores), considerando as discussões entre a equipe técnica do Ibama e da Norte Energia durante o Seminário Técnico do 5º Relatório Consolidado. Apesar de ter definido novos pontos de monitoramento no TVR, a Norte Energia ressaltou que a natureza dos aquíferos existentes na região do TVR não deverá acarretar qualquer risco de rebaixamento permanente do nível freático, já que a natureza fraturada dos aquíferos e a baixa densidade de fraturas não permite uma ampla conexão da porosidade. Para o empreendedor, apenas se espera que uma restrita área marginal ao reservatório sofra variações dos níveis.

Novamente foi relatado que os dados obtidos, até o momento, nas campanhas trimestrais de medições de nível d'água mostram que os níveis mais baixos são observados no mês de dezembro (início do período de enchente do rio) e os mais elevados foram observados entre os meses de março a maio (período de cheia do rio Xingu); evidenciando a influência da sazonalidade climática nas variações naturais dos níveis freáticos, mesmo nos poços instalados sobre os solos de baixa condutividade.

Também foi novamente relatado a baixa condutividade hidráulica dos solos da região (75% dos resultados obtidos com condutividade com valores da ordem de grandeza menor que 10^{-6} m/s).

No 6º Relatório foram apresentados os resultados obtidos nas 8 campanhas de leitura de nível de água, tanto nas cisternas existentes quanto nos poços perfurados. De maneira geral, os níveis medidos tanto nas cisternas existentes, quanto nos poços de monitoramento instalados, apresentaram valores mais baixos no mês de dezembro.

Foi ressaltado que a maioria dos poços de monitoramento (área urbana de Altamira) está instalada na área considerada como mais crítica à influência da elevação do nível freático, área caracterizada pelo Sistema Freático III (F3), cujos materiais apresentam espessuras variadas e misturas mal selecionadas de areia fina, silte e argila e, apenas localmente, cascalhos ricos em clastos de quartzitos. Tratam-se, resumidamente, da orla e área central de Altamira e das margens dos três igarapés que cortam a cidade.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14605
RUB.

No 6º Relatório foram apresentados ainda: (i) Mapa Hidrogeológico da área urbana de Altamira; e (ii) Mapas que mostram a variação de NA do lençol freático em Altamira em dezembro/2012, maio/2013, janeiro/2014 e abril/2014; (iii) Cálculo de reservas e disponibilidades das águas subterrâneas na área urbana de Altamira.

Como já explicitado em relatórios consolidados anteriores, foi concluído que as áreas com cotas topográficas menores que 100 metros (na área urbana de Altamira) são as que mais apresentam variações dos níveis nos diferentes períodos do ano. Essas áreas seguem a orla do rio Xingu, adentram a cidade seguindo os igarapés, e indicam os locais mais favoráveis à influência da subida do lençol freático. Nos locais com declividade menos acentuada, espera-se que a influência da elevação do nível freático seja mais acentuada.

Sobre os eventuais impactos decorrentes da elevação do lençol freático com o enchimento dos reservatórios, o empreendedor apontou no 6º Relatório alguns impactos positivos e negativos que podem ou não ocorrer. Entre os positivos foram apontados: *maior circulação e recarga da água subterrânea (que deverá infiltrar a partir do lago em direção à zona saturada); aumento da disponibilidade e facilidade de acesso à água subterrânea (em função da maior proximidade da zona saturada à superfície) e subirrigação na Área de Preservação Permanente (com aumento da biomassa nesta faixa)*. Entre os negativos foram apontados: *risco de contaminação das águas dos aquíferos; aumento do risco de contaminação pela infiltração de poluentes, pois haverá a diminuição da espessura da zona não saturada que representa a principal proteção dos aquíferos; eventual risco geotécnico a fundações e baldrames de obras civis (em geral a partir da subida capilar na zona não saturada) e formação de áreas alagadas ou brejos que podem contribuir com o desenvolvimento de insetos e mau cheiro.*

A Norte Energia salientou que qualquer impacto apenas poderá ser realmente verificado depois da formação e estabilização dos reservatórios e que qualquer impacto apenas é esperado em uma restrita faixa marginal aos futuros reservatórios ou ao longo de faixas marginais de igarapés que contribuem diretamente com os reservatórios.

Sobre o cálculo estimado de disponibilidade hídrica (subterrânea) na área urbana de Altamira, foi concluído que a disponibilidade hídrica anual dos sistemas aquíferos da região urbana e peri-urbana de Altamira alcança a soma de 36.151.632 m³/ano. Para o empreendedor a questão mais relevante para o abastecimento da cidade de Altamira por águas subterrâneas não é quantitativo, mas sim, qualitativo, já que parte da água já está contaminada por influência antrópica, o que levou a Norte Energia sugerir que estas devem ser progressivamente retiradas do sistema de abastecimento. O empreendedor registrou que mesmo sem contar com os aquíferos freáticos, as águas dos sistemas profundos são suficientes para abastecer 150.000 habitantes (considerando um consumo médio de 200 litros por habitante por dia).

Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas

No primeiro semestre de 2014 foram realizadas duas campanhas de coleta de água, em janeiro e abril, totalizando oito campanhas trimestrais.

Cada grupo de pontos (poços rasos e cisternas em Altamira; poços de monitoramento, localizados em Altamira; Sítio Pimental; Belo Monte; Belo Monte do Pontal; reservatório Xingu e reservatório Intermediário) foi representado graficamente em diagramas de Piper (gráficos hidroquímicos que ilustram as principais características químicas de uma amostra d'água, quanto aos seus íons dominantes). Outros gráficos também foram apresentados para os mesmos grupos de amostras, contendo evolução dos valores obtidos nas diferentes campanhas para os seguintes parâmetros: nitrato; nitrito; amônia; pH; sólidos totais dissolvidos; sódio; potássio; cálcio; magnésio; e cloreto.

No 6º Relatório também foi apresentada espacialização de variações de valores de ferro, cloreto, amônia, nitrato, chumbo, pH, coliformes fecais e turbidez na área urbana de Altamira.

Do total de 313 amostras analisadas dos 55 pontos de coleta, apenas 23 amostras (7%) estiveram em total conformidade com a legislação, ou seja, 291 amostras (93%), coletadas em todos os poços, apresentaram não conformidades. Dos 26 parâmetros definidos na legislação, 16 apresentaram valores em não conformidade (dados de 2012 a 2014).

- 61 % dos registros em não conformidade quanto ao ferro total em que 5% dos registros também em não conformidade quanto ao ferro dissolvido;
- 52 % dos registros em não conformidade quanto ao pH;
- 50 % dos registros em não conformidade quanto ao alumínio;
- 48 % dos registros em não conformidade quanto ao manganês total;
- 38 % dos registros em não conformidade quanto à turbidez;
- 29 % dos registros em não conformidade quanto à presença de coliformes fecais;
- 21 % dos registros em não conformidade quanto ao chumbo total;
- 11 % dos registros em não conformidade quanto ao nitrato;
- 11 % dos registros em não conformidade quanto à amônia;
- 8 % dos registros em não conformidade quanto à cor;
- 7 % dos registros em não conformidade quanto ao cromo total;
- 5 % dos registros em não conformidade quanto ao arsênio;
- 4 % dos registros em não conformidade quanto aos sólidos suspensos totais;
- 4 % dos registros em não conformidade quanto ao níquel total; e
- 1 % dos registros em não conformidade quanto ao sulfato.

Novamente foi concluído que os resultados obtidos mostram que existe certa tendência de algumas variáveis se manterem fora dos valores máximos permitidos, principalmente turbidez, coliformes, nitrato, ferro total, alumínio, manganês e chumbo. Cor aparente, cromo, níquel, mercúrio e arsênio também se apresentaram fora dos limites de potabilidade, principalmente em período de seca, onde há menor recarga e consequente

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14606
RUB.

diminuição de diluição.

Foi relatado no 6º Relatório que, caso as águas do reservatório apresentem problemas de qualidade, espera-se uma tendência de perda de qualidade das águas freáticas, uma vez que durante o enchimento haverá inversão do sentido do fluxo que migrará do reservatório em direção aos aquíferos freáticos. Porém, se houver manutenção de um bom índice de qualidade das águas do Reservatório Xingu haverá a tendência de melhoria da qualidade das águas freáticas, pois os teores elevados de nitrato, cloreto, sódio e outras substâncias deverão ser diluídos.

A Norte Energia concluiu que os resultados de qualidade da água subterrânea obtidos até o momento não mostram nenhuma fonte de contaminação relacionada diretamente à implantação do empreendimento. Para o empreendedor os dados das análises físico-químicas das águas mostram que o principal foco de contaminação é a questão do saneamento *in situ*, isto é, utilização de fossas e sumidouros ou fossas negras que resultam na infiltração de efluentes domésticos nos aquíferos.

O empreendedor ressaltou ainda que tanto nas áreas urbanas, quanto no entorno dos futuros reservatórios, a possível influência da dinâmica das águas subterrâneas na sua qualidade poderá ser avaliada a partir dos dados a serem coletados após o enchimento.

Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água

Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial

O 6º Relatório Consolidado reúne os dados levantados de dezembro de 2011 a junho de 2014, totalizando 11 campanhas trimestrais no rio Xingu e tributários; e 30 campanhas de monitoramento mensal da qualidade da água no entorno e no interior dos canteiros e em pontos próximos às vias de acesso e linhas de transmissão.

Monitoramento trimestral do rio Xingu e tributários

De maneira geral, os resultados das campanhas de janeiro/2014 e abril/2014 apresentaram boa qualidade de água no rio Xingu e tributários – boa parte dos resultados atende o padrão classe II da Resolução Conama n.º 357/2005 –, porém exceções foram identificadas. As exceções foram mais evidentes nos igarapés de Altamira, igarapés localizados na região do futuro Reservatório Intermediário, jusante da sede de Vitória do Xingu e rio Bacajá.

Conforme relatado no 6º Relatório, também foram registradas não conformidades nos igarapés da região do reservatório Intermediário *em períodos anteriores à intensificação das atividades da obra em cada igarapé, como a baixa oxigenação, a presença de ferro e de manganês ao longo das primeiras campanhas. No entanto, registros posteriores de não conformidades especialmente quanto à turbidez estão relacionados aos impactos das*

atividades intensas das obras do empreendimento nos igarapés monitorados. Tais atividades objetivaram a construção dos diques e resultaram na alteração dos cursos dos igarapés e aumento do aporte de material al□ctone aos corpos d'água, situação favorecida principalmente nos períodos chuvosos. A Norte Energia ressaltou ainda que *o efeito destas atividades foi prognosticado e deve ser temporário já que ap□s a finalização dos diques não são esperados impactos que possam influenciar a qualidade da água dos igarapés.*

No que se refere aos resultados do monitoramento da qualidade dos sedimentos, foi concluído que, de maneira geral, os resultados de qualidade dos sedimentos apresentados apontam que este componente se encontra em bom estado ambiental. Conforme relatado, *mais de 95% das amostras de sedimentos estão em conformidade quanto aos metais pesados na legislação, em todo monitoramento referente às 11 campanhas realizadas de 2011 a 2014.* O empreendedor ressaltou que *apenas duas ocorrências acima dos valores norteadores de nível 2, foram registradas (quanto ao teor de mercúrio no rio Xingu, no ponto de coleta pr□ximo à Ressaca na área da Volta Grande em outubro de 2013 e quanto ao teor de cromo no igarapé Cobal, na área do futuro Reservat□rio Intermediário em janeiro de 2014).*

Foram apresentados os resultados de monitoramento mensal (no ponto RX03) dos perfis de temperatura e oxigênio dissolvido (metro a metro) e amostragens das frações inorgânica e orgânica de fósforo na superfície e fundo da coluna d'água, conforme solicitado pelo Ibama por meio do Ofício nº 510/2011/DILIC/IBAMA (item 1.44) - recomendações do Estudo Complementar de Modelagem Matemática da Qualidade da Água.

Foram apresentados ainda os resultados obtidos por meio de uma análise estatística multivariada aplicada aos dados de qualidade de água e sedimento das campanhas trimestrais realizadas até o momento.

Foi relatado que *a análise multivariada da qualidade da água do rio Xingu e tributários na área de influência da UHE Belo Monte indicou variabilidade entre campanhas de enchente e cheia ao longo do monitoramento, como esperado, por terem sido realizadas em distintos períodos hidrol□gicos e relacionadas ao pulso de inundação na bacia hidrográfica. No entanto, foi observada similaridade entre campanhas de um mesmo período hidrol□gico entre anos diferentes, indicando ausência de impactos com a intensificação das atividades das obras do empreendimento.*

No que tange aos sedimentos, a Norte Energia informou que *a qualidade do sedimento apresentou baixa variabilidade entre as campanhas analisadas, tanto nos pontos de coleta do rio Xingu quanto nos pontos de coleta em seus tributários. Exceção foi registrada na enchente do segundo ano, que se caracterizou por maiores concentrações de metais e nutrientes frente às demais. Aparentemente, tal fato não foi um indicativo de deterioração*

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14607
RUB.

ambiental em termos de acúmulo de metais e nutrientes no sedimento, pois nas campanhas subsequentes tais elementos e substâncias não atingiram concentrações similares, o que fornece um indicativo de que as atividades antr□picas na bacia hidrográfica não alteraram de forma significativa a qualidade do sedimento na região, ao longo do monitoramento.

Por fim, no que se refere ao monitoramento trimestral, o 6º Relatório apresentou os resultados de monitoramento da biota aquática (comunidades fitoplanctônica, zooplanctônica e bentônica).

Monitoramento mensal – entorno dos canteiros

O 6º Relatório apresentou os valores obtidos nas campanhas mensais entre o período de janeiro de 2012 a junho de 2014.

Avaliando os resultados apresentados do período Janeiro/2014 a junho/2014 – período de análise do 6º Relatório, cumpre ressaltar que os pontos PCIBM (canteiro Belo Monte); PACBM-J (canteiro Belo Monte); IGSA/SEBM (canteiro Belo Monte); PACBM-M (canteiro Belo Monte); ETEPIM (canteiro Pimental); PACPIM-MI (canteiro Pimental); e PTO3 (Canal de Derivação) apresentaram inconformidades mais frequentes que os demais pontos no referido período.

Monitoramento em pontos próximos às vias de acesso e linhas de transmissão

Foram apresentados os resultados das campanhas realizadas no período de janeiro de 2012 a junho de 2014. Foram observadas algumas inconformidades em alguns pontos no período janeiro/2014 a junho/2014 – período de análise do 6º Relatório. Os pontos que apresentaram inconformidades com mais frequência foram: PCIBM (lagoa de entrada do canteiro Belo Monte); IGSA/SEBM (igarapé Santo Antônio); PTO 2 (rio Xingu); PTO 3 (igarapé Pedrinho); IGTIC (igarapé Ticaruca); IGPAQ (igarapé Paquiçamba); e IGATURIÁ (igarapé Aturiá). Possivelmente parte das inconformidades observadas está associada às obras da UHE Belo Monte no local.

Monitoramento mensal – interior dos canteiros

Os resultados do monitoramento mensal dos pontos de captação, bebedouros, em pontos de lançamento de efluentes sanitários e em pontos na saída das caixas separadoras de óleos e graxas foram apresentados no âmbito do Programa de Controle Ambiental Intrínseco.

Recomendações:

Assim como em pareceres anteriores, recomenda-se que a Norte Energia adote, no âmbito do Comitê de Qualidade de Águas, ações mais rigorosas de controle ambiental nos

canteiros e imediações com vistas a melhorar de forma significativa os resultados de qualidade da água nos pontos localizados no entorno do canteiros; próximos às vias de acesso; interior dos canteiros e nas regiões do futuro reservatório Intermediário e Canal de Derivação.

Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquticas

O 6º Relatório Consolidado reúne os dados consolidados das campanhas trimestrais dos meses de dezembro de 2011 a abril de 2014, totalizando 11 campanhas.

Oprojeto avalia, atualmente, 45 pontos de coleta, sendo que 40 pontos, são monitorados continuamente durante todo o ciclo hidrológico anual e outros cinco pontos permanecem na malha amostral, mas são visitados pelo empreendedor apenas em períodos de cheia do rio, por serem locais potenciais ao desenvolvimento de algumas espécies, após o barramento do rio Xingu.

Até o momento foram identificadas 107 espécies de macrófitas aquáticas pertencentes a 35 famílias. A família mais representativa, quanto ao número de espécies foi *Cyperaceae*, com 35 espécies, seguida de *Poaceae* com 19 espécies, *Leguminosae* com 5 espécies, *Pontederiaceae* e *Onagraceae* com 4 espécies e *Podostemaceae* com 3 espécies. As outras 29 famílias apresentaram uma ou duas espécies, cada.

Foi relatado que em janeiro e abril de 2014, que representam respectivamente os períodos de enchente e cheia do 3º ciclo hidrológico foram contabilizadas apenas 27 espécies, número pouco expressivo possivelmente pelo fato de ter ocorrido a maior cheia do rio Xingu desde o início do monitoramento, onde muitos locais ficaram completamente encobertos, fazendo com que as espécies, sobretudo as emersas ficassem submersas pelas águas do rio Xingu e igarapés.

O ponto LA 03 (Lagoa do Maradona), localizado na área do futuro Reservatório do Xingu e que apresenta inúmeras lagoas temporárias, foi o que apresentou, em média, a maior quantidade de espécies de macrófitas aquáticas, sendo a maior riqueza em abril de 2013 com 19 espécies. Nesta área encontram-se os pontos LA 02, LA 04 e lagoa do Noronha, RX 04 (localizado na orla da cidade de Altamira) e os igarapés Altamira (IG 02), Ambé (IG 03) e Trindade (IG 04), responsáveis pelo maior número de espécies na região.

O empreendedor ressaltou a importância da área do futuro reservatório do Xingu quanto à ocorrência de macrófitas aquáticas, pois será uma área que sofrerá alterações nos pulsos de inundação, ficando permanentemente alagada, o que poderá proporcionar desenvolvimento de algumas espécies. Foi ressaltado, novamente, que igarapé Altamira é um local propício ao desenvolvimento de macrófitas aquáticas infestantes

Ainda no 6º Relatório o empreendedor, com base nos resultados do monitoramento obtidos até o primeiro semestre de 2014, concluiu que:

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1408
MP
RUB

- *Aárea "Restituição de Vazão/Jusante da Casa de Força Principal" tem importante contribuição para a riqueza de espécies de macr□fitas aquáticas e é representada pelos pontos TVR 07 (12 espécies em dezembro de 2012), TVR 08 (7 espécies em junho e novembro de 2012) e TVR 09 (9 espécies em dezembro de 2011), todos localizados no rio Xingu e o ponto IG 13, no igarapé Tucuruí (sete espécies em março e junho de 2012). As macr□fitas avaliadas ocorrem em estandes homogêneos e relativamente extensos, sendo observado um importante nível de infestação. Esta área apresenta condições mais favoráveis ao estabelecimento de determinadas espécies e à formação de densos estandes de macr□fitas aquáticas, do que em outras áreas avaliadas no rio Xingu;*
- *Na área a jusante da futura barragem em Pimental, que se estende por toda a Volta Grande do Xingu, no "Trecho de Vazão Reduzida", o ponto IG 08 (igarapé Ituna) apresentou quantidade mais expressiva de macr□fitas, seguido do ponto TVR 03, localizado na região da comunidade da Ressaca e garimpo do Galo; e*
- *Na área "Reservat□rio Intermediário", apenas os pontos DI 04 (igarapé Ticaruca) e a lagoa pr□xima ao igarapé Paquiçamba apresentaram uma área expressiva de ocorrência de macr□fitas. Esta lagoa está localizada a montante do Dique 28 e merece atenção, pois é repleta da espécie flutuante Eichhornia crassipes e pode ser importante fonte dispersora deste vegetal.*

Foi evidenciado o efeito da seca sobre a comunidade de macrófitas aquáticas, já que as lagoas, nesta época, ficam completamente secas, inviabilizando a permanência de diversas espécies.

As espécies com maior frequência de ocorrência foram *Montrichardia linifera*, conhecida popularmente como aninga, distribuída em 14 pontos de coleta, seguidas das espécies flutuantes livres *Eichhornia crassipes*, *Salvinia auriculata*, e *Caperonia castaenofolia* que foram registradas em todas as campanhas amostrais.

No relatório foi relatado que nas lagoas localizadas na área do reservatório do Xingu ocorreram extensos estandes de macrófitas aquáticas nos períodos de maiores cheias do rio, sendo que na seca, algumas destas espécies se encontravam em estado de senescência ou ausentes, impossibilitando a avaliação de suas biomassas.

Por fim, a Norte Energia informou que ao longo dos anos de monitoramento, 2011 a 2014, dez estandes de macrófitas foram identificados, com elevado nível de infestação. Tais áreas permanecem sem alterações quanto à composição e ocupação. Foram observadas infestações pontuais das espécies de macrófitas aquáticas *Paspalum repens* no sítio Canal e Diques e *Lemna minuta* no sítio Pimental.

Recomendação:

Reiterando a recomendação exposta no Parecer n.º 1553/2014, com vistas a evitar a proliferação de vetores de doenças associados às macrófitas aquáticas, especialmente na

região dos igarapés de Altamira e orla, o empreendedor deve estudar e apresentar as medidas de controle a serem executadas nestes locais quando do enchimento do reservatório do Xingu.

Programa de Monitoramento do Microclima Local

Este programa está sendo executado normalmente.

Junto ao 6º Relatório foram apresentadas a análise e a consistência dos dados obtidos no monitoramento até o mês de abril de 2014, com apresentação da distribuição dos parâmetros meteorológicos (Precipitação, Temperatura do ar, Umidade relativa do ar, Velocidade dos ventos, Pressão barométrica e Evaporação) obtidos por anotações diárias de observador e automaticamente nas plataformas de coleta de dados.

3. CONCLUSÕES

Os programas ambientais analisados por este Parecer estão sendo executados pelo empreendedor. Para alguns programas/projetos foram elencadas recomendações para ajustes e adequações que devem ser observadas pela Norte Energia.

Brasília, 27 de janeiro de 2015

Matheus R. Coura

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo. Recomendo a disponibilização deste Parecer no Sisbio e no repositório do DILIC para acesso público. Informo que a coordenação até elaborando Despacho à Diretoria, o qual compilará as informações em uma análise de adequabilidade da execução dos programas ambientais e de atendimento das condicionantes da LI 795/2013. Em 25/2/15

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14609
RUB.

PAR. 02001.000415/2015-93 COHID/IBAMA

Assunto: Análise do 6° Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75, em complementação ao Parecer n.º 5036/2014 COHID/IBAMA.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do 6° Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75, em complementação ao Parecer n.º 5036/2014 COHID/IBAMA.

1. INTRODUÇÃO

Este parecer objetiva analisar a situação de implementação de programas ambientais do Projeto Básico Ambiental - PBA da Usina Hidrelétrica - UHE Belo Monte, tendo como base o 6º Relatório Consolidado, compreendendo o período dezembro de 2013 a maio de 2014. Deste modo, somada à avaliação realizada por meio do Parecer Técnico n° 1553/2014, fica concluída a análise do 6° Relatório Semestral para os programas relacionados ao meio biótico.

Ressalta-se que as recomendações são apresentadas ao longo da análise, de modo a adequar cada um dos planos, programas e projetos do PBA, face aos resultados apresentados, e às condições de instalação do empreendimento.

A avaliação contida neste documento técnico se baseia ainda nas informações obtidas ao longo do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, incluindo as vistorias realizadas pela equipe técnica do Ibama na região do empreendimento.

2. ANDAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

1. Plano Ambiental de Construção

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

O 6° RC apresentou atividades referentes ao período do dezembro/2013 a junho/2014.

O relatório apontou que foi realizado no Plano de Ação de Recuperação de Áreas Degradadas 2013/2014 a recuperação de 91,16 hectares nos bota foras do sítio Canal e Diques e 10,84 hectares no sítio Belo Monte. A proposta inicial de recuperação de 240,73

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14610
RUB.

hectares foi recalculada. O bota-foras onde foram realizadas atividades de plantio de mudas foram BF- 03 e 06, 17, 18, 36B, 37, 38, 39 e travessão 27, Vila Residencial e Porto. Com a readequação do plano, foram recuperados 102,02 hectares para estes bota-foras.

Não foram apresentadas atividades de levantamento planialtimétricos em áreas de intervenção, assim como também não foi realizada a estocagem de solo orgânico, somente foi atualizado medições, num total de 4.433.947,80 m^3. Foram concluídas as atividades de conformação topográfica para os bota-foras Canal e Diques (BF 18, 36B, 38 e 39) e parcialmente no bota-fora 40. Neste período também foram realizadas as obras de drenagens e enrocamento de proteção.

O relatório apontou que foi realizado uma revisão do Plano de Ação de Recuperação de Áreas Degradadas 2013/2014, e foi apresentado no anexo do relatório os novos prazos de execução e novos bota-foras a serem executados. O Plano de Ação inicial, encaminhado pela CE 243/2013 de 07/06/2013, propôs recuperação de 240,73 hectares para os seguintes bota-foras: BF- 03 e 06, 11, 17, 18, 30, 36B e 37. Com a readequação do plano, serão recuperados 196,03 hectares para os bota-foras BF 03, 17, 18, 33, 36B, 37, 38 e 39.

A hidrossemeadura foram feita nas margens direita e esquerda do canal de derivação, diques de contenção de igarapés 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 29, 31, 32, 33 e diques 13, 14F, 14G, 19B e 19C, canteiros de obras, travessões 50 e 55, Vila Residencial, ETA e canal de fuga. Foram plantadas 85.729 mudas, sendo 7.700 no sítio Belo Monte e 78.029 no sítio Canais e Diques. O viveiro produziu até o momento 374.159 mudas, sendo 66.812 no período do 6RC.

O relatório apontou que os indicadores de avaliação do programa não estão apresentando consistência suficiente para avaliar de seu andamento. Foram propostos novos parâmetros de avaliação com atualização das planilhas de objetivos e metas, relatórios gerenciais mensais e avaliação dos relatórios consolidados anteriores. Esta mudança deverá ser apresentada mais criteriosamente não próximo relatório semestral.

Conforme já mencionado, os projetos de recuperação deverão atender ao Termo de Referência expedido pelo IBAMA, sendo que este projeto e os próximos deverão ser entregues seguindo o formato do TR e incorporado as considerações e recomendações exaradas nas Notas Técnicas n° 5700/2013 e n° 5945/2013 que analisou o PRADS com efetivo plantio de mudas arbóreas no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, com a finalidade de reposição florestal. Importante destacar, que os projetos de recuperação com plantio arbóreo deverão solicitar o quantitativo a ser concedido para fins de liberação de crédito de reposição florestal.

Não foi informado o quantitativo em áreas a serem concedido para fins de liberação de crédito de reposição florestal nos projetos de recuperação de áreas degradadas utilizando espécies arbóreas para o ano agrícola 2013/14. Deverão ser entregues também,

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14611
RUB.

o planejamento atualizado do ano agrícola 2014/15.

2. Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres

Programa de Desmatamento e Limpeza dos Reservatórios

Projeto de Desmatamento

O projeto de desmatamento apresentou atividades referentes ao período de dezembro 2013 a maio de 2014 e contemplou atividades como: capacitação das equipes de trabalho, planejamento de atividades junto com equipes de resgate de fauna e flora e supressão de vegetação em si. Não foram realizadas atividades de inventários florestais.

Foram liberadas neste período as ASVs dos reservatórios Xingu e Intermediário. Com isso, foram suprimidos, para este período, 6.066,61 hectares dos 21.059,03 hectares previstos, correspondendo a 28,21%.

Com uma análise feita do total das áreas das ASVs com o total previsto e suprimidos, somente cerca de 04,33% foi efetivamente suprimido. Este baixo percentual, deve-se a entrada das extensas áreas dos reservatórios no computo ainda não executado. A ASV n° 868/2014 teve apenas 1% executado do total previsto.

ASV	Área da ASV	Total previsto no período (ha)	Total suprimido no período (ha)	Total acumulado (6RC)	Total m³ acumulado
581/2012	7,92	7,92	0,00	7,92	Não consta
596/2011	204,76	204,76	0,00	204,76	1.871,84
680/2012	507,38	252,44	0,00	252,44	931,38
681/2012	10.514,67	3.016,12	31,62	2.656,36	75.143,39
708/2012	8.841,26	2.821,45	213,11	1.106,40	9.488,00
711/2012	4.468,27	1.891,40	59,76	565,33	13.853,54
723/2012	8.670,53	3.661,82	357,89	548,89	8.705,96
735/2012	76,65	0,00	0,00	0,00	0,00
776/2013	210,23	1,50	1,11	1,11	0,00
780/2013	9,14	9,14	9,14	9,14	190,42
868/2014	4.843,79	4.843,79	48,20	48,20	**
869/2014	9,63	3,66	3,66	3,66	**
Total*	**38.364,23**	**16.714,00**	**724,49**	**5.404,21**	**110.184,53**

*Não foram apresentados dados referentes a ASV n° 581/2011.

** Até o fechamento do 6RC, não havia sido contabilizados os quantitativos acumulados de produtos florestais.

Não houveram atividades de supressão nas ASVs n° 859/2014, n° 863/2014, n° 867/2014 e a n° 900/2014.

Os valores de suprimidos até maio de 2014 somam 6.066,61 hectares paras as ASVs vigentes, gerando um volume de 110.184,53 m³ de toras. Excluindo os dados referentes as

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14612
RUB.

ASVs n° 859/2014, n° 863/2014, n° 867/2014 e a n° 900/2014 não estão contabilizadas no cálculo final. Este valor acumulado gerado é distinto do apresentado no estoque de material do Quadro 12.1.1-4 onde este valor é de 87.172,64, devido principalmente a não contabilização de toras nas explanadas, trânsitos para pátios finais, toras em explanadas em pátios finais, utilização na obra ou destinada internamente.

Foram apresentados também os volumes totais de lenha e resíduos grossos sendo, respectivamente, 8.160,99 mst e 450.125,80 m³. O total apresentado no 5RC para resíduos grossos (484.677,78 m³) foi superior do que o apresentado no 6RC, sendo que foi realizada a destinação de aproximadamente 5.108,91 m³ deste tipo de material florestal. A Norte Energia deverá encaminhar a destinação dada a este produto, visto que no planejamento não houve nenhuma tratativa definida de uso deste material.

A destinação da madeira suprimida foi apresentada no âmbito do programa de Delineamento do Mercado Madeireiro e será abordado na análise deste.

A Norte Energia vem encaminhando mensalmente para acompanhamento, conforme condicionante das ASVs dos reservatórios, os quantitativos de supressão dos reservatórios Xingu e Intermediário. A seguir são apresentados os quantitativos já executados de supressão.

Data	Supressão Realizada		Total acumulado
	Reservatório Xingu	Reservatório Intermediário	
28 de abril	71,27	216,47	287,74
02 de junho	108,42	331,55	439,97
02 de julho	217,16	519,02	736,18
31 de julho	336,34	833,49	1.169,83
04 de setembro	615,63	1.480,52	2.096,15
01 de outubro	1.071,74	1.768,78	2.840,52
01 de novembro	1.297,42	2.186,29	3.483,71
01 de dezembro	1.984,23	2.349,28	4.333,51

O planejamento da supressão dos reservatórios foi feito em duas fases, já liberadas a após a comprovação das metas de destinação indicadas na Nota Técnica 1895/2014 de 21 de agosto de 2014. As supressões já avançaram em 40% do total para o reservatório Xingu e 26% para o Intermediário. Houve uma preocupação quando da realização do Seminário específico sobre Destinação da Madeira, onde seriam localizadas os pátios finais do reservatório Xingu, visto que a região possui menos acessos e vegetação mais conservada. A Norte Energia deverá encaminhar, este planejamento prévio com as possíveis localizações destes futuros pátios, observando a não autorização de supressão de novas áreas para abertura de pátios e nem sua localização nas área do futuro reservatório.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14613 RUB

Como anexo, foram presentados mapas de quantificação de áreas suprimidas e mapas de localização de pátios finais e de estoque de resíduos para todas as ASVs vigentes.

Recomendações

- Continuar a atender criteriosamente os procedimentos determinados no Plano Operacional de Supressão,

-A Norte Energia deverá encaminhar, este planejamento prévio com as possíveis localizações de pátios para o Reservatório Xingu.

Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação da Madeira

O Relatório consolidado apresentou como antecedentes do programa, informações sobre a análise do Plano Estratégico e atendimento as metas de destinação da madeira consideradas condicionantes para a liberação das ASVs dos reservatórios. As metas envolviam ações como: a publicação do leilão de biomassa, contratação da serraria e leilão de 18 mil metros cúbicos de madeira comercial. Durante seminário realizado, foi questionado se as contratadas teriam capacidade de consumir toda a madeira encontradas nos pátios finais, e a Norte Energia relatou que as serrarias, possuem capacidade de absorver todas a volumetria já armazenadas em patio e as que serão suprimidas nos reservatórios.

A seguir são apresentados a evolução das atividades com resultados e avaliação para o período analisado:

- Volumetria utilizada internamente no empreendimento: fora utilizados internamente uma volumetria total de 9.895,36 m³, 328,64 st de lenha e 15.108,91 m³ de resíduos grossos. As toras utilizadas foram descritas por espécies no Quadro 12.1.2-7.
- Doação de madeira para AIMAT: O relatório apresentou a volumetria doada para a Associação (18.289,72) sendo que já foram retiradas aproximadamente 1.514,54 m³, ate o período deste relatório. Existe ainda uma negociação de doação de madeira para o Consórcio de Municípios de Belo Monte, que também devem ser atendidos assim que os problemas de cadastro no Sistema DOF destes municípios forem resolvidos.
- Fitomassa Lenhosa: O relatório apresentou as propostas de utilização da fitomassa, dentre as propostas, apresentaram 4 empresas de produção de carvão, 01 para produção de briquetes, 01 para consultoria e gerenciamento de industria de carvão e produção de briquete. Até o fechamento do 6RC não foi apresentada a proposta escolhida.

Como encaminhamento, o 6RC apresentou: Finalização do processo de contratação da empresa produtora de carvão, bem como sua implantação, finalização da instalação da serraria DWE/NE, atendimento de demandas de doação, realização do seminário sobre a

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14614 Mp RUB

Movimentação e Controle da Madeira.

O programa vem sendo executado, mesmo com os ajustes das metas indicadas no PBA. Algumas atividades hoje já encontram-se mais avançadas, se comparando aos resultados apresentados neste 6RC. Como a instalação das serrarias do Travessão 27 e a realização do Seminário, onde foram discutidos pendências e ajustes em todo o processo de destinação da madeira e envolveu diversas diretorias do IBAMA (DILIC, DIPRO e DBFLO).

Em paralelo ao que foi discutido no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, novamente a Norte Energia deverá atentar para a apresentação dos projetos de recuperação de forma a gerar os créditos de reposição florestal necessários para o transporte de madeira.

Recomendações

A Norte Energia deverá encaminhar, quando possível, a escolha da empresa recebedora da fitomassa lenhosa segundo os resultados da oferta pública (leilão), bem como a documentação do licenciamento por parte da Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará.

3. CONCLUSÕES

Os programas ambientais analisados por este Parecer estão sendo executados pelo empreendedor. No decorrer deste Parecer Técnico foram elencadas pendências relacionadas aos Planos, Programa e Projetos constantes do Plano Básico Ambiental - PBA, para as quais foram tecidas recomendações que deverão ser atendidas pelo empreendedor. Estes ajustes deverão ser executados para o adequado controle ambiental, necessário nesta fase do projeto.

Brasília, 04 de fevereiro de 2015

Rosangela Teixeira Tiago
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo. Recomendo a disponibilização deste Parecer no SISLIC e no repositório do DILIC para acesso público. Informo que a coordenação está elaborando Despacho à Diretoria, o qual compilará as informações em uma análise de adequabilidade do execução do programa (~~em uma análise~~) ambiental e de atendimento das condicionantes da LI 795/2013.

Em 25/2/15

Frederico Queiroga do Amaral 4/02/2015 - 18:15
Matrícula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14615 RUB.

OF 02001.001934/2015-79 DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

Ao Senhor
José de Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

RECEBEMOS
27 / 02 / 2015
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A

Assunto: **Novo traçado da Linha de Transmissão 500 kV.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao documento CE 031/2015-DS, que solicita anuência desta Diretoria para alterar o traçado das Linhas de Transmissãos 500 kV (linhas que transmitirão energia da Casa de Força Principal da UHE Belo Monte à Subestação Xingu), informo que a Nota Técnica 02001.000256/2015-27 COHID/IBAMA avaliou o requerimento e concluiu por não haver óbice ao novo traçado proposto, já que este implica em impactos sobre o meio socioeconômico com magnitudes reduzidas quando comparado ao traçado anteriormente aprovado.

2. Neste sentido, esta Diretoria aprova o novo traçado da LT 500 kV proposto pela Norte Energia.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: carta
Nº. 02001.003233/2015-74
Recebido em 25/02/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14616
RUB.

CE 0047/2015 - DS

Brasília, 25 de Fevereiro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar
70.818-900 Brasília – DF

DIGITALIZADO NO IBAMA

Assunto: Autorização para aquisição de terras e benfeitorias na área urbana de Altamira
Referente: Resposta ao ofício 02001.013049/2013-71 DILIC/IBAMA

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente e em atenção ao ofício em epígrafe onde são solicitadas da Norte Energia informações acerca do processo negocial na área urbana de Altamira, cumpre-me informar-lhe o que segue no quadro apresentado a seguir.

2. A data de referência das informações prestadas é de 20 de fevereiro de 2015.

3. Por fim, informamos que sendo sanadas as inconsistências que persistem no Sistema de Gestão Fundiária Urbana, será franqueado a essa Autarquia o acesso ao mesmo.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Ao analistas Eduardo Trazzi e Henrique Silva para acompanhamento.
25/2/15
Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1467
RUB.

Quadro 1 – Número de ofertas realizadas para a área urbana de Altamira. Norte Energia, fev/15.

Evento	Nº absoluto	Percentual
Negociações (RUC, Indenização, Igrejas, Aluguel Social, Estudos de Caso, Recusa e Comércios)	**6.189**	**100,00%**
Reassentamento	2.456	39,68% (1)
• **RUC Jatobá**	984	40,06% (2)
• **RUC São Joaquim**	735	29,92% (2)
• **RUC Laranjeiras**	09	0,36% (2,3)
• **RUC Casa Nova**	347	14,12% (2)
• **RUC Água Azul**	381	15,51 (2)
• **RUC Pedral (*)**	0	0
Indenização	2.048	33,09% (1)
Igrejas	11	0,17% (1)
Aluguel	234	3,78% (1)
Estudos de caso	638	10,30% (1)
Recusa	192	3,10% (1)
Comércios negociados	610	9,85% (1)
• **Optantes pela interrupção**	177	32,70% (4)
• **Recomposição no RUC**	100	17,30% (4)
• **Recomposição fora do RUC**	333	50,00% (4)

(1) Percentual sobre ofertas realizadas.
(2) Percentual sobre optantes pelo RUC.
(3) Não relocados.
(4) Percentual sobre comércios negociados.
(*) Em fase de levantamentos preliminares.

Anexos:

1. Mapa de negociação igarapé Ambé. Norte Energia, fevereiro/2015. SIGWEB.
2. Mapa de negociação igarapé Altamira. Norte Energia, fevereiro/2015. SIGWEB.
3. Mapa de negociação do igarapé Panelas. Norte Energia, fevereiro/2015. SIGWEB
4. Mapa de negociação Orla. Norte Energia, fevereiro/2015. SIGWEB

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

Igarapé Altamira

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1418
MP
RUB.

Legenda

- ores
- cação Pontes
- Xingu
- e nível
- a 97
- a 100

Situação Atual

- Áreas Liberadas
- Recusa
- Negociado
- Em Negociação

rea urbana de Altamira / PA

205 410 820 m

FONTES E DADOS TÉCNICOS

Projeção: UTM - Fuso 22 S
Datum: SIRGAS 2000
K = 0,9996

Elaboração: Diagonal, 20/02/2015

e Energia

Diagonal
TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS

EM BRANCO

Igarapé Ambé

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1461
RUB.

Legenda

etores

dicação Pontes

io Xingu

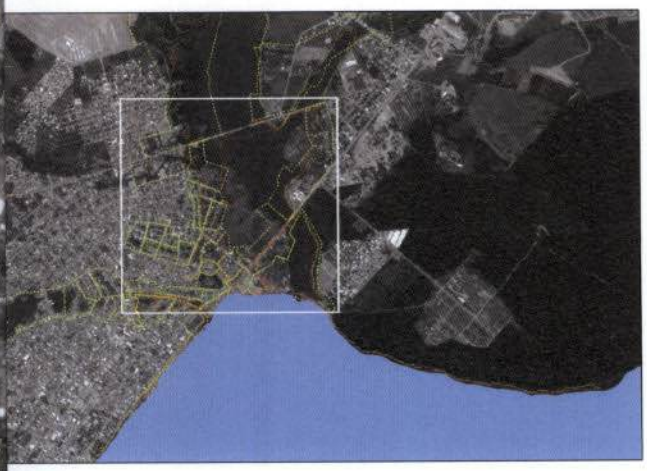
s de nível

ota 97

ota 100

Situação Atual

- Áreas Demolidas
- Recusa
- Negociado
- Em Negociação



ea urbana de Altamira / PA

190 380 760 m

FONTES E DADOS TÉCNICOS

Projeção: UTM - Fuso 22 S
Datum: SIRGAS 2000
K = 0,9996

Elaboração: Diagonal, 20/02/2015

Energia

DIAGONAL
TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS

EM BRANCO

Igarapé Panelas

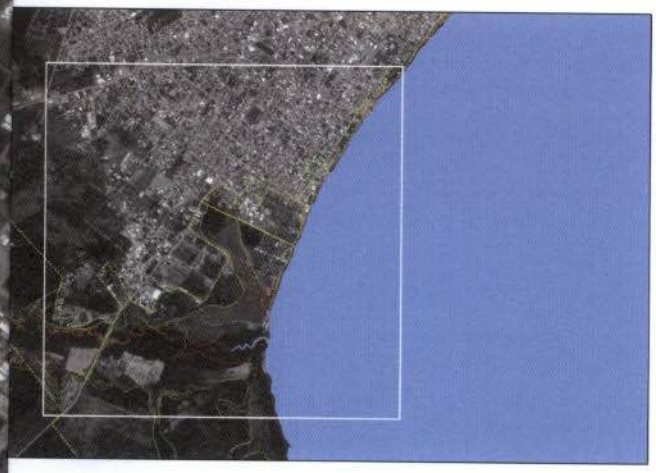
COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1420
RUB.

Legenda

...res
...Xingu
...cação Pontes
...e nível
...a 97
...a 100

Situação Atual

- Áreas Demolidas
- Recusa
- Negociado
- Em Negociação



...ea urbana de Altamira / PA

315 630 1.260 m

FONTES E DADOS TÉCNICOS

Projeção: UTM - Fuso 22 S
Datum: SIRGAS 2000
K = 0,9996

Elaboração: Diagonal, 20/02/2015

...te Energia

DIAGONAL
TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS

EM BRANCO

Igarapé Orla 1

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14621
RUB.

Legenda

pres

Xingu

cação Pontes

le nível

a 97

a 100

Situação Atual

- Áreas Demolidas
- Recusa
- Negociado
- Em Negociação

ea urbana de Altamira / PA

85 170 340 m

FONTES E DADOS TÉCNICOS

Projeção: UTM - Fuso 22 S
Datum: SIRGAS 2000
K = 0,9996

Elaboração: Diagonal, 20/02/2015

te Energia

DIAGONAL
TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: carta
Nº. 02001.003185/2015-14
Recebido em25/02/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1462
RUB.

CE 046/2015 – DS

Brasília, 25 de Fevereiro de 2015

DIGITALIZADO NO IBAMA

A Sua Senhoria o Senhor
Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 02 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1° Andar
70.818-900 Brasília/DF

Assunto: 9ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu e 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE.

Referência: Fórum de Acompanhamento Social UHE Belo Monte - FASBM

Senhor Coordenador,

Convidamos V. Sa. a participar em 04 de Março de 2015 às 10h00, no Auditório do Rillo's Hotel, localizado na Rua Sete de Setembro, n° 2300, bairro Centro - Altamira-PA, das seguintes reuniões:

- 9ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu;
- 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE.

Esclarecemos que em razão dos assuntos a serem pautados nas respectivas reuniões estarem relacionados, os temas serão tratados em um só momento:

Apresentação de informações sobre o Sistema de Transposição de Embarcações - STE em 2015 para o período de cheia e a formação do reservatório do Xingu.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

À equipe 2 para conhecimento.
26/2/15

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

ciente em 27.02.15

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1623
RUB

OF 02001.001935/2015-13 DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

Ao Senhor
José de Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

RECEBEMOS
16/03/2015
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A

Assunto: **Tratamento de relocação assistida a famílias de não proprietários residentes nas áreas rurais.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, encaminho Nota Técnica 02001.000189/2015-41 COHID/IBAMA, que analisou as CE 346/2014-DS e 023/2015-DS sobre concessão de tratamento de relocação rural assistida a famílias de não proprietários residentes nas áreas rurais interferidas pela UHE Belo Monte.

2. Neste sentido, para que haja a possibilidade de concessão de tratamento de relocação rural assistida (carta de crédito) a famílias de não proprietários residentes nas áreas rurais interferidas pela UHE Belo Monte, o empreendedor deverá atender às seguintes recomendações, readequando o plano de trabalho encaminhado via CE 023/2015-DS, de 29/01/2015:

a. discutir na comissão específica da população atingida na área rural a proposta de reajuste do valor da carta de crédito e a aprovação de aquisição de áreas menores que o módulo fiscal, conforme orientação inicial do processo de concessão de carta de crédito;
b. manter a oferta do projeto de reassentamento rural para as famílias residentes em áreas rurais diretamente atingidas pela UHE Belo Monte, de forma a atender aos interesses daquelas famílias que desejarem este tipo de tratamento;
c. efetivar um mecanismo que permita a identificação de situação de venda de lote por parte do beneficiário e a rastreabilidade da família beneficiada que tenha negociado área obtida por meio de carta de crédito;
d. ampliar para dez anos o tempo de assistência técnica e social (ATES) ofertada pelo empreendedor às famílias atingidas pela UHE Belo Monte, a contar da efetuação do perfil de entrada da família atendida;

e. envidar esforços na equipe de ATES ou na equipe responsável por assuntos fundiários da Norte Energia para que se reduza ao mínimo o tempo entre a entrada da família na nova propriedade e a primeira visita da equipe de ATES (para elaborar o perfil de entrada);
f. utilizar as atividades do projeto de reparação social para ajudar na consolidação das famílias em processo de alteração de padrão produtivo;
g. implantar fossas sépticas nas residências, das propriedades adquiridas por meio de carta de crédito, que por ventura não as tenham, incluindo as propriedades já adquiridas;
h. apresentar ao Ibama, de forma consolidada, a proposta de aquisição de áreas de reserva legal em condomínio para que se dê prosseguimento à análise por este Instituto.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14624
MP
RUB.

NOT. TEC. 02001.000189/2015-41 COHID/IBAMA

Brasília, 09 de fevereiro de 2015

Assunto: Tratamento de realocação assistida a famílias de não proprietários residentes nas áreas rurais.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise das CE 346/2014-DS e 023/2015-DS sobre concessão de tratamento de relocação rural assistida (carta de crédito) a famílias de não proprietários residentes nas áreas rurais interferidas pela UHE Belo Monte.

1. INTRODU□ÃO

Esta nota é referente à análise da CE 346/2014-DS da Norte Energia, de 05/12/2014, encaminhando Nota Explicativa 02/2014, solicitando autorização para concessão de tratamento de relocação rural assistida (carta de crédito) a famílias de não proprietários residentes nas áreas rurais interferidas pela UHE Belo Monte. Bem como, do plano de trabalho sobre o mesmo assunto encaminhado via CE 023/2015-DS, de 29/01/2015.

2. ANÁLISE

A solicitação oficial ora realizada faz referência a uma situação de liberalidade assumida pelo empreendedor, em reunião na comissão específica da população atingida na área rural de 02/09/2011. O empreendedor afirma que acatou pleito dos atingidos, não proprietários residentes, que alegavam que a opção de assentamento rural seria uma experiência mal sucedida como forma de ocupação coletiva no passado recente na região e que os interferidos buscam áreas com infraestrutura produtiva já implantada (pastagem ou cacau).

A nota explicativa informa que até agosto de 2014 foram concedidos tratamentos de relocação assistida a 311 famílias residentes em áreas rurais, sendo 13 proprietários e 298 não proprietários, dos quais mais de 70% desenvolvem atividade de exploração direta, indireta (arrendamento de terras) ou ainda se encontram em fase de adequação da infraestrutura de produção; e, 29% não possuem exploração atual. A nota afirma ainda que o Censo da Reforma Agrária, Aspectos Metodológicos e Primeiros Resultados (NEAD, 2006) verificou que as situações de abandono do projeto de assentamento rural e de lotes vagos na região norte alcançaram proporções superiores a 20% das famílias aprovadas em processo de seleção.

Também compõe a nota, uma apresentação de alguns indicadores socioeconômicos que comparam o perfil de entrada (nas propriedades adquiridas) das famílias atingidas com o *status* em abril/2014. Nesta comparação se têm o tipo de moradia, de saneamento básico, de fonte de água e acesso a benefícios sociais (origem/CSE x abril/14); além de comparações com o perfil de alimentação, produção de milho, criação de animais (quantidade de cabeças), produção de cacau (nível intermediário e mercado); e, por fim, apresenta as principais práticas produtivas adotadas pelas famílias (em abril/2014).

Os dados trazidos pela nota explicativa corroboram que o tratamento de realocação assistida teve um índice maior de famílias com áreas sem exploração atual em relação ao número relativo de abandonos apontado no Censo da Reforma Agrária (NEAD, 2006) e evidencia a melhoria na produção agrícola (milho e cacau), com ao menos dois anos de ATES. Além de mostrar que no quesito saneamento básico a maior parte das famílias atendidas permanecem com fossa rudimentar em suas novas propriedades. As demais comparações mostram evolução em relação à origem.

Ao observar o mapa geral de atendimento da ATES percebe-se que há elevado número de famílias sem atendimento o que possibilita um agravamento do quadro atual.

A concessão de tratamento de relocação rural assistida (carta de crédito) a famílias de não proprietários residentes nas áreas rurais interferidas pela UHE Belo Monte já fora analisada no Parecer 1553/2014 COHID, que analisou o 5º relatório semestral apresentado pela Norte Energia. Como recomendação à época, solicitou-se que fosse interrompida a liberalidade com a oferta de tratamento diferenciado do previsto no PBA, uma vez que havia elevada taxa de renegociação das terras adquiridas via carta de crédito. Desta forma, asfamílias que venderam suas áreas obtiveram, de forma indireta, uma indenização, o que não era previsto.

A apresentação da Norte Energia sobre o tema para o seminário técnico sobre o 5º relatório semestral, em abril/2014, mostrou que ao menos 74% das propriedades "vendidas" foram repassadas por famílias que teriam acesso somente aos tratamentos de reassentamento rural coletivo ou reassentamento individual em área remanescente viável, conforme previa o PBA. Sendo o cacau e a criação de gado bovino para corte, as atividades agropecuárias mais desenvolvidas na região, e segundo a apresentação, as propriedades tiveram uma taxa menor de repasse conforme maior o número de pés de cacau na propriedade (que na apresentação foram divididas em três faixas - 0 (zero) pé de cacau; de 1 a 5.000 pés; e, acima de 5.000 pés). Já para as áreas ocupadas com pastagem, não é possível fazer qualquer ilação.

Ressalta-se que o perfil de entrada de várias famílias nas áreas adquiridas por carta de crédito mostra a dificuldade gerencial ou de adaptação à condição de proprietário rural de várias famílias. Soma-se ainda, algumas situações de alteração da condição produtiva da família, por exemplo uma família de origem ribeirinha que opta por adquirir uma propriedade distante do rio e tem que passar pela transformação do padrão produtivo, de pescador para agricultor ou pecuarista. Assim, para a consolidação do novo estabelecimento rural faz-se necessário intenso acompanhamento da ATES, que conforme previsto no PBA se dá por três anos prorrogáveis por mais dois anos.

Segundo dados de documentos da Ceplac (http://www.ceplac.gov.br/radar/cacau.htm, visitada em 29/01/2015), a colheita do cacau inicia-se a partir do 2ºano; do 2º ao 4º ano, os frutos podem ser

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14625
MP
RUB.

colhidos praticamente durante o ano todo; a partir do 5º ano, as colheitas são feitas em dois períodos; e, a produtividade se estabiliza a partir do 7º ano. Já documento de 2006, da Embrapa Amazônia Oriental, sobre coeficientes técnicos da criação de gado bovino de corte no Estado do Pará (http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/BovinoCorte/BovinoCortePara/paginas/coeficientes.html, em 29/01/2015), indica para engorda de bovinos com implantação do sistema de pastejo rotacionado intensivo (PRI) em áreas de pastagens degradadas ou capoeiras, considerando um módulo de 100ha, levaria cerca de 4 anos e meio para que as receitas acumuladas cubram os custos acumulados.

Os dados trazidos acima são exemplos de referência para o tempo necessário para iniciar consolidação de padrão produtivo. Considerando as dificuldades gerenciais ou de adaptação à nova condição produtiva no perfil de entrada das famílias contempladas com realocação assistida e o tempo necessário para estabelecimento das principais atividades agropecuárias na região, fica demonstrada que apenas cinco anos de ATES é insuficiente para a consolidação de padrão produtivo em novo estabelecimento rural.

Apesar de toda situação apresentada, não se pode deixar de observar que durante muito tempo o projeto de reassentamento rural ficou estacionado por falta de público interessado, mesmo havendo uma área disponibilizada para acomodar ao menos 30 famílias, relativamente próxima à Altamira, com acesso viário asfaltado e infraestrutura garantida pelo empreendedor. No atual estágio do empreendimento, não haverá tempo hábil para implantação de novas áreas de reassentamento rural para acolher mais 150 famílias (segundo levantamento da Norte Energia) com direito a apenas este tratamento.

Quanto ao plano de trabalho apresentado por meio da CE 023/2015-DS, o empreendedor, além das ações já previstas no PBA que são repetidas no plano, admite reajustar o valor da carta de crédito rural, pelo IPCA, considerando o período entre março/2011 (publicação do 1º caderno de preços) e dezembro/2014. Valor correspondente a um reajuste de 22,37%, passando o valor da carta de crédito para R$ 161.409,66 (cento e sessenta e um mil e quatrocentos e nove reais e sessenta e seis centavos). Também admite a possibilidade de aquisição de área de reserva legal em condomínio, quando se tratar de mais de um lote na mesma propriedade (em bloco). O plano comentou sobre casos especiais (que também ocorreram no passado) de aquisição de área menor que o módulo fiscal, neste caso havendo possibilidade de se desenvolver exploração econômica diferenciada, o novo proprietário deverá firmar declaração expressa que torne inequívoca a espontaneidade de sua decisão, a fim de isentar a Norte Energia de qualquer responsabilidade pela opção. Por fim, o plano oferta um pacote de incentivos, tais como: kit moradia (casa de madeira com 63 m²); cerca perimetral (arame liso com quatro fios – 2.500 m); apoio à produção (primeira safra agrícola); parcelamento da área (serviços de agrimensura) e abertura de acessos (limpeza de terreno e fornecimento de cascalho). O plano de trabalho prevê um cronograma com ações detalhadas até o ano de 2018.

É preciso ressaltar que sobre a questão de valores de caderno de preços e reajustes que venham sofrer, conforme prevê o PBA, devem ser tratados e discutidos dentro dos espaços de controle social criados para isso, no caso a comissão de discussão permanente da área rural ou comissão específica da população atingida na área rural. O Ibama está comunicado da intenção do empreendedor em reajustar o valor da carta de crédito, mas a discussão deve ser tratada no espaço adequado com a população atingida.

Quanto à questão de aquisição de áreas menores que o módulo fiscal na região, desde o início da concessão das cartas de crédito a orientação passada ao empreendedor é de que estes casos especiais deveriam ser aprovados dentro da comissão específica. O entendimento da equipe técnica do Ibama é que esta orientação permanece válida. Caso o empreendedor entenda que necessite de mais um instrumento que lhe dê segurança jurídica, não há óbices desde que não haja prejuízo para discussão na comissão.

Quanto à aquisição de área de reserva legal em condomínio, essa proposta carece de maiores esclarecimentos que permitam a compreensão de sua implantação e dirimir possíveis impactos para os futuros proprietários, conforme ocorridos em casos similares de outros empreendimentos hidrelétricos.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto na análise acima e como sugestão à Dilic, para que haja a possibilidade de concessão de tratamento de relocação assistida (carta de crédito) a famílias de não proprietários residentes nas áreas rurais interferidas pela UHE Belo Monte, o empreendedor deverá atender as seguintes recomendações, readequando o plano de trabalho encaminhado via CE 023/2015-DS, de 29/01/2015:

- discutir na comissão específica da população atingida na área rural a proposta de reajuste do valor da carta de crédito e a aprovação de aquisição de áreas menores que o módulo fiscal, conforme orientação inicial do processo de concessão de carta de crédito;
- manter a oferta do projeto de reassentamento rural para as famílias atingidas na área rural diretamente atingida da UHE Belo Monte, de forma a atender aos interesses daquelas famílias que desejarem este tipo de tratamento;
- efetivar um mecanismo que permita a identificação de situação de venda de lote por parte do beneficiário e a rastreabilidade da família beneficiada que tenha negociado área obtida por meio de carta de crédito;
- ampliar para dez anos o tempo de assistência técnica e social (ATES) ofertada pelo empreendedor às famílias atingidas pela UHE Belo Monte, a contar da efetuação do perfil de entrada da família atendida;
- envidar esforços na equipe de ATES ou na equipe responsável por assuntos fundiários da Norte Energia para que se reduza ao mínimo o tempo entre a entrada da família na nova propriedade e a primeira visita da equipe de ATES (para elaborar o perfil de entrada);
- utilizar as atividades do projeto de reparação social para ajudar na consolidação das famílias em processo de alteração de padrão produtivo;

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14626
RUB.

- implantar fossas sépticas nas residências, das propriedades adquiridas por meio de carta de crédito, que por ventura não as tenham, incluindo as propriedades já adquiridas;
- apresentar ao Ibama de forma consolidada a proposta de aquisição de áreas de reserva legal em condomínio para que se dê prosseguimento à análise por este instituto.

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 146 27
SUP

PAR. 02001.000640/2015-20 COHID/IBAMA

Assunto: UHE Belo Monte.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do documento NES-CGBM-BSB-RT-001/14-R1, encaminhado pela Norte Energia por meio da correspondência CE 0361/2014-DS, relativo à avaliação de impacto ambiental da ampliação da Subestação Xingu, que compõem o Sistema de Transmissão Restrito da UHE Belo Monte.

INTRODUÇÃO

1. Este Parecer temcomoobjetivoanalisarodocumento NES-CGBM-BSB-RT-001/14-R1,encaminhado pela Norte Energiapormeioda correspondênciaCE 0361/2014-DS,relativo à avaliação de impacto ambiental da ampliação da Subestação Xingu, que compõem o Sistema de Transmissão Restrito da UHE Belo Monte, e que não havia sido detalhada no EIA/RIMA e PBA.

2. O documento encaminhado pela Norte Energia, que tem como objetivo obter anuência deste Instituto para ampliação da Subestação Xingu, vem ao encontro com o que preconiza a condicionante 1.3 da Licença de Instalação n.º 795/2011, que estabelece: *A implantação de estruturas não contempladas nesta licença deverá ser objeto de consulta e prévia anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental.*

3. A Subestação Xingu localiza-se no estado do Pará, mais especificamente no município de Anapu (próximo a localidade de Belo Monte do Pontal), a cerca de 20 km da Casa de Força Principal da UHE Belo Monte, em área de propriedade da empresa ISOLUX Brasil, com área de aproximadamente 192.000 m². O empreendedor informou que a SE-Xingu está em operação pela Linhas de Xingu Transmissora de Energia (LXTE), e contempla, desde a sua criação, um espaço adicional, externo e contíguo a sua casa de comando, reservado para sua expansão futura. A área prevista para expansão da SE-Xingu é de 1.000.000 m² (um milhão de metros quadrados), com medidas aproximadas de 1.000 m x 1.000 m (100 ha).

4. Há que se ressaltar, porém, que a Norte Energia está solicitando anuência do Ibama para ampliação da SE-Xingu apenas para parcela da área de expansão da subestação, ou seja, a área solicitada pela Norte Energia está inserida nos 100 ha, mas

não ocupa toda a poligonal.

5. O objetivo então é ampliar parte da subestação necessária apenas para as entradas de linha de duas conexões em 500 kV oriundas da Casa de Força Principal da UHE Belo Monte, que virão se somar às três conexões em 500 kV (também oriundas da Casa de Força Principal da UHE Belo Monte) do mesmo tipo e com a mesma finalidade, a serem implantadas, no terreno da LXTE, para compor o Sistema de Transmissão Restrito da UHE Belo Monte. A ampliação da SE-Xingu a cargo da Norte Energia, e objeto de análise deste Parecer, compreende dois blocos: o primeiro deles, com dimensões de 150 x 225 m, é relativo às conexões 500 kV C1, C2 e C4, lindeiro ao setor 500 kV já existente; e o segundo, com dimensões da ordem de 90 x 225 m, correspondente às conexões C3 e C5. O primeiro desses dois blocos insere-se, quase que em sua totalidade, na área de propriedade da ISOLUX. Já o segundo, distante cerca de 260 metros do primeiro bloco, embora esteja interno à área de 1.000 x 1.000 m prevista para a ampliação da SE-Xingu, localiza-se em terreno já adquirido. A partir da SE-Xingu a energia gerada em Belo Monte será disponibilizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio de uma linha de transmissão de 800 kV de corrente contínua. Esta linha será objeto de licenciamento ambiental específico e não guarda relação com o licenciamento ambiental da UHE Belo Monte.

6. A Norte Energia esclareceu que o estudo encaminhado atem-se à avaliação ambiental da ampliação da SE-Xingu estritamente necessária para atender ao Sistema de Transmissão Restrito da UHE Belo Monte, ou seja, aquele sob a responsabilidade da Norte Energia. Foi informado que não há responsabilidade técnica sobre uma eventual extensão dos resultados e conclusões à ampliação da SE-Xingu relativa aos dois bipolos e seus pátios de filtro que têm seu licenciamento ambiental a cargo da Abengoa – estes sistemas não atenderão à UHE Belo Monte.

ANÁLISE

7. A Norte Energia organizou o documento NES-CGBM-BSB-RT-001/14-R1 da seguinte maneira: (i) foram apresentados o objetivo e a síntese das conclusões e recomendações dos estudos; (ii) informações quanto à equipe técnica responsável pela elaboração do relatório; (iii) objetivos, histórico e caracterização do empreendimento; (iv) definição das áreas de estudo (ADA, AID e AII), bem como a apresentação de seus principais atributos ambientais sob as óticas física, biótica e socioeconômica e cultural, fundamentada em dados secundários e primários; (v) avaliação de impactos ambientais associados aos aspectos ambientais e processos impactantes associados às etapas de implantação e operação da ampliação da SE-Xingu; (vi) indicação das medidas ambientais, de cunho preventivo, mitigador e de monitoramento, integrantes dos Planos, Programas e Projetos componentes do PBA da UHE Belo Monte, que deverão ser aplicadas nas etapas

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14628
RUB.

de implantação e operação da ampliação da SE-Xingu para fazer frente aos impactos ambientais identificados; e (vii) conclusões e recomendações da equipe técnica responsável pelo estudo quanto à implantação e operação da ampliação da SE-Xingu.

8. Conforme relatado no relatório, na área prevista para a ampliação, ainda em terreno natural, a terraplenagem deverá ser levada em consideração a compatibilização com o projeto existente, de forma a não prejudicar as instalações atuais da LXTE. O empreendedor indicou no relatório áreas a sofrerem cortes e aterros, com os respectivos volumes de 142.750 m³ e 86.839 m³, originando um volume de bota-fora de solo um pouco inferior a 56.000 m³. Conforme informado pela Norte Energia, ao norte da região prevista para implantação do setor de conexões C1, C2 e C4, está prevista área com superfície da ordem de 15.000 m² para a disposição dos cerca de 56.000 m³ de bota-fora, o que levará à conformação de um aterro desse material com altura máxima da ordem de 4 m. Por meio da correspondência CE 019/2015-DS, o empreendedor informou que para evitar interferências em serviços previstos pela ISOLUX na SE-Xingu, a localização do bota-fora foi alterada sem implicar em alteração sobre os impactos levantados e ações de mitigações propostas.

9. No que tange ao sistema de drenagem da subestação, o empreendedor discorreu sobre as tubulações a serem usadas; as linhas principais e secundárias de drenagem; as canaletas; e necessidade de implantação de bacias de dissipação. Há que se ressaltar, porém, que o projeto apresentado não é detalhado. Não está claro como será o projeto de drenagem de águas pluviais de toda a área de ampliação da subestação, e qual empreendedor será o responsável pelo projeto.

10. No canteiro de obras está previsto a implantação de: (i) sistema de esgotamento sanitário composto pelo conjunto fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro; (ii) bacia de contenção de óleo de gerador, a exemplo de sistema já instalado na SE-Xingu existente; e (iii) baias para armazenamento temporário de resíduos.

11. Conforme o cronograma de obras, a ampliação da SE-Xingu durará cerca de 16 meses. O histograma de mão de obra apresentado junto ao relatório prevê um total de 148 trabalhadores envolvidos. Foi informado que do total de trabalhadores, cerca de 50% refere-se à mão de obra direta, composta pelos postos de trabalho referentes a serventes, pedreiros, carpinteiros, armadores, encarregados e operadores de máquinas que têm elevada possibilidade de serem ocupados por mão de obra local/regional, já capacitada para atuar nas obras de implantação da UHE Belo Monte.

12. As delimitações das áreas de estudo também foram apresentadas. Sob o enfoque físico/biótico, a AII foi considerada uma área de 422,52 hectares, que abraça a AID, com 297,96 hectares, e uma ADA de 30,52 hectares. Por meio da correspondência CE 019/2015-DS, a Norte Energia informou que foi necessário alterar a localização do canteiro de obras para fora da área da SE-Xingu, o que ampliou a ADA em 1,2 ha.

Portanto, a ADA ajustada é de cerca de 31,72 ha. Sob o enfoque do meio socioeconômico e cultural, a AID abrange o terreno da empresa ISOLUX, onde está instalada a SE-Xingu, a área total da propriedade adquirida para a expansão da subestação, a localidade de Belo Monte do Pontal, dada a sua proximidade com o empreendimento (1 km), bem como a estrada de acesso entre elas, denominada Travessão do Bom Pastor. Já a AII compreende todo o município de Anapu, onde está localizada a SE-Xingu (distante cerca de 70 km da sede municipal).

13. No contexto da caracterização ambiental da ADA, o empreendedor informou que a cobertura do solo é caracterizada por pastagens com presença de indivíduos arbóreos isolados (31%), um fragmento florestal conectado, classificado como Floresta Ombrófila Densa Submontana (35%) e um trecho de Vegetação Secundária em Estágio Médio de Regeneração (7%), que, em conjunto com a área da atual SE-Xingu (27%), totalizam a extensão da ADA. Nessa área não foi identificada a presença de edificações. O empreendedor informou ainda que na área a ser territorialmente afetada, inexistem corpos hídricos que possam ser diretamente impactados em decorrências das operações de terraplenagem que sejam desenvolvidas para implantação da ampliação da SE-Xingu e/ou de processos erosivos que venham a ser instalados ou acirrados em consequência dessas atividades, destacando ainda que a suscetibilidade erosiva da área de estudos mostra-se baixa. O empreendedor também informou que o corpo hídrico existente na AID e que deságua no rio Xingu, sofre influência de seu regime de vazões nos períodos de cheia, mas não guarda possibilidade de ser diretamente impactado pelas intervenções das obras para a ampliação da SE.

14. Ainda sobre as áreas de influência, o relatório informou também que são identificadas algumas manchas de vegetação secundária, características de áreas que já sofreram antropização e que abrigam fauna composta por espécies comuns, com pouca restrição quanto ao hábitat. Conforme o empreendedor, o remanescente florestal mais significativo, em termos de atributos ambientais associados, localiza-se ao norte da área de influência direta (AID), ocupando parte da área de influência indireta (AII), porém não será objeto de intervenções diretas ou indiretas decorrentes do empreendimento.

15. A ictiofauna e recursos pesqueiros não foram tratados na caracterização ambiental, já que, segundo o empreendedor, não foram identificados impactos em corpos hídricos, devido a sua inexistência na ADA e pelas medidas de controle que serão adotadas durante as intervenções da obra. Além disso, foi relatado que a drenagem observada na região sul da AID está distante da ADA.

16. Conforme o estudo, não há indicação de proximidade da área da subestação com unidades de conservação, terras indígenas ou áreas remanescentes de quilombolas.

17. A Norte Energia informou que no âmbito do Projeto de Arqueologia Preventiva, integrante do PBA, foi realizado trabalho de prospecção na área de ampliação

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14/29
RUB

da SE-Xingu. Por meio da correspondência CE 0368/2014-DS, o empreendedor encaminhou um laudo de prospecção arqueológica do traçado da Linha de Transmissão 500 kV e da área de ampliação da Subestação Xingu (processo Iphan n.º 1492.000236/2010-02). O laudo de prospecção arqueológica atesta que a área de ampliação da subestação não apresenta impedimento de natureza arqueológica. Entretanto, é necessária manifestação do Iphan acerca da inexistência de impedimento de natureza arqueológica na área de ampliação da Subestação, conforme determina a Portaria Interministerial n.º 419/2011.

18. Após realizada a caracterização ambiental da área de estudo da ampliação da SE-Xingu, o empreendedor identificou os aspectos ambientais aos quais estão atrelados processos que podem vir a gerar impactos significativos e, logo em seguida, realizou avaliação dos impactos associados a cada um dos aspectos ambientais.

19. O primeiro aspecto ambiental identificado foi a "Supressão vegetal e terraplenagem durante a etapa de implantação", que tem como processos impactantes a: *"Emissão de particulados e gases e geração de ruídos pelos equipamentos utilizados na implantação"*; *"Instalação de processos erosivos e perda de solos"*; *"Perda de cobertura vegetal, Perda de Habitats Naturais e Diminuição de Habitats Florestais"*; e *"Alteração das populações de fauna terrestre que ocorrem na região da SE Xingu e modificações fisiológicas e comportamentais da fauna"*. Para todos os processos impactantes a avaliação de impactos elaborada pelo empreendedor concluiu pela baixa magnitude e baixa relevância dos impactos. Importante salientar que foram informados na avaliação de impactos que: (i) não existem moradores nos imóveis rurais localizados no entorno da ADA; (ii) a suscetibilidade erosiva das ADA e AID é reduzida e, conforme já mencionado, não foi detectada a presença de cursos de água no interior da ADA; e (iii) serão alterados ou perdidos, ao todo, cerca de 12 ha de ambientes florestais, sendo 10,66 ha composto por fragmento florestal (Floresta Densa Submontana, conhecida com floresta de terra firme) e 2,09 ha de vegetação secundária, mas que o fragmento florestal mais significativo presente nas áreas de estudo localiza-se ao norte das AID e AII e que, segundo o empreendedor, não deverá ser afetado pela ampliação da SE.

20. O segundo aspecto identificado foi a "Manutenção de máquinas e equipamentos e manejo de óleo mineral isolante associado a transformadores", que tem como processo impactantes o *"Vazamento, para o ambiente, de efluentes oleosos, graxa e outros elementos industriais"*. Sobre este impacto o empreendedor informou que há um conjunto de sistemas e ações de controle ambiental intrínseco já previstas no projeto executivo de engenharia para inibir, de forma significativa, a materialização do risco de vazamentos para o ambiente. Neste sentido a relevância deste impacto também foi tida como baixa.

21. O terceiro aspecto ambiental identificado foi a "Contratação de mão de obra", que tem como processos impactantes: o *"Nível de emprego e renda"*; e a *"Pressão*

sobre a infraestrutura e equipamentos sociais da localidade de Belo Monte do Pontal". Para o primeiro impacto o empreendedor concluiu pela média relevância e magnitude. Já para o segundo concluiu pela baixa magnitude. Foi ressaltado no relatório que a implantação do empreendimento em questão, pelo quantitativo reduzido de postos de trabalho e relativa curta duração, não terá o condão de funcionar como pólo de atração de fluxo migratório regional.

22. O quarto e último aspecto identificado foi a "Transmissão de energia", que tem como processo impactante (impacto positivo) a "*Disponibilização ao SIN da energia gerada pela UHE Belo Monte*".

23. Com vistas a mitigar os impactos negativos oriundos da ampliação da SE-Xingu, a Norte Energia propõem a execução dos seguintes programas/projetos ambientais: (i) Programa de Controle Ambiental Intrínseco; (ii) Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores; (iii) Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho; (iv) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; (v) Programa de Supressão Vegetal; (vi) Programa de Resgate e Afugentamento da Fauna; e (vii) Programa de Resgate da Flora. O empreendedor apresentou no relatório todas as ações a serem desenvolvidas em cada programa/projeto ambiental para mitigar os impactos negativos, que, a princípio, se mostram adequadas.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

24. Diante das informações expostas ao longo deste Parecer e na avaliação de impactos elaborada pela Norte Energia, entende-se que a ampliação da Subestação Xingu (a pequena parcela sob responsabilidade da NE) causará impactos ambientais de magnitudes reduzidas, abrangências locais, passíveis de serem mitigados, prevenidos e monitorados pelos programas/projetos ambientais propostos pelo empreendedor.

25. Há que se ressaltar, porém, que a avaliação de impactos apresentada se restringe as áreas necessárias para as cinco conexões de 500 kV oriundas da Casa de Força Principal da UHE Belo Monte, não contemplando toda a área de ampliação da SE-Xingu. Dessa forma, a sinergia de impactos entre os diferentes empreendimentos a serem instalados no local não foi considerada na avaliação de impactos. Não se sabe, por exemplo, como será o projeto de drenagem de toda a área de ampliação da subestação e qual o empreendedor será responsável por ele. Neste sentido, é desejável que se faça o licenciamento ambiental de toda a área de ampliação da subestação por meio de um único estudo de avaliação de impactos, e que se tenha claro qual o empreendedor será o responsável pelos eventuais impactos associados à ampliação da SE.

26. Por fim, cumpre informar que a autorização do Ibama para ampliação da Subestação Xingu deverá ser precedida de manifestação do Iphan acerca da inexistência

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14630 RUB.

de impedimento de natureza arqueológica na área de ampliação da Subestação, conforme determina a Portaria Interministerial n.º 419/2011.

Brasília, 25 de fevereiro de 2015

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo. À consideração superior. 27/2/15

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

À DILIC,
De acordo.
Em 09/03/15,

Regina Coeli Montenegro Generino
Coordenadora-Geral de
Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14631
RUB.

DESPACHO 02001.004033/2015-39 COHID/IBAMA

Brasília, 25 de fevereiro de 2015

À Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental

Assunto: **Solicitação de arquivamento de documentos - UHE Belo Monte.**

Solicito o arquivamento dos seguintes materiais referentes ao processo administrativo da UHE Belo Monte – 02001.001848/2006-75:

Arquivos digitais diversos – duas caixas de arquivo morto:

1ª caixa:

- Meios Físico, biótico e socioeconômico – todos os meios período 2010/2012;
- EIA/RIMA/PBA e análises diversas relacionadas;
- Ações antecipatórias e relatórios, instalações iniciais – de 2009 a 2010;

2ª caixa:

- Análises de estudos LP/LI/PBA – 2009 a 2011;
- DVD's com gravação de reunião com a Sociedade Civil em Altamira – 2010;
- Anexos diversos de correspondências NE 2011/2013 – vários meios.

Nove volumes do 5º Relatório consolidado semestral de andamento do PBA e condicionantes da UHE Belo Monte, encaminhados pela CE 025/2014-DS (02001.001991/2014-77);

Plano de gerenciamento integrado da Volta Grande do Xingu (PL_SFB_Nº001_PGIVG_25-02-20-LEME).

HENRIQUE MARQUES RIBEIRO DA SILVA
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
Matr. 1 717.634
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Recebido em 27/02/15,

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1432
RUB.

OF 02001.002008/2015-11 CGENE/IBAMA

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Carlos José Pereira
Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio
Av. Mal. Assunção, nº514
SENADOR JOSE PORFIRIO - PARA
CEP.: 68360000

Assunto: **Parecer 02001.004937/2014-83 COHID/IBAMA - Resposta ao pedido de anuência sobre permuta de obra da EMEF Luiz Rebelo, município de Senador José Porfírio/PA - UHE Belo Monte.**

Senhor Prefeito Municipal,

1. Em atenção à solicitação feita pela Secretaria Municipal de Educação de Senador José Porfírio/PA, por meio do Ofício 0231/2014-GAB/SEMED, pelo qual aquela Secretaria pede a anuência do Ibama para a substituição da reforma e ampliação da EMEF Luiz Rebelo, localizada na comunidade da Ressaca, pela construção de uma nova escola na comunidade do Pirara, ambas as comunidades na região da Volta Grande do Xingu, e ainda, em atenção à CE 0287/2014-DS, pela qual a Norte Energia reitera a solicitação daquele órgão municipal, encaminho o Parecer 02001.004937/2014-83 COHID/IBAMA, cujo resultado da análise do pleito indica não haver óbices em relação à permuta solicitada.

Atenciosamente,

REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO
Coordenadora-Geral da CGENE/IBAMA

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14633
RUB.

PAR. 02001.004937/2014-83 COHID/IBAMA

Assunto: Anuência sobre permuta da obra da Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Rebelo, na localidade da Ressaca – Senador José Porfírio/PA.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise de solicitação da SEMED/Senador José Porfírio/PA para permuta de obra de reforma de escola, em razão da instalação de empreendimento minerário na mesma localidade, pela construção de outra escola na mesma região.

Em atenção ao Ofício 0231/2014-GAB/SEMED, da Secretaria Municipal de Educação de Senador José Porfírio/PA, protocolado em 06/10/2014 e pelo qual aquele órgão municipal solicita a anuência deste Ibama para a substituição da reforma e ampliação da EMEF Luiz Rebelo, localizada na comunidade da Ressaca, pela construção de uma nova escola na comunidade do Pirarara, ambas as comunidades na região da Volta Grande do Xingu, e ainda, em atenção à CE 0287/2014-DS, de 14/10/14, pela qual a Norte Energia reitera a solicitação daquele órgão municipal de educação, apresentamos a seguinte análise e consideração.

A reforma e ampliação da EMEF Luiz Rebelo, localizada na comunidade da Ressaca, zona rural do município de Senador José Porfírio na região denominada Volta Grande do Xingu, insere-se no rol de ações da Norte Energia previstas no PBA da UHE Belo Monte no âmbito do Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação (4.8.1), cujo objetivo é compensar fisicamente as estruturas de educação afetadas pelo empreendimento e fornecer equipamentos educacionais em condições adequadas para abrigar as demandas relocadas ou atraídas.

Contudo, a Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio, por meio de sua Secretaria de Educação-SEMED, solicita a anuência do órgão ambiental federal, licenciador da UHE Belo Monte, autorize a Norte Energia para que esta construa uma escola na comunidade do Pirarara em substituição à ampliação e reforma da EMEF Luiz Rebelo, e baseia sua solicitação nos seguintes motivos: i) um empreendimento minerário está em fase de licenciamento na localidade da Ressaca, cujo impacto da futura atividade se concretizará, entre outros, no remanejamento da população daquele distrito, tornando inútil a construção de qualquer espaço educacional. Além disso, tais impactos já se fazem sentir por meio de migração populacional para as proximidades da comunidade do Pirarara, situada na região da Volta Grande do Xingu próxima à rodovia Transassurini e distante aproximadamente a 4,5 km da comunidade da Ressaca; e ii) a nova escola na comunidade do Pirarara, solicitada pela SEMED para ter 4 salas de aula, dependências administrativas,

alojamento e quadra de esportes, será utilizada para atender alunos de 5 escolas com instalações inadequadas próximas à comunidade do Pirarara, totalizando hoje 187 alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, além de demanda existente para a educação infantil na pré-escola.

A Norte Energia, por sua vez, por meio dos documentos citados acima, posiciona-se favoravelmente ao pleito e reitera a solicitação da SEMED de Senador José Porfírio, alegando que: iii) a proposta de permuta está coerente com as diretrizes do PBA de Belo Monte, no sentido de que as negociações devem ser ajustadas às demandas das instituições locais e ouvindo suas necessidades, devendo haver a "Negociação e parceria com as Secretarias Municipais de Educação no sentido de discutir melhorias do serviço e sua reestruturação e definindo os locais para implantação das novas unidades (PBA, Vol.II – 4, pág. 431, ítem 4.8.1.8,); e iv) a análise do pré-projeto da nova escola pelo empreendedor indicou que, em termos de investimentos financeiros, os custos seriam equivalentes aos da reforma do equipamento originalmente previsto, não acarretando qualquer prejuízo à municipalidade.

Pelo exposto até aqui, e confirmadas todas as informações apresentadas, a equipe técnica do Ibama responsável pelo licenciamento da UHE Belo Monte não vê óbices em relação à construção de nova escola na comunidade do Pirarara em substituição à ampliação e reforma da EMEF Luiz Rebelo, na comunidade da Ressaca. Destaca-se, entretanto, que o empreendimento minerário em pauta ainda está em processo de licenciamento sob responsabilidade do órgão ambiental estadual do Pará, e recomenda-se que toda e qualquer alteração nos rumos deste licenciamento minerário que novamente venha a impactar a população local deva ser seguida por nova rodada de negociações com a SEMED de Senador José Porfírio e consequente anuência e acompanhamento deste Ibama, com vistas à compensação dos impactos no âmbito do licenciamento ambiental federal da UHE Belo Monte.

Brasília, 09 de dezembro de 2014

Eduardo Trazzi Martins
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1463 4
MP
RUB.

OF 02001.002009/2015-65 CGENE/IBAMA

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.

Ao Senhor
José de Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

RECEBEMOS
02/03/2015
às 16:02
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A

Assunto: **Parecer 02001.004937/2014-83 COHID/IBAMA - Resposta ao pedido de anuência sobre permuta de obra da EMEF Luiz Rebelo, município de Senador José Porfírio/PA - UHE Belo Monte.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção à solicitação feita pela Secretaria Municipal de Educação de Senador José Porfírio/PA, por meio do Ofício 0231/2014-GAB/SEMED, pelo qual aquela Secretaria pede a anuência do Ibama para a substituição da reforma e ampliação da EMEF Luiz Rebelo, localizada na comunidade da Ressaca, pela construção de uma nova escola na comunidade do Pirara, ambas as comunidades na região da Volta Grande do Xingu, e ainda, em atenção à CE 0287/2014-DS, pela qual a Norte Energia reitera a solicitação daquele órgão municipal, encaminho o Parecer 02001.004937/2014-83 COHID/IBAMA, cujo resultado da análise do pleito indica não haver óbices em relação à permuta solicitada.

Atenciosamente,

REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO
Coordenadora-Geral da CGENE/IBAMA

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.003375/2015-31
Recebido em 26/02/2015
Assinatura

CE 048/2015 – DS

Brasilia, 26 de Fevereiro de 2015

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14635
RUB.

A Sua Senhoria o Senhor
Frederico Queiroga do Amaral
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétrica – COHID
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 02 - Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1° andar
70.818-900 Brasília/DF

DIGITALIZADO NO IBAMA

Assunto: 1ª Reunião Ordinária

Referência: Comissão Técnica do Cacau

Senhor Coordenador,

1. Convidamos V. Sa. a participar da 1ª reunião ordinária Comissão Técnica do Cacau do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte a ser realizada no dia 04 de Março de 2015, às 14h30, no Auditório do Rillo's Hotel, localizado na Rua Sete de Setembro, n° 2300, bairro Centro - Altamira-PA.

2. Será tema deste encontro as apresentações dos calendários e ações de cada instituição integrante desta comissão para o ano de 2015.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

À equipe 2 para conhecimento.
6/3/15

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº: 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

Anexo 1

02001.003497/2015-28

27-02-15

Ochid

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE

E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PEDIDO DE VISTA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14636
RUB.

01. Nº DO DOCUMENTO/PROCESSO
02001.001848/2006-75

A - IDENTIFICAÇÃO

02. NOME DO INTERESSADO OU REPRESENTANTE LEGAL

Carolina Reis

03. CARTEIRA DE IDENTIDADE	04.ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF	05. CPF
43608277-9	SSP	36392990860

06.EMPRESA	07. CNPJ
Instituto Socioambiental	00081906/0001-88

08. ENDEREÇO
SCLN 210, BL. C, sl 101

09. TELEFONE (DDD-NÚMERO)	10. FAX (DDD-NÚMERO)	11. ENDEREÇO ELETRÔNICO
61-30355118		carolinareis @ socioambiental.org

B – AUTORIZAÇÃO PARA OBTER VISTAS (CASO NÃO SEJA O PRÓPRIO INTERESSADO)

12. NOME DO (A) AUTORIZADO (A)
Leonardo José Borges de Amorim

13. CARTEIRA DE IDENTIDADE	14. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF	15. CPF
2464610	SSP DF	033991201-41

16. ENDEREÇO
SCLN 210, BL. C sl 101

17, TELEFONE (DDD-NÚMERO)	18. FAX (DDD-NÚMERO)	19. ENDEREÇO ELETRÔNICO
61-81060321		leonardo @ socioambiental.org

C- TIPO DE SOLICITAÇÃO

20. (X) VISTA DO DOCUMENTO/PROCESSO ( ) CÓPIA EM CD-ROM
( ) CÓPIA IMPRESSA ( ) CÓPIA FOTOGRÁFICA

D- EXTENSÃO DA CÓPIA

21. ( ) CÓPIA INTEGRAL ( ) CÓPIA PARCIAL FOLHAS Nº

22. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Vista do processo desde o volume 66, inclusive parte não autuada (analista Eduardo Trazzi - COHID-CGENE-DILIC).

IMPORTANTE

* Este formulário deverá ser entregue no Protocolo Geral do Ibama e após o seu cadastramento, será encaminhado à Unidade em que se encontrar o processo e/ou documento.
* No caso de documentos sigilosos, o interessado deverá apresentar instrumento de mandato que comprove a representação legal da empresa titular do processo/documento.
* Cópias com autenticação somente serão fornecidas em papel.
* Anexar Atos Administrativos correspondentes
* A cópia solicitada em papel somente será providenciada após o recebimento do comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União – (GRU) . A solicitação de cópia em mídia CD deve vir acompanhada de dois cds para cada processo e/ou documento.

Brasília, 26/02/2015

LOCAL DATA

Carolina P. Reis

ASSINATURA DO(A) INTERESSADO (A)

À analista Marília Toledo
para agendar atendimento
com o interessado.

6/3/15

Frederico Quetroga do Amaral
Matrícula nº: 1.812.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.0015 00/2015- 79
Recebido em27/01/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14637
RUB.

CE 017/2015 - DS

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1° andar.
70.818-900 Brasília – DF

URGENTE

Assunto: Autorização para a ampliação da SE Xingu
Referência: CE 361/2014 – DS, de 19/12/14, CE 368/2014 – DS, de 29/12/14 e CE 012/2015 – DS, de 16/01/15

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, a Norte Energia remete-se às correspondências em epígrafe para solicitar a especial atenção de Sua Senhoria para o assunto da autorização ambiental referente à ampliação da Subestação Xingu, estrutura que compõe o Sistema de Transmissão Restrito do empreendimento UHE Belo Monte.

2. A Licença de Instalação 795/2011, expedida em 01 de junho de 2011, compreende as atividades associadas ao empreendimento UHE Belo Monte, nelas se incluindo a implantação das Linhas de Transmissão que escoarão a energia gerada até as Subestações Xingu e Altamira.

3. Tais Subestações, no entanto, não estão contempladas na referida Licença de Instalação, razão pela qual se estabeleceram entendimentos com este IBAMA, para definição dos procedimentos adequados à liberação de tais estruturas, particularmente a SE Xingu.

4. Em reunião realizada no dia 02 de junho de 2014, definiu-se que tal procedimento seria consubstanciado numa anuência do IBAMA, baseada nos termos da Condicionante Geral 1.3 da LI, segundo a qual:

> *"A implantação de estruturas não contempladas nesta Licença deverá ser objeto de consulta e prévia anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental."*

5. Tendo sido firmado tal entendimento, foi elaborado o estudo de Avaliação Ambiental da Ampliação da Subestação Xingu para compor o Sistema de Transmissão Restrito, protocolado junto a este IBAMA em 22/12/2014.

6. Como é do conhecimento de Sua Senhoria, as obras deste empreendimento avançam conforme o cronograma vigente, de modo que as Linhas de Transmissão já estão com as respectivas obras de implantação contratadas. O próximo passo, previsto para o presente mês de janeiro, será a emissão da Ordem de Serviço para que tais Linhas sejam efetivamente instaladas.

7. Neste contexto, é de extrema importância que as obras de ampliação da SE Xingu tenham, também, o seu início efetivo no mais breve prazo possível, razão pela qual a Norte Energia vem à presença de Sua Senhoria para solicitar que seja autorizado, em caráter preliminar, o início imediato dos serviços necessários, ao tempo em que se procede à análise da documentação protocolada, para o que roga-se seja a mesma priorizada no âmbito da programação de trabalho das equipes técnicas envolvidas.

8. A Norte Energia agradece, desde já, pela atenção que lhe é dispensada, fica à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias e mantém-se no aguardo de manifestação favorável por parte de Sua Senhoria.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

À COTTID 2,

Para anexar ao processo.
Informo que esta carta foi respondida juntamente com a CE 0361/2014-DS
Em 10/03/15,

Regina Generino

Regina Coeli Montenegro Generino
Coordenadora Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14638 MP RUB.

OF 02001.002123/2015-95 DILIC/IBAMA

Brasília, 28 de fevereiro de 2015.

RECEBIDO IPHAN 04/03/15 André PROTOCOLO

À Senhora
Rosana Najjar
Diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artisitico Nacional
SEPS - Quadra 713/913 Sul, Bloco D - Edifício Lúcio Costa - 3º Andar
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70040904

Assunto: **Arqueologia preventiva nas áreas de intervenção da UHE Belo Monte.**

Senhora Diretora,

1. Informo que a Norte Energia, responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu/PA, encaminhou ao Ibama, por meio da correspondência CE 0368/2014-DS (documento anexo), laudo de prospecção arqueológica do traçado da Linha de Transmissão 500 kV e da área de ampliação da Subestação Xingu (processo Iphan n.º 1492.000236/2010-02).

2. O Ibama está realizando análise de impacto ambiental relativa à ampliação da Subestação Xingu, que faz parte do sistema de transmissão restrito da UHE Belo Monte, e o mencionado laudo de prospecção arqueológica atesta que a área de ampliação da subestação não apresenta impedimento de natureza arqueológica.

3. Considerando os termos da Portaria Interministerial n.º

419/2011, solicito que esse Instituto se manifeste acerca a existência, ou não, de impedimento de natureza arqueológica na área de ampliação da Subestação Xingu.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14639
RUB.

OF 02001.002150/2015-68 COHID/IBAMA

Brasília, 02 de maro de 2015.

Ao Senhor
José Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

Assunto: **Encaminha NT 02001.000174/2015-82 que analisou fechamento das ASVs n° 545/2011 e n° 680/2012**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, encaminho a Nota Técnica 02001.000174/2015-82 COHID/IBAMA que analisou os Relatórios de Fechamento das as ASVs n° 545/2011 e n° 680/2012.

2. Com base nas constatações e informações contidas na mesma, não existe impeditivo para o seu fechamento visto que todas as condicionantes foram atendidas ou estão em atendimento.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

RECEBEMOS
03/03/2015
15:16
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1464
MP
RUB.

OF 02001.002151/2015-11 COHID/IBAMA

Brasília, 02 de maro de 2015.

Ao Senhor
José Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

Assunto: **Encaminha NT 02001.000190/2015-75 COHID/IBAMA que analisou PRADs de Bota-foras do sítio Canal e Diques**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, encaminho a Nota Técnica 02001.000190/2015-75 COHID/IBAMA que analisou o PRADs apresentados para os Bota-foras 17, 18, 36B/37, 38 e 39 do Sítio Canal e Diques.

2. Neste sentido, a Norte Energia deverá encaminhar relatório fotográfico após finalizada a implantação do projeto e agendada posterior vistoria de reconhecimento.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

Arquivo

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14641
RUB.

OF 02001.002151/2015-11 COHID/IBAMA

Brasília, 02 de maro de 2015.

Ao Senhor
José Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

Assunto: **Encaminha NT 02001.000190/2015-75 COHID/IBAMA que analisou PRADs de Bota-foras do sítio Canal e Diques**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, encaminho a Nota Técnica 02001.000190/2015-75 COHID/IBAMA que analisou o PRADs apresentados para os Bota-foras 17, 18, 36B/37, 38 e 39 do Sítio Canal e Diques.

2. Neste sentido, a Norte Energia deverá encaminhar relatório fotográfico após finalizada a implantação do projeto e agendada posterior vistoria de reconhecimento.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

RECEBEMOS
03/03/2015
15:16
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.003562/2015-15
Recebido em 02/03/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1462
RUB.

CE 049/2015 – DS

Brasília, 02 de março de 2015.

DIGITALIZADO NO IBAMA

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1º andar.
70.818-900 Brasília - DF

Assunto: Resposta ao item 1-iii do Ofício 02001.002087/2014-89 DILIC/IBAMA.

Referência: Ofício 02001.002087/2014-89 DILIC/IBAMA de 09 de março de 2014.

Senhor Diretor,

1. A Norte Energia S.A., vem por meio desta, atender ao demandado no item 1-iii, do Ofício 02001.002087/2014-89 DILIC/IBAMA, de 09 de março de 2014, que solicita:

> *"quantitativo de área de vegetação a ser suprimida e de áreas com supressão já realizada."*

2. As informações apresentadas consideram as áreas acumuladas até o último período de medição das atividades de supressão vegetal dos reservatórios ocorrido em 25 de fevereiro de 2015 (Tabela 01).

Tabela 1 – Quantitativos de Áreas Previstas para Supressão Vegetal e Suprimidas até Setembro de 2014, nos Reservatórios Xingu e Intermediário

RESERVATÓRIO	*Total de Supressão (ha)*	*Supressão Realizada (ha)*
Xingu	4.840,29	2.779,58
Intermediário	8.792,230	3.081,26
Total	**13.632,52**	**5.860,84**

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14643
MP
RUB.

3. Cabe ressaltar que as informações acima apresentadas correspondem a áreas em que as atividades de supressão vegetal foram completamente finalizadas, não sendo representativas do rendimento das empresas.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

À Lorângela Tiago
para acompanhamento.
6/3/15

Frederico Vasconcelos do Amaral
Matrícula Nº: 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14644
RUB

OF 02001.002160/2015-01 CGENE/IBAMA

Brasília, 02 de maro de 2015.

À Senhora
Thais Santi Cardoso da Silva
Procuradora da República da Procuradoria da Rep. no Municipio de Altamira/Pa
Av. Tancredo Neves 3256, Jd. Independente II
ALTAMIRA - PARA
CEP.: 68372222

Assunto: **Convite para reunião - remanejamento de população atingida pela UHE Belo Monte.**

Senhora Procuradora da República,

1. Em atenção aos Ofícios nº 115/2015/PRM/ATM/GAB1 e 117/2015/PRM/ATM/GAB1, os quais encaminham convite para participação de reuniões em Altamira, em 11 de março deste ano, sobre o reassentamento de ribeirinhos, pescadores e indígenas, solicito que essa Procuradoria verifique a possibilidade de realização das referidas reuniões na semana corrente, uma vez que o Ibama está com uma equipe técnica em atividade de vistoria na área de influência da UHE Belo Monte, que poderia atender prontamente à esta solicitação.

Atenciosamente,

REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO
Coordenadora-Geral da CGENE/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14645
MP
RUB.

FUNAI/SEPRO
RECEBIDO EM: 4 / 3 /2015
ASSINATURA
08620.000006/2015-86

OF 02001.002142/2015-11 DILIC/IBAMA

Brasília, 02 de maro de 2015.

Ao Senhor
Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo
Presidente da Fundação Nacional do Índio/Ministério da Justiça
SBS, Quadra 2, Lote 14 - Ed. Cleto Meireles, 13° andar
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70070120

Assunto: **Encaminha 4° Relatório Consolidado de Andamento do Componente Indígena do PBA da UHE Belo Monte e outro.**

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que o 4° Relatório Consolidado de Andamento do Componente Indígena do PBA da UHE Belo Monte foi protocolado no Ibama, no dia 11 de fevereiro de 2015, por meio do documento CE 035/2015-DS. Deste modo, encaminho o referido relatório consolidado para as providências pertinentes e solicito a análise e manifestação dessa Instituição, considerando o cronograma previsto para início de enchimento do reservatório Xingu em setembro/2015.

2. Informo que o empreendedor também protocolou o Relatório final consolidado de andamento do PBA e atendimento das condicionantes da LI nº795/2011 e este encontra-se disponível para consulta no sítio http://licenciamento.ibama.gov.br/.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1464
RUB.

OF 02001.002131/2015-31 DILIC/IBAMA

Brasília, 02 de maro de 2015.

Ao Senhor
Andrey Rosenthal Schlee
Diretor do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEPS Quadra 713/913 Sul , Bloco D , Edifício IPHAN, 3º andar
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70390135

Assunto: **Envio de Relatório Final de Acompanhamento da Implantação do PBA e atendimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 795/2011 - UHE Belo Monte.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que o Relatório Final de Implementação do PBA e atendimento das condicionantes da LI nº 795/2011 foi protocolado no Ibama, em 11/02/2015, e encontra-se disponível para consulta no sítio http://www.ibama.gov.br/licenciamento.

2. Deste modo, encaminho o referido relatório consolidado para as providências pertinentes e solicito a análise e manifestação dessa Instituição, considerando o cronograma previsto para início de enchimento do reservatório Xingu em setembro/2015.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

RECEBIDO
IPHAN
02/03/15
PROTOCOLO

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

Cleber Bastos de Sousa
Técnico Socioambiental Sr
Norte Energia S.A.
05/03/15
15h37

OF 02001.002133/2015-21 DILIC/IBAMA

Brasília, 02 de maro de 2015.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14647
RUB.

Ao Senhor
José de Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

Assunto: **Relatório final consolidado de andamento do PBA e atendimento às condicionantes e solicitação de Licença de Operação da UHE Belo Monte.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo IBAMA/MMA Nº 02001.001848/2006-75, informo que este Instituto recebeu, por meio da CE 035/2015-DS, de 11/02/2015, os documentos: Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes; 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA - Componente Indígena; e formulário de solicitação de Licença de Operação. Os dois relatórios encontram-se disponíveis no sítio virtual do Ibama, em www.ibama.gov.br/licenciamento.

2. Quanto à solicitação de Licença de Operação da UHE Belo Monte, conforme prazos estabelecidos na IN IBAMA Nº 184/2008 e tendo em vista o cronograma de enchimento dos reservatórios do Xingu e Intermediário, respectivamente, em 15/09/2015 e 15/11/2015, informo que o prazo de 45 dias estabelecido na referida IN, para análise dos relatórios que subsidiam a emissão da LO, fica suspenso.

3. Por fim, solicito o envio do Relatório Final das Atividades de Supressão de Vegetação, quando estiverem concluídas, além da publicação do requerimento de Licença de Operação, conforme estabelecido na Resolução CONAMA Nº 006/86, e

encaminhamento de cópia da publicação ao Ibama.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14648
RUB.

RECEBI O ORIGINAL
04/03/2015

OF 02001.002130/2015-97 DILIC/IBAMA

Brasília, 02 de maro de 2015.

Á Senhora
Sônia Brito
Secretária Substituta da Secretaria de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, 1º andar, sala 105
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70058900

Assunto: **Envio de Relatório Final de Acompanhamento da Implantação do PBA e atendimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 795/2011 - UHE Belo Monte.**

Senhora Secretária substituta,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que o Relatório Final de Implementação do PBA e atendimento das condicionantes da LI nº 795/2011 foi protocolado no Ibama em 11/02/2015 e encontra-se disponível para consulta no sítio http://www.ibama.gov.br/licenciamento.

2. Deste modo, encaminho o referido relatório consolidado para as providências pertinentes e solicito a análise e manifestação dessa Instituição, considerando o cronograma previsto para início de enchimento do reservatório Xingu em setembro/2015.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

CARTA CONVITE N. 01/2015

Secretaria do Subcomitê Gestor de Acompanhamento PBA-CI/UHE-BM – TI BACAJÁ

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 1464 RUB.

Altamira, 02 de março de 2015.

AO: IBAMA

MMA/ IBAMA/ ESREG/ ATM/ PA
Documento: carta
Nº 02543 000122/2015-89
Data: 06/03/2015

Raimundo Adalberto S. Queiroz Tec. Ambiental Mat. 0660252 IBAMA - ATM - PA

Convidamos um representante do IBAMA para participar da reunião do **SUBCOMITÊ GESTOR DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PBA-CI/UHE-BM- TI BACAJÁ**, que será realizada na aldeia Patkrô, nos dias 19, 20 e 21 de Março de 2015.

Pauta da reunião:

1. Cumprimento do PBA-CI (ações realizadas, em andamento e não iniciadas).
2. Inclusão da aldeia Rapkô no PBA-CI
3. Andamento dos estudos de abertura da estrada para a aldeia Kamotiko pelo travessão do Assurini.
4. Interligação entre as aldeias Kenkujdoi/Pytako/Bacajá.
5. Construção das Pontes, cascalhamento nas estradas e tirar as curvas que tem tido um alto índice de acidentes e risco de vida e ao patrimônio de risco das aldeias Mrotijdam, Bacajá e Rapkô.
6. Tirar as curvas e ladeiras perigosas das estradas das aldeias Krãn, Patkrô e Kenkujdoi.
7. Construção dos alojamentos no PSI das aldeias Bacajá, Kenkudjoi, Pukayakô e Kamotikô.
8. Contratação da empresa **Criativa Consultoria para executar o Programa de Atividade Produtiva e Supervisão ambiental na TI Bacajá.**
9. Construção da Casa de Saúde Indígena conforme consta no PBA-CI
10. Construção dos Postos de Saúde e escolas
11. Posto (base) de vigilância da TI Bacajá
12. Energia elétrica do sistema nacional (programa luz para todos)
13. Execução do Projeto de melhoria sanitária
14. Novas inclusões de pauta;

Bebere Tikotxmeiti Xikrin

Bebere T. Xikrin(CPF: 537.041.692-34)

Secretário do Subcomitê da TI Bacajá

R. HOJE
AVISO
ESCANEAR;
ENCAMINHAR A
ESTA CHEFIA E
A dilic.sede
@ibama.gov.br
06/03/2015

À TRP Marília

Toledo para anexação ao P.A.

Em 23/3/15

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

Em tempo: uma vez que a demanda chegou à COHID no dia 23/3/15.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14650
RUB.

OF 02001.002183/2015-16 DILIC/IBAMA

Brasília, 03 de maro de 2015.

Ao Senhor
José de Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

Assunto: **Processo de licenciamento ambiental do projeto de mineração na Volta Grande do rio Xingu.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção à Acão Civil Pública n° 0001813-37.2014.4.01.3903, referente à ausência de competência legal do Ibama para a condução do processo de licenciamento ambiental do projeto de mineração na Volta Grande do rio Xingu e em acordo com a decisão acerca da atuação da Dilic segundo o art. 13, § 1° da Lei Complementar 140/2011, que estabelece que os entes federativos podem se manifestar ao órgão responsável pelo licenciamento de maneira não vinculante, solicito que a Norte Energia S.A. encaminhe à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará o Estudo e Impacto Ambiental (EIA/RIMA), bem como todos os relatórios consolidados de andamento dos Programas Ambientais da UHE Belo Monte.

2. Solicito o encaminhamento ao Ibama de comprovação do protocolo dos referidos estudos na Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

Cleder Bastos de Sousa
Técnico Socioambiental Sr
Norte Energia S.A.
05.03.15
14h38

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: carta
Nº. 02001.003704/2015-99
Recebido em 03/03/2015
Assinatura

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14651
RUB.

CE 051/2015-DS

Brasília, 03 de março de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed Sede do IBAMA, Bloco A – 1º Andar
70.818-900 – Brasília – DF

Assunto: Orientação pra Eventual Intervenção no Trecho de Vazão Reduzida

Referência: Estudos das Condições de Navegabilidade do TVR

DIGITALIZADO NO IBAMA

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, a finalidade da presente correspondência é uma consulta técnica e orientativa ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, no que se refere aos procedimentos técnico-ambientais e executivos que a Norte Energia necessitaria adotar em relação à futura implementação de soluções de engenharia, ainda a ser definida, para melhorar as condições de navegabilidade na região da Percata no rio Bacajá, conforme resultados dos estudos dos trechos críticos para navegação executados na região do Trecho de Vazão Reduzida da Volta Grande do Rio Xingu.

2. No âmbito do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu, foram realizados estudos técnicos visando aprofundar os conhecimentos relativos às condições de navegabilidade diversos trechos de rios localizados nessa área. Foi feita a caracterização de trechos críticos para navegação, para os quais poderia ser necessário a proposição de medidas mitigadoras de engenharia para manter as condições de navegação, com a implementação do hidrograma de consenso, na fase de operação da UHE Belo Monte.

3. Portanto, na eventualidade de futuras intervenções de engenharia em trechos críticos do TVR com a finalidade relatada acima, a Norte Energia vem, por meio desta correspondência, solicitar esclarecimentos se tais atividades já estariam cobertas pela Licença de Instalação do empreendimento e, caso contrário, solicitar orientações do Ibama quais as tratativas para permitir o futuro licenciamento, que permitisse a execução de tais medidas.

4. O Anexo desta correspondência apresenta os detalhes destes estudos, com a caracterização topográfica e hídrica da região da Percata por meio de modelagem matemática fluvial, assim como a dissertação das possíveis alternativas de intervenção de engenharia que estão em fase final de definição.

Atenciosamente,

José Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Em anexo:

- **Anexo 1 - Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial (14.2.4)**

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

Aos analistas Matheus Coura, Eduardo Trazzi e Henrique Silva p/ analise.

Em 10/03/15

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

Encaminha-se minuta de ofício à coordenação.

Em 02/04/15

Matheus R. Coura

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 19652 RUB.

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.0037 37/2015-94
Recebido em 03/03/2015
Assinatura

CE 053/2015 – DS

Brasília, 03 de março de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed Sede do IBAMA, Bloco A – 1º Andar
70.818-900 Brasília – DF

DIGITALIZADO NO IBAMA

Assunto: Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios (PBA 10.4)

Referência: Ofício 02001.000868/2014-39 CGENE/IBAMA, de 31/01/2014 e CE 0147/2014-DS

1. Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio desta correspondência, solicitar informações em relação à emissão do parecer de aprovação da proposta do novo Planejamento do Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios, apresentada no 6° Relatório Consolidado, com caracterização e definição do cronograma e das atividades a serem desenvolvidas;

2. Em atendimento ao Parecer Técnico emitido no Ofício 02001.000868/2014-39 CGENE/IBAMA, de 31/01/2014, quanto ao prosseguimento do Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios (PBA 10.4), a Norte Energia encaminhou CE 0147/2014-DS, datada em 15 de maio de 2014, informando as atividades inerentes ao prosseguimento do Programa;

3. Neste sentido, visando o andamento do Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios, a Norte Energia aguarda a emissão de parecer do IBAMA sobre a proposição do novo planejamento do PBA 10.4.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

Ao analista Matheus Coura
p/ manifestação.
Em 10/03/15

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

Encaminhada minuta de
ofício à coordenação.

Em 13.03.15

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA
FLS 14653
RUB

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: carta
Nº. 02001.003736/2015-40
Recebido em 03/03/2015
Assinatura

CE 052/2015 - DS

Brasília, 03 de março de 2015.

DIGITALIZADO NO IBAMA

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed Sede do IBAMA, Bloco A – 1º Andar
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos

Referência: Ofício 02001.000666/2014-97 DILIC/IBAMA e Ofício 02001.007620/2014-07 DILIC/IBAMA

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio desta correspondência, solicitar informações em relação à elaboração e emissão do parecer específico referente à análise do conteúdo do relatório final e conclusivo do Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos (PBA 12.5), apresentado no âmbito do 4° Relatório Consolidado, datado de agosto de 2013. Desde esta data a Norte Energia vem considerando o PBA 12.5 como encerrado, conforme consta dos Relatórios Consolidados posteriores ao quarto relatório.

Desde já agradecendo a sua compreensão.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

Ao analista Frederico Queiroz p/ manifestação.
Em 10/03/15
Henrique

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14654
MP
RUB.

COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
MUNICÍPIO DE ALTAMIRA
RAMAL CIPÓ AMBÉ

Ofício sn __/2015 - SRX/DPCA.

Altamira/PA 03 de Março de 2015.

MMA/ IBAMA/ ESREG/ ATM/ PA
Documento: OFÍCIO
Nº 02543 000111/2015-07
Data: 03/03/2015

A Sua Senhoria, o Senhor:
Gerente do IBAMA
ALTAMIRA

Senhor Gerente,

Cumprimento Vossa Senhoria, ao tempo em que faço a remessa do **BOP 049/2015.001344-1** e **Abaixo-assinado**, através dos quais a Comunidade Santo Antônio de Pádua, localizada no Ramal Cipó Ambé, município de Altamira denuncia um suposto **Crime Ambiental** em razão do mal instalado Aterro Sanitário, ás proximidades da nascente do Igarapé Cipó-Ambé, conforme registrado no referido BOP, razão pela qual pede providências necessárias e urgentes.

Outrossim, Perícia de Verificação de Danos Ambientais na área do Aterro foi protocolada no CPC Renato Chaves.

Atenciosamente,

Reginaldo de Souza

REGINALDO DE SOUZA
Representante da Comunidade Cipó-Ambé

R. HOJE

TRATA-SE DE OFICIO RELACIONADO A CONDICIONANTE DA UHE BELO MONTE.

AO ARQUIVO

ESCANEAR E ENCAMINHAR A dilic.sede@ibama.gov.br

ENCAMINHAR TAMBÉM A COHID / DILIC / IBAMA SEDE, VIA MALOTE.

Felipe Bernardino Guimarães
Analista Ambiental-Mat.: 142.305-9
Chefe do ESREG Altamira/IBAMA-PA
Port. 864/2014

03/03/2015

Encaminhada minuta de ofício à coordenação.

Em 25.03.15

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

00049/2015.001344-1

Via da Relator

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14655 MP RUB.

Governo do Estado do Pará
Polícia Civil do Estado do Pará
ALTAMIRA - UP - Altamira - Unidade Policial 49
Boletim de Ocorrencia Policial

Número: **00049/2015.001344-1**
Registrado em: **02/03/2015 10:36:37**

Altamira, 02 de março de 2015
É BOP de Apresentação? Não

Governo do Estado do Pará Polícia Civil Superintendência Regional do Xingu Sistema Integrado de Segurança Pública Delegacia de Polícia de Altamira

Autoridade Policial...:	**Rubens Mattoso Ribeiro**
Registrador do Boletim:	Godofredo Martins Borges
Identificação do Caso.:	REGINAKLDO DE SOUZA - CRIME AMBIENTAL
Dados do Relator.....:	**REGIN ALDO DE SOUZA**
Tipo do Relator.....:	Relator
Identidade.....:	1352832 / 1 - Identidade / SSP - PA
Endereço Residencial..:	RAMAL CIPO AMBE - COMUN STO ANTONIO PADUA No. Complemento: CEP: Bairro: RURAL Localidade: ALTAMIRA UF: PA
Contato.....:	

Dados da Ocorrência

Especialização do Fato:	Crimes Contra o Meio Ambiente
Data e hora do Fato...:	26/02/2015 10:36:37
Endereço.....:	Rua Principal, RAMAL CIPO AMBE, COMUNIDADE SANTONIO DE PADUA , Complemento: 17 KM DA CIDADE - ENTRADA PELO MECHILA Fundos: Perímetro: ; Bairro: Centro Localidade: Altamira - Altamira / PA

Relato da Ocorrência

O Relator compareceu nesta Delegacia para, na qualidade de Líder da Comunidade Santo Antônio de Pádua, localizada no Ramal Cipó Ambé, denunciar suposto **CRIME AMBIENTAL** praticado por servidores da Prefeitura Municipal de Altamira e por empregados do recém-instalado **Aterro Sanitário**, localizado no Ramal Cipó Ambé a 2.8 Km da entrada do Mechila e a 17 Km de Altamira; QUE todos os resíduos sólidos do município de Altamira estão sendo depositados no Aterro Sanitário (Lixão), que dispõe de 03 (três) Células a céu aberto; QUE a Comunidade é habitada a mais de 100 (cem) anos, banhada pelo Igarapé Cipó Ambé, constituída de pequenos e médios produtores rurais com laços familiares próximos; QUE uma Escola de Ensino Fundamental funciona a alguns anos, além de uma Unidade de Saúde, para o atendimento de alunos e à comunidade local; QUE o Aterro foi instalado próximo à Comunidade e à nascente do Igarapé Cipó Ambé; QUE o Projeto não está se desenvolvendo a contento, já que desde Maio de 2014 foi feito uma reunião com alguns membros da Comunidade na na sede Procuradoria da República de Altamira (MPF), vez que na época o lixo era depositado nas vias de acesso ao Aterro, tendo como consequência o escoamento do entulho fétido e o chorume para o interior do

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14656
MP
RUB.

Governo do Estado do Pará
Polícia Civil do Estado do Pará
ALTAMIRA - UP - Altamira - Unidade Policial 49
Boletim de Ocorrencia Policial

Número: **00049/2015.001344-1** Altamira, 02 de março de 2015
Registrado em: **02/03/2015 10:36:37** É BOP de Apresentação? Não

Governo do Estado do Pará Polícia Civil Superintendência Regional do Xingu Sistema Integrado de Segurança Pública Delegacia de Polícia de Altamira

Autoridade Policial...:	**Rubens Mattoso Ribeiro**
Registrador do Boletim:	Godofredo Martins Borges
Identificação do Caso.:	REGINAKLDO DE SOUZA - CRIME AMBIENTAL
Dados do Relator.....:	**REGIN ALDO DE SOUZA**
Tipo do Relator.....:	Relator
Identidade.....:	1352832 / 1 - Identidade / SSP - PA
Endereço Residencial..:	RAMAL CIPO AMBE - COMUN STO ANTONIO PADUA No. Complemento: CEP: Bairro: RURAL Localidade: ALTAMIRA UF: PA
Contato.....:	

Dados da Ocorrência

Especialização do Fato:	Crimes Contra o Meio Ambiente
Data e hora do Fato...:	26/02/2015 10:36:37
Endereço.....:	Rua Principal, RAMAL CIPO AMBE, COMUNIDADE SANTONIO DE PADUA , Complemento: 17 KM DA CIDADE - ENTRADA PELO MECHILA Fundos: Perímetro: ; Bairro: Centro Localidade: Altamira - Altamira / PA

Igarapé; QUE a água que se destina ao Igarapé se origina da chuva e do acumulo nas Células e por fim, através de uma tubulação interna que vem do Aterro direto para a nascente (chorume); Que pela simples passagem pelo local verifica-se grande quantidade de urubus e forte odor fétido, por vezes, insuportável, deixando rastro de gorduras e sujeira às margens do rio e sobre a ponte, próxima; QUE com frequência é visto a queima de pneus de forma irregular; despejo de dejetos de fossas e lixo hospitalar; QUE por horas durante o dia ou á noite, após passar a chuva a agua é canalizada para o Igarapé Cipó Ambé; QUE amostra de água foi colhida para análise, demonstrando muita sujeita e contaminação; QUE alguns vereadores realizaram uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Altamira no ano de 2014, que redundou em uma outra, dessa feita, na MPF, no dia 16/05/2014 (Protocolo nº 022772014); QUE todos os anos, notadamente nos meses chuvosos os problemas da Comunidade relacionados ao Aterro se agravam, uma vez que sequer sabe a quem reclamar, já que há um jogo de empurra-empurra entre Prefeitura e Aterro, este uma das Condicionantes, a cargo da Norte Energia QUE o Aterro está causando grandes transtornos à Comunidade vez que o Igararapé, principal referencia do local, está com

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14657 RUB.

Governo do Estado do Pará
Polícia Civil do Estado do Pará
ALTAMIRA - UP - Altamira - Unidade Policial 49
Boletim de Ocorrencia Policial

Número: **00049/2015.001344-1** Altamira, 02 de março de 2015
Registrado em: **02/03/2015 10:36:37** É BOP de Apresentação? Não

Governo do Estado do Pará Polícia Civil Superintendência Regional do Xingu Delegacia de Polícia de Altamira

Autoridade Policial...: **Rubens Mattoso Ribeiro**
Registrador do Boletim: Godofredo Martins Borges
Identificação do Caso.: REGINAKLDO DE SOUZA - CRIME AMBIENTAL

Dados do Relator.....: **REGIN ALDO DE SOUZA**
Tipo do Relator.....: Relator
Identidade.....: 1352832 / 1 - Identidade / SSP - PA
Endereço Residencial..: RAMAL CIPO AMBE - COMUN STO ANTONIO PADUA No. Complemento: CEP: Bairro: RURAL Localidade: ALTAMIRA UF: PA
Contato.....:

Dados da Ocorrência
Especialização do Fato: Crimes Contra o Meio Ambiente
Data e hora do Fato...: 26/02/2015 10:36:37
Endereço.....: Rua Principal, RAMAL CIPO AMBE, COMUNIDADE SANTONIO DE PADUA , Complemento: 17 KM DA CIDADE - ENTRADA PELO MECHILA Fundos: Perímetro: ; Bairro: Centro Localidade: Altamira - Altamira / PA

água imprestável para consumo humano; QUE apresenta novo Abaixo- assinado para fins de que sejam tomadas providências; QUE o relator informa seu telefone (99157-4023, 99189-4633; Angeli - 99901-0672; QUE registra apra fins de direito/

*** FIM DO RELATO ***

Observações:

Atenção: Este B.O.P. será atendido pela unidade Altamira - Unidade Policial 49 no endereço citado no rodapé desta página.

Este documento é Válido como Certidão para fins de direito, É GRATUITO, e não dá direitos ao portador de conduzir veículo automotor sem a Carteira Nacional de Habilitação (C.N.H.)

Marcelo Eduardo do Nascimento Dos Santos
Escrivão de Polícia

Rubens Mattoso Ribeiro Delegado de Polícia Civil

Reginaldo de Souza
REGIN ALDO DE SOUZA
Relator

EM BRANCO

COHID/DILICI/IBAMA
FLS. 14658
RUB.

ABAIXO ASSINADO

Nós, moradores do Ramal Cipó Ambé, Comunidade Santo Antônio de Pádua. Estamos enfrentando um sério problema desde a implantação do "Aterro Sanitário" no município de Altamira, construído em nossa comunidade. O mesmo começou a ser utilizado pela Prefeitura Municipal de Altamira antes do término da obra, afetando diretamente o Igarapé Cipó, que é utilizado pelos moradores desta comunidade.

Por este motivo, vimos por meio deste abaixo assinado solicitar que as autoridades competentes tomem as devidas providencias, dentre as quais, o tratamento adequado dos resíduos sólidos, bem como do chorume resultante destes, cessando a poluição e a contaminação do nosso igarapé.

Nº	Nome	Documento
1	Reginaldo de Souza	1352832
2	Angeli Barbosa dos Santos	4932952
3	Evandro Carneiro de Lima	4766931
4	Alcione Carneiro de Lima	4766929
5	Gustavo carneiro da Silva	5735664
6	Rita Carneiro de Lima	6019047
7	Cirlene Carneiro de Lima	4766932
8	João Vital de Lima	4766930
9	Margarida Maria de Sousa	4766960
10	Admilso Carneiro de Lima	4766935
11	Francisco Nascimento Lima	4933710
12	Rosangela do Nascimento Araujo	4766959
13	Jessica Araujo de Lima	7602492
14	Alene Araujo de Lima	7602493
15	Genilson Carneiro de Lima	4766933
16	Marcos Ferreira de Melo	6222614
17	Alexandre Carneiro de Lima	4766928
18	Dulcirene Barbosa da Silva	1506691
19	Maria Andrade Carneiro	3643745
20	Maria Aldenoura Carneiro	5012663
21	Raimundo Roberto de Oliveira	4225426
22	Ovair José Carneiro	6271054
23	Antonia carneiro	00106862263
24	Lucas Carneiro Leite	2270699
25	Antônio Severino Costa de Oliveira	001.068722-06
26	Jorge Carneiro de Oliveira	655385872.15
27	Evelyn Andrade Carneiro	6.335
28	Maria de nazaré carneiro	5735268
29	João Paulo dos Santos Veira	6206577
30	Maira Araujo de Sousa	05877499138
31	Maria Eulalia de Souza Melo	3230647
32	Vanessa Souza de Jesus	042306892-09
33	Valdice de Souza	831.542.132-87
34	Antonio Carlos da Silva de Jesus	3786948
35	Rosilene Araujo de Souza	7213934
35	Severino Roberto de Oliveira	6275809
37	Rafael de Souza	7028246

EM BRANCO

COMID/DILIC/IBAMA
FLS. 14659
RUB.

38	Serleia de Souza	7661534
39	Maria Timoteo de Souza	1506881
40	Francinete Araujo de Sousa	010.037.799.04
41	José Wilmont Sousa Tavares	008.849.972-35
42	Rosiane Evangelista de Oliveira	RG 4854101
43	Nadia	RG 1159138-2
44	Aparecida Alves da Rocha	RG 1778731 SSP MG
45	Maria Alves Mota Matias	5038681-SSP PA
46	Jose Ribamar Lima Almeida	4615696
47	Maria do Socorro T. Neves	2042890
48	Sebastião Morais de Jesus	656723
49	Maria de Lurdes da Silva de Jesus	1514492
50	Flavia da Silva de Jesus	5286526
51	Ardenilton Araujo Ferreira	28048185
52	Edinaldo da Silva Vaz	27893359234
53	Ernildo dos Santos	278.933592.34
54	Josivan Batista da Silva	709.864.602-49
55	Valdeci Roberto de Souza melo	394551162.87
56	Wallace Pereira Mendes	4727896
57	Silva de Souza	010.325.242.86
58	Francineny Neves da Silva	1652916 SSP Pa
59	Deborah Maria da Silva Garcia	RG 3307916 SSP PA
60	Augusto José Neves da Silva	7602579 SSP/Pa
61	João Alves da Rocha Neto	7602580 - SSP/Pa
62	Eva Silva de Jesus	4933490
63	Jean Ecosto Pires	7707651
64	Benedita Matias da Silva	
65	Vera Lucia da Silva	54297327
66	Deinacito Ferreira mendes	7469019
67	Gisele Miranda Alves	3037567
68	Francisca de Maia de O. Pires	Rg. 178.085
69	Fabiola da Silva de Jesus	9475 9367268
70	Francisca Nilda S. mendes	
71	Vera nascas	116434472.20
72	Zelma Batista Tregonio	003.441.082-10
73	Rosimeire Silva [illegible]	748.052.072.72
74	José Reginaldo Batista da Costa	395.452452-04
75	Maria Silva Ribeiro	022-910-002-33
76	Antonio Alves da Silva	2043352
77	Fabricio Alves da Silva	2043351
78	Walace Alves da Silva	
79	Francisco Vieira da Costa	
80	Valdivino Alves da Silva	
81	Edilaida Araujo do nascimento	2043248
82	Silvana [illegible] de Jesus	223.008.902-53
83	Geovanio Mac R.	4.705.259-SSP PA
84	Francisco Wellington N. Santos	RG 270419
85	Bruno Wesley Marques de Moura	08168510054
86	Cristeli Silva da Costa	6275335
87	Cristiano Silva da Costa	5780536
88	José Willas de Souza melo	

EM BRANCO

COHID/DILICI/IBAMA
FLS. 14660
RUB

89	Elias Oliveira Monteiro	
90	Iraci da Silva Monteiro	
95	Elia da Silva Monteiro	
92	Odineia de Souza Borges	2439675
93	Arnaldo Gomes da Rocha Ferreira	970.119.592-20
94	ARNALDO GOMES DA ROCHA	OAB-PA-4770
95	Dionis S Alves	753.863.722.20
96	Carmem Bella Costa	659.077.362-91
97	Marcelo S. Alves	3694458 SSP/PA
98	Maldaine Oliveira Sanha	RG.3002284 PA
99	João Batista Pereira	129.388.SSP-PI
100	Rosa de Lima Magalhães	185.554.122.20
101	Waldeny de Souza Carvalho	395.417.032-91
102	RIRAANDES M. BEZERRA	712.162.512-15
103	Joyce Caroline Araújo da Silva	017.326.287-43
104	Ridalvo Magalhães Bezerra	5038708
105		
106		
107		
108		
109		
110		
111		
112		
113		
114		
115		
116		
117		
118		
119		
120		
121		
122		
123		
124		
125		
126		
127		
128		
129		
130		
131		
132		
133		
134		
135		
136		
137		
138		
139		

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14661
MP
RUB.

Governo do Estado do Pará
Polícia Civil do Estado do Pará
- - Versão 1.2.1.8/Altamira - Unidade Policial 49
Requisição / Resultado de Perícia no Bop 49 / 2015.001344-1

Identificação

Unidade Requisitante: Altamira - Unidade Policial 49
Número da Perícia: 2015.000124-6
Autoridade Requisitante: Rubens Mattoso Ribeiro
Local de Ocorrencia: Mar, Rio, Lagoa
Endereço do Fato/Perícia:
Altamira, Centro , Rua Principal, RAMAL CIPO AMBE,COMUNIDADE SANTO ANTONIO DE PADUA,, , , , 17 KM DA CIDADE - ENTRADA PELO MECHILA

Governo do Estado do Pará Polícia Civil Superintendência Regional do Xingu Sistema Integrado de Segurança Pública Delegacia de Polícia de Altamira

Requisição

Unidade Pericial: Unidade Pericial - Região do Xingú 474
Data/Hora Requisição: 02/03/2015 12:03:38
Descrição:
BOLETIM OCORRÊNCIA POLIC.:49/2015.001344-1,2015-03-02 10:36:37.0

DADOS DA PERÍCIA
PERÍCIA REQUISITADA: PERICIA DE VERIFICAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS EM LOCAL DE INSTALAÇÃO DE ATERRO SANTITÁRIO DE ALTAMIRA
.
DADOS DA PESSOA DA REQUISIÇÃO
COMUNIDADE SANTO ANTONIO DE PADUA,RAMAL CIPÓ AMBÉ - KM 12,A 5 KM DO MECHILA

DADOS COMPLEMENTARES DA PERÍCIA
/// REQUER PERICIA DE VERIFICAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS NA ÁREA DO RECÉM-INSTALADO ATERRO SANITARIO DE ALTAMIRA,LOCAL DE DEPÓSITO DE TODOS SO RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICIPIO,VEZ QUE INSTALADO A CERCA DE 600 MTRS DA NASCENTE DO IGARAPÉ CIPÓ AMBE,PRÓXIMO DE COMUNIDADE CONSTITUIDADE DE PEQUENOS AGRICULTORES COM LAÇOS FAMILIARES FORTES,SERVIDA POR ESCOLA E UNIDADE DE SAUDE,CUJOS MORADORES ALI SE INSTALARAM A MAIS DE 60 ANOS,SEMPRE SE UTILIZANDO DO IGARAPÉ QUE O CHORUME E AGUA QUE SAEM DO ATERRO SÃO DESTINADOS AO IGATRAPÉ CIPO AMBÉ ATRAVÉS DE UMA TUBULAÇÃO INTERNA DIRETO PARA NASCENTE E POR INTERMEDIO DE ESCOAMENTO DAS CHUVAS QUE SAEM ATRAVES DO RAMAL DIREITO PARA O IGERAPÉ QUE DEJETOS DE FOSSAS LIXO HOSPITAL SÃO DEPOSITADOS NO ATERRO (LIXÃO),ALÉM DE QUEIMA DE PNEUS DE FORMA IRREGULAR QUE O IGARAPÉ E A PRINCIAL REFERENCIA DA COMUNIDADE E ESTÁ COM A AGUA IMPRESTAVEL PARA O CONSUMO HUMANO.

ASSINATURAS:

RUBENS MATTOSO RIBEIRO
AUTORIDADE POLICIAL

A COLETIVIDADE
RELATOR E/OU VÍTIMA

Centro de Perícia Científica Renato Chaves
Registro [illegible]

RECEBIDO EM 03/03/15.
Recebedor

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1962
RUB.

Encaminhamos para conhecimento e devidas providências, a ocorrência abaixo discriminada:

OCORRÊNCIA

Número: 02775/2015 Nº WEB: 0312-5850

Data / Hora: 03/03/2015 12:58:50

Documentos: Ofício nº 02543.000111/2015-07 , Boletim de Ocorrência Policial nº 00049/2015.001344-1

Tipo de Assunto: Vistoria / Degradação ambiental

Descrição: Denúncia de um suposto crime ambiental em razão do mal instalado Aterro Sanitário, às proximidades da nascente do Igarapé Cipó-Ambé.

LOCAL DA SOLICITAÇÃO

Denunciado(a): -

Endereço: Rua Principal, Ramal Cipó Ambe, Comunidade Santo Antônio de Pádua.

Bairro: ZONA RURAL

Distrito/Povoado: ZONA RURAL

Município: ALTAMIRA UF: PA CEP: 68370000

Referência: Complemento: 17 Km da cidade - Entrada pelo Mechila Fundos: Bairro Centro - Localidade: Altamira - Altamira / PA.
Cadastrada por: VANIA VIANA / ALTAMIRA Recebida Via: Pessoalmente

Nenhum encaminhamento efetuado.

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14663
RUB.

OF 02001.002248/2015-15 COHID/IBAMA

Brasília, 04 de maro de 2015.

Ao Senhor
José Ricardo Caixeta Neto
Diretor do Consórcio Cemig-Ceb
AC PALMITAL DE MINAS S/N
CABECEIRA GRANDE - MINAS GERAIS
CEP.: 38625000

Assunto: **Resposta Carta CCC Unaí nº 203/2014**

REFERENCIA: CT 02001.021299/2014-65/

Senhor Diretor,

1. Em atendimento a Carta CCC Unaí nº 203/2014 informamos que o nome do Programa deverá permanecer como consta na condicionante especifica 2.1, item 2.1.2, ou seja, Programa de Controle de Áreas Degradas no Entorno do Reservatório.

2. O programa deverá priorizar as áreas que sofreram interferência pela construção do empreendimento, como consta no Parecer nº 02001.003155/2014-27 COHID/IBAMA.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Chefe da COHID/IBAMA

ok

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: CT
Nº. 02001.004042/2015-20
Recebido em 06/03/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14664
RUB.

CE 056/2015 – DS

Brasília, 06 de março de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1º andar.
70.818-900 Brasília – DF

DIGITALIZADO NO IBAMA

Assunto: Publicação do requerimento da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente e dando continuidade ao processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, encaminhamos em anexo 01 (uma) cópia dos avisos do requerimento da Licença de Operação do empreendimento em referência, publicados em jornais de grande circulação (Nacional, no estado do Pará e em Altamira/PA), no Diário Oficial da União e do Estado do Pará,

2. Tais publicações foram efetuadas nos termos da Resolução CONAMA N.º 006, de 24 de janeiro de 1986, sendo publicados avisos nos seguintes jornais:

- Diário do Pará – dia 06/03/2015;
- Diário Oficial da União – dia 06/03/2015 – seção 3;
- Diário Oficial do Pará – dia 06/03/2015 – protocolo nº 803012;
- Folha de São Paulo – dia 25/02/2015; e
- A Voz do Xingu – dia 05/03/2015,

3. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Em anexo: documentos mencionados no texto

À TRP Marília Toledo

Para circular entre a Equipe 2 e depois anexar ao P.A.

Em 10/03/15.

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

Ciente em 11/03/2015

Rosangela Teixeira Tiago
Analista Ambiental
Mat. 1714457
Cohid/Dilic/Ibama

ECONOMIA

DÓLAR ACIMA DE R$ 3
O dólar comercial fechou ontem cotado a R$ 3,009 na compra e a R$ 3,011 na venda, pressionado pelo impasse político sobre o plano do governo para reequilibrar suas contas, uma intervenção menor do BC no câmbio e a tendência global de valorização da moeda.

RECEITA FEDERAL

26 mil médias e pequenas empresas na malha fina

Todas serão notificadas a prestar esclarecimentos sobre pendências detectadas

MARTHA BECK
Brasília, DF/AG

A Receita Federal anunciou ontem a criação de uma malha fina para médias e pequenas empresas. Ela vai funcionar nos mesmos moldes da malha que hoje já existe para as pessoas físicas. Por meio do cruzamento de informações - como vendas por cartão de crédito e emissão de nota fiscal eletrônica - os auditores identificam inconsistências e pedem que as pessoas jurídicas prestem esclarecimentos.

Segundo o secretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Martins, 26 mil empresas já caíram na nova malha. O Fisco identificou que a prestação de contas desses contribuintes tinham inconsistências que somam R$ 7,2 bilhões. Os dados se referem ao ano de 2012.

Martins explicou que o valor não significa que houve sonegação em todos os casos. Segundo ele, as empresas também podem ter cometido equívocos. Por isso, a Receita enviou a essas 26 mil pessoas jurídicas uma notificação alertando para sua retenção na malha e dando a elas a chance de regularizarem sua situação antes de passarem por um processo formal de fiscalização.

Segundo o secretário, a malha é vantajosa para os contribuintes porque dá a eles a chance de recolher tributos sem multas:

"Não significa que a fiscalização da Receita virou gatinho", disse Martins, explicando: "Quando é confirmada a sonegação, há multa de 75% a 225% (sobre o valor devido). Para o contribuinte, a malha permite que ele faça uma correção nas informações que ele prestou e não paga multa".

Ele lembrou que isso também é vantajoso para a Receita: "Se eu autuo o contribuinte, ele vai discutir a cobrança judicialmente (e os recursos demoram mais a entrar nos cofres públicos)".

As grandes empresas não entram na malha fina porque passam por um processo de acompanhamento especial da Receita.

+ RÁPIDA

Governo adia repasse de R$ 245,8 mi da Tarifa Social

FOLHAPRESS

Sem dinheiro no caixa do setor elétrico para fazer frente aos gastos do programa da Tarifa Social Energia Elétrica, o governo vem adiando a aprovação de repasses milionários para as distribuidoras de energia. São essas as empresas que, em um primeiro momento, cobrem os custos dos programa.

Apenas no fim do mês elas recebem do fundo do setor elétrico o valor equivalente ao gasto com a manutenção do benefício. A conta, que ainda está em aberto, acumula atrasos nos repasses desde de outubro de 2014.

Em um cálculo feito por técnicos da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), de outubro a janeiro deste ano a pendência chega a R$ 245.8 milhões.

AVISOS, ATAS E EDITAIS

PREFEITURA MUN. DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP

Agropalma S.A. empresa localizada na Rodovia PA 150, S/N, Km 74, Bairro Interior, CEP: 68.695-000 município de Tailândia-Pará, inscrita no CNPJ: 04.102.265/0001-51, torna público que no dia 26/02/2015 recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA a Outorga de Direito nº 1685/2015 para lançamento de efluentes oriundos do posto de abastecimento, com validade até 25/02/2019, protocolizado sob o processo nº 2014/5742. P. Raimundo Alves de Araújo Filho - Gerente Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
EXTRATO DE CONTRATO

SESI
AVISO RELEVANTE CONCORRÊNCIA N.004/2015
O Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Pará, através da Comissão Central de Licitação do Sistema FIEPA, avisa, nos termos do subitem 19.7 do Instrumento Convocatório, que decidiu adiar para as 15h00min (Local) do dia 24 de março de 2015. O Edital está disponível na Travessa Quintino Bocaiúva nº 1588, bairro de Nazaré, Belém do Pará.
Belém, 06 de março de 2015.
Neilton Carneiro do Nascimento
Coordenador e Pregoeiro
Comissão Central de Licitação do Sistema FIEPA
licitacao@sesipa.org.br

Agropalma S.A. empresa localizada na Rodovia PA 150, S/N, Km 74, Bairro Interior, CEP: 68.695-000 município de Tailândia-Pará, inscrita no CNPJ: 04.102.265/0001-51, torna público que no dia 27/02/2015 requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMAT a renovação da Licença de Operação nº 002/2014 para atividade de extração de laterita na Fazenda Palmares no município de Acará, protocolizado sob o processo nº 049/2015. P. Raimundo Alves de Araújo Filho - Gerente Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
PREGÃO PRESENCIAL nº. 015/2015 - Obj. Aquis. de materiais de consumo tais como: gêneros alimentícios, tecidos e aviamentos, cama, mesa, banho, limpeza e higienização, expediente, processamento de dados, elétrico e eletrônico, festividades, educativo, esportivo, recarga de gás; materiais permanentes para atender aos Programas e Projetos/Serviços Federal da Secretaria Municipal de Assistência Social bem como a Equipe Patrulha Mecanizada da Secretaria Munic. de Agricultura, Indústria e Comércio, até 31/12/2015. **Data de Abertura: 18/03/2015 às 09:00 hs.** A retirada do Edital deverá ser efetuada de 8 às 12h e das 14 às 18h na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro, onde se realizará o certame. Pgm.: 06/03/2015.

NORTE ENERGIA S/A - CNPJ/MF Nº 12.300.288/0004-41
A empresa **Norte Energia S/A**, inscrita no CNPJ nº 12.300.288/0004-41, localizada na Rua Boa Esperança, S/Nº - RUC Jatobá, Loteamento Jardim França, Bairro Mutirão, na cidade de Altamira, Estado do Pará, torna público que recebeu da SEMAT (Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Altamira) a renovação da Licença de Operação nº 006/2015 referente ao Aterro Sanitário na cidade de Altamira - Pará.

NORTE ENERGIA S/A - CNPJ/MF Nº 12.300.288/0001-07
A **Norte Energia S/A** torna público que requereu junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no dia 11 de fevereiro de 2015, a Licença de Operação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte com capacidade instalada de 11.233,1 MW para geração de energia elétrica, localizada no rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia
Sociedade de Capital Autorizado
CNPJ/MF 05.832.555/0001-13
NIRE/JUCEPA Nº 15.300.013.411

Capital Autorizado:	R$ 150.000.000,00
Capital Subscrito:	R$ 103.790.246,00
Capital Realizado:	R$ 103.790.246,00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os acionistas da **SOCOCO S.A. AGROINDÚSTRIAS DA AMAZÔNIA**, na forma prevista no Artigo 124, da Lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ... **Ordem do Dia: (1) Em Assembleia Geral Ordinária:** ... **(2) Em Assembleia Geral Extraordinária:** ...
Belém, 05 de março de 2015.
José Givago Raposo Tenório
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
CAPANEMA-PA
Data do leilão: 16/03/15 As: 10:30 Horas
Local: EM FRENTE A PREFEITURA: AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, Nº 1.080 - CENTRO / CAPANEMA -PA.
...
CAPANEMA - PA, 06/03/15
CELIA MARIA CAMPOS CARDOSO

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA
CNPJ/MF Nº 83.663.484/0001-86. NIRE 15300016614
Ata da Assembleia Geral Extraordinária
DATA: 15 de Janeiro de 2015. **HORÁRIO:** 10:00 horas. **LOCAL:** Sede Social - Rodovia Arthur Bernardes, 5555, Tapanã, Belém – PA. **PRESENÇA:** Acionistas titulares de ações ordinárias representando mais de dois terços do capital social com direito de voto. **MESA:** José Hilário Rodrigues de Freitas – Presidente. José Elanir de Lima – Secretário. **ORDEM DO DIA:** Autorizar a Diretoria a contratar operações de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC, nos termos do Art. 18, letra "b" do Estatuto Social. **PUBLICAÇÃO:** Editais de Convocação: Diário Oficial do Estado do Pará, respectivamente nas páginas 48, 48 e 63 das edições de 7, 8 e 09.01.2015, e Diário do Pará, na página B8 do Caderno de Economia das edições 7, 8 e 09.01.2015. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME.** 1. Autorizaram a Diretoria, nos termos da letra "b", do artigo 18 do Estatuto Social, a contratar operação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC junto a Instituições Financeiras, até o montante global de R$ 30.000.000,00(trinta milhões de reais), podendo para tanto a Diretoria, negociar valores, taxas e prazos. 2. Determinaram que, na forma da letra "a" do Art. 20 do Estatuto Social, a Sociedade seja representada por dois Diretores na negociação de taxas, prazo e demais condições, ... Belém – PA, 15 de Janeiro de 2015. **José Hilário Rodrigues de Freitas** - Presidente, **José Elanir de Lima** - Secretário. **As Acionistas: NOVA AMÉRICA HOLDINGS LTDA. REPRESENTAÇÕES E ADMINISTRADORA ORION LTDA. UNIÃO PARTICIPAÇÕES LTDA. p.p NOVA AMÉRICA HOLDINGS LTDA.** a) Aloysio de Andrade Faria. **CORUMBAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA.** a.a) José Elanir de Lima. Flávio Márcio Passos Barreto. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio na folha nº 48. **José Hilário Rodrigues de Freitas** - Presidente da Mesa. **José Elanir de Lima** - Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA. Certifico o arquivamento deste documento sob o nº 20000424021 em 26/02/2015. Ieda Lucia de Carvalho – Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
...
Josb Cubas de Aguiar - Pregoeiro - Dec.002/2015.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14666
RUE

NORTE ENERGIA S.A

AVISOS DE LICENÇA

A Norte Energia S/A torna público que requereu junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA, no dia 11 de fevereiro de 2015, a Licença de Operação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte com capacidade instalada de 11.233,1 MW para geração de energia elétrica, localizada no rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

A Norte Energia S/A torna público que requereu junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará - SEMA/PA, no dia 28 de março de 2014, a Licença de Operação do Porto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que foi implantado para a movimentação de materiais e equipamentos da obra e está localizado na margem esquerda do rio Xingu, município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS
Diretor Socioambiental

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICUTURA E ALIMENTAÇÃO-FAO

EXTRATOS DE CONTRATOS

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA
Projeto UTF/BRA/084/BRA - Por um Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura
Vigência: 23/06/2014 a 22/05/2015
Valor do Contrato: R$ 49.500,00
Objeto: Realizar diagnóstico produtivo do setor de carcinicultura dos micros e pequenos produtores de camarão do Rio Grande do Norte.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Kalynne Medeiros da Câmara - CPF: 565.858.294-68
Vigência: 30/04/2014 a 29/03/2015
Valor do Contrato: R$ 165.000,00
Objeto: Elaborar diagnósticos, estudos e conteúdos técnicos que subsidiem a Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura na formulação e execução de ações públicas estratégicas.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Renatha Melo - CPF: 781.380.191-15
Vigência: 30/04/2014 a 29/03/2015
Valor do Contrato: R$ 84.000,00
Objeto: Realizar proposta estudo contemplando propostas de metodologia para implantação e gestão de Conselhos de diferentes instâncias.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Sandra Adegas Pera - CPF: 082.601.708-84
Vigência: 04/08/2014 a 03/07/2015
Valor do Contrato: R$ 49.500,00
Objeto: Propor planos de monitoramento técnico de até 10 (dez) projetos para o desenvolvimento sustentável da aquicultura.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Gilvânia Alcântara Correia Santos - CPF: 519.361.864-20
Vigência: 08/09/2014 a 07/08/2015
Valor do Contrato: R$ 49.500,00
Objeto: Realizar estudo, compilando e comentando a legislação dos Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que são referência na aquicultura.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Roseane Ribeiro Sodré - CPF: 003.830.203-95
Vigência: 11/09/2014 a 10/08/2015
Valor do Contrato: R$ 108.900,00
Objeto: Identificar povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais localizados dentro ou entorno de Áreas Protegidas que tenham interface com a aquicultura em águas da União.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Solymar Lacerda Cunha - CPF: 410.758.201-97
Vigência: 26/08/2014 a 25/07/2015
Valor do Contrato: R$ 49.500,00
Objeto: Atuar no diagnóstico da regularização do licenciamento das áreas e parques aquícolas marinhos localizados nos Municípios costeiros do Estado do Rio Grande do Norte.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Woshington Luiz Padilha de Andrade - CPF: 047.767.144-69
Vigência: 27/08/2014 a 26/07/2015
Valor do Contrato: R$ 84.000,00
Objeto: Elaborar um manual para o monitoramento e avaliação de projetos de aquicultura.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Kenzia Milena Viana da Costa- CPF: 564.934.101-00
Vigência: 08/09/2014 a 07/08/2015
Valor do Contrato: R$ 84.000,00
Objeto: Análise de cadeias produtivas de pólos de produção da aquicultura continental dos Estados da região Norte do país.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Jorgiene dos Santos Oliveira - CPF: 025.302.129-45
Vigência: 08/09/2014 a 07/08/2015
Valor do Contrato: R$ 49.500,00
Objeto: Auxiliar o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA no desenvolvimento da aquicultura por meio da elaboração de planos de contingência e investigações epidemiológicas visando um maior controle na qualidade dos processos de produção com consequente aumento das ações de defesa sanitária de animais aquáticos.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Luciny lson Araújo da Costa- CPF: 784.084.903-20
Vigência: 08/09/2014 a 07/08/2015
Valor do Contrato: R$ 33.000,00
Objeto: Elaborar em até dois estudos contemplando propostas de metodologia para a implantação e gestão de conselhos em diferentes instâncias.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Mikaela Nonata Franco Moreira - CPF: 012.068.823-95
Vigência: 15/09/2014 a 14/08/2015
Valor do Contrato: R$ 108.900,00
Objeto: Propor metodologias para monitoramento de projetos aquícolas.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Fernando Lacerda Barbosa - CPF: 034.570.626-92
Vigência: 08/08/2014 a 07/07/2015
Valor do Contrato: R$ 88.000,00
Objeto: Compilar as normas federais que regulamentam a atividade aquícola, visando analisar as eventuais sobreposições entre normas federais que regulamentam a atividade aquícola.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Ana Silvia Costa Silvino- CPF: 022.492.484-27
Vigência: 28/07/2014 a 27/06/2015
Valor do Contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Elaborar plano estratégico para ordenamento jurídico da Aquicultura Nacional, com base no atual desenvolvimento da atividade e nas competências atribuídas ao Ministério da Pesca e Aquicultura.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Hélio Codeceira Lopes - CPF: 336.991.357-72
Vigência: 10/09/2014 a 09/08/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Prospecção de áreas favoráveis à implantação de parques aquícolas marinhos nos estados do Piauí, Amapá e Rio Grande do Sul, utilizando dados secundários disponíveis em estudos socioeconômicos e ambientais.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Leticia Camargo- CPF: 065.398.949-02
Vigência: 23/07/2014 a 22/06/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Implementar modelo de gestão participativa em Parques Aquícolas Marinhos.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Flávia Bianchini - CPF: 269.458.578-75
Vigência: 08/09/2014 a 07/08/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Elaborar proposta técnica de boas práticas de monitoramento ambiental em parques aquícolas marinhos.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Consuelo Marques da Silva - CPF: 043.200.419-09
Vigência: 01/08/2014 a 30/06/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Elaborar a partir da análise dos procedimentos para obtenção e manutenção de licenças ambientais um conjunto hierarquizado de normas jurídicas voltadas ao licenciamento ambiental da maricultura no Brasil.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Dilma Lúcia Rezende Carvalho- CPF: 488.603.876-04
Vigência: 28/07/2014 a 27/06/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Elaborar um diagnóstico e uma proposta técnica para a cadeia produtiva da aquicultura marinha nos estados de SE, RN, CE, MA e PA.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Danilo dos Martinz Cardoso- CPF: 622.704.603-59
Vigência: 23/07/2014 a 22/06/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Implantação de projetos sustentáveis em aquicultura. Realizar o levantamento de estudos tecnológicos com potencial produtivo da cadeia produtiva da algicultura em articulação com centros de pesquisas, associações e redes tecnológicas.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Fábio Expedito dos Santos Neto - CPF: 071.064.627-56
Vigência: 25/08/2014 a 24/07/2015
Valor do contrato: R$ 96.000,00
Objeto: Implantação de projetos sustentáveis em aquicultura. Realizar o levantamento de estudos tecnológicos com potencial produtivo da cadeia produtiva da carcinicultura em articulação com centros de pesquisas, associações e redes tecnológicas.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e João Crescêncio Aragão Marinho - CPF: 231.478.573-87
Vigência: 16/05/2014 a 15/04/2015
Valor do contrato: R$ 77.000,00
Objeto: Análise técnica das informações do banco de dados do SINAU, levantamento e avaliação das informações "in loco" para averiguação e validação das informações dos Parques Aquícolas Continentais implantados
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Juliana Lopes da Silva - CPF: 049.048.654-13
Vigência: 24/06/2014 a 23/05/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Contribuir para a orientação do planejamento e execução das atividades de auxílio à navegação em Parques e Áreas Aquícolas inseridos em águas de domínio da União, por meio da modelagem de cenários de sinalização náutica, e elaboração de documentos para manipulação de dados geoespaciais. Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Halysson Alves Macedo - CPF: 007.865.393-21
Vigência: 01/07/2014 a 30/05/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Desenvolver cenários preditivos baseado em modelagem ambiental utilizando técnicas de geoprocessamento, a fim de subsidiar ações de planejamento e gestão no âmbito da aquicultura.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Isabel Cristina Moraes - CPF: 341.671.488-11
Vigência: 24/06/02014 a 23/05/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Caracterização dos parques aquícolas marinhos implantados (CE, MA, PA, PR, RN e SE), apresentando suas condicionantes geoambientais, com a incorporação de informações sobre os aspectos geobiofisiográficos e socioeconômicos, no sentido de caracterizar o estágio atual dos parques e áreas aquícolas, considerando o processo de gestão, monitoramento e controle, a fim de subsidiar o desenvolvimento de um projeto piloto do Atlas de Aquicultura em Águas da União.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Clarisse Lacerda Mata - CPF: 726.871.341-04
Vigência: 04/07/2014 a 03/06/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Análise técnica dos processos de concorrência pública de áreas e parques aquícolas de águas da União a fim de subsidiar a implantação do novo sistema SINAU.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Allan Kardec Pinheiro de Souza - CPF: 619.902.801-53
Vigência: 23/07/2014 a 22/06/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Aportar conhecimento técnico da atividade aquícola marinha aos trabalhos, para garantir a integridade e a consistência do banco de dados do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins de Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Guilherme Wolff Bueno- CPF: 324.231.258-95
Vigência: 23/07/2014 a 22/06/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Aportar conhecimento técnico da atividade aquícola continental aos trabalhos, para garantir a integridade e consistência do banco de dados do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins de Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Hugo Juliano Hermógenes da Silva - CPF: 065.330.539-73
Vigência: 06/08/2014 a 05/07/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Análise de cadeias produtivas de pólos de produção da aquicultura continental em águas da União.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Janaina Gomes Araújo Santos. - CPF: 934.067.111-20
Vigência: 12/08/2014 a 11/07/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Análise de cadeias produtivas de pólos de produção da aquicultura continental em águas da União.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Renan Yoshiharu Okawara - CPF: 335.972.838-61
Vigência: 01/08/2014 a 30/06/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Elaborar planos de monitoramento para acompanhamento dos Parques Aquícolas em corpos d'água de domínio da União.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Carlos Alberto da Cruz Júnior - CPF: 884.887.641-20
Vigência: 01/08/2014 a 30/06/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Elaborar estudos contendo diagnóstico dos impactos ambientais dos parques aquícolas.
Modalidade: Produto
Signatários: Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil e Bernardo Ramos Simões Corrêa - CPF: 000.663.831-70
Vigência: 25/08/2014 a 24/07/2015
Valor do contrato: R$ 66.000,00
Objeto: Simular cenários que subsidiem o processo de gestão em áreas que contenham parques aquícolas.
Modalidade: Produto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032015030600214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14667
MP
RUB.

edições de 13.02.2015; (ii) proposta de destinação do resultado do exercício apresentada pela administração da Companhia; e, (2) Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) proposta de aumento de capital social da Companhia, com a consequente modificação do Artigo 5º do Estatuto Social; (iv) fixação da remuneração dos administradores da Companhia.
Mojú, PA, 05 de março de 2015.
José Givago Raposo Tenório
Presidente do Conselho de Administração

Protocolo 802028

LICENÇA DE RENOVAÇÃO OPERAÇÃO

COMPETRO COMERCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETROLÉO LTDA - ME, CNPJ:07.160.747/0001-56 torna publico que solicitou da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA/PA a renovação da Licença de Operação n 5127/2010 para atividade posto de combustível e venda de gás de cozinha, no municipio de Curralinho/PA.

Protocolo 802424

J & S CARBONIZAÇÃO LTDA, CNPJ N°12.343.373/0001-44 , torna se publico que requereu da SEMA a LO processo nº 4527/015, para produção de carvão vegetal Rod. PA 150 KM 110, VICINAL 33, Tailândia-PA

Protocolo 802425

LICENÇA DE OPERAÇÃO

COMPETRO COMERCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETROLÉO LTDA - ME, CNPJ:07.160.747/0001-56 torna publico que recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA/PA a Licença de Operação n 5127/2010 para atividade posto de combustível e venda de gás de cozinha, no municipio de Curralinho/PA.

Protocolo 802428

A empresa: **AUTO POSTO RM & FILHOS EIRELI**, situada na RODOVIA MUNICIPAL FARUK SALMEM, KM 05, ZONA RURAL - Parauapebas/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.767.914/0001-36, torna publico que requereu junto a SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) sua Licença de Operação (LO), protocolado em 24/02/2015 sob o nº 2015/4838, para exercer a atividade de Transporte de Substância e Produto Perigoso (Combustível).
Jhansley Gil Vieira de Sousa
Sócio Gerente

Protocolo 802635

ATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 20150002 Origem PREGÃO PRESENCIAL Nº9/2015-00009 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA DO PARÁ. Contratado: MARCELINO F DA SILVA FERREIRA - EPP CNPJ: 10.921.962/0001-37 Objeto: Contratação de Empresa especializada em transporte escolar terrestre para atender as necessidades de locomoção de alunos matriculados nas escolas do município de concórdia do Pará.. Valor R$ 3.130.386.60(três milhões centro e trinta mil trezentos e oitenta e seis reais). Vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, Data da Assinatura: 03/03/2015.
CONTRATO Nº 20150003 Origem PREGÃO PRESENCIAL Nº9/2015-00009 Contratante: FUNDO MUN E DE DAED BAS E DE VAL PRO DE CONCÓRDIA DO PARÁ. Contratado: MARCELINO F DA SILVA FERREIRA - EPP CNPJ: 10.921.962/0001-37 Objeto: Contratação de Empresa especializada em transporte escolar terrestre para atender as necessidades de locomoção de alunos matriculados nas escolas do município de concórdia do Pará. Valor R$ 1.043.462.20(um milhão. Quarenta e três mil quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte centavos). Vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, Data da Assinatura: 03/03/2015.
CONTRATO Nº 20150004 Origem PREGÃO PRESENCIAL Nº9/2015-00009 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA DO PARÁ. Contratado: L&R DO BRASIL COM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME. CNPJ: 13.251.937/0001-81 Objeto: Contratação de Empresa especializada em transporte escolar terrestre para atender as necessidades de locomoção de alunos matriculados nas escolas do município de concórdia do Pará.. Valor R$ 4.236.415.68(quatro milhões duzentos e trinta e seis mil quatrocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos). Vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, Data da Assinatura: 03/03/2015.
CONTRATO Nº 20150005 Origem PREGÃO PRESENCIAL Nº9/2015-00009 Contratante: FUNDO MUN E DE DAED BAS E DE VAL PRO DE CONCÓRDIA DO PARÁ. Contratado: L&R DO BRASIL COM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME. CNPJ: 13.251.937/0001-81 Objeto: Contratação de Empresa especializada em transporte escolar terrestre para atender as necessidades de locomoção de alunos matriculados nas escolas do município de concórdia do Pará.. Valor R$ 1.412.138.56(um milhão, quatrocentos e doze mil, cento e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos). Vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, Data da Assinatura: 03/03/2015.
CONTRATO Nº 20150006 Origem PREGÃO PRESENCIAL Nº9/2015-00009 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA DO PARÁ. Contratado: MARCELO ADRIANO SOUZA MUNIZ - ME CNPJ: 19.826.526/0001-53 Objeto: Contratação de Empresa especializada em transporte escolar terrestre para atender as necessidades de locomoção de alunos matriculados nas escolas do município de concórdia do Pará. Valor R$ 3.410.352,00(três milhões quatrocentos e dez mil trezentos e cinquenta e dois reais). Vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura. Assinatura. Data da Assinatura: 03/03/2015.
CONTRATO Nº 20150007 Origem PREGÃO PRESENCIAL Nº9/2015-00009 Contratante: FUNDO MUN E DE DAED BAS E DE VAL PRO DE CONCÓRDIA DO PARÁ. Contratado: MARCELO ADRIANO SOUZA MUNIZ - ME CNPJ: 19.826.526/0001-53 Objeto: Contratação de Empresa especializada em transporte escolar terrestre para atender as necessidades de locomoção de alunos matriculados nas escolas do município de concórdia do Pará.. Valor R$1.136.784,00 (um milhão, cento e trinta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais). Vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, Data da Assinatura: 03/03/2015.
CONTRATO Nº 20150008 Origem PREGÃO PRESENCIAL Nº9/2015-00009 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA DO PARÁ.Contratado: JACKSON C. F. PANTOJA - ME CNPJ: 19.407.080/0001-22 Objeto: Contratação de Empresa especializada em transporte escolar terrestre para atender as necessidades de locomoção de alunos matriculados nas escolas do município de concórdia do Pará.. Valor R$ 3.307.764,24 (três milhões, trezentos e sete mil,setecentos sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos). Vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura Data da Assinatura: 03/03/2015.
CONTRATO Nº 20150009 Origem PREGÃO PRESENCIAL Nº9/2015-00009 Contratante: FUNDO MUN E DE DAED BAS E DE VAL PRO DE CONCÓRDIA DO PARÁ. Contratado: JACKSON C. F. PANTOJA - ME CNPJ: 19.407.080/0001-22 Objeto: Contratação de Empresa especializada em transporte escolar terrestre para atender as necessidades de locomoção de alunos matriculados nas escolas do município de concórdia do Pará.. Valor R$ 1.102 588,08 (um milhão,cento e dois mil,quinhentos e oitenta e oito reais oitenta centavos). Vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, Data da Assinatura: 03/03/2015.
. ##ASS ANTÔNIO DO NASCIMENTO GUIMARÃES- ## CAR Prefeito
Fabio Junior Carvalho de Lima
Pregoeiro

Protocolo 802738

AVISO DE LICITAÇÃO - CMI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015, do tipo Menor Preço. Para aquisição de combustíveis destinados ao veículo a disposição da Câmara Municipal de Irituia/PA. Abertura: 18/03/2015, às 11:00hs. A retirada de Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na Sala de Licitações na Sede Câmara, sito à Rua Cel. João Câncio, 09, Centro, CEP: 68655-000, Irituia/Pará, no horário de 08:00 às 12:00h, de segunda a sexta. Informações (91) 3443-1175 / 98495-7801, E-mail: cm.irituia@uol.com.br. José Ribamar da Silva - Presidente da Câmara.

Protocolo 802803

Agropalma S.A, empresa localizada na Rodovia PA 150, S/N, Km 74, Bairro Interior, CEP: 68.695-000 município de Tailândia-Pará, inscrita no CNPJ: 04.102.265/0001-51, torna público que no dia 27/02/2015 requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMAT a renovação da Licença de Operação nº 002/2014 para atividade de extração de laterita na Fazenda Palmares no município de Acará, protocolizado sob o processo nº 049/2015. P. Raimundo Alves de Araújo Filho - Gerente Geral.

Protocolo 802866

Agropalma S.A, empresa localizada na Rodovia PA 150, S/N, Km 74, Bairro Interior, CEP: 68.695-000 município de Tailândia-Pará, inscrita no CNPJ: 04.102.265/0001-51, torna público que no dia 26/02/2015 receberu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA a Outorga de Direito nº 1685/2015 para lançamento de efluentes oriundos do posto de abastecimento, com validade até 25/02/2019, protocolizado sob o processo nº 2014/5742. P. Raimundo Alves de Araújo Filho - Gerente Geral.

Protocolo 802867

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA. CNPJ/MF n.º 83.663.484/0001-86. NIRE 15300016614. Ata da Assembleia Geral Extraordinária. DATA: 15 de Janeiro de 2015. HORÁRIO: 10:00 horas. LOCAL: Sede Social - Rodovia Arthur Bernardes, 5555, Tapanã, Belém - PA. PRESENÇA: Acionistas titulares de ações ordinárias representando mais de dois terços do capital social com direito de voto. MESA: José Hilário Rodrigues de Freitas - Presidente. José Elanir de Lima - Secretário. ORDEM DO DIA: Autorizar a Diretoria a contratar operações de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - ACC, nos termos do Art. 18, letra "b" do Estatuto Social. PUBLICAÇÃO: Editais de Convocação: Diário Oficial do Estado do Pará, respectivamente nas páginas 48, 46 e 63 das edições de 7, 8 e 09.01.2015, e Diário do Pará, na página B8 do Caderno de Economia das edições 7, 8 e 09.01.2015. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME. 1. Autorizaram a Diretoria, nos termos da letra "b", do artigo 18 do Estatuto Social, a contratar operação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - ACC junto a Instituições Financeiras, até o montante global de R$ 30.000.000,00(trinta milhões de reais), podendo para tanto a Diretoria, negociar valores, taxas e prazos. 2. Determinaram que, na forma da letra "a" do Art. 20 do Estatuto Social, a Sociedade seja representada por dois Diretores na negociação de taxas, prazo e demais condições, na assinatura dos respectivos contratos e em todos os demais atos e documentos necessários à formalização da operação junto respectivas às Instituições Financeiras. Lida e achada conforme, vai esta Ata assinada pelos presentes. Belém - PA, 15 de Janeiro de 2015. José Hilário Rodrigues de Freitas - Presidente. José Elanir de Lima - Secretário. As Acionistas: NOVA AMÉRICA HOLDINGS LTDA. REPRESENTAÇÕES E ADMINISTRADORA ORION LTDA. UNIÃO PARTICIPAÇÕES LTDA. p.p NOVA AMÉRICA HOLDINGS LTDA. a) Aloysio de Andrade Faria. CORUMBAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA. a.a) José Elanir de Lima. Flávio Márcio Passos Barreto. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio na folha nº 48. José Hilário Rodrigues de Freitas - Presidente da Mesa. José Elanir de Lima - Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA. Certifico o arquivamento deste documento sob o nº 20000424021 em 26/02/2015. Ieda Lucia de Carvalho - Secretária Geral.

Protocolo 802876

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO, Estado do Pará, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que no dia 16 de março de 2015, às 10:00 h, na sala da Secretaria Geral da Câmara Municipal, sito à Av. Araponga n.º 16 - Quadra 30 - Parque Uirapuru - Novo Repartimento - PA, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a Contratação de Empresa para o FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO para a Câmara Municipal de Novo Repartimento. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no Prédio da Câmara Municipal, à Av. Araponga n.º 16 - Quadra 30 - Parque Uirapuru, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 14:00 h. Informações podem ser obtidas através do telefone (94) 3785-1180 e 0356.
Novo Repartimento - PA, 05 de março de 2015.
Alberto Bozi
Presidente da C.P.L

Protocolo 802896

NOVELIS DO BRASIL LTDA, CNPJ: 60.561.800/0024-08, Rua Parabor, 240, CEP: 67.010-520, Guanabara - Ananindeua. Torna público que requereu da SEMA a licença ambiental de Instalação - LI (proc. 0013355/2014-DGA).

Protocolo 802930

INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS DO NORTE LTDA CNPJ.19.959.988/0001-49,Torna publico q/ requereu na SEMMA /NP,Licença de Operação, p/Serraria com Desd.de Mad.e Benef. Rod.BR 163,km 1000,s/nº,Novo Progresso/PA/Prot.2015/0019.

Protocolo 802986

NORTE ENERGIA S/A - CNPJ/MF Nº 12.300.288/0001-07
A Norte Energia S/A torna público que requereu junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no dia 11 de fevereiro de 2015, a Licença de Operação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte com capacidade instalada de 11.233,1 MW para geração de energia elétrica, localizada no rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

Protocolo 803012

NORTE ENERGIA S/A - CNPJ/MF Nº 12.300.288/0004-41
A empresa Norte Energia S/A, inscrita no CNPJ nº 12.300.288/0004-41, localizada na Rua Boa Esperança, S/Nº - RUC Jatobá, Loteamento Jardim França, Bairro Mutirão, na cidade de Altamira, Estado do Pará, torna público que solicitou à SEMAT (Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Altamira) a renovação da Licença de Operação referente ao Aterro Sanitário - RUC na cidade de Altamira - Pará.

Protocolo 803017

NORTE ENERGIA S/A - CNPJ/MF Nº 12.300.288/0003-60
A Norte Energia S/A torna público que requereu junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará - SEMA/PA, no dia 28 de março de 2014, a Licença de Operação do Porto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que foi implantado para a movimentação de materiais e equipamentos da obra e está localizado na margem esquerda do rio Xingu, município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

Protocolo 803026

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
A IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioe.pa.gov.br
Sexta-feira, 6 de Março de 2015 às 0:00:00

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14668 RUB

1+2=3

JULIA SWEIG

DEPOIS DE anos —não, décadas— de um perfil diplomático discreto nas Américas, os EUA reaparecem em cena, num movimento que pode, quem sabe, render os frutos de uma estratégia séria.

Primeiro passo: a monumental reviravolta de Obama com relação a Cuba. Segundo passo (menos monumental, mas muito importante): a nomeação de Bernie Aronson como enviado especial para o processo de paz colombiano.

Democrata, Aronson foi secretário-assistente de Estado para a América Latina sob George Bush pai. Sua maior realização foi ter compreendido que o processo de paz salvadorenho não poderia ter êxito se os EUA insistissem em comandá-lo. Pedir à ONU, à OEA e a outros atores que assumissem a liderança foi um passo importantíssimo. A iniciativa revelou o julgamento —incomum na época, especialmente no hemisfério ocidental— de que o poder e a hegemonia americanos deveriam ser administrados com cautela. Uma meia verdade.

O sucesso em El Salvador prenunciou o reconhecimento de que, no atual processo de paz da Colômbia, o sujeito com as armas poderosas que respalda o Estado não pode também ser visto como mediador neutro, especialmente a partir do momento em que a iniciativa do processo de paz foi tomada pelo próprio Estado colombiano. Entre os muitos componentes dos avanços feitos até agora está o fato de que Havana —

Um diálogo sobre Venezuela que inclua Brasil e Cuba ao lado dos Estados Unidos pode fazer a diferença

inicialmente em segredo e, nos últimos dois anos, publicamente— vem sediando as negociações, operando com o apoio explícito da região inteira, incluindo os EUA.

Os poderes confiados a Aronson são propositalmente um pouco vagos, mas sua indicação assinala que todas as partes em volta da mesa estão preparadas para ver (e os detratores precisam ver) os EUA posicionados para persuadir, incentivar e fazer pressão por acordos sobre as questões mais difíceis que ainda estão por decidir.

As etapas finais serão fascinantes, mas a crise cada vez mais aguda na Venezuela não pode ser ignorada. Não há muitas evidências de que a Unasul, a OEA, a ONU, a UE ou os próprios venezuelanos tenham encontrado um caminho eficaz para sair dos ciclos de polarização, violência e ruína econômica.

Então é aqui que um mais dois realmente é igual a três. Os EUA e Cuba passarão ao menos os próximos dois anos envolvidos numa negociação prolongada sobre uma série de questões bilaterais.

Tirando o Brasil, e especificamente Lula, Cuba é o único país com a influência necessária para potencialmente fazer diferença com Caracas. Washington não está em posição de fazer exigências de Havana. Mas a paz social na Venezuela interessa às duas capitais, embora de perspectivas muito diferentes.

Durante a violência do ano passado na Venezuela, sugeri aqui que John Kerry ligasse para o chanceler cubano, Bruno Rodríguez. A sugestão talvez tenha sido prematura. Mas não é mais.

Terceiro passo: uma conversa sobre a Venezuela entre indicados de John Kerry (Bernie), Bruno Rodríguez (Fidel) e Mauro Vieira (Lula). Soa improvável? Faça as contas.

juliasweig.com
@juliasweig

COLUNISTAS DA SEMANA terça: Clóvis Rossi, quarta: Julia Sweig, quinta: Clóvis Rossi, sexta: Marcos Troyjo, sábado: Leonardo Padura, domingo: Clóvis Rossi

Itamaraty sobe tom sobre ações de Maduro

Nota diz que elas afetam políticos 'democraticamente eleitos'; para o governo, situação piorou desde prisão de opositor

Aécio criticou Dilma por 'omissão'; presidente disse que detenção de prefeito era 'questão interna' da Venezuela

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

O Itamaraty subiu o tom nesta terça (24) ao comentar as recentes ações do governo venezuelano, afirmando que "são motivos de crescente atenção medidas tomadas nos últimos dias, que afetam diretamente partidos políticos e representantes democraticamente eleitos".

Na última quinta (19), o prefeito metropolitano de Caracas, o oposicionista Antonio Ledezma, foi detido em seu escritório sob a acusação de conspirar para derrubar o governo. Na segunda (23), o partido conservador Copei teve sua sede invadida e tomada por um grupo de pessoas com apoio da polícia.

Em sua primeira nota após a prisão de Ledezma, na sexta (20), o Itamaraty disse apenas que acompanhava "com grande preocupação a evolução da situação". Antes, a presidente Dilma Rousseff havia declarado que o caso era uma "questão interna" do país.

Na nota desta terça, o Itamaraty segue não mencionando especificamente a prisão do prefeito, mas diz que as últimas ações afetam partidos e políticos democraticamente eleitos.

Segundo a **Folha** apurou, o novo texto, aprovado pelo Planalto, reflete a leitura do governo brasileiro de que a situação política no país piorou desde a prisão de Ledezma.

A chancelaria, contudo, coloca também como motivos de preocupação as "iniciativas tendentes a abreviar o mandato presidencial".

Uma das provas apresentadas por Caracas da suposta tentativa de golpe pela oposição é uma carta aberta, veiculada neste mês, que pede um "acordo nacional de transição". O texto tem a assinatura de Ledezma, de Leopoldo López, outro líder oposicionista preso há um ano, e de María Corina Machado, acusada em dezembro de conspirar para o assassinato de Maduro.

No comunicado, o Itamaraty diz que o governo considera "imperiosa" a rápida retomada do diálogo político, por meio da Unasul e com o apoio da Santa Sé. "Nesse sentido, [o Brasil] reitera sua disposição de contribuir de forma ativa com o governo venezuelano e com todos os setores envolvidos na Venezuela para a retomada desse diálogo", afirma.

Há a possibilidade de que os chanceleres da Unasul se reúnam em Montevidéu, no fim de semana, às margens da posse do novo presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, para discutir a situação na Venezuela.

São motivos de crescente atenção medidas tomadas nos últimos dias, que afetam diretamente partidos políticos e representantes democraticamente eleitos, assim como iniciativas tendentes a abreviar o mandato presidencial

ITAMARATY, em nota

UNIÃO EUROPEIA

Nesta terça, a União Europeia se manifestou sobre a crise na Venezuela, dizendo que a prisão de Ledezma é um "motivo de alarme" e pedindo ao governo que respeite a liberdade de expressão e os direitos fundamentais.

No Brasil, o senador Aécio Neves (MG), presidente nacional do PSDB, criticou, no plenário do Senado, a omissão do governo. "A posição conivente e silenciosa do Brasil com tudo isso é inaceitável e, a meu ver, vergonhosa."

O tucano disse ainda que o Brasil será cúmplice do governo de Maduro caso haja um "banho de sangue" no país vizinho. "Não será de estranhar se em breve ocorrer um banho de sangue na Venezuela. O Brasil pagará um alto preço pela sua omissão."

Na nota, o governo pede que atores políticos venezuelanos se abstenham "de atos que possam criar dificuldades" ao diálogo. (ISABEL FLECK E MARIANA HAUBERT)

kroton

KROTON EDUCACIONAL S.A.
CNPJ/MF: 02.800.026/0001-40 - NIRE: 31.300.025.187
Companhia Aberta
Ata da Centésima Primeira Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de Fevereiro de 2015

1. Data, Hora e Local: Em 09 de fevereiro de 2015, às 10 horas, na sede social da Kroton Educacional S.A. ("Companhia"), localizada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Santa Madalena Sofia, 25, Bairro Vila Paris. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do § 3º do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Gabriel Mário Rodrigues. Secretário: Frederico do Casal Ribeiro de Brito e Abreu. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em três séries, da Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("Debêntures" e "Emissora", respectivamente), na qualidade de sua controlada; (ii) a outorga de garantia fidejussória na forma de fiança a ser prestada pela Companhia como garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito das Debêntures; e (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar os atos e tomar as providências necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Reunião do Conselho de Administração. 5. Deliberações: Após exame, discussão e revisão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) Aprovaram a realização da 2ª emissão de Debêntures pela Emissora, no valor total de R$ 570.000.000,00, cujos termos e condições serão descritos na escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"), cujos recursos serão destinados ao aporte de recursos na Anhanguera Educacional S.A. ("Anhanguera"), a título de adiantamento para aumento de capital (AFAC), que será convertido em aumento de capital da referida sociedade. Os recursos aportados na Anhanguera serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 4ª e 5ª emissões da Anhanguera. As principais características das Debêntures encontram-se descritas abaixo: (a) **Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão das Debêntures será de R$570.000.000,00, em 18 de fevereiro de 2015 ("Data de Emissão"); (b) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 57.000 Debêntures, sendo (i) 40.000 Debêntures da 1ª série ("Debêntures da Primeira Série"); (ii) 8.500 Debêntures da 2ª série ("Debêntures da Segunda Série"); e (iii) 8.500 Debêntures da 3ª série ("Debêntures da Terceira Série"); (c) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); (d) **Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão vigência de 1318 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de setembro de 2018; as Debêntures da Segunda Série terão vigência de 1026 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de dezembro de 2017; e as Debêntures da Terceira Série terão vigência de 1756 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de dezembro de 2019 (para cada uma das séries, "Data de Vencimento"); (e) **Atualização Monetária e Remuneração:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada "Taxa DI over extra grupo", ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br), acrescida de uma sobretaxa expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, de: (i) 1,95%, para as Debêntures da Primeira Série; (ii) 1,50%, para as Debêntures da Segunda Série; e (iii) 1,70%, para as Debêntures da Terceira Série (para cada uma das séries, "Remuneração"); (f) **Pagamento da Remuneração:** A Remuneração será paga semestralmente: (i) para as Debêntures da Primeira Série, sempre no dia 28 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido no dia 28 de março de 2015 e o último pagamento devido na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série; (ii) para as Debêntures da Segunda Série, sempre no dia 10 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido no dia 10 de junho de 2015 e o último pagamento devido na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série; e (iii) para as Debêntures da Terceira Série, sempre no dia 10 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido no dia 10 de junho de 2015 e o último pagamento devido na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série; (g) **Amortização Programada:** A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizada em 8 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida no dia 28 de março de 2015 e a última parcela devida na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será realizada em 3 parcelas semestrais, equivalentes, sucessivamente, a 33,3333%, 33,3333% e o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, sendo a primeira parcela devida no dia 10 de dezembro de 2016 e a última parcela devida na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será realizada em 4 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, sendo devida a primeira parcela no dia 10 de junho de 2018 e a última parcela devida na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série; (h) **Resgate Antecipado Total e Amortização Extraordinária:** A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar o resgate antecipado total ou a amortização extraordinária da totalidade das Debêntures, conforme definido na Escritura de Emissão, observado o artigo 55, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, mediante o pagamento: (i) no caso de resgate antecipado total, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, ou, no caso de amortização extraordinária, de percentual do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido, (ii) da respectiva Remuneração, (iii) dos eventuais encargos devidos e (iv) de prêmio variável de acordo com a data de realização do resgate antecipado ou da amortização extraordinária, conforme o caso, incidente sobre a somatória das alíneas (i) a (iii) acima e calculado nos termos da Escritura de Emissão e do Anexo I a esta ata; (i) **Vencimento Antecipado:** As Debêntures estarão sujeitas ao vencimento antecipado em caso de ocorrência de qualquer das hipóteses descritas na Escritura de Emissão. O vencimento antecipado acarretará a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora ou pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos; e (j) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (A) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2%; e (B) juros moratórios à razão de 1% ao mês calculados *pro rata temporis*, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago. (ii) Aprovaram a outorga de fiança pela Companhia como garantia da totalidade das obrigações assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, compreendendo, dentre elas, o valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da respectiva Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas na Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao agente fiduciário e/ou pelos debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures da Escritura de Emissão (respectivamente, "Fiança" e "Valor Garantido"). Nos termos da Fiança, a Companhia se obrigará como principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações da Emissora na Escritura de Emissão, renunciando aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e nos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada. Caso a Companhia venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, a Companhia sub-rogar-se-á nos direitos dos debenturistas, sendo certo que a Companhia somente exigirá tais valores da Emissora após os debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido. (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e tomar todas as providências necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Reunião do Conselho de Administração, incluindo, mas não se limitando, à negociação das demais condições da Fiança e à celebração da Escritura de Emissão, por meio da qual será constituída a Fiança. 6. Encerramento: Foi autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e unanimemente aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Gabriel Mário Rodrigues (Presidente) e Frederico do Casal Ribeiro de Brito e Abreu (Secretário). Conselheiros: Srs. Gabriel Mário Rodrigues, Evando José Neiva, Nicolau Ferreira Chacur, Júlio Fernando Cabizuca, Luiz Aníbal de Lima Fernandes, Luiz Antonio de Moraes Carvalho, Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, Altamiro Belo Galindo, Marco Antonio Laffranchi, Elizabeth Bueno Laffranchi, Antonio Carbonari Netto, Ricardo Leonel Scavazza e Valdemar Ottani. Confere com a ata original lavrada em livro próprio. Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2015. Mesa: Gabriel Mário Rodrigues - Presidente; Frederico do Casal Ribeiro de Brito e Abreu - Secretário. Certifico o Registro sob o nº: 5128460 em 11/02/2015. Kroton Educacional S.A. Protocolo: 147782767. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

23.fev.2015 - Xinhua/Presidência do Chile

Michelle Bachelet, presidente do Chile, faz pronunciamento

Bachelet diz sofrer 'como mãe' por escândalo de filho

Sebastián Dávalos teria usado parentesco para obter empréstimo de R$ 27 milhões

DE BUENOS AIRES

Políticos de oposição e também da base governista do Chile não pouparam críticas à presidente Michelle Bachelet pelo caso de suposto tráfico de influência de seu filho, Sebastián Dávalos.

Em pronunciamento nesta segunda (23), o primeiro desde que o escândalo foi revelado, Bachelet falou em preocupação "como mãe e presidente" e afirmou que soube do caso pela imprensa.

"Meu compromisso é com o desejo da maioria da população de viver em um país onde não existam privilégios, onde as oportunidades estejam igualmente disponíveis para todos e todas", disse.

O filho de Bachelet é acusado de usar sua influência para negociar um empréstimo no Banco do Chile que teria beneficiado a empresa de sua mulher. Dávalos teria conseguido uma soma equivalente a R$ 27 milhões após se reunir com o diretor do banco, no fim de 2013.

A quantia teria sido usada para a nora de Bachelet comprar terrenos, depois vendidos pelo equivalente a R$ 40 milhões. Dávalos renunciou ao cargo de chefe da área sociocultural do governo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL LOCAL - AGN

A **Delegacia Sindical do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho no Estado de São Paulo**, por intermédio da Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, nos termos do art. 91 e parágrafos do Estatuto do SINAIT, tendo em vista a vacância de toda a Diretoria da Delegacia Sindical de São Paulo, CONVOCA os Auditores-Fiscais do Trabalho filiados para a Assembleia Geral Local – AGL, nos termos dos arts. 8º e 11º do Regimento da Delegacia Sindical, a realizar-se no dia 10 de março de 2015, na Rua Martins Fontes, 109 – 9º andar – Centro – São Paulo/SP, às 16h30, em primeira chamada, e às 17h em segunda e última chamada, para apreciar e deliberar sobre os seguintes pontos de pauta:

1) Aprovar a indicação de uma junta administrativa composta por 3 (três) filiados efetivos da Delegacia Sindical para dirigir a entidade e, no prazo de até 90 (noventa) dias, convocar eleições para preenchimento dos cargos da Diretoria Executiva Local – DEL – e do Conselho Fiscal.
2) Assuntos Gerais de interesse da Categoria.
3) Informes.

De Brasília-DF para São Paulo-SP, 24 de fevereiro de 2015.
Rosa Maria Campos Jorge
Presidente do SINAIT
Assina pela Diretoria Executiva Nacional - DEN

NORTE ENERGIA S/A - CNPJ/MF Nº 12.300.288/0001-07

A **Norte Energia S/A** torna público que requereu junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no dia 11 de fevereiro de 2015, a Licença de Operação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte com capacidade instalada de 11.233,1 MW para geração de energia elétrica, localizada no rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE DO PIQUIRI ABCD - SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD PR/SP
CNPJ nº 81.099.491/0001-71
Avenida Presidente Kennedy nº 2.268 - Jardim Itália - Palotina - PR
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS TRANSPORTADORES DE CARGAS FILIADOS AOS SINDICATOS INTEGRANTES DA FETCESP FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICREDI FETCOOP - SP
CNPJ nº 13.081.722/0001-60
Rua Orlando Monteiro, nº 21 - Vila Maria - Térreo - São Paulo - SP
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Conjunta

O Presidente da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 combinado com os artigos 15 e 26 do Estatuto Social, convoca os 97 (noventa e sete) delegados, e o Presidente da **Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filiados aos Sindicatos Integrantes da FETCESP Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de São Paulo - Sicredi Fetcoop - SP**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 combinado com o artigo 22 do Estatuto Social, convoca os 1.208 (um mil duzentos e oito) associados, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA**, a ser realizada no dia **14 de março de 2015, às 09:00 (nove) horas, no Teatro Municipal Ludovico Riedi, localizado à Rua Dom Pedro I, nº 1181, Centro, Palotina/PR**, em **primeira convocação**, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados e associados das respectivas cooperativas, em **segunda convocação, às 10:00 (dez) horas** com a presença da metade mais um dos delegados e associados das respectivas cooperativas e em **terceira e última convocação, às 11:00 (onze) horas**, com a presença de no mínimo 10 delegados e associados das respectivas cooperativas, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1. Ratificação dos nomes dos membros da comissão mista, indicados pelos órgãos de administração; 2. Apreciação do relatório da comissão mista e aprovação da incorporação da **Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filiados aos Sindicatos Integrantes da FETCESP Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de São Paulo - Sicredi Fetcoop - SP**, pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP nos termos do artigo 59 e parágrafo único da Lei nº 5764/71. Palotina-PR/São Paulo-SP, 25 de fevereiro de 2015. Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP - Jaime Basso - Presidente. Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filiados aos Sindicatos Integrantes da FETCESP Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de São Paulo - Sicredi Fetcoop - SP - Francisco Pelucio - Presidente. OBS.: A Assembleia conjunta se realizará fora da sede social das Cooperativas, por falta de acomodações adequadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Convida o público interessado a participar da Audiência Pública que esta Comissão realizará em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.
Data: 26/02/2015
Horário: 11h00
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar
Câmara Municipal de São Paulo
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

TRIBUNAL REGIONAL TRABALHO - 15ª REGIÃO
AVISOS DE LICITAÇÃO - PREGÕES ELETRÔNICOS

PROC. 060/15 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais impressos.
PROC. 107/15 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de vacinas contra gripe, sem o gesto vacinal.
Em ambas as Licitações o Envio das Propostas se dará até às 12h e **o Início das Disputas de Preços** às 14h, do dia 10/3/15, no site www.licitacoes-e.com.br. **Editais e Informações:** Coord. Licitações, 12 às 18h, fone: 19-3232-6519, à Rua Dr. Quirino, 1080, 5º andar, Centro, Campinas - SP e no site acima.
João Santos Marinho Júnior
Assistente de Licitações

EM BRANCO

COPAM/DILIC/IBAMA FLS. 14669 FLS. 10

Linhão de Belo Monte aguarda licença

OBRAS

Série de atrasos compromete o fornecimento de energia pela usina

Mesmo com um ano de atraso no cronograma de operação, a hidrelétrica de Belo Monte, em construção no Pará, corre sérios riscos de enfrentar dificuldades para começar a distribuir sua energia. Isso porque a usina não está sozinha no descumprimento de prazos: os atrasos já afetam as obras da linha de transmissão de Belo Monte.

O empreendimento, conhecido como "linhão pré-Belo Monte", está orçado em R$ 1,3 bilhão e é tocado pela ATE XVI Transmissora de Energia, empresa controlada pela espanhola Abengoa. Em dezembro de 2012, a empresa venceu o leilão para erguer a rede de 1.854 km de extensão e, em fevereiro de

2013, assinou um contrato com o compromisso de entregar a linha três anos depois, em fevereiro de 2016. A exatamente um ano do fim deste prazo, porém, a companhia nem sequer conseguiu a licença ambiental que autoriza o inicio das obras.

A conclusão do projeto da Abengoa é crucial para iniciar a transmissão de energia da hidrelétrica. A linha será usada para fazer o escoamento para estados da região Nordeste. Outra rede de transmissão - sem nenhuma relação com o projeto da Abengoa - está em fase de construção e deve ser concluída só em 2018.

Ao cortar 47 municípios e avançar por Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia, a linha da Abengoa também deverá permitir a transferência de 6 mil megawatts (MW) de potência para a Região Sudeste. O prazo de execução da obra, no entanto, já está comprometido, conforme informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Para dar inicio à construção, a Abengoa precisa adquirir a licença de instalação da linha, autorização que é dada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), após analisar uma série de medidas de compensação socioambiental atendidas pelo empreendedor.

Pelo cronograma do projeto, essa licença deveria ter sido emitida até agosto do ano passado. O pedido pelo documento, no entanto, só foi realizado pela ATE

XVI Transmissora de Energia em dezembro de 2014 e, até o momento, não teve uma análise definitiva do órgão ambiental.

Para especialistas no setor elétrico, mesmo que a companhia obtivesse hoje a autorização para iniciar a obra, dificilmente conseguiria executar todo os trabalho em apenas 12 meses. O prazo oficial, na realidade, é até mais curto, já que envolve um período entre um e dois meses para testes (comissionamento) de toda a linha.

A reportagem questionou a Abengoa sobre as causas do atraso e possíveis medidas que a empresa esteja tomando para tentar acelerar o licenciamento ambiental ou as obras. A companhia não se manifestou até o fechamento desta edição.

Norte Energia alega prejuízos causados por protestos contra a hidrelétrica

Os grandes projetos hidrelétricos concedidos nos últimos anos pelo governo têm enfrentado o mesmo tipo de problema. No Rio Madeira, em Rondônia, as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio convivem com restrições do chamado "linhão do Madeira". No Rio Teles Pires, em Mato Grosso, a hidrelétrica de mesmo nome também amarga prejuízos porque a rede não ficou pronta no prazo.

A possibilidade de Belo Monte viver o mesmo pesadelo atormenta o governo, que conta com a geração da usina em 2016 para garantir o suprimento nacional. Em construção no Rio Xingu, na região de Altamira, Belo Monte tinha de ter começado a gerar energia no último dia 28 de fevereiro. Dono da usina, o consórcio Norte Energia alega, no entanto, que teve seu cronograma prejudicado por uma série de paralisações sobreas quais ele não teria nenhuma responsabilidade, como greves e invasões de seus canteiros de obra.

Novo rotor gigante chega a Belo Monte

Após percorrer 5.269 quilômetros de Taubaté (SP) a Vitória do Xingu (PA), chegou na terça-feira (17/2) à Usina Hidrelétrica Belo Monte uma nova peça gigante da obra, o rotor da turbina da primeira Unidade Geradora da Casa de Força Principal. A peça de 320 toneladas de aço, oito metros e meio de diâmetro e cinco metros de altura, foi levada à área de estocagem de equipamentos do Sítio Belo Monte a bordo de uma carreta com 16 eixos, com 256 pneus, que percorreu seis quilômetros da Estação de Transbordo de Carga da Norte Energia, no rio Xingu, até o interior do canteiro de obras.

O transporte do rotor da Turbina da Unidade Geradora 1 do Sítio Belo Monte começou no dia 24 de novembro de 2014. Da fábrica da Alstom, em Taubaté (SP), a peça foi levada por terra para o Porto de Santos (SP), de onde seguiu de navio até o porto de Belém (PA). Na etapa final, até Vitória do Xingu (PA), foi utilizada uma balsa reforçada.

Este é o segundo rotor de 320 toneladas que chega ao canteiro de obras do Sítio Belo Monte. O primeiro, destinado à segunda Unidade Geradora, foi produzido em Manaus (AM). Entre os dias 14 de janeiro e 4 de fevereiro, a peça fez um trajeto de 913 quilômetros entre a fábrica da Voith Hydro Brasil e a área de estocagem, sendo 890 quilômetros pelos rios Amazonas e Xingu. O rotor é a parte que gira com o movimento da água e transfere o movimento para o gerador, que converte a energia mecânica em elétrica.

Em construção pela Norte Energia, a UHE Belo Monte encerrou 2014 com 70% das obras civis concluídas. Quando estiver em plena operação, em 2019, a maior hidrelétrica genuinamente brasileira terá capacidade instalada de 11.233,1 MW, distribuídos em duas casas de força: a Principal, no Sítio Belo Monte, com capacidade instalada de 11 mil MW, e a Complementar, no Sitio Pimental, com 233,1 MW. A energia gerada beneficiará o equivalente a 60 milhões de brasileiros.

Licença de Operação

A empresa **Volta Grande do Xingu Ltda – EPP (Mecânica Volta Grande do Xingu)**, inscrito no CNPJ nº 12.987.537/0001-76, localizada na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, Nº 3015, Bairro Esplanada do Xingu, cidade de Altamira, Estado do Pará, torna público que requereu da SEMAT (Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Altamira), a Licença de Operação (LO) para exercer a atividade de Reformadora de Máquinas.

Licença de Operação

A empresa **A COSTA MAUÉS - ME – (Dedetizadora Amazônia)**, inscrito no CNPJ nº 09.469.844/0001-50, localizada na Rua 7 de setembro, nº 3843, bairro Independente I, cidade de Altamira, Estado do Pará, torna público que recebeu da SEMAT/ATM (Secretaria Mun. da Gestão de Meio Ambiente e Turismo), a Licença de Operação (LO) de Nº 079/2014 com validade até 09/02/2016 para a exercer a atividade de imunização e controle de pragas urbanas.

Licença de Operação

NORTE ENERGIA S/A - CNPJ/MF Nº 12.300.288/0001-07

A **Norte Energia S/A** torna público que requereu junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no dia 11 de fevereiro de 2015, a Licença de Operação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte com capacidade instalada de 11.233,1 MW para geração de energia elétrica, localizada no rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: CE
Nº. 02001.004130/2015-24
Recebido em 10/03/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14670
RUB.

CE 059/2015 - DS

Brasília, 09 de março de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1º andar.
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Autorização para a ampliação da SE Xingu

Referência: CE 361/2014-DS, de 19/12/14, CE 368/2014-DS, de 29/12/14, CE 012/2015-DS, de 16/01/15, CE 017/2015-DS, de 27/01/2015 e CE 019/2015-DS, de 29/01/2015.

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, a Norte Energia remete-se às correspondências em epígrafe e solicita especial atenção de Sua Senhoria para o assunto da autorização ambiental referente à ampliação da Subestação Xingu, especificamente aos serviços que compõe o Sistema de Transmissão Restrito do empreendimento UHE Belo Monte.

2. Informamos que para atendimento ao compromisso assumido junto à ANEEL, a Norte Energia precisa energizar comercialmente a Usina de Belo Monte em março de 2016. Para que essa meta seja atingida é necessário que os serviços previstos na SE-Xingu sejam iniciados imediatamente.

3. Dessa maneira, em razão do cronograma de obras para atender a data de energização acima já acumular atraso superior a 40 dias, o qual impacta diretamente a viabilização do referido compromisso, a Norte Energia vem, à presença de Sua Senhoria, ratificar a solicitação de que seja autorizado, em caráter preliminar, o início imediato dos serviços necessários, especialmente nas três conexões localizadas no terreno de propriedade da empresa Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A. Das cinco conexões que serão implantadas pela Norte Energia, as duas conexões restantes, estão localizadas no terreno adquirido para ampliação da SE-Xingu pela empresa ABENGOA e poderiam ser objeto de análise posterior dessa Diretoria.

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

DIGITALIZADO NO IBAMA

Ao analista Mathews
Cora p/ ciência.
Informo que
esta CE será objeto
de resposta já minu-
tada à presidência
do Ibama.

Em 13/03/15

Henrique

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

EM BRANCO

Em tempo: minuta
de ofício Dilic.

Em 13/03/15

Henrique

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1467
RUB.

4. Cabe destacar que as três conexões prioritárias a serem implantadas pela UHE Belo Monte inserem-se no interior do perímetro já abrangido pela Licença de Operação Nº 1.162/2013, de 12/06/2013, concedida à empresa Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A., o que classifica a Norte Energia como Acessante à SE-Xingu.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Anexos: CE's em referência.

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

02001-025344/2014-51
DICAD/COAPS/CGEAD
Em 22/12/14
Às 15:35 horas
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1467
MA
RUB.

CE 0361/2014 - DS

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1º andar.
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Ampliação da SE Xingu

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos em anexo o Relatório Técnico "Avaliação Ambiental da Ampliação da Subestação Xingu para compor o Sistema de Transmissão Restrito", para subsidiar a liberação das obras na ampliação da Subestação Xingu, por parte desse Instituto.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Anexos:
Relatório Técnico nº NES-CGBM-BSB-RT-001/14-R1

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Outros
Nº. 02001.025843/2014-48
Recebido em:29/12/2014
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14673
RUB.

CE 0368/2014 - DS

Brasília, 29 de dezembro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1° andar.
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Ampliação da SE Xingu

Referência: CE 361/2014-DS, de 19 de dezembro de 2014

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos, em complementação ao Relatório Técnico "Avaliação Ambiental da Ampliação da Subestação Xingu para compor o Sistema de Transmissão Restrito", protocolado junto a essa DILIC em 19/12/14, o documento "Laudo 29/2014 – Prospecção Arqueológica do Novo Traçado da LT 500 kV do STR e da Subestação", emitido pela Scientia Consultoria Científica. Esse laudo atesta que a parcela da área destinada à ampliação da Subestação Xingu que ainda se encontrava em fase final de prospecção arqueológica, conforme informado no Relatório emitido em 19/12/14, não abriga vestígios arqueológicos.

2. Solicitamos, assim, que referido laudo seja levado em consideração por essa DILIC na avaliação de nosso pleito para liberação das obras para ampliação da Subestação Xingu.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Anexos:
Documento mencionado no texto

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.000822/2015-04
Recebido em 16/01/2015
Assinatura

CE 012/2015 - DS

Brasília, 16 de janeiro de 2015.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14674
RUB.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1º andar.
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Envio de Anotações de Responsabilidade Técnicas - ARTs

Referência: CE 361/2014-DS, de 19 de dezembro de 2014 – Ampliação da SE Xingu

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos, em complementação ao anexo IV do Relatório Técnico "Avaliação Ambiental da Ampliação da Subestação Xingu para compor o Sistema de Transmissão Restrito", protocolado junto a essa DILIC em 22/12/14, 01 (uma) via original das Anotações de Responsabilidade Técnicas – ARTs, do profissional Thiago de Alencar Silva nº 14201400000002215541 e do profissional Cristiano Figueiredo Lima nº 14201400000002213827, comprovantes de pagamento das ARTs e Cadastro Técnico Federal – CTF dos respectivos profissionais.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Anexos:
Documentos mencionados no texto

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.001500/2015-79
Recebido em 27/01/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14675
RUB.

CE 017/2015 - DS

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1º andar.
70.818-900 Brasília – DF

URGENTE

Assunto: Autorização para a ampliação da SE Xingu
Referência: CE 361/2014 – DS, de 19/12/14, CE 368/2014 – DS, de 29/12/14 e CE 012/2015 – DS, de 16/01/15

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, a Norte Energia remete-se às correspondências em epígrafe para solicitar a especial atenção de Sua Senhoria para o assunto da autorização ambiental referente à ampliação da Subestação Xingu, estrutura que compõe o Sistema de Transmissão Restrito do empreendimento UHE Belo Monte.

2. A Licença de Instalação 795/2011, expedida em 01 de junho de 2011, compreende as atividades associadas ao empreendimento UHE Belo Monte, nelas se incluindo a implantação das Linhas de Transmissão que escoarão a energia gerada até as Subestações Xingu e Altamira.

3. Tais Subestações, no entanto, não estão contempladas na referida Licença de Instalação, razão pela qual se estabeleceram entendimentos com este IBAMA, para definição dos procedimentos adequados à liberação de tais estruturas, particularmente a SE Xingu.

4. Em reunião realizada no dia 02 de junho de 2014, definiu-se que tal procedimento seria consubstanciado numa anuência do IBAMA, baseada nos termos da Condicionante Geral 1.3 da LI, segundo a qual:

> *"A implantação de estruturas não contempladas nesta Licença deverá ser objeto de consulta e prévia anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental."*

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14676
RUB.

5. Tendo sido firmado tal entendimento, foi elaborado o estudo de Avaliação Ambiental da Ampliação da Subestação Xingu para compor o Sistema de Transmissão Restrito, protocolado junto a este IBAMA em 22/12/2014.

6. Como é do conhecimento de Sua Senhoria, as obras deste empreendimento avançam conforme o cronograma vigente, de modo que as Linhas de Transmissão já estão com as respectivas obras de implantação contratadas. O próximo passo, previsto para o presente mês de janeiro, será a emissão da Ordem de Serviço para que tais Linhas sejam efetivamente instaladas.

7. Neste contexto, é de extrema importância que as obras de ampliação da SE Xingu tenham, também, o seu início efetivo no mais breve prazo possível, razão pela qual a Norte Energia vem à presença de Sua Senhoria para solicitar que seja autorizado, em caráter preliminar, o início imediato dos serviços necessários, ao tempo em que se procede à análise da documentação protocolada, para o que roga-se seja a mesma priorizada no âmbito da programação de trabalho das equipes técnicas envolvidas.

8. A Norte Energia agradece, desde já, pela atenção que lhe é dispensada, fica à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias e mantém-se no aguardo de manifestação favorável por parte de Sua Senhoria.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

02001.001660/2015-14
DICAD/COAPS/CGEA
Em 29/01/15
Ás 16:32 horas
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14677
RUB.

CE 019/2015 - DS

Brasília, 29 de janeiro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A - 1º andar.
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Ajustes locacionais do Canteiro de Obras e do Bota-fora previstos nas obras de ampliação da SE-Xingu

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que em razão de levantamentos de campo recentes, realizados pela empresa contratada para a execução dos serviços contratados pela Norte Energia para ampliação da SE-Xingu, foram realizados ajustes locacionais do Canteiro de Obras e do Bota-fora previstos.

2. Dessa maneira, encaminhamos em anexo o desenho de locação do Canteiro de Obras atualizado, em substituição aquele encaminhado no corpo do Relatório Técnico "Avaliação Ambiental da Ampliação da Subestação Xingu para compor o Sistema de Transmissão Restrito", enviado a essa Diretoria em 22/12/2014 por meio da CE 361/2014-DS.

3. Em linhas gerais as alterações se fizeram necessárias para evitar interferências em serviços previstos pela ISOLUX na SE-Xingu. Observamos que apesar alteração da localização do Bota-fora e de sua ampliação de área de 1,5 hectares para 2,9 hectares, não implica em alteração sobre os impactos e respectivas mitigações previstas no Relatório Técnico.

4. Quanto à mudança de localização do Canteiro de Obras, apesar de o novo local encontrar-se sobre tipologia vegetal de pastagem, tal como anteriormente previsto, não representando supressão de vegetação adicional, este se encontra fora da área da SE-Xingu, o que amplia a Área Diretamente Afetada - ADA em 1,2 hectares ao informado no referido relatório (ADA ajustada = 31,72 ha).

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14678
MP
RUB.

5. Destacamos que no desenho encaminhado em anexo consta o quadro de coordenadas das poligonais das áreas ajustadas do Canteiro de Obras e do Bota-fora.

6. Aproveitamos a oportunidade em encaminhar correspondência da LXTE_104_2014, da empresa Linhas de Xingu Transmissora de Energia, a qual expõe não haver óbices aos serviços previstos pela Norte Energia dentro da área de sua propriedade.

7. Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

Em anexo:

- **Desenho ST-SE06-SSM-AAR-DE-0001**
- **Carta LXTE_104_2014, de 27/11/2014**

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 1473 RUB.

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: CT
Nº. 02001.004128/2015-52
Recebido em 10/03/2015
Assinatura

CE 060/2015 – DS

Brasília, 09 de março de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Diretor Interino de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed Sede do IBAMA, Bloco A – 1º Andar
70.818-900 Brasília – DF

Assunto: 8ª Reunião Ordinária

Referência: Reunião da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos.

Senhor Diretor,

1. Convidamos V. Sa. a participar da 8ª reunião Ordinária da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físico e Biótico, a ser realizada no dia 18 de Março de 2015, às 08h30min, no Auditório do Rillo's Hotel, localizado na Rua Sete de Setembro, nº 2300, bairro Centro, Altamira/PA.

2. Será tema deste encontro a apresentação de informações sobre Supressão da Vegetação e Resgate de Fauna.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

ANEXO:
Programação da 8ª Reunião da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos

DIGITALIZADO NO IBAMA

À As analistas
Rosângela Tiago e
Martha Toledo
p/ ciência.
Em 11/03/15

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

EM BRANCO

Norte Energia

Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1460
RUB.

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

FÓRUM DE ACOMPANHAMENTO SOCIAL

8ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos.

Altamira, 18 de Março de 2015

COHIDI/DILIC/IBAMA
FLS. 14981
RUB.

EM BRANCO

8ª Reunião da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos.

Programação

08h30 - Credenciamento dos participantes

09h00 - Abertura, chamada dos integrantes do Colegiado e apresentação da pauta.

09h15 - Apresentação de informações sobre a Supressão da Vegetação e Resgate de Fauna.

10h00 - Intervalo

10h15 - Perguntas

10h45 - Encaminhamentos

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14682
RUB.

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: CT
Nº. 02001.004485/2015-64
Recebido em 13/03/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 1483
RUB.

CE 062/2015 – DS

Brasília, 11 de Março de 2015

DIGITALIZADO NO IBAMA

A Sua Senhoria o Senhor
Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 02 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1° Andar
70.818 – 900 - Brasília/DF

Assunto: 14ª Reunião Ordinária

Referência: Reunião do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte

Prezado Senhor,

1. Convidamos V. Sa. a participar da 14ª reunião ordinária do Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte a ser realizada no dia 24 de Março de 2015, às 8h30, no Rillo's Hotel, situado na Rua Sete de Setembro, n° 2300, Bairro Centro - Altamira/PA.

2. Será tema deste encontro a apresentação de informações sobre os resultados dos programas do Plano de Articulação Institucional.

Atenciosamente,

José de Anchieta dos Santos
Diretor Socioambiental

SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 | Centro Empresarial Varig
Tel.: (61) 3410-2000 | CEP: 70714-900 | Brasília - DF
www.norteenergiasa.com.br | www.blogbelomonte.com.br

À TRP Maríhà
Toledo p/ circular
entre a equipe
de socioeconomia e
posterior arquivamento.

Em 23/3/15

Henrique Marques da Silva
Matr.: 1717634
Chefe Substituto
Cohid/Dilic/Ibama

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14684 RUB.

LISTA DE PRESENÇA

Reunião com o GT do Oleiros Parceiros

Assunto: Apresentação da NT com Proposta de Tratamento para Oleiros Parceiros

DATA: 12/03/2015 **HORÁRIO: 09hrs:30min**

LOCAL: Norte Energia – Sala da Diretoria

ORD.	NOME	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
01	Flávia Vieira de Souza	NESA	flaviasouza@norteenergiasa.com.br	–	
02	Ricardo Márcio Martins Alves	NESA	ricardomarcio@norteenergiasa.com.br	(93) 98809-2312	
03	Alexandro martin nascimento			991906561	
04	Eduardo Trazzi Martins	IBAMA/DF	eduardo.martins@ibama.gov.br	(61) 3316-1976	
05	Frederico O. Amaral	IBAMA/DF	frederico.amaral@ibama.gov.br	(61) 3316-1595	
06	[illegible]	Oleiros		991719271	
07	REGINALDO O. MOTA			991165810	
08	Elias de Castro Cordovil	SINDOALTA	ELIASCORDOVIL@OUTLOOK.COM	991539642	
09	Marcovi R. Sousa	SINDOALTA		(93) 88121882	
10	[illegible]	OLEIROS		991198794	
11	Frederico Alvinio C. Soares	DPU	frederico.soares@dpu.gov.br	67-81495660	
12	JOSÉ ALBERTO BRAZ DE LIMA	SINDOALTA		(93) 99126 2854	
13	Sergio Augusto Galvão Cezar	WorleyParsons	sergio.cezar@worleyparsons.com	(93) 991535967	
14	Leonam Bueno Pereira	Worleyparsons	leonam.pereira@worleyparsons.com	(93) 991817095	
15	FELIPE CALLEGARO PEREIRA FORTES	NESA/BSA	FELIPEFORTES@BSAADVOCACIA.COM.BR	(93) 98808-0800	
16	PAULO SERGIO COSTA	NESA	PAULOCOSTA@NORTEENERGIASA.com.br	(93) 3502-4400	

EM BRANCO

Norte Energia
Usina Hidrelétrica Belo Monte

DIDILIC/IBAMA FLS. 14685 RUB.

LISTA DE PRESENÇA

Reunião com o GT do Oleiros Parceiros

Assunto: Apresentação da NT com Proposta de Tratamento para Oleiros Parceiros

DATA: 12/03/2015 **HORÁRIO: 09hrs:30min**

LOCAL: Norte Energia – Sala da Diretoria

17					
ORD.	**NOME**	**ENTIDADE/INSTITUIÇÃO**	**E-MAIL**	**TELEFONE**	**ASSINATURA**
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 14686
MP
RUB.

OF 02001.002548/2015-02 DILIC/IBAMA

Brasília, 12 de março de 2015.

Ao Senhor
José de Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

RECEBEMOS
16/03/2015
11:20
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A

Assunto: **Supressão de vegetação no Reservatório Intermediário.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção à correspondência CE 0365/2014-DS, em que a Norte Energia propõe redução de supressão vegetal na área do Reservatório Intermediário (RI), e ainda considerando as informações apresentadas na Modelagem Matemática de Qualidade da Água e sua complementação, informo que deve ser mantida a supressão de áreas de pastagem (com vegetação abaixo de 2,5 metros de altura) presentes na área de inundação do RI, uma vez que o modelo matemático de qualidade da água não considerou a matéria orgânica oriunda desta tipologia vegetal.

2. Neste sentido, não há como avaliar os impactos sobre a qualidade da água advindos da decomposição da biomassa adicional, desconsiderada pelo modelo.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 14687 RUB.

OF 02001.002544/2015-16 DILIC/IBAMA

Brasília, 12 de março de 2015.

Ao Senhor
José de Anchieta dos Santos
Diretor da Norte Energia S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70714900

RECEBEMOS
16/03/2015 11:20
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S/A

Assunto: **Ampliação da Subestação Xingu.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção às correspondências CE 0361/2014-DS e CE 017/2015 - DS, que tratam sobre a ampliação da Subestação Xingu (SE-Xingu), informo que este Instituto, por meio do Parecer n.º 02001.000640/2015-20 COHID/IBAMA, realizou análise do estudo encaminhado.

2. Conforme análise registrada no Parecer, o Ibama não irá se posicionar favorável ao início das obras enquanto não houver reunião com todos os responsáveis por ampliações na SE Xingu, para discussão do procedimento de avaliação de impactos e respectiva autorização.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

COTRIBILIC/IBAMA
FLS. 14688
RUB.

OF 02001.002545/2015-61 DILIC/IBAMA

Brasília, 12 de março de 2015.

À Senhora
Francisca Lúcia Porpino Teles
Diretora da Dir. de Lic. Amb. de Ativ. Poluidoras-Dilap
Travessa Lomas Valentina, 2717
BELEM - PARA
CEP.: 66083390

Assunto: **Licenciamento ambiental do projeto de mineração na Volta Grande do rio Xingu.**

Senhora Diretora,

1. Em atenção à Acão Civil Pública n° 0001813-37.2014.4.01.3903, referente à ausência de competência legal do Ibama para a condução do processo de licenciamento ambiental do projeto de mineração na Volta Grande do rio Xingu e em acordo com a decisão acerca da atuação da Dilic segundo o art. 13, § 1° da Lei Complementar 140/2011, a qual estabelece que os entes federativos podem se manifestar ao órgão responsável pelo licenciamento de maneira não vinculante, informo que os autos do processo da UHE Belo Monte encontram-se disponíveis para acesso no link *http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/Processos/*.

2. Informo ainda que solicitamos que a Norte Energia S.A. encaminhe à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará o Estudo e Impacto Ambiental (EIA/RIMA), bem como os seis primeiros relatórios consolidados de andamento dos Programas Ambientais da UHE Belo Monte.

3. Sirvo-me deste ainda para enfatizar a relevância da avaliação integrada dos impactos ambientais gerados por ambos empreendimento, de forma a promover a efetiva gestão ambiental na área de influência dos projetos, que considere a cumulatividade e sinergismo de impactos. Neste sentido o Ibama recomenda a avaliação minunciosa dos impactos decorrentes do planejamento, implantação e operação do projeto de mineração no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) da UHE Belo Monte, o qual está sujeito a efeitos da

redução da vazão, em função do desvio da água do rio Xingu para geração de energia na casa de força principal da referida UHE.

4. Por fim, o Ibama se coloca à disposição para eventuais pedidos de manifestação técnica sobre impactos ambientais gerados pela UHE Belo Monte.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

IBAMA
MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

DILIC/IBAMA
Fl. 14689
Ass.:

DESP. ENC. ABERT. 02001.000520/2015-22 COHID/IBAMA

Brasília, 29 de abril de 2015

Ao Arquivo Setorial da SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento e abertura de volume do processo nº 02001.001848/2006-75. Após o encerramento e abertura do volume tramite o processo para a Coordenação de Energia Hidrelétrica (COHID).

Atenciosamente,

Marília Toledo Pereira
MARILIA TOLEDO PEREIRA
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 14690
Ass.:

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 29 dias do mês de abril de 2015, procedemos ao encerramento deste volume nº LXXV do processo de nº 02001.001848/2006-75, contendo 199 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº LXXVI. Assim sendo subscrevo e assino.

MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO